



anuário antropológico

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

Dossiê "Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social na Amazônia contemporânea"

Conflitos

Amazônia

Agroecologia

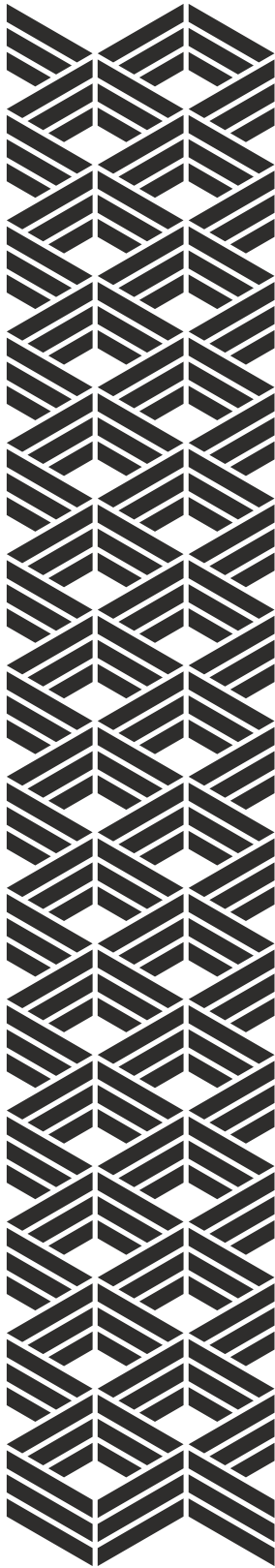
Turismo

Música

Esporte

Nação

ISSN 2357-738X



anúário antropológico

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

**Dossiê "Conflitos, Práticas Estatais e
Mobilização Social na Amazônia
contemporânea"**

Conflitos

Amazônia

Agroecologia

Turismo

Música

Esporte

Nação

ISSN 2357-738X

Linha editorial

Anuário Antropológico é um periódico fundado em 1977 por Roberto Cardoso de Oliveira que, atualmente, lança números quadrimestralmente pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Publica artigos originais, ensaios visuais e bibliográficos, resenhas de livros e filmes e outros textos de natureza acadêmica que apresentem pesquisas empíricas de qualidade, diálogos teóricos relevantes e perspectivas analíticas diversas. A Revista publica textos em português, inglês, espanhol ou francês. Uma vez triados pela Equipe Editorial, os textos são encaminhados a pareceristas externos para avaliação em regime de anonimato.

Equipe Editorial

Kelly Silva (Editora-Chefe)

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Alberto Fidalgo Castro (Editor Associado)

Departamento de Antropología Social y Psicología Social, Universidad Complutense de Madrid, España

Guilherme de Moura Fagundes (Editor Associado)

High Meadows Environmental Institute, Brazil LAB Postdoctoral Research Associate, Princeton University

Henyo Trindade Barretto Filho (Editor Associado)

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Andréa de Souza Lobo

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carla Costa Teixeira

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carlos Emanuel Sautchuk

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Christine de Alencar Chaves

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Cristina Patriota de Moura

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Daniel Schroeter Simião

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Guilherme José da Silva e Sá

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Henyo Trindade Barretto Filho

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

João Miguel Sautchuk

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

José Antônio Vieira Pimenta

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

José Jorge de Carvalho

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Juliana Braz Dias

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Kelly Cristiane da Silva

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luis Abraham Cayón Durán

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Marcela Stockler Coelho de Souza

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Soraya Resende Fleischer

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Stephen Grant Baines

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Wilson Trajano Filho

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Científico

Alicia Barabas (*Instituto Nacional de Antropología e Historia, México*)

Antônio Augusto Arantes Neto (*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*)

Carmen Rial (*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*)

Cecília Maria Vieira Helm (*Universidade Federal do Paraná, Brasil*)

Claudia Fonseca (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*)

Cristina Sánchez-Carretero (*CSIC - Instituto de Ciencias del Patrimonio, Espanha*)

Francisco Ferrándiz Martín (*CSIC - Instituto de Lengua, Literatura y Antropología, Espanha*)

João de Pina Cabral (*Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal*)

Josildeth Gomes Consorte (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*)

Luiz Fernando Dias Duarte (*Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*)

Mara Viveros (*Universidad Nacional de Colombia, Colômbia*)

Mariza Peirano (*Universidade de Brasília, Brasil*)

Michael Fischer (*Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos*)

Miguel Bartolomé (*Instituto Nacional de Antropología e Historia, México*)

Myriam Jimeno (*Universidad Nacional de Colombia, Colômbia*)

Raimundo Heraldito Maués (*Universidade Federal do Pará, Brasil*)

Roberto DaMatta (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*)

Roberto Motta (*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*)

Rosana Guber (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina*)

Satish Deshpande (*University of Delhi, Índia*)

Virgínia García Acosta (*Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México*)

Revisão

Gislene Maria Barral Lima Felipe da Silva

Secretaria Executiva

Laise Tallmann

Projeto gráfico

Laila Santanna

Pedro Joffily de Araújo

Diagramação

Áporo Editorial

Diagramação em Open Edition

Stefano Alfarelos

Supervisão editorial

Editoras do Anuário Antropológico

Departamento de Antropologia, sala AT - 40/29

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3107-1560

revista.anuario.antropologico@gmail.com

Nominata de pareceristas

1. Alberto Fidalgo Castro

Universidad Complutense de Madrid – Espanha

2. Ana Paula Comin de Carvalho

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Brasil

3. Annelise Caetano Fraga Fernandez

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

4. Barbara Maisonnave Arisi

Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Brasil

5. Carla Costa Teixeira

Universidade de Brasília – Brasil

6. Carlos Del Cairo

Pontificia Universidad Javeriana – Colombia

7. Carmem Silvia Rial

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

8. Catarina Morawska Vianna

Universidade Federal de São Carlos – Brasil

9. Cíntia Liara Engel

Universidade Federal da Bahia – Brasil

10. Cristhian Teófilo da Silva

Universidade de Brasília – Brasil

11. Davi Pereira Junior

Universidade do Texas – Estados Unidos

12. Diógenes Egidio Cariaga

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Brasil

13. Elaine Müller

Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

14. Fabiano de Souza Gontijo

Universidade Federal do Pará – Brasil

15. Felipe Vianna Mourão Almeida

Fundação Nacional do Índio – Brasil

16. Fernanda Bianca Gonçalves Gallo

Universidade Estadual de Campinas – Brasil

17. Fernando José Pereira Florêncio

Universidade de Coimbra – Portugal

18. Giovana Acacia Tempesta

Fundação Nacional do Índio – Brasil

19. Graciela Froehlich

Universidade de Brasília – Brasil

20. Helena Fietz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

21. Henyo Trindade Barretto Filho

Universidade de Brasília – Brasil

22. Ivan Abreu Stibich

Universidade de Brasília – Brasil

23. John Cunha Comerford

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

24. José Antonio Vieira Pimenta

Universidade de Brasília – Brasil

25. Kelly Silva

Universidade de Brasília – Brasil

26. Luiz Henrique de Toledo

Universidade Federal de São Carlos – Brasil

27. Marcelo Moura Mello

Universidade Federal da Bahia – Brasil

28. Margarita Nilda Barretto Angeli

Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

29. María Rossi Idarraga

Universidade Federal do Amazonas – Brasil

30. Mariana Vieira Galuch

Universidade Federal do Amazonas – Brasil

31. Marlise Mirta Rosa

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil

32. Pedro Castelo Branco Silveira

Fundação Joaquim Nabuco – Brasil

33. Raquel Wiggers

Universidade Federal do Amazonas – Brasil

34. Ricardo Verdum

Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Brasil

35. Russell Parry Scott

Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

36. Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Universidade de Brasília – Brasil

37. Soraya Fleischer

Universidade de Brasília – Brasil

38. Thereza Cristina Cardoso Menezes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

39. Yara de Cássia Alves

Universidade do Estado de Minas Gerais – Brasil

sumário

DOSSIÊ

- Apresentação do Dossiê “Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social na Amazônia contemporânea”** 9
Manuela Cordeiro e Katiane Silva
- Revoltas do povo da BR-163 frente às crises da ambientalização do governo** 19
Renata Lacerda
- Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas** 44
Katiane Silva
- A introdução da explicação científica dos acontecimentos ambientais: focos de disputa entre o Setor Elétrico e os movimentos de Atingidos – Tucuruí, Pará** 66
Rodica Weitzman
- Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos** 87
Paula Lacerda e Igor Rolemberg

ENTREVISTA

- 50 anos de experiência na Amazônia: Entrevista com Alfredo Wagner Berno de Almeida** 107
Renata Lacerda e Igor Rolemberg

ARTIGOS

- SOBRE A METONÍMIA DA METONÍMIA: implicações da Antropologia do esporte de Simoni Lahud Guedes para a Antropologia da política** 131
Wecisley Ribeiro do Espírito Santo e Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama
- Agroecología o Agricultura más que humana?: La coordinación con las plantas como técnica agrícola** 150
Gabriela Schiavoni

anuário antropológico

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE 170
Soraya Fleischer

Faith in science? How “micro families” viewed the Zika Virus science happen to their children in Recife/PE 189
Soraya Fleischer

Do mato ao palco: a construção musical da nação em Moçambique 208
Sara Morais

Outlining Agents and Policies of Value in the Touristic Economy of the Sacred Valley of Cusco 228
Bruna Pratesi

RESENHAS

Sembradoras de vida. 2019. Diretores: Álvaro e Diego Sarmiento. Produção: Peru. 74 min. cor. 244
Indira Nahomi Viana Caballero

table of contents

SPECIAL ISSUE

- Presenting the Special Issue “Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social na Amazônia contemporânea”** 9
Manuela Cordeiro e Katiane Silva
- BR-163 people’s revolts: crises of the government’s environmentalization** 19
Renata Lacerda
- Territorial disputes and power relations: some reflections on state policies and indigenous peoples in the Lower Amazon** 44
Katiane Silva
- The introduction of scientific explanations of environmental phenomena: forms of conflict between the Hydroelectric company and affected social groups – Tucuruí, Pará** 66
Rodica Weitzman
- Contemporary violence against leaders in the Brazilian Amazon: moral, legal and associative frameworks** 87
Paula Lacerda e Igor Rolemberg

INTERVIEW

- 50 years of experience in the Amazon: Interview with Alfredo Wagner Berno de Almeida** 107
Renata Lacerda e Igor Rolemberg

ARTIGOS

- ON THE METONYMY OF METONYMY: implications of Simoni Lahud Guedes’ Anthropology of sport for the Anthropology of politics** 131
Wecisley Ribeiro do Espírito Santo e Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama
- Agroecology or Agriculture more than human?: Coordination with plants as an agricultural technique** 150
Gabriela Schiavoni
- Faith in science? How families saw the science of the Zika virus happen to their children in Recife/PE** 170
Soraya Fleischer

Faith in science? How families saw the science of the Zika virus happen to their children in Recife/PE (ENGLISH) 189

Soraya Fleischer

From the bush to the stage: the musical construction of the nation in Mozambique 208

Sara Morais

Outlining Agents and Policies of Value in the Touristic Economy of the Sacred Valley of Cusco 228

Bruna Pratesi

REVIEWS

Sembradoras de vida. 2019. Diretores: Álvaro e Diego Sarmiento. Produção: Peru. 74 min. cor. 244

Indira Nahomi Viana Caballero



apresentação

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

Apresentação do Dossiê “Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social na Amazônia contemporânea”

Presenting the Special Issue

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9304>

Manuela Cordeiro

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima – Brasil

Antropóloga e professora do bacharelado em antropologia e da pós-graduação em antropologia social (PPGANTS) no Instituto de Antropologia (INAN) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em Boa Vista, Roraima, Brasil.

ORCID: 0000-0002-5096-4014

cordeiro.manuela@gmail.com

Katiane Silva

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará – Brasil

Antropóloga e professora na Faculdade de Ciências Sociais (FACS) e no Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil.

ORCID: 0000-0002-1938-9373

katianesilva@ufpa.br

Conflitos e mobilização social

Neste dossiê, os artigos abordam o espaço diverso da Amazônia brasileira contemporânea a partir de três principais categorias – conflitos, mobilização social e práticas estatais. As análises são realizadas a partir do Baixo Tapajós; do Baixo Amazonas; do eixo da BR-163; e de Tucuruí, Altamira e Marabá, no estado do Pará.

Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e pela negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. A problemática do conflito se desdobra ainda em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência, como a “violência estatal”, o “genocídio”, os “massacres” e os “conflitos no campo”. Compreender o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais diferenças e desigualdades se instalam e se perpetuam, também está implicado nesta abordagem.

Nos artigos que compõem este dossiê, o conflito pode ser visto como um mecanismo “[...] destinado a resolver dualismos divergentes”, como proposto por Simmel (2011, 568), que posteriormente o compreende como a busca inquietante da condição humana por uma devida “forma”. Em outras palavras, a cultura e seu corpo de processos criativos que surgem das inquietações humanas, culminam em fluxos contínuos de vidas que se refazem no sentido de adquirir uma forma permanente e imutável de vida que certamente cairá em contradição no que diz respeito a essa imutabilidade ao surgirem, no corpo social, novas “formas de existência”:

Em velocidade mais rápida ou mais lenta, as forças da vida corroem cada conformação cultural que emerge: uma vez que ela atingiu seu pleno desenvolvimento, já começa a se formar de maneira subjacente a conformação seguinte, destinada a substituí-la após breves ou longas batalhas (Simmel 2013, 120).

Esse sociólogo denomina como “formas” as maneiras conforme a vida – a experiência – se transcreve, como se desenvolvem as “instituições da vida criativa”. Portanto, a ideia de “sociação” (Simmel 2011) figura como fundamental a estes processos sociais, na medida em que assegura a continuidade, sem que sejam destruídas ou sobrepostas às “formas culturais” anteriores, e que embora se apresente como uma “nova forma”, estará alicerçada nos “produtos de sua fecundidade passada”, a saber, os produtos da experiência anterior (Simmel 2013, 120).

Nessa direção, podemos dizer que o conflito será negociado conforme as diferentes visões e narrativas dos atores sociais presentes na configuração do mesmo. Essas narrativas se entrecruzam e se misturam, adaptando-se à circulação e ao contato dos interlocutores. Figurelli (2007) afirma que “o conflito não se encontra definido da mesma maneira para uns e para outros (...). A necessidade de acomodar as linguagens às finalidades de obtenção das propriedades abre uma disputa pela definição do conflito de terras que se torna parte deste último” (*id.*, 63). Portanto, o conflito pode ser definido a partir da disputa de linguagens, visões

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

e práticas (Figurelli 2007), de forma a não essencializá-lo. Isto é, como capaz de construir um campo de comunicação de códigos e noções (Marques, Comerford e Chaves 2007).

Esse campo de comunicação é instituído por meio da “forma bloqueio da rodovia”, no texto de Renata Lacerda, ou na articulação dos *atingidos* em Tucuruí, artigo de Rodica Weitzmann. No texto de Katiane Silva, o processo de reconhecimento de comunidades étnicas, mesmo após a sua homologação, engendra recorrentes conflitos, assim como a produção de “episódios de violência” a partir da perseguição de lideranças de movimentos sociais, no artigo de Igor Rolemberg e Paula Lacerda.

Práticas estatais na Amazônia contemporânea

A noção homogênea de Amazônia, criticada por Beltrão e Lacerda (2017), nos convidam, juntamente com Wolf (2003), a considerar e destacar as complexas relações entre as histórias locais, as experiências coloniais e as resistências às instituições colonizadoras. Diversas ideias preconceituosas são produzidas e disseminadas sobre a Amazônia, tais como: o vazio demográfico, abordado, por exemplo, desde os escritos dos viajantes europeus no século XIX; as imagens dúbias criadas sobre os povos indígenas, as quais dependendo das relações estabelecidas podem ser localizadas como positivas, com a imagem do “índio civilizado” ou negativas, com a do “índio selvagem”; ou até mesmo o próprio ato de relacionar a exploração indevida dos recursos naturais à noção de desenvolvimento e de progresso da nação/região.

O que esses três aspectos demonstram e têm em comum é o fato de se constituírem como práticas estatais voltadas para a Amazônia. Tais práticas estão intimamente ligadas aos processos de produção das relações de poder. Em geral, percebe-se, no empreendimento de colonização, a ideia do pioneirismo dos imigrantes que carregavam a missão civilizadora da região, corroborando, de certo modo, a noção da “última fronteira”, conforme apontou Pacheco de Oliveira (2016).

Os textos apresentados neste dossiê se baseiam em experiências fundadas em tensões, conflitos e relações de poder em uma região marcada por contextos e agentes sociais específicos. Wolf (2003) já chamava atenção para a necessidade de a antropologia pensar o poder de modo relacional, ou seja, aplicando aos textos deste dossiê, trata-se de descrever e explicar as práticas de estado e de poder em relação com as trajetórias dos interlocutores, levando a sério as circunstâncias históricas nas quais essas práticas foram produzidas.

Gupta (2015) propõe que estudar etnograficamente o Estado implica em analisar tanto as práticas cotidianas locais como as construções discursivas do estado no que ele chama de cultura pública. Assim, as construções do Estado devem ser relacionais e situacionais, ou seja, situadas de acordo com a localização dos interlocutores das pesquisas. Tal abordagem nos permite problematizar a noção de um Estado que opera com unidade e coerência. É justamente essa crítica que os textos deste dossiê apontam.

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

O dossiê

Renata Lacerda propõe uma análise profícua do conflito na região da BR-163 paraense, a partir de categorias êmicas – a noção de *crise* aparece associada a práticas estatais negligentes (*paralisação* da economia e *abandono* governamental), o que abre caminho para os movimentos, como são chamadas as ações coletivas, utilizando-se da formulação proposta por Tarrow (1993), compostas por setores diversos – garimpeiros, trabalhadores rurais e grandes produtores rurais. Ao analisar as ações coletivas, seja como repertórios ou mesmo como “forma acampamento” ou “forma assentamento”, tal como propõem os autores Rosa (2010) e Sigaud (2000), como instrumentos de legitimidade social e política, a autora verifica a conformação do que denomina “forma bloqueio da rodovia”, sobretudo nos momentos após a crise.

Tal como a proposta analítica de Sigaud (1979) de visualizar antes e depois dos “direitos” na zona da mata pernambucana, Lacerda verifica como momento de corte temporal a promulgação do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Esse foi responsável pela classificação do governo (executivo federal) como *ambientalista*, o que prejudicava as vocações regionais – madeira, gado e ouro –, unindo, portanto, desde os garimpeiros até os grandes produtores rurais nesse movimento. Essas atividades eram caracterizadas como “presentes no sangue” e parte da “cultura” local, acionando inclusive uma narrativa de sofrimento dos colonos que se deslocaram para a região durante as décadas de 1970 e 1980, reivindicando o fato de que assim impediriam a invasão estrangeira naquela área. Os garimpeiros, que se deslocaram posteriormente, também tiveram a sua contribuição, sobretudo para o desenvolvimento regional, levando ao *progresso*.

Comunidades morais e afetivas (Bailey 1971, Das 1995, Jasper 2018, Lambek 2016) são forjadas a partir dessas mobilizações em torno do reivindicado desrespeito das normas estatais às atividades exercidas pelos agentes acima mencionados, que, mesmo diversos, se unem com um objetivo comum – contra as práticas estatais vigentes, criando um grupo coeso. A *crise do governo*, analisada pela autora, seja nas mudanças na condução das práticas do Estado, seja na falta de infraestrutura necessária para os agricultores, outrora desempregados e posteriormente assentados, coaduna-se com os sentimentos compartilhados de *abandono*, *injustiça* e *sofrimento*. Desta feita, as lutas regionais frente às mudanças fundiárias produziram movimentos que se orientaram, tanto para a briga quanto para o diálogo com o governo, a partir das narrativas dos sentimentos compartilhados, sendo os bloqueios de estradas um dos principais saber-fazer de mobilização social e também uma possibilidade de renovação do repertório de luta coletiva.

Katiane Silva, em seu texto, analisa os conflitos, a violência e as disputas territoriais na região do Planalto Santareno e a resistência dos Munduruku e dos Apiaká, a partir de uma perspectiva processual. A extração de borracha e, mais recentemente, a monocultura de soja representam o *progresso* no Baixo Tapajós, que se coloca em direção oposta à organização dos povos indígenas. O conflito nessa região representa sofrimento para aqueles que ingressam no movimento

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

indígena pela iminência da violência cotidiana, também atualizado pelo racismo e pela estigmatização dos coletivos indígenas. O crescimento das demandas étnicas é respondido pelas práticas estatais com apagamento étnico, seja pela retórica de vazio demográfico atribuída à Amazônia (Bates 1979, Smith 1879), seja pela burocratização e enquadramento das áreas como Unidades de Conservação. Tal como no artigo anterior, o conflito e a resistência se fortalecem por meio do entendimento das atividades do governo de forma antagônica à ação coletiva.

A autora marca que não se trata de um conflito episódico, mas que compõe o processo de criação e composição da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns¹ e o reconhecimento de comunidades étnicas, que se incorpora no cotidiano das pessoas, inclusive burocratizado pelos ordenamentos territoriais nos quais estão inscritos. As relações do governo com os povos indígenas se inscrevem entre a negação e o reconhecimento de direitos (Beltrão 2014), sendo que a reivindicação do acesso à terra apresenta-se como uma possibilidade de marcação do pertencimento étnico. Já no Baixo Amazonas, são abordadas a resistência dos indígenas Kokama e a retomada de terras dos Tupinambá, na Bahia. Ambos são marcados por atos violentos. A autora enumera a vinculação desses conflitos a uma série de fatores: relações de patronagem e posse e “grilagem” de terra; fatores religiosos; determinações políticas governamentais, além dos acordos políticos locais.

Ao abordar atos parlamentares de vereadores em Santarém, fica evidente a ligação entre empresários e políticos com o objetivo de deslegitimar a resistência indígena e o pertencimento étnico, fortalecendo os interesses econômicos do agronegócio, a partir de uma suposta ocupação consolidada da região por agricultores. Essa ação também foi consolidada no Baixo Amazonas. A partir de 2018, com o avanço da extrema direita no Brasil, os coletivos indígenas marcam o posicionamento contra o avanço da fronteira agrícola na Amazônia, sofrendo ações intimidadoras, inclusive a criação da Comissão Especial de Estudos Parlamentares, em 2019, na Câmara de Vereadores de Santarém, com o objetivo de acompanhar a “proliferação de grupos étnicos”. A autora salienta: “A atual modalidade de exploração territorial e dos corpos indígenas, da monocultura da soja, é entendida como o auge do esgotamento dos recursos naturais e da pressão contra os indígenas, quilombolas e povos tradicionais” (Silva 2022, 18).

O texto de Rodica Weitzman analisa a centralidade da dimensão ambiental na argumentação de grupos sociais, setores empresariais e instituições estatais no processo de organização de grupos *atingidos* (uma categoria em disputa) pela empresa Hidrelétrica Eletronorte no município de Tucuruí, estado do Pará. A partir da análise de um conjunto de documentos produzidos pelos movimentos sociais, a autora revela as diferentes fases da intervenção da empresa e utiliza a noção de conflitos socioambientais a partir das abordagens de Sigaud (1992) e Acselrad e Silva (2004), nas quais a intervenção estatal é a base e o ponto de partida dos conflitos, deflagrados por usos e apropriações do território. Trata-se de contextos nos quais os grupos sociais, no caso os *atingidos*, sofrem pressões e ameaças de agentes externos, assim como mudanças nas estratégias de luta dos movimentos de *atingidos*.

1 Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns criada em 1998, localizada no estado do Pará.

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

A autora nos apresenta a evolução dos processos de organização dos movimentos de *atingidos*, a princípio com o foco em “bandeiras políticas”, até 1985, e a mudança de foco para a preocupação ambiental. Os impactos causados pela presença da hidrelétrica no meio ambiente e diretamente nas vidas das pessoas impulsionaram modificações nos repertórios das ações coletivas. Num primeiro momento, a bandeira de luta era pautada pela noção de indenização justa. No entanto, a partir de 1985, ao constatar a precarização socioambiental e os efeitos devastadores da hidrelétrica, há uma mudança no processo organizativo dos coletivos e de conscientização de causa e efeito dos impactos nos *atingidos*, expressa em reuniões com representantes do Setor Elétrico e em documentos produzidos pelos coletivos, entregues aos órgãos estatais.

Rodica Weitzman observa ainda que os documentos produzidos por lideranças dos movimentos sociais promovem uma explicação relacional para os acontecimentos, tais como: inundação, desmatamento, praga de mosquitos, doenças, entre outros problemas relacionados diretamente com as atividades da hidrelétrica. A autora afirma que essa cadeia de eventos relacionais também interliga diversos conflitos socioambientais, que passam a ocupar uma centralidade nos discursos e agendas políticas dos movimentos sociais. Assim, a apropriação da “linguagem ambiental” para argumentar e embasar o embate contra os oponentes amplia o repertório dos movimentos sociais, incluindo as ferramentas científicas como evidências e comprovações dos danos ambientais, com o objetivo de “qualificar” o debate.

Igor Rolemberg e Paula Lacerda discutem as percepções, classificações e práticas de estado em contextos de violência em Altamira e Marabá, estado do Pará. Os autores analisam como seus interlocutores investigam conflitos e produzem denúncias sobre episódios de violência, demonstrando como as práticas estatais nos cenários apresentados articulam com diversos setores estatais e privados para obstaculizar a ação de lideranças ligadas às questões de direitos humanos e socioambientais. Ao considerar intencionais essas práticas de estado, os autores fazem um exercício de análise da abordagem etnográfica da violência, a partir da perspectiva de sua polissemia.

Os autores, a partir de Abrams (1988) e Mitchell (2006), utilizam as noções de “estado prática” e “estado ideia” para analisar a produção de conflitos, violências, ameaças e reações dos movimentos sociais. Nesse sentido, a proposta do artigo examina como essas reações de lideranças nos ajudam a compreender as práticas estatais e como as ações de agentes antagonistas se articulam e se constituem mutuamente, demonstrando a conexão entre violência e mobilização, práticas de estado e de movimentos sociais.

Para tanto, os autores nos apresentam “episódios de violência” contra lideranças de movimentos sociais caracterizadas como massacres, assassinatos, ameaças de morte, prisões arbitrárias e perseguições penais tendenciosas ou ilegais, bem como práticas de deslegitimação moral dessas lideranças. Os episódios apresentados são também casos exemplares sobre a relação íntima entre as elites econômicas e os setores da administração pública, como observamos em diversas situações

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

na Amazônia, e como, mediante a “ideologia de desenvolvimento”, essas relações impulsionam e legitimam os casos de violência.

A entrevista realizada com Alfredo Wagner, conduzida por Renata Lacerda e Igor Rolemberg, traz, no primeiro momento, uma reflexão do autor acerca de seus trabalhos, que, segundo o mesmo, não poderiam ser enquadrados como “obra”, tendo em vista inconsistências concernentes ao exercício acadêmico. Em suas palavras: “Capital intelectual não significa acúmulo contínuo de conhecimentos, mas relações sociais dinâmicas e, por vezes, controversas”.

O professor apresenta sua trajetória, em uma abordagem na qual se fundem autobiografia e análise reflexiva, desde a passagem da sociologia e da ciência política para a antropologia, quando ingressa no PPGAS no Museu Nacional, após sair da prisão durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Revela que não antecipou que pesquisaria os temas que orientam seus trabalhos, tais como campesinato, povos indígenas ou “pensamento social brasileiro”, bem como demonstra as intempéries e aprendizado do exercício etnográfico e o impacto da produção acadêmica para os interlocutores. Apresenta os fatores identitários que fazem localizar as comunidades pesquisadas, indissociáveis das demandas da vida cotidiana. “A ‘nova cartografia social’ propicia meios para uma descrição aberta e plural que reforça a etnografia ao produzir uma ‘nova descrição’ em que os agentes sociais das unidades mapeadas são os artífices do mapeamento e a posição dos pesquisadores acadêmicos cinge-se à criação de condições de possibilidade para isto” (Wagner, *In* Lacerda e Rolemberg 2022, 16).

Alfredo Wagner percorre o trajeto de pertinência de conceitos, tais como terras de uso comum e migração, os trabalhos de campo que realizara no Maranhão e posteriormente no Nordeste. Sublinha os principais desafios na realização de pesquisa em contextos de conflito, tais como a assimetria social quase sempre presente e, atualmente, a necessidade de compreender vias de interlocução de novas formas político-organizativas, compondo centenas de identidades coletivas. Aponta que as agroestratégias, termo cunhado pelo autor, podem ser mais bem visualizadas nos megaprojetos, caracterizando-os como as novas *plantations*, combinando uma lógica colonialista e de expansão contínua das terras.

O conjunto de textos que compõem este dossiê apresenta casos e trajetórias específicos, mas que reportam a chaves de análise em comum para a compreensão das dimensões da violência na Amazônia contemporânea. Uma delas é a noção de reserva de um bem a ser explorado para o progresso ou o desenvolvimento da nação; outro aspecto é a precarização das relações sociais e das trajetórias de vidas dos interlocutores. Observamos que essas noções não se esgotam conforme o passar dos anos, mas os repertórios se atualizam e as velhas categorias, agora com nova roupagem, ganham destaque em cenários políticos que fomentam as práticas estatais. Esperamos ter contribuído para o debate e aberto novas possibilidades de interpretação e explicação para os processos que envolvem os cenários ora apresentados.

Recebido em 20/01/2022

Aprovado para publicação em 25/01/2022 pela editora Kelly Silva

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

Referências

- Abrams, Philip. 1988. “Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)”. *Journal of Historical Sociology* 1 (1): 58-89.
- Acselrad, Henri, e Maria das Graças da Silva. 2004. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. In *Conflitos ambientais no Brasil*, org. Henri Acselrad, 175–93. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bailey, Frederick G. 1971. *Gifts and poison: the politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell.
- Bates, Henry Walter. 1979. *Um naturalista no rio Amazonas*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Beltrão, Jane Felipe, e Paula Mendes Lacerda. 2017. *Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades*. Rio de Janeiro: Mórula.
- Beltrão, Jane Felipe. 2014. “Pertencas, territórios e fronteiras entre os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns versus o Estado brasileiro”. *Antares: Letras e Humanidades*, América do Norte. 5: 5-27. Acesso 10 nov. 2018. <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/2544/1489>.
- Das, Veena. 1995. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Figurelli, Mônica Fernanda. 2007. “Decompondo registros. Conflitos de terra em Pernambuco”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gupta, Akhil. 2015. “Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado”. In *Antropología del Estado*, org. Philip Abrams, Akhil Gupta, e Timothy Mitchell, 71–144. México: Fondo de Cultura Económica.
- Jasper, James. 2018. *The emotions of protest*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lambek, Michael. 2016. “The Past Imperfect: Remembering as Moral Practice”. In *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*, org. Paul Antze, e Michael Lambek, 298-318. New York: Routledge.
- Marques, Ana Claudia, John Comerford, e Cristine Chaves. 2007. “Traições, intrigas fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”. In *Conflito, política e relações pessoais*, org. Ana Claudia Marques, 27–55. Campinas: Pontes.
- Mitchell, Timothy. 2006. “Society, Economy and the State Effect”. In *The Anthropology of the State: a reader*, ed. Aradhana Sharma, e Akil Gupta, 169–86. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Pacheco de Oliveira, João. 2016. “Narrativas e imagens sobre povos indígenas e a Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira”. In *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*, 161–91. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Sigaud, Lygia. 1979. *Os Clandestinos e o Direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- Sigaud, Lygia. 1992. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira das Ciências Sociais* 18, ano 7.
- Simmel, Georg. 2011. O conflito como sociação. Traduzido por Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção* 10: 568–73.

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

Simmel, Georg. 2013. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*, org. Arthur Bueno. Traduzido por Laura Rivas Gagliardi. São Paulo: Senac São Paulo.

Smith, Herbert Huntingdon. 1879. *Brazil: The Amazon and the Coast*. New York: Charles Scribner's Sons. <https://archive.org/details/brazilamazonscoa00smit>

Tarrow, Sidney. 1993. “Cycles of Collective Action: between moments of madness and the repertoire of contention”. *Social Science History* 17, 2: 281-307.

Wolf, Eric. 2003. Encarando o poder: velhos insights, novas questões. In *Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wolf*, org. Bela Feldman-Bianco, e Gustavo Lins Ribeiro, 325–43. São Paulo: Editora da Unicamp.

Revoltas do povo da BR-163 frente às crises da ambientalização do governo

BR-163 people's revolts: crises of the government's environmentalization

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9306>

Renata Lacerda

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – Brasil

ORCID: 0000-0001-6128-7285

relacer@hotmail.com

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) e do Núcleo de Estudos sobre Amazônia Contemporânea (NUAMA/UERJ).

Analiso como crises foram tecidas em uma metanarrativa que justificava as revoltas daqueles que se apresentavam como povo de Novo Progresso e/ou da região da BR-163 (Oeste do Pará, Brasil). Ainda que com disputas internas, produtores rurais, agricultores familiares, garimpeiros, empresários, comerciantes, madeireiros e indígenas se aliaram eventualmente em ações coletivas a partir da demarcação da Terra Indígena Baú e da implantação de políticas de mitigação dos impactos da pavimentação da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Argumento que essas mobilizações conjuntas foram fruto da construção de comunidades morais-afetivas que compartilhavam memórias acerca das injustiças do governo federal desde a abertura da rodovia pela ditadura militar. Nessas memórias, que compõem o conhecimento da região, denunciavam a reprodução da precariedade e de crises pelo Estado por meio de narrativas de abandono, sacrifícios, sofrimentos, humilhações, desrespeito a direitos, lutas, amor à terra e ameaças, como invasões. Baseio-me em trabalhos de campo no município de Novo Progresso, bem como em mídias sociais, reportagens da imprensa, documentos governamentais e publicações escritas por moradores da região.

I analyze how crises were woven into a metanarrative that justified the revolts of those who presented themselves as the people from Novo Progresso and/or from the BR-163 region (West of Pará, Brazil). Despite internal disputes, rural producers, gold miners, businessmen, loggers, small settlers and indigenous people eventually joined forces in collective actions since the demarcation of the Baú Indigenous Land and the implementation of policies to mitigate the impacts of paving the BR-163 (Cuiabá-Santarém). I argue that these joint mobilizations were the result of the construction of moral-affective communities that shared memories about the injustices of the federal government since the opening of the highway by the military dictatorship. In these memories, which make up the knowledge of the region, they condemned the reproduction of precariousness and crises by the State through narratives of abandonment, sacrifices, suffering, humiliation, disrespect for rights, struggles, love for the land and threats such as invasions. I draw on fieldwork in the municipality of Novo Progresso, as well as social media, press reports, government documents and publications written by residents of the region.

Mobilização social; conflitos socioambientais; ambientalização; memória; BR-163 paraense.

Social mobilization; socio-environmental conflicts; environmentalization; memory; BR-163 from Pará.

Renata Lacerda

Introdução

A sedição [revolta] é a resposta de um grupo, comunidade ou classe a uma crise.

Edward Palmer Thompson

“A crise paralisou tudo, acabou com o movimento da cidade, muitos foram embora”. “O governo nos abandonou e voltou só para reprimir”. “Se o governo não resolver o problema que criou, vamos fechar a BR”. “O conflito é com o governo”. Afirmções como essas se repetiam nos trabalhos de campo que realizei em Novo Progresso, município cortado rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) no Oeste do Pará, fronteira com Mato Grosso. Também podem ser encontradas em publicações sobre a região em que o município é inserido, cujas principais referências para seus habitantes são a BR-163 e a bacia do Tapajós.

Pessoas e famílias que viriam a constituir o *povo de Novo Progresso* e da *região da BR-163* se valorizavam por permanecerem em locais *abandonados*, à beira de uma rodovia central para a nação e, posteriormente, para o chamado agronegócio brasileiro. Lembravam-se de *lutas* e *sofrimentos* que datavam da abertura da Cuiabá-Santarém pelo Programa de Integração Nacional (PIN) da ditadura militar, nos anos 1970¹. Rememoravam que foi nesse contexto que chegaram os pioneiros para colonizarem a Amazônia. Ao contarem as crises dos *ciclos* de ocupação e de *vocações* econômicas, reelaboravam memórias e expectativas acerca do futuro de suas famílias e da BR-163.

Ao longo desses *ciclos* muitas vezes coexistentes, formaram diferentes *classes* organizadas em associações, sindicatos e cooperativas: produtores rurais (pequenos, médios e grandes); garimpeiros (desde empresários e donos de garimpo a trabalhadores); comerciantes e empresários; trabalhadores rurais e agricultores familiares; madeireiros (sobretudo donos de madeireiras). Essas *classes* e suas divisões internas apresentaram tanto disputas quanto parcerias entre si na promoção do *progresso* que nomeou o município. Nesse processo, povos indígenas como os Kayapó enfrentaram sucessivas ameaças à manutenção e demarcação de seus territórios por parte dos *brancos* que chegaram com a rodovia².

Contudo, alianças e acordos entre segmentos dessas *classes* e povos indígenas foram manifestados publicamente em algumas ações coletivas. Entre elas, os bloqueios da BR-163 e as ameaças de bloqueio surgiram e se consolidaram como uma das principais formas de ação coletiva nessa região desde 2003³. Foi principalmente a partir desse ano, com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a aguardada pavimentação da rodovia avançou no trecho paraense, fomentando o escoamento do agronegócio do Mato Grosso para o porto de Santarém (PA). Com isso, *fechar a BR* passou a ser uma forma de pressionar o governo federal a solucionar seus problemas.

Todas as ações coletivas conjuntas eram pautadas pela BR-163. Seja pela promessa de *progresso* da região através da abertura e exploração da terra e do subsolo

1 Em itálico se encontram termos êmicos relevantes para a presente análise.

2 Ver: Campbell (2015), Castro, Monteiro e Castro (2004), Correa, Castro e Nascimento (2013), EIA BR-163 (2002), Lacerda (2015), Tarca (2014), Torres, Doblaz e Alarcon (2017).

3 Em 2002, pequenos agricultores realizaram uma série de protestos, inclusive com bloqueio da BR-163 e ocupações de fazendas abandonadas, para demandar terra em Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira vizinho de Novo Progresso (Campbell, 2015). Conheci essa ação por meio de povos indígenas de outros locais da Amazônia (idem, 2012). Contudo, na memória daqueles com quem conversei, inclusive lideranças indígenas, os bloqueios da BR-163 realizados na região são remetidos a 2003.

Renata Lacerda

– sonhos mobilizados sobretudo pela construção de rodovias e pela propaganda militar para atrair determinadas famílias e empresas para a Amazônia⁴. Seja pelas condições em que a pavimentação avançou, que geraram compensações ambientais.

Foram as condições ambientais à chegada do asfalto que levaram à pior *crise* lembrada pelo *povo da BR-163*, haja vista que frearam os sonhos que moveram a colonização da Amazônia. Elas decorreram do Plano BR-163 Sustentável, elaborado pelo governo federal em resposta a organizações da sociedade civil, que reivindicavam o combate aos riscos socioambientais da pavimentação.

Argumento que diferentes versões sobre essa *crise* evidenciam um processo de “comunização” (Bemerguy 2019) afetivo-moral em torno da BR-163, em que sentimentos como sofrimento e humilhação foram motores de suas *indignações*, gerando *revoltas*. Com isso, sujeitos que se diferenciavam entre si se reuniram na *luta* por causas regionais comuns (*Ibid.*). E/ou se aproximaram em manifestações a partir de *lutas* diferentes, construídas como não mutuamente excludentes por terem o *governo* como antagonista comum (Lacerda 2019).

Assim, a partir da *crise*, reconstruíram suas memórias em uma metanarrativa por meio da costura de sofrimentos e dores particulares em conhecimentos locais sobre injustiças do Estado, externalizado enquanto adversário (Das, 1995). Nessa metanarrativa, esqueceram e lembraram-se de determinados eventos do passado para enfatizar a construção da região (*povo da BR*) e do município (*povo de Novo Progresso*)⁵.

Cabe mencionar que não presenciei os protestos que analiso neste trabalho. Baseio-me nos relatos que obtive desses eventos, tanto nos trabalhos de campo no município de Novo Progresso, de 2013 a 2018, quanto em publicações e conversas pessoais nas mídias sociais, reportagens da imprensa, discursos de representantes em instituições públicas e documentos governamentais. Conversei com pessoas que se autodenominavam produtores rurais, empresários, assentados agricultores, madeireiros, garimpeiros e três lideranças indígenas Kayapó⁶. Apresentei-me como pesquisadora interessada na história e problemas locais.

Apesar de desconfianças sobre minhas intenções por ser branca do Sudeste – traço comum a jornalistas, ambientalistas e agentes governamentais –, muitos queriam me transmitir o *conhecimento da região*. Afinal, entendiam que os problemas das políticas públicas seriam decorrentes da falta desse conhecimento, que costurava biografias particulares à metanarrativa. Comentavam que um dos efeitos positivos dos bloqueios de rodovia foi a presença de alguém como eu para testemunhar e compartilhar seu *conhecimento* para fora.

No primeiro item, destaco como a *crise* afetou narrativas sobre a colonização. Nos itens seguintes, detalho medidas e efeitos das políticas que geraram diferentes sentidos de *crises*: declínio das *vocações* econômicas, de desemprego, moral-existencial. Por fim, analiso como os bloqueios da BR-163 expressaram *revoltas* em que aderiam e se opunham a governos, narrativas históricas, grupos sociais e projetos de desenvolvimento.

4 Ver: Bemerguy (2021), Campbell (2012) e Tarca (2014) para a BR-163. Ver Cordeiro (2018) para a BR-364 e Galuch (2019) para a Transamazônica (BR-230). Tedesco (2015) aborda como a construção da BR-163 e da Transamazônica ocasionou o crescimento de Itaituba como referência dos garimpos já existentes no Tapajós.

5 Baseio-me na noção de comunidades imaginadas de Anderson (2008) para pensar no papel criativo da violência e de emoções como o sofrimento (Das 1995) na coprodução de comunidades e pessoas imaginadas pela memória (Lambek, 2016), bem como os cruzamentos entre cognição e engajamentos morais-afetivos na produção de identidades coletivas (Jasper 2018). Já a noção de comunidades morais de Bailey (1971) contribui para pensar as reputações em jogo nas ações coletivas.

6 Identificam-se como Mebengôkré, do povo Mekrãg-noti.

Renata Lacerda

Histórias de colonização: ciclos e crises

Fontes orais e escritas sobre a história da região e de Novo Progresso destacam a rodovia Cuiabá-Santarém como um “corredor de sonhos” que fomentou a chegada de famílias reconhecidas como pioneiras quando só existia mato – alguns mencionam ainda que havia *índios* que causavam *medo*. Embora também houvesse muitas famílias vindas do Nordeste, a maioria daquelas lembradas pelo pioneirismo eram de colonos brancos vindos do Sul – alguns parando antes no Centro-Oeste –, não raro de ascendência europeia. Eram frequentemente valorizados por terem dado seu sangue e suor pela terra que vieram a *amar*. Ressaltavam assim seus *sacrifícios* para segurarem a Amazônia frente a ameaça da *invasão* por estrangeiros (“integrar para não entregar”), seguindo incentivos do *governo* que, em seguida, teria lhes *abandonado*⁷.

Os momentos em que foram redigidas as memórias de colonização revelam mudanças nas tonalidades e personagens dessa história. Três livros escritos por moradores de Novo Progresso registraram perspectivas particulares de diferentes períodos do local: Gertrudes Oravec (2008), pioneira sulista descendente de alemães; Zé Coruja (2004), que chegou nos anos 1990, vindo de Redenção (PA); Sara Schneider e Raquel Fortes (2011), pioneiras sulistas⁸.

Escrito de 1989 a 1994, a “Saga dos pioneiros do Pará” de Oravec é um retrato do que consideram ser o início da história de Novo Progresso. Apesar de escrever no fim do que seria conhecido como primeiro *ciclo do ouro* (1983-1991), Gertrudes não deu centralidade a esse tema. Falava em *crise* em termos dos *sacrifícios* e *dificuldades* enfrentados por pioneiros, sendo importante a *solidariedade* da *brava gente progressense* para ficar e acreditar na região, apesar do isolamento decorrente do estado precário da BR-163. Valorizou o *trabalho* dos colonos na agricultura, pecuária e abertura de comércios e serrarias. Associou os garimpeiros aos nordestinos, retratados como homens sem família, que desperdiçavam ouro e causavam medo à população. Retratou o ouro pela atração de perigos e grileiros/invasores vindos de fora.

Já “Novo Progresso – passado, presente e futuro”, de Zé Coruja, foi redigido de 1997 a 2004, período conhecido como *febre do ouro* e da *madeira*, com o objetivo de atrair mais gente para o município. Não falou sobre a *crise do ouro* de 1991 e demonstrou otimismo com o *progresso* da cidade e da região do Tapajós. Enfatizou os buracos e atoleiros da BR-163, mas acreditava na iminência da sua pavimentação e da emancipação do Estado do Tapajós⁹, que tornaria Novo Progresso um grande *produtor* e exportador de grãos e carnes. Elogiou a *valentia* dos pioneiros que *amam a terra*, mas reforçou o papel de famílias de toda parte do Brasil. Não valorizou apenas o *trabalho* de produtores rurais, mas também de madeireiros, pilotos de avião, profissionais liberais, religiosos, investidores e políticos. Descreveu o povo *progressense* como *honesto* e *trabalhador*. Quem chegasse depois, como sua família, se tornaria *progressense* ao *conhecer nosso amor* e *lutaria* pelas causas *paraenses* (*Ibid.*, 5).

“A história de Novo Progresso”, escrito em 2005 e 2006 por Sara e Raquel, re-

7 Ver Lacerda (2021) para o pioneirismo em Novo Progresso, Almeida (2021) para Mato Grosso e Cordeiro (2018) para Rondônia.

8 Apesar do uso do termo *pioneiras* no feminino, cabe reiterar que os pioneiros mais reconhecidos publicamente eram homens. Mas Sara, Raquel e Gertrudes se diziam pioneiras.

9 Ver Bemerguy (2019).

Renata Lacerda

toma a narrativa de Gertrudes, como a exaltação do pioneirismo, conflitos de colonos com garimpeiros e *invasores*, *sofrimento* e precariedade. As sulistas descreveram que, “com o *abandono* do Exército, ou seja, do Governo, da BR 163 [em 1979] iniciou-se o período mais *humilhante* para o povo em função da situação deplorável que chegou a estrada na década de 80” (Schneider e Fortes 2011, 53). As doenças ocasionaram *sofrimento* ao povo. As famílias sulistas que *resistiram* dependeram da solidariedade frente a circunstâncias *humilhantes*, em que não podiam trabalhar na terra conforme o governo havia prometido, pois não conseguiam escoar suas *produções* agrícolas. Outra promessa não cumprida foi a titulação definitiva das terras abertas. A culpa recaía no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que reconheceu o *direito* de alguns colonos (após o desmate de 50% da área) com documentos provisórios de aptidão à posse. Na época, esses documentos davam *direito* a financiamento em bancos.

Ao fim, Sara e Raquel se queixaram que, em meio às várias mortes, acidentes, doenças, falta de atendimento médico, conflitos com garimpeiros e grileiros, os “cidadãos são feridos na sua dignidade humana até perecerem pelo descaso” de políticos e pela justiça ineficaz (*Ibid.*, 123). Ademais, indicaram a dúvida e a ansiedade quanto ao futuro acerca das medidas ambientais do governo federal em 2004 e 2005, que “deixou a todos sem saber como agir” (*Ibid.*, 87). Como uma pioneira refletiu: “Toda mudança de *ciclo* há um período de *crise* e nós tivemos uma *crise* muito feia, porque o ouro acabou [1991], as pessoas foram embora. [...] agora temos esta *crise da madeira* [...] que eu acredito que vai demorar passar, mas vai passar” (*Ibid.*, 84).

Muitos colonos me contaram que a mudança de suas famílias para Novo Progresso havia decorrido de crises (financeiras, conflitos, construção de barragens, doenças, mortes) que ameaçaram suas terras e/ou mudaram arranjos familiares. Por isso, decidiram ir embora do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Alguns, como Gertrudes, contaram que seus antepassados haviam fugido de guerras na Europa. Rememoravam assim *ciclos* de pioneirismo, em que seu valor identitário era pautado pelo espírito colonizador, que segue em frente em meio ao *abandono* governamental¹⁰, sobretudo ao se depararem com *crises*. Como Thompson (1998, 206) indicou, agrupamentos sociais respondem a crises por meio de variadas ações coletivas, da “migração de aldeias inteiras” às revoltas.

Logo, uma das comprovações das variadas crises era o fato de muitos moradores irem embora. Isso ocorreu em 1991, quando o ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi responsabilizado por “mudanças governamentais na economia nacional” que levaram à *crise* do primeiro *ciclo* desse metal (Schneider e Fortes 2011, 65), bem como à *crise financeira* em todo o país (Oravec 2008). Contudo, os impactos dessa *crise do ouro* na região da BR-163 foram amenizados pelo:

- a) *ciclo da pecuária*, alternativa mais segura que a agricultura, dada a intrafegabilidade da BR-163;
- b) emancipação política do município de Novo Progresso em 1993, desmembrado de Itaituba;

10 Ver Schumann et al. (2015) e Seyferth (1992).

Renata Lacerda

- c) *ciclo da madeira*, iniciado na segunda metade dos anos 1990;
- d) um novo *ciclo do ouro* na virada do século.

Foram as *febres da madeira e do ouro* que motivaram a chegada de milhares de famílias e o otimismo do livro de Zé Coruja. Nos anos seguintes à *crise* de 2004, Zé Coruja e sua esposa foram embora, junto com cerca de 40% da população municipal¹¹.

Ambientalização: crise das vocações

Desde então, grande parte dos habitantes não só do município de Novo Progresso, como dos povoados vizinhos cortados pela rodovia Cuiabá-Santarém nos municípios de Altamira e Itaituba¹², relata uma grande *crise* que estagnou a região da BR-163, tanto em termos da crescente circulação de riqueza, coisas e famílias, quanto dos ideais de *desenvolvimento e progresso*. Para as classes dos produtores rurais, madeireiros, garimpeiros e empresários progressenses, o Plano BR-163 Sustentável *mudou as regras do jogo* de acesso às terras públicas e aos recursos florestais e minerais na região. A responsabilidade desse processo foi atribuída ao ex-presidente Lula (2003-2010) e à sua ministra do Meio Ambiente (MMA), Marina Silva.

O Plano previa “fortalecer a presença do Estado na região”, delimitada como área de influência da BR-163, abrangendo Amazonas, Mato Grosso e Pará (GTI 2005, 5). Através de um Grupo de Trabalho Interministerial, que apresentou disputas internas¹³, delineou medidas para mitigar impactos socioambientais da pavimentação da BR-163, especialmente o desmatamento e a grilagem. Em linhas gerais, instituiu o aumento da fiscalização ambiental pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a destinação de terras públicas federais. Para isso, foi criado um mosaico de unidades de conservação (UCs) e dezenas de assentamentos rurais sustentáveis na região. Consoante o processo de ambientalização (Leite Lopes 2006), preconizava mecanismos de participação social e parcerias com governos estaduais e municipais. Ademais, sua implantação previa a articulação com planos direcionados para a Amazônia¹⁴ e com o processo de licenciamento ambiental da BR-163 (EIA BR-163), que destinava compensações a povos indígenas afetados pela pavimentação da rodovia, pelo Componente Indígena do Programa Básico Ambiental (PBA-CI).

Nos relatos de moradores, a medida do Plano BR-163 Sustentável que anunciou a *crise* foi a Portaria Conjunta nº 10/2004 do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Incra¹⁵, que invalidou direitos atrelados a documentos cadastrais expedidos pelo Incra em terras públicas federais na Amazônia Legal. Até então, esses documentos de aptidão à posse eram suficientes para a aprovação de planos de manejo florestal no Ibama. Com a Portaria de 2004, os planos de manejo já existentes foram suspensos e o título definitivo se tornou necessário para a aprovação de novas autorizações de exploração florestal. Visto que ninguém possuía titulação no município, nem de posse nem de propriedade privada, isso foi vivenciado como perda dos *direitos* vigentes de acesso à terra e à floresta.

11 Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Novo Progresso tinha cerca de 5 mil habitantes em 1991, 15 mil habitantes em 1996, 25 mil em 2000, mais de 35 mil em 2004, 21 mil em 2007.

12 Altamira é o maior município do Brasil; apenas uma pequena área corta a BR-163 a oeste, nos distritos de Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra, a mais de mil quilômetros de distância da sede municipal. Itaituba fica a norte de Novo Progresso e é cruzado pela BR-163 e pela Transamazônica.

13 Ministérios como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) viam o Plano como entrave para a expansão do agronegócio na região. Já o MMA defendia o Plano integralmente ao priorizar a ideia de sustentabilidade (Araújo 2007, Leão 2017).

14 Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano Amazônia Sustentável (PAS). Ver: Araújo (2007) e Lacerda (2015).

15 O MDA foi extinto em 2016 por Michel Temer. Em 2020, Jair Bolsonaro transferiu o Incra para o MAPA.

Renata Lacerda

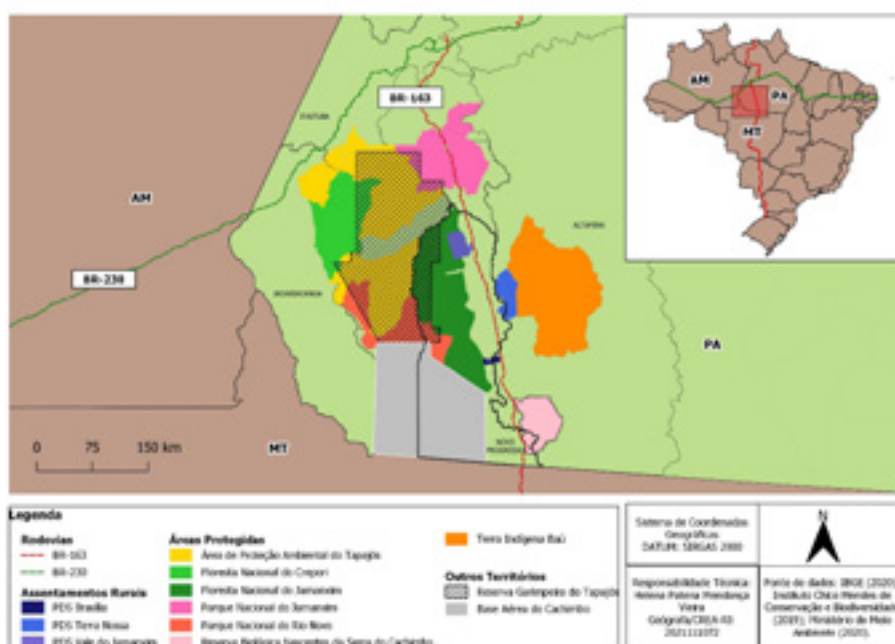
Ao lado disso, reclamavam que reivindicações antigas de moradores, como regularização fundiária, serviços públicos de saúde e educação, energia elétrica fora da cidade e finalização da pavimentação da BR-163 continuavam sendo promessas. Assim, ao buscar se fazer “presente na região”, o *governo ambientalizado* continuou a ser percebido como ausente em termos de *direitos* morais e legais, mas, ao mesmo tempo, repressor na exigência dos novos deveres.

O governo criou florestas

Além da Portaria de 2004, muitos atribuíam a causalidade da mudança da regras às chamadas *florestas* ou *reservas*, isto é, Unidades de Conservação (UC). Cinco UCs se sobrepuseram à Reserva Garimpeira do Tapajós, que havia sido instituída com quase 3 milhões de hectares em 1983, pelo Ministério de Minas e Energia (MME) (ver Mapa 1). Direcionada, em princípio, aos trabalhadores do garimpo, seu objetivo era evitar conflitos entre garimpeiros e mineradoras (Tedesco 2015). Essa reserva passou a ser cada vez mais acessada pela estrada Transgarimpeira, construída entre 1984 e 1986, em Moraes de Almeida (Itaituba), distrito próximo a Novo Progresso. Desse modo, essas medidas do governo militar haviam fomentado ainda mais o primeiro *ciclo do ouro*, que movimentou milhares de garimpeiros artesanais para o Tapajós.

Porém, a Constituição Federal de 1988 criou as Permissões de Lavra Garimpeira (PLGs), as quais foram emitidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – substituído em 2017 pela Agência Nacional de Mineração (ANM) – para especuladores capitalizados burlarem o licenciamento ambiental. Com isso e os crescentes gastos da mineração industrial, a classe garimpeira passou a contar com cada vez mais empresários, cooperativas e agentes capitalizados do que garimpeiros tradicionais, a quem a Reserva Garimpeira se destinava (Coelho, Wanderley, e Costa 2017; MPF 2020).

25



MAPA 1 – Áreas protegidas instituídas durante o governo Lula se sobrepuseram à Reserva Garimpeira do Tapajós, criada pelo governo militar em 1983. A Base Aérea do Cachimbo foi criada pelo governo de Getúlio Vargas, nos anos 1950.

Fonte: Concepção própria. Responsabilidade técnica de Helena Vieira.

Renata Lacerda

Ainda assim, para representantes da classe garimpeira, a sobreposição das novas *reservas* acabou com sua proteção frente às grandes empresas, pois multiplicaram os requerimentos de autorização de pesquisa para ANM, impedindo os pequenos garimpeiros de trabalharem legalmente nessas áreas requeridas¹⁶. Outra queixa era a proibição de mineração em Parques Nacionais¹⁷. A mineração em Florestas Nacionais (Flonas), por sua vez, vinha sendo alvo de controvérsias jurídicas entre o ICMBio e a ANM, em especial naquelas cujo decreto de criação permitia a atividade¹⁸ (ICMBio 2010).

Esse foi o caso da Flona do Jamanxim, criada em 2006 com 1.301.120 hectares (34% da área de Novo Progresso) sobre a Reserva Garimpeira e reivindicações de posse anteriores. Está inserida no Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, mas não teve concessões florestais devido a ações coletivas por lideranças locais, sobretudo dos produtores rurais¹⁹. De modo geral, para pequenos a grandes produtores rurais, assim como para as classes dos garimpeiros, madeireiros e empresários, as *florestas invadiram áreas produtivas*. Naturalizavam a pecuária, mineração e exploração florestal como *vocações* da região, ao passo em que a floresta era retratada como *invasão do governo*.

Criminosos atingidos

Especialmente com a Flona, pequenos a grandes produtores rurais passaram a se apresentar publicamente como colonos que *sofreram para ocupar a Amazônia* desde os anos 1970 e posseiros que tiveram suas posses reconhecidas pelo Incra antes da *mudança das regras*. Com base nisso e na legislação que versa sobre requisitos para a criação de UCs, os autointitulados colonos e suas lideranças demandaram o cancelamento, redução e/ou recategorização da Flona para uma categoria mais branda de UC, que permitisse *produzir* gado, grãos, madeira e minérios.

Reforçavam que apesar de favoráveis à preservação ambiental, precisavam voltar ou continuar a *trabalhar e produzir* – isto é, desmatar, mexer com garimpo, manejo florestal, pecuária e agricultura. Assim, muitos incorporaram o discurso ambiental, mas enfatizando a culpa do *governo* de não apresentar alternativas realistas e não os ensinar a fazer diferente, tratando-os de forma homogênea como criminosos ambientais ou bandidos. Repetiam que *respeitavam* a preservação ambiental, mas não se significasse deixar de *trabalhar e produzir*. E que os colonos não *desrespeitaram o governo* porque chegaram antes da criação da *reserva* e solicitaram documento de posse ao Incra. Quem *desrespeitaria os direitos* seria o *governo*.

Essa narrativa dos colonos passou a ser cada vez mais emitida para repórteres, pesquisadores e servidores públicos federais por pessoas variadas que se apresentavam como *povo de Novo Progresso* e da *BR-163*. Contudo, não falavam que a maioria daqueles que permaneceram nessa área chegou depois dos anos 1990, sobretudo 2000, com a expectativa de pavimentação da BR-163 (Silva 2011). Nem falavam sobre a concentração fundiária no interior da Flona (ICMBio 2009). Como me disse uma liderança de pequenos agricultores, que passou a ser chamada de traidora quando questionou ações coletivas do *povo*, “os grandes contam a história como se fossem trabalhador rural” (conversa em maio de 2017).

16 Na época, a Flona do Jamanxim já era alvo de requerimentos das mineradoras: CIA. Vale do Rio Doce, CIA. de Pesquisa de Recursos Minerais (MME), Serabi Mineração Ltda., Tracomal Mineração S.A., Empresa de Mineração Galesa Ltda. (Ricardo e Rolla, 2006). Em 2011, a Anglo American requereu ao então DNPM um perímetro que abrange mais da metade da Flona do Jamanxim (Barros, 2012).

17 Em Recomendação de março de 2020 à ANM, o MPF indicou a revisão dos limites da Reserva Garimpeira consoante as categorias de UCs sobrepostas.

18 O Parecer nº 21/2014 da Advocacia-Geral da União (AGU) impossibilitou a mineração nas UCs criadas pelo Plano BR-163 Sustentável.

19 Principalmente o boicote ao Conselho Consultivo da Flona do Jamanxim. Ver: Correa, Castro e Nascimento (2013), Lacerda (2015) e Silva (2011).

Renata Lacerda

Por vezes, o povo da região se retratou ainda como *atingidos* pela criação das reservas (ver Imagens 1 a 3). Essa foi uma das formas de buscarem o reconhecimento de suas pautas, apropriando-se de uma categoria empregada no Brasil desde os anos 1980 por comissões de contestação a hidrelétricas que deram origem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). De modo análogo a esses atingidos, o povo da BR-163 denunciava a subordinação do fator “sociocultural” aos fatores “técnicos” do Plano BR-163 Sustentável – elaborados, segundo eles, por pessoas que não *conhecem a realidade da região* – e o descumprimento de procedimentos técnicos exigidos por lei (Weitzman 2022).



IMAGEM 1 – O Projeto de Lei 8.107/2017 deu continuidade a demandas de manifestantes de bloqueios da BR-163 para alterar a Medida Provisória (MP) nº 756/2016, assinada por Michel Temer, que flexibilizava a Flona do Jamaxim (Torres e Branford, 2017). Temer havia vetado alterações à MP e negociou o PL 8.107.

Fonte: Material recebido em trabalho de campo, em maio de 2017.

27

Logo, embora tenham reformulado práticas, sentidos e linguagens referidos ao meio ambiente (Leite Lopes 2006), agentes mais capitalizados deram continuidade à devastação ambiental (Almeida, Neto e Martins 2005). E o fizeram ao abstrair a justificativa de pequenos produtores, agricultores familiares, garimpeiros e trabalhadores rurais para todo o povo: precisavam continuar *trabalhando e produzindo* para sobreviver. Ao mesmo tempo, reafirmavam que os *trabalhos e produções* relevantes seriam os vinculados às vocações econômicas, e não o extrativismo de pequeno porte, a garimpagem artesanal ou a agricultura familiar.

Renata Lacerda



FOTOGRAFIA 1 – Caminhão de carregamento de madeira, queimado em ação e fiscalização do Ibama. Segundo notícias de veículos locais, o responsável pelo ato, de 59 anos, foi o dono do caminhão e moto queimados pelo Ibama. Durante o evento, ele usou um colete dizendo: “O Ibama destruiu minha ferramenta de trabalho. Hoje fui eu, amanhã pode ser você!”. O ato reuniu cerca de mil apoiadores locais.

Fonte: Correa, Castro, e Nascimento (2013, 125).

Colonização sustentável: crise da madeira e do desemprego

Apesar do discurso da *crise* ter sido articulado e reproduzido sobretudo por empresários da madeira e do ouro e grandes produtores rurais, aqueles com menos condições eram reconhecidos por terem maiores dificuldades de adaptação aos novos tempos. Assim, não só pequenos produtores rurais, mas pequenos garimpeiros, trabalhadores das serrarias e do setor de serviços foram pegos de surpresa com o súbito desemprego e restrições ambientais. Foram esses trabalhadores e trabalhadoras que engrossaram as listas de candidatos à política de reforma agrária. Muitos ingressaram nos acampamentos que vinham sendo organizados desde 2003 na beira da BR-163 pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Altamira e Novo Progresso, de modo a demandar ao Incra a criação de projetos de assentamentos de modalidade convencional (PA).

Em ofícios enviados em 2005 a autoridades estatais, esses sindicalistas de trabalhadores rurais denunciavam a grilagem e os assassinatos por latifundiários e exclamavam a necessidade de terra para trabalhar em PAs. Mencionavam a *crise socioeconômica* pelo viés do desemprego e da fome que ele gerou. Já os ofícios de vereadores e secretários municipais demandavam assentamentos associando-os com a demanda de resolução da *crise da madeira*, atividade responsável nos anos anteriores pela *febre de empregos* (Incra 2005) (ver Fotografia 1).

Renata Lacerda



FOTOGRAFIA 2 – Dois outdoors assinados pelo Simaspa, Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, fotografados em setembro de 2004.

Fonte: Maurício Torres (2005, 315).

Assim, o aumento de desemprego confluiu com as negociações de políticos locais e madeireiras com os diretores e superintendentes do Ibama e Incra para terem acesso a planos de manejo em conformidade com a Portaria de 2004. Como Torres (2012) demonstrou, em 2005 e 2006 o Incra do Oeste do Pará criou dezenas de assentamentos da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Ao contrário do PA, que prevê a destinação individual de titulações e reservas legais, o PDS estabelece a destinação coletiva a assentamentos em áreas de floresta primária, pois sua intenção era favorecer populações extrativistas tradicionais. O PDS foi percebido não só como acesso à terra pelas famílias acampadas que demandavam reforma agrária, mas como meio de obtenção de licenciamento de planos de manejo florestal pelos madeireiros. A ilegalidade desse conluio levou à suspensão desses assentamentos por anos, através de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o Incra e o estado do Pará.

Um desses “assentamentos de papel”, como ficaram conhecidos, é o PDS Terra Nossa, instituído em 2006 com quase 150 mil hectares²⁰ (ver Mapa 1). Devido à Ação Civil Pública, o Terra Nossa foi liberado judicialmente somente em 2011, não recebendo documentação, crédito, infraestrutura e assistência técnica. Por isso, esses assentados criticavam o *governo* não pela *crise*, mas pelo Incra ter-lhes *abandonado* sem seus direitos, o que causou muito *sofrimento* e dificuldades para *trabalhar* na terra. Pior, tiveram que lidar com *humilhações* de produtores rurais, donos de garimpos, mineradoras e madeireiras que aproveitaram o *abandono* para disputarem essa área por meio de embates e articulações com agentes governamentais. Em 2015, esses agentes quase conseguiram reduzir 80% da área do PDS mediante outro conluio ilegal com o Incra. Tiveram apoio de associações de assentados do Terra Nossa, que passaram a preferir realizar acordos para conseguirem

20 90% da área do PDS Terra Nossa se situa no município de Altamira, mas seu acesso se dá pela BR-163, em Novo Progresso.

Renata Lacerda

ter acesso à terra, após quase uma década de *luta* sem obterem *direitos* e depois de uma derrota judicial favorável a produtores rurais (Lacerda 2015). Porém, o MPF impediu a redução (Torres, Doblas e Alarcon 2017).

Assim, para essas famílias assentadas, o *abandono do governo* se concretizava em sentido semelhante ao denunciado pelos pioneiros de Novo Progresso quanto à colonização nos anos 1980. Afinal, reproduziu situações de precariedade e de vivência de *humilhações* por agentes que desejavam expulsá-los do PDS por meio de contestações jurídicas e administrativas e/ou armas – experiência *humilhante* não raro vivida em outros locais onde viveram anteriormente. Ademais, muitos assentados também se chamavam de colonos. E alguns se valorizavam por serem pioneiros no assentamento como forma de legitimação de sua *luta* pela regularização do PDS. Embora alguns falassem sobre disputas com determinados produtores rurais, mineradoras e madeireiros, apontavam o *governo* – em particular, o Incra e parte de seus servidores –, como culpado por seus problemas (Lacerda 2022).

Por fim, como Beatriz Heredia (1983) indicou quanto à cana de açúcar no Nordeste, versões sobre crises de vocações econômicas costumam ser mais disseminadas por quem vê ameaçadas suas relações e posições sociais. No caso dos assentados, a criação do PDS Terra Nossa foi mais um evento de *abandono*, *humilhações* e *sufrimentos* em uma trajetória de sucessivas expropriações e busca de melhorias de vida. A imagem de *crise*, vinculada ao desemprego e à fome, predominava entre seus representantes, ao interagirem com autoridades e demais agentes ao organizarem ações de contestação.

30

De heróis a vilões: crise moral e existencial

Como vimos, para habitantes nada ou muito capitalizados, o Plano BR-163 Sustentável foi lido como uma ameaça para as formas de vida que os atraíram para a região e, especialmente no caso dos colonos, para seu sentido de história. Um sentimento que perpassa diferentes segmentos da população da BR-163, não só no Pará como no Mato Grosso, é o da *traição do governo*. Com isso, denunciavam que depositaram sua confiança em regras governamentais que lhes deram *direitos*, mas o *governo mudou as regras*, gerando ansiedade frente a um futuro incerto.

Conforme um produtor disse para a jornalista Carolina Glycerio (2008), “a gente se sente *traído* porque a gente investiu em uma área que não tinha nada, e agora eles estão tirando um *direito* que nós adquirimos”. Como sintetizou Seluchinsk (2008) ao analisar as narrativas de colonos de cidades mato-grossenses da BR-163, de heróis da história de colonização, se tornaram vilões – não só para o governo, mas para a nação, sendo retratados em reportagens jornalísticas por termos como piratas, desmatadores, grileiros e criminosos. Isso teria levado a uma “*crise identitária*” (*Ibid.* 229), que poderíamos interpretar como moral e existencial. O deputado federal ruralista Zequinha Marinho (PSC/PA), que manteve relações de proximidade com lideranças da *luta* da Flona do Jamaxim, também retratou essa *crise*:

Renata Lacerda

[...] naquele tempo [Ditadura Militar], o homem era companheiro do Governo, companheiro da nossa Nação, para desbravar a Amazônia. [...] muitos tombaram com doenças diversas da Amazônia. Agora, **aquele camarada que era um herói virou um vilão**. Hoje, o homem da Amazônia é considerado uma pessoa que **anda na contramão** [...] O povo da BR-163, especificamente do Município de Novo Progresso, vive a maior **angústia** da sua vida. [...] Tem até gente **se suicidando**. Essas pessoas estão perdendo tudo de uma hora para outra. [...] [...] (09/10/2009, discurso proferido na Câmara dos Deputados, grifos meus).

Nesse sentido, costumam repetir que o governo federal lhes *abandonou* desde os anos 1980, voltando décadas depois somente para *reprimi-los*. E que o *peçoal do meio ambiente* queria esvaziar a Amazônia. Isso era corroborado pelos mapas de zoneamento do Plano BR-163 Sustentável apresentados por técnicos nas consultas públicas, os quais não mostravam a ocupação humana existente, mas áreas completamente novas, com um novo vocabulário e uma nova história. Segundo Campbell (2012), a população de Castelo dos Sonhos (distrito vizinho a Novo Progresso) criticou em uníssono o zoneamento do Plano BR-163²¹, pois esse sugeria que o modelo de desenvolvimento anterior havia fracassado, o que os implicava indiretamente não só como vilões, mas como culpados pela precariedade em que viveram até então²².

Como um médio produtor definiu, o meio ambiente passou a *mandar* no governo federal, “eles pegaram um *direito* tão grande que hoje o *governo* é do meio ambiente”, pois “a lei deu muito poder pra eles” (Sandro, conversa em novembro de 2013). Um dos seus exemplos foi o Decreto nº 6.514/2008, que prevê a destruição de equipamentos usados para atividades ilegais, com destaque para a mineração e extração madeireira, pelo Ibama.

Em entrevistas e documentos das consultas públicas, o *governo federal* era denunciado, por um lado, pela *ausência* de direitos e do Incra. E por outro lado, pelo *autoritarismo* representado pelo Ibama e MMA. Isso era ilustrado pelo contraste entre o fechamento da unidade local do Incra por falta de recursos e a abertura da sede do Ibama em Novo Progresso. Essa presença do Ibama era descrita como *terrorismo* e *humilhação*, associados aos helicópteros que cruzavam o céu nas caras operações em que multavam áreas, apreendiam gado e queimavam equipamentos, bem como à circulação de servidores armados ou acompanhados da Força Nacional pela cidade.

Portanto, a *crise* significou ainda um choque moral (Jasper 2018) com relação ao *governo*, o que possibilitou a construção de lealdade entre grupos e classes antes mais abertamente diferenciados e antagônicos, como os colonos e os garimpeiros – os quais não eram bem-vistos pelos primeiros, segundo as pioneiras sulistas Oravec (2008) e Schneider e Fortes (2011). Assim, formas anteriores de narrar a história e as oposições sociais existentes na colonização foram relidas à luz do abandono e *repressão* que teria tornado todos vilões.

A construção da categoria de *governo*, por seu turno, facilitava a abstração de

21 O Zoneamento Ecológico-Econômico da BR-163 se contrapôs ao Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, o qual reconhecia a Reserva Garimpeira do Tapajós e projetava a expansão e consolidação de áreas consideradas produtivas no entorno da BR-163. Porém, o zoneamento federal prevaleceu.

22 Para uma situação em que uma população é culpada pela precariedade em que vive, o que integra políticas de rebaixamento do Estado, vivenciadas como humilhação, ver Gonçalves (2021).

Renata Lacerda

um inimigo comum contemporâneo, embora se referissem a políticas públicas de diferentes *governos*. Por exemplo, apontavam que o *governo* era contraditório, pois o Incra exigiria desmatamento para reconhecer a posse de terra e o Ibama puniria o desmate. Desse modo, produziam contemporaneidades entre eventos não contemporâneos (Das 1995); afinal, foi uma Portaria do Incra que demarcou as novas regras que, a princípio, passavam a não mais reconhecer o desmate como prova de ocupação. Por outro lado, por vezes as novas regras contradiziam políticas anteriores, como a Reserva Garimpeira, causando indefinições jurídicas acerca do uso de cada território.

Através do enquadramento da *crise*, o *povo da região* confrontou os projetos de desenvolvimento da ditadura militar e da sustentabilidade alicerçada no crescimento econômico, observando contradições internas e promessas não cumpridas de cada modelo de integração e desenvolvimento. Ademais, alguns agentes notaram atualizações do modelo de colonização anterior no novo modelo sustentável, como os assentados que se viam como colonos e pioneiros *abandonados*. Ou o colono que disse a Campbell (2012) que seriam os novos *índios*, pois seriam expulsos pela pavimentação da rodovia nos marcos da ambientalização, ao passo em que os *índios* haviam sido expulsos por colonos como ele. Dessa forma, instauraram conflitos socioambientais direcionados à crítica da gestão da região por sucessivos governos federais, por vezes englobados como um único *governo* injusto, que reproduz precariedades, *sofrimentos* e *humilhações*.

A revolta que para a riqueza que passa

Os bloqueios de rodovia se tornaram a ação coletiva de enfrentamento mais empregada desde o governo do ex-presidente Lula, que representa a *mudança das regras* que instaurou a grande *crise* na região. Se as ações coletivas em geral conquistaram legitimidade perante o *povo da BR-163* por causa da *crise* que o *governo* criou, no caso dos bloqueios de rodovia essa justificação era ainda mais importante, haja vista ser uma forma de ação controversa pelo seu caráter de enfrentamento, que pode ser interpretado como drástico ou violento (Das 1995). Por um lado, prejudicaria a circulação de moradores e de mercadorias, já dificultada pelas condições precárias da BR-163. Ao mesmo tempo, os bloqueios costumavam ser noticiados como fruto de *raiva* e *descontrole*, o que poderia piorar sua imagem externa de vilões. Por isso, cabia às lideranças tentar controlar os manifestantes para evitar uma imagem negativa para a imprensa (Lacerda 2019).

Renata Lacerda



FOTOGRAFIA 3 – “Caminhoneiro tentou furar bloqueio e foi impedido por manifestantes. Parte da carga foi jogada na pista da rodovia”. Esse bloqueio de 2013 reuniu pautas do PDS Terra Nossa, da Flona do Jamaxim e da fiscalização ambiental em seu interior. Assentados contaram que queriam ter queimado o caminhão, mas foram controlados por sindicalistas (Lacerda, 2019).

Fonte: G1 (Manifestantes..., 2013). Foto: Gilvanne Cardoso.

Mesmo no seu cotidiano, ações movidas pela raiva eram controversas, objeto de debate em termos de sua legitimidade, por serem imprevisíveis e poderem ferir pessoas justas – como observou Oravec (2008, 43-5). No caso das ações coletivas, a *revolta* remetia à mobilização da raiva em torno da indignação coletiva contra adversários, a quem buscavam incutir medo (Jasper, 2018). Por isso, nas reportagens, era recorrente a imagem de que o “clima está tenso” e ameaças de que a “situação poderá fugir do controle” caso as autoridades não dessem alguma resposta ao bloqueio.

Por outro lado, era igualmente reconhecida sua eficácia em termos de reconhecimento relativo das pautas pelo governo federal, o qual respondia ao bloqueio com ofícios com novas promessas e/ou reuniões com os órgãos competentes em cada assunto. Sabiam que essa eficácia era decorrente da BR-163 ser uma rota de escoamento de grãos do agronegócio mato-grossense, sendo declaradamente bloqueada para pressionar, chamar a atenção e forçar o governo a firmar acordos – por isso, a ameaça de bloquear a BR-163 se tornou uma ação coletiva baseada em bloqueios já realizados (Lacerda 2019).

Não raro, comparavam os incentivos do governo ao agronegócio no Mato Grosso com as restrições ambientais impostas no Pará. Explicavam que, com o anúncio da pavimentação da BR, a paralisação da circulação de caminhões de exportação se tornou a única ferramenta para suas demandas andarem. Reclamavam que o governo passou a vê-los não como *produtores* equivalentes aos mato-grossenses – expectativa nutrida por Zé Coruja (2004) ao escrever antes da *crise* –, mas como *corredor de exportação*; isto é, como passagem e não *produção* de riqueza do agronegócio (ver Imagem 2).

Renata Lacerda

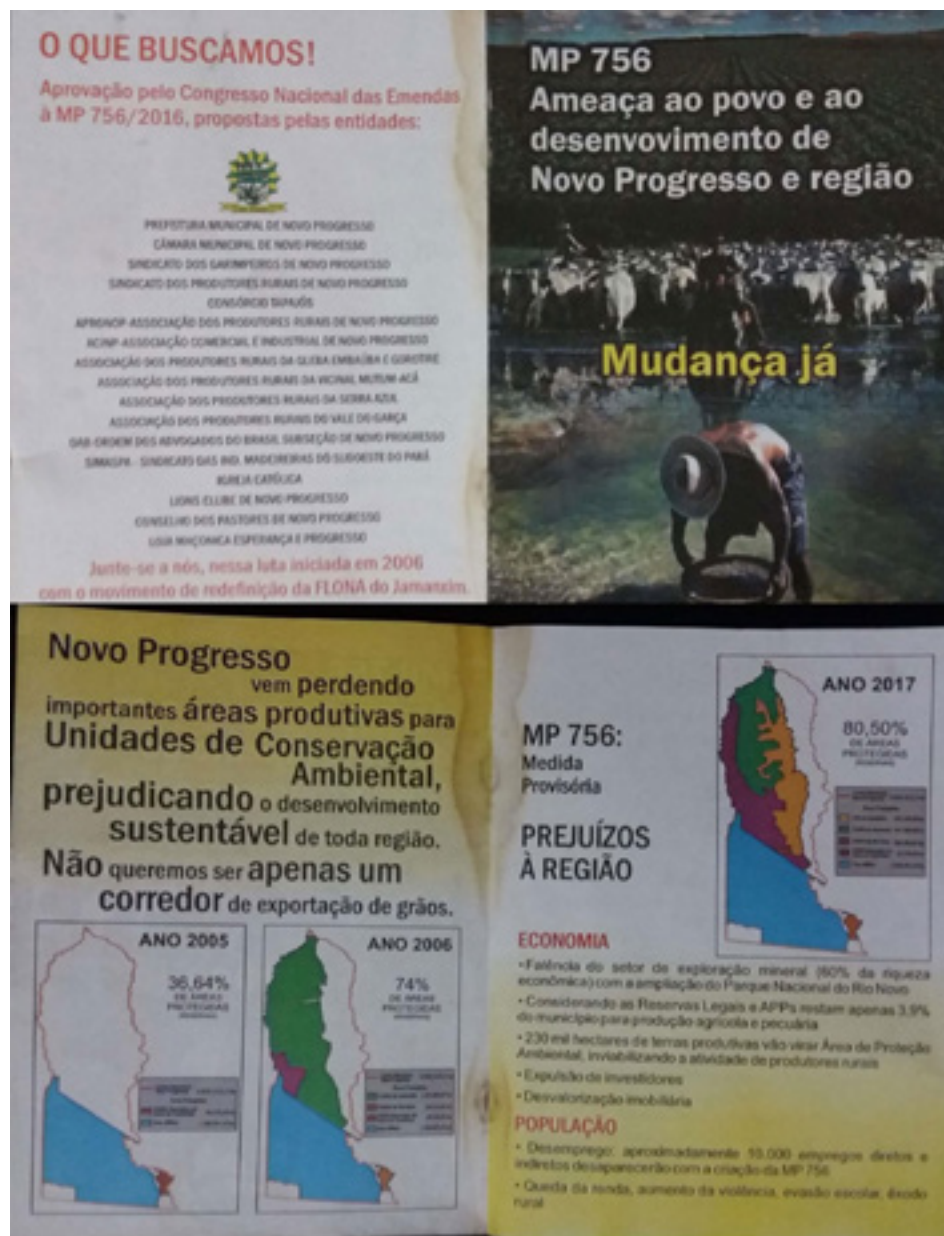


IMAGEM 2 – Panfletos dos movimentos da medida provisória de 2017.

Fonte: trabalho de campo em Novo Progresso em 2017.

Para as lideranças das *classes* e grupos mobilizados nos bloqueios, esses permitiam que suas *lutas* fossem noticiadas pela imprensa e, ao mesmo tempo, prejudicariam financeiramente os grandes produtores rurais do Mato Grosso articulados com o governo federal²³. Desse modo, pretendiam sensibilizar públicos mais amplos e interferir no campo político (Champagne 1984), ao denunciarem o *governo* como responsável pelos seus *sofrimentos*, ansiedades e *humilhações*. Tentavam justificar assim suas *indignações* e *revoltas* frente à precariedade da região e ao desrespeito de *direitos* morais e legais²⁴. Enquanto conversávamos sobre o bloqueio da BR-163 de 2013, um ex-produtor da Flona explicou a *revolta* que motiva essa forma de ação tanto pela espera da resolução do problema pelo *governo*, quanto pelos abusos e *humilhações* da fiscalização ambiental pelo Ibama:

[...] eu respeitei a lei, tô **esperando**, não cometi infração [...] Como o governo vem prometendo [e] nunca legalizou [...]. Tô esperando um ano, esperou dois, é oito, todo mundo, 90% **revoltado**, tranca a BR. O Ibama [...] diz que

23 Como o sojicultor mato-grossense e ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi (2016-2018).

24 Para análises de mobilizações sociais em torno de uma ou mais dessas emoções, ver: Boltanski (2004), Comerford (1999), Das (1995), Gonçalves (2021), Jasper (2018), e Lacerda (2014).

Renata Lacerda

tem autoridade pra isso, queima caminhão [...], barraco de peão. [...] **Ao invés de amenizar a situação vai cada vez agravando mais.** [...] Aqui o povo aqui é **pacífico** [...] tá **esperando** pelo governo, tá com **paciência**, às vezes se **revolta**, fala uma coisa ou outra, mas taí **esperando** [...]. (médio produtor que participou do bloqueio de 2013, novembro de 2013).

Nessa fala, chama atenção o trabalho do tempo na produção da *revolta* conjunta. São anos de *humilhações* e *desrespeitos aos direitos* de toda uma população, desde o peão aos donos de caminhões queimados. A isso, contrapõem-se os valores do povo progressense: paciente e pacífico.

Índios e brancos: invasões inversas

Ao passo em que tentava justificar ações de *revolta* devido a injustiças, o *povo da BR-163* também podia se mostrar *revoltado* com essa forma de protesto. Sobretudo se fosse protagonizada por indígenas, como ocorreu em 2011, quando um blog local publicou uma série de notícias, entre elas a intitulada: “População está revoltada com as atitudes dos índios Kayapó” (Ribeiro 2011a). Cerca de cem indígenas interditaram a rodovia para demandar serviços públicos nas aldeias. Além disso, paralisaram o trabalho das empreiteiras que asfaltavam a BR-163. Nos comentários à notícia, havia duas posições opostas: os *índios* deveriam *trabalhar* para não atrasar o *desenvolvimento*; os *brancos* deveriam copiar os *índios* na *luta* por seus *direitos*, em especial frente a políticos que não cumprem suas promessas. Em seguida, o blog noticiou que “o governo atendeu os indígenas” em menos de 48 horas (Ribeiro 2011b).

Esse imaginário vai ao encontro do estereótipo de “índios bravos”: negativo, por obstruir a colonização e o desenvolvimento; positivo, pela eficácia da sua desobediência perante a autoridade nacional (Pacheco de Oliveira 2016). Não raro, ressentiam que isso ocorria porque o *governo* se importaria mais com os *índios* do que com os *colonos brancos*. De todo modo, muitos progressenses valorizavam a habilidade dos Kayapó em protestos, o que os levava a chamá-los para *apoiar* os bloqueios de rodovia. Assim, produtores da Flona me contaram com orgulho que em 2017, quando bloquearam a BR-163 demandando a flexibilização da UC, tiveram *ajuda* de indígenas Kayapó de quem se tornaram amigos. Com isso, buscavam afirmar a legitimidade e a força da *luta* da Flona. Todavia, ao falarem da *luta* da Flona do Jamaxim, suas lideranças rememoravam sua participação nas ações coletivas de 2003, que resultaram na redução da Terra Indígena (TI) Baú dos Kayapó. Para eles, foi a primeira vitória contra *invasões* do *governo* às suas áreas *produtivas* (Torres, Doblás e Alarcon 2017, Lacerda 2015).

Em 2003, o sindicato dos produtores rurais (Siprunp), empresas madeireiras, duas mineradoras e a prefeitura de Novo Progresso bloquearam por mais de dez dias a BR-163, após tentativa frustrada de negociação em Brasília. A pauta era contra a demarcação da TI Baú na área entre o rio Curuá e a divisa de Novo Progresso com o município de Altamira. Embora tivesse sido criada pelo Ministério da

Renata Lacerda

Justiça (MJ) em 1991, com 1,85 milhões de hectares, foi no governo Lula que o MJ iria finalizar a demarcação e indenizar os milhares de ocupantes da área indígena.

A imprensa nacional e estadual destacou o teor violento da manifestação. Anunciavam a possibilidade de confronto armado, enquanto algumas lideranças locais falavam que os Kayapó eram amigos da população e que o problema havia sido causado pela Funai. Em paralelo, uma comissão de políticos, empresários e produtores locais negociou um acordo com representantes dos Kayapó na sede da Funai em Colíder (MT). O bloqueio acabou quando a Justiça Federal suspendeu a demarcação da TI Baú. O acordo foi ratificado pela Portaria nº 1.487/2003 do MJ, que reduziu 317 mil hectares da TI, na área onde hoje se situa o PDS Terra Nossa.

Lideranças engajadas na flexibilização do PDS Terra Nossa, por sua vez, organizaram um bloqueio na BR-163 em 2016 com os Kayapó. Além de pautas diferentes respectivas a cada território – unidade local da Funai e casas de saúde e cultura indígena; regularização do PDS acordada com autodenominados posseiros do entorno –, ambos os grupos demandaram serviços públicos (como vicinais e energia) com o “objetivo chamar atenção do governo federal para cumprir com as promessas por conta da construção da rodovia BR 163 na região” (Piran 2016).

Porém, o bloqueio foi separado em dois pontos, pois segundo uma liderança indígena: “índio não se mistura com branco”. O repórter explicou que “na região os índios têm suas queixas dos ‘brancos’, acusados de *invadir* e degradar suas terras e matas” (Abandonados 2016). Logo, a categoria de *invasão* era empregada reciprocamente. Contudo, o acordo de 2003 permitiu relações com indígenas anunciadas como de amizade e apoio, inclusive em manifestações conjuntas. De todo modo, os Kayapó, cujo território havia sido cortado pela BR-163 na ditadura militar, continuaram enfrentando invasões cotidianas às suas terras indígenas. Como os assentados, sua *luta* não apresentava uma versão da *crise das vocações*, embora compusessem ações coletivas com o *povo revoltado* com a ambientalização.

De vilões a heróis: não somos bandidos, queremos trabalhar

A partir do governo do ex-presidente Michel Temer (2016-2018) e, sobretudo, com Jair Bolsonaro (2019-2022), o tempo da ambientalização parecia enfim ter ficado no passado para o *povo da região*. Em Novo Progresso, 72,75% dos eleitores votaram em Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018; 78,18% no segundo turno.

Um dos efeitos do governo de Bolsonaro foi a intensificação das *invasões* de TIs por garimpeiros, madeireiros e produtores rurais. Ao lado disso, as compensações da pavimentação da BR-163 (EIA da BR-163) passaram a atrasar e serem ameaçadas de cortes, o que comprometeu os trabalhos do Instituto Kabu, criado em 2008 por indígenas Kayapó. Consequentemente, apesar de serem minoritárias, algumas lideranças de aldeias se associaram a garimpos e se desligaram do instituto²⁵.

Isso se deu no contexto de revalorização da mineração pelo governo federal, o que fortaleceu a pauta da Reserva Garimpeira do Tapajós. Em 2017, ganhou corpo o movimento “Garimpeiro não é bandido, é trabalhador”, que resultou em

25 “Garimpo e cisão”. Disponível em: <https://www.kabu.org.br/garimpo-e-cisao/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Renata Lacerda

bloqueios da BR-163 em 2019 e 2020, que contaram com a presença de indígenas Kayapó e Munduruku (ver fotografia 4):

Os garimpeiros contam com um apoio de peso: o presidente da República Jair Bolsonaro, que já foi garimpeiro e seu pai também realizou o ofício em Serra Pelada [...] “Porém na nossa região o que nos afeta mais é essa questão das áreas de conservação, que foram criadas através de decretos de 1998 a 2006, e sobre o decreto ele [Bolsonaro] não pode fazer nada... Precisa direcionar para que se tenha mudança na lei” (CAMILO 2020).



FOTOGRAFIA 4 – Atrás da faixa, há fotografias impressas de maquinários queimados pelo Ibama.

Fonte: Garimpeiros (2019).

Já os Kayapó vinculados ao Instituto Kabu se manifestaram em cartas públicas contra os garimpos e a exoneração da coordenadora da Funai, órgão que passou a ser visto como inimigo dos indígenas (Valente 2020). Em 2020, bloquearam a BR-163 demandando: retomada de ações do Ibama para expulsar madeireiros e garimpeiros das TIs, paralisadas pelo governo Bolsonaro; melhorias na saúde; renovação do PBA-CI; e consulta pública referente à nova ferrovia (Ferrogrão) desenhada em paralelo à BR-163 (ver fotografia 5).

Renata Lacerda



FOTOGRAFIA 5 – Lideranças Kayapó em bloqueio seguram cartazes do Instituto Kabu reivindicando consulta pública e compensação ambiental.

Fonte: Instituto Kabu.

Ao lado disso, com Bolsonaro, lideranças viram possibilidades de flexibilizar a Flona do Jamanxim por meio não da revolta, mas do diálogo com o *governo*. Nos primeiros meses de presidência, foram recebidas no Ministério da Agricultura (MAPA) (Barros 2019a). Já o PDS Terra Nossa, mesmo após recomendações do MPF (2020b) para expulsão de grileiros e paralisação da mineração em seu interior, segue sendo palco de assassinatos, queimadas, extração de ouro e exploração de madeira com anuência do Incra (Barros 2019b).

Como Bemerguy (2021) argumentou, a adesão ao bolsonarismo pode ser vista como atualização de “gramáticas e imaginários coloniais” vinculados à incompletude da rodovia BR-163, vivenciada em sua precariedade. A *crise da ambientalização* possibilitou que o *povo da BR-163* se manifestasse conjuntamente contra o discurso de Lula de que seriam “bandidos, grileiros e desmatadores de floresta” (Tarca 2020). Com Bolsonaro, as divergências internas ao *povo*, às *classes* e povos indígenas têm sido mais publicizadas. Além disso, a responsabilização pelos problemas se diluiu em outros agentes, como o Legislativo. Mas ainda há oposição ao governo federal, especialmente pelos Kayapó e assentados do Terra Nossa, para quem a *crise* não tinha centralidade.

Conclusão

O enquadramento de diferentes problemas e faces das crises (das vocações, do desemprego e moral-existencial) como uma *crise* causada pela *ambientalização* do governo mobilizava imagens da população da BR-163 paraense como comunidade moral e afetiva em variados bloqueios de rodovia e discursos públicos. Desse modo, sentimentos nutridos desde a colonização com a abertura da BR-163, como *sufrimentos*, *humilhações*, *lutas* e *amor* ao lugar em meio ao *abandono do governo*, se tornaram *raiva*, *indignação* e *revoltas* frente às *traições*, *repressões*, *invasões* e *desres-*

Renata Lacerda

peitos aos direitos de trabalhar e produzir.

Nesse processo de comunização, identidades e oposições sociais foram reformuladas. As diferenciações dos colonos perante os garimpeiros, presentes nas memórias de colonização, foram costuradas pelo pertencimento ao *povo vilanizado*, criminalizado e afetado por políticas do *governo*. A amizade entre *brancos e índios* foi reafirmada, apesar das *invasões* e da sua não mistura. Ainda que com desigualdades e tensões internas, se engajaram juntos em ações coletivas tendo em vista a transformação de um cotidiano compartilhado de precariedades e de promessas não cumpridas, tanto por parte do modelo de desenvolvimento da ditadura militar quanto do Plano BR-163 Sustentável. Nesse processo, algumas formas de ação como os bloqueios de rodovia se fortaleceram, sendo justificados pelas injustiças.

Com a eleição de Bolsonaro, muitos identificaram um retorno ao tempo de antes da *crise* em termos da expectativa de *progresso*, renovada com o fim da pavimentação da BR-163. A intensificação do processo de devastação da Amazônia, que corrói institucionalidades ambientais e de direitos coletivos, acompanha assim a ambientalização dos conflitos, movendo contradições entre segmentos do *povo da BR-163*, ações críticas de agentes estatais (como o MPF) e pressões internacionais.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado para publicação em 28/12/2021 pelo editor Alberto Fidalgo Castro

Renata Lacerda

Referências

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, Joaquim Shiraishi Neto, e Cynthia Carvalho Martins. 2005. *Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: Lithograf.
- Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Araújo, Rosane de Seixas Brito. 2007. “Vozes dissonantes: Estado, discurso e conflito no Oeste do Pará”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Bailey, Frederick G. 1971. *Gifts and Poison: The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell.
- Barros, Ciro. 2019a. “‘Desfaça tudo essas reservas’, diz produtora a secretário em reunião de fazendeiros do Pará com governo federal”. *Agência Pública*, 22 abr. 2019. <https://bit.ly/3Ecn5qo>.
- Barros, Ciro. 2019b. “Mortes, garimpo e grilagem assolam assentamento mais incendiado do Pará”, 3 set. 2019. *Agência Pública*, 22 abr. 2019. <https://bit.ly/32pPDPW>.
- Bemerguy, Telma de Sousa. 2019. “Notas sobre a feitura de um novo Estado na Amazônia Paraense: afetos e afetações em mobilizações sociais pelo Tapajós”. *Amazônica* 11 (2): 771–800.
- Bemerguy, Telma de Sousa. 2021. “Etnografando estradas e caminhos da ‘conquista’: sobre a presença colonial e a gramática bolsonarista na Amazônia”. In *Antropologia das mobilidades*, orgs. Candice Vidal e Souza, e André Dumans Guedes, 179–213. Brasília: ABA.
- Boltanski, Luc. 2004. *Distant suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Camilo, Márcio. 2020. “Apoiados por Bolsonaro, garimpeiros fortalecem movimento pela legalização do garimpo no Pará”. *O Estado de Mato Grosso*, 23 mar. 2020. <https://bit.ly/3qdprjM>.
- Campbell, Jeremy M. 2012. “Between the material and the figural road: The incompleteness of colonial geographies in Amazonia”. *Mobilities* 7 (4): 481–500.
- Campbell, Jeremy M. 2015. *Conjuring property: speculation and environmental futures in the Brazilian Amazon*. Seattle: University of Washington Press.
- Castro, Edna Maria Ramos de, Raimunda Monteiro, e Carlos Potiara Castro. 2004. *Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém*. Paper n. 119. Belém: UFPA.
- Champagne, Patrick. 1984. “La manifestation. La production de l’événement politique”. *Actes de la recherche en sciences sociales* (52-53): 19–41.
- Coelho, Maria Célia, Luiz Jardim Wanderley, e Reinaldo Costa. 2017. “Garimpeiros de ouro e cooperativismo no século XXI. Exemplos nos rios Tapajós, Juma e Madeira no Sudoeste da Amazônia Brasileira”. *Confins* (33): 1–25.
- Comerford, John. 1999. *Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Cordeiro, Manuela Souza Siqueira. 2018. “Pioneiros, fundadores e aventureiros – a ocupação de terras em Rondônia”. *Revista de Antropologia* 61 (1): 125–46.

Renata Lacerda

- Correa, Simy de Almeida, Edna Maria Ramos de Castro, e Sabrina Mesquita do Nascimento. 2013. “Política florestal e conflitos socioambientais na rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)”. In *Sociedade, floresta e sustentabilidade*, Marcelo Sampaio Carneiro, Manuel Amaral Neto, e Edna Maria Ramos de Castro, 107–29. Belém: IIEB.
- Coruja, Zé. 2004. *Novo Progresso. Passado, Presente e Futuro*. Novo Progresso.
- Das, Veena. 1995. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press.
- Estudo de Impacto Ambiental BR-163. V. 5, Apêndice 3. Componente indígena, 2002.
- Fleury, Lorena, Rômulo Barbosa, e Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. 2017. “Sociologia dos Conflitos Ambientais”. *Revista Brasileira de Sociologia* 5 (11): 219–53.
- Galuch, Mariana. 2019. “Do assentamento ao agronegócio: uma etnografia das migrações, políticas e dinâmicas territoriais em Apuí (Amazonas)”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Garimpeiros interdita BR-163 para cobrar legalização de garimpos no sudoeste do Pará, G1, 9 set. 2019. <https://glo.bo/30UDthl>.
- Glycerio, Carolina. 2008. “Crise alimentar vira argumento para produtores rurais”, *BBC Brasil*, 14 maio 2008. <https://bbc.in/3iwCkQ3>.
- Gonçalves, Nathalia Ferreira. 2021. “Um passado mal-acabado: políticas de rebaixamento étnico-racial da população cigana”. *Anuário Antropológico* 46 (3): 130–48.
- Grupo de Trabalho Interministerial (GTI). 2005. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém: 2ª Etapa de Consultas à Sociedade. Brasília: Casa Civil da Presidência da República.
- Hage, Ghassan. 2009. “Waiting out the crisis: on stuckedness and governmentality”. In *Waiting*, org. Ghassan Hage, 97–106. Carlton: Melbourne University Press.
- Heredia, Beatriz Maria Alasia de. 1983. “Versões de uma crise: o caso do ‘açúcar’ no sul de Alagoas”. *Boletim do Museu Nacional* 46: 1–16.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009. *Estudo técnico de revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim: relatório final*. Brasília, 30 set. 2009. <https://bit.ly/3sCwYM3>.
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2010. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Jamanxim, Pará*. v. 2. Curitiba: ICMBio. Acesso 10 dez. 2021. <https://bit.ly/3dIlyuEV>.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Santarém). 2005. *Processo 54501.000676/2005-02. Solicita criação de projeto em Cachoeira da Serra e Castelo dos Sonhos, Novo Progresso*. Santarém: Incra.
- Jasper, James. 2018. *The emotions of protest*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lacerda, Paula. 2014. “O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas”. *Horizontes Antropológicos* 20 (42): 49–75.
- Lacerda, Renata. 2015. “Fazer movimentos: mobilidade, família e Estado no Sudoeste Paraense”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lacerda, Renata. 2019. “Brigar junto contra o governo: alianças e disputas na implantação de um plano de desenvolvimento sustentável”. *RBCS* 34 (100): 1–19.
- Lacerda, Renata. 2021. “A cidade como forma de diferenciação: famílias pioneiras e fundadores na Amazônia”. *Wamon* 6 (1): 69–89.

Renata Lacerda

- Lacerda, Renata. 2022. *Coragem para segurar a terra: habitação, trabalho e violência*. No prelo.
- Lambek, Michael. 2016. "The past imperfect: remembering as moral practice". In *Tense past: cultural essays in trauma and memory*, orgs. Paul Antze, e Michael Lambek, 298–318. New York: Routledge.
- Leão, Andréa Simone Rente. 2017. "Na trilha da estrada: (des) caminhos do Plano BR-163 Sustentável como concepção do desenvolvimento na Amazônia". Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Leite Lopes, José Sérgio. 2006. "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre dilemas da participação". *Horizontes Antropológicos* (25): 31–64.
- Manifestantes... 2013. "Manifestantes bloqueiam rodovia BR-163, em Novo Progresso, no PA", G1 PA, 5 out. 2013. <https://glo.bo/3pfQ2NZ>.
- Ministério Público Federal. 2020a. MPF recomenda à ANM medidas contra a concentração ilegal de permissões de lavra garimpeira. 20 mar. 2020. <https://bit.ly/2MF9Wl1>.
- Ministério Público Federal. 2020b. MPF recomenda ao Incra que retire grileiros invasores do assentamento Terra Nossa, no Sudoeste do Pará. 23 out. 2020. <https://bit.ly/3q5Dzto>.
- Oravec, Gertrudes Strassburg. 2008. *A saga dos pioneiros no município de Novo Progresso - Pará*. Novo Progresso – Pará.
- Pacheco de Oliveira, João. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- Pinheiro-Machado, Rosana. 2019. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Ribeiro, Reginaldo. 2011a. "População está revoltada com as atitudes dos índios Kayapó". *Blog O Atual*, 15 set. 2011. <https://bit.ly/3Fq5UDi>.
- Ribeiro, Reginaldo. 2011b. "BR – 163 Liberada – Em menos de 48 horas o governo atendeu os indígenas kayapó". *Blog O Atual*, 18 set. 2011. <https://bit.ly/3sk9z1E>.
- Santos, Nazareno. 2018. *Seu Mané: ascensão e queda de um milionário no ciclo do ouro no Tapajós*. Alta Floresta: Correa.
- Schneider, Sara Royer, e Raquel Fortes. 2011. *A história de Novo Progresso*. Novo Progresso: Editora da UFPA.
- Schumann, Charlotte, Korbinian Hartberger, Michael Klingler, e Regine Schonenberg. 2015. *Sempre pra frente. Histórias de vida da BR 163*. São Paulo: Olhares.
- Seluchinsk, Rosane Duarte Rosa. 2008. "De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense". Tese de doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Seyferth, Giralda. 1992. "As contradições da liberdade. Análise das representações sobre a identidade camponesa". *RBCS* 7 (1): 1–31.
- Silva, Patrícia Guedes da. 2011. "Floresta Nacional do Jamanxim: mecanismo de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável". Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Tarca, Karina. 2014. "Entre tempos bons e ruins. Processos de expansão e fechamento na fronteira amazônica: o caso de Cachoeira da Serra no sul do Pará". Dissertação [mestrado em Antropologia]. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Tarca, Karina. 2020. "Territorialidade, identidade e conflitos socioambientais no Sudo-

Renata Lacerda

este Paraense”. In *História: sujeitos, teorias e temporalidades*, org. Willian Douglas Guilherme. Ponta Grossa: Atena.

Tedesco, Leticia de Luz. 2015. *No trecho dos garimpos: mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Porto Alegre; Amsterdam: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; VU Amsterdam.

Thompson, Edward Palmer. 1998. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

Torres, Maurício, e Sue Branford. 2017. “Amazônia ou parque dos dinossauros? Grileiros sentem ‘um ambiente bem mais positivo’ em Brasília e avançam para novas conquistas”. *The Intercept Brasil*, 4 abr. 2017. <https://bit.ly/3e1ehJb>.

Torres, Maurício, Juan Doblaz, e Daniela Fernandes Alarcon. 2017. *Dono é quem desmata. Conexões entre grilagem e desmatamento no Sudoeste Paraense*. São Paulo; Altamira: Urutu-branco; Instituto Agronômico da Amazônia.

Torres, Maurício. 2005. “Fronteira, um eco sem fim”. In *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*, org. Maurício Torres, 271–319. Brasília: CNPq.

Torres, Maurício. 2012. “Terra privada vida devoluta: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no Oeste do Pará”. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo.

Valente, Rubens. 2020. “Kayapós queimam ofício da Funai e dizem que órgão é ‘inimigo’ dos indígenas”. *Uol*, 20 ago. 2020. <https://bit.ly/32rdnDs>.

Weitzman, Rodica. 2022. No prelo (neste dossiê).

Relações de poder e resistências indígenas: algumas reflexões sobre disputas territoriais e políticas de Estado no Baixo Amazonas

Power relations and indigenous resistance: some reflections on territorial disputes and state policies in the Lower Amazon

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9308>

Katiane Silva

Universidade Federal do Pará, Belém, Pará – Brasil

Antropóloga e professora na Faculdade de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.

ORCID: 0000-0002-1938-9373

katianesilva@ufpa.br

Este texto tem como objetivo apresentar uma etnografia sobre as relações de poder e de violência contra povos indígenas do Baixo Amazonas. A partir do caso específico sobre a luta e resistência dos *Munduruku* e dos *Apiaká*, no Planalto Santareno, no Baixo Amazonas, estado do Pará, apresento reflexões iniciais sobre o problema dos conflitos, a violência e as disputas territoriais na região, a partir de uma perspectiva processual. Essas reflexões são fruto da interlocução com lideranças *Munduruku* e *Apiaká*, mediante entrevistas e observação no trabalho de campo, bem como do levantamento de dados bibliográficos e documentais. O artigo está dividido em três partes e considerações finais. Num primeiro momento, apresento resumidamente o processo de mobilização e a luta do movimento indígena no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas. Na segunda seção do artigo, faço um esboço sobre o tratamento dado pelo poder legislativo local para questões étnicas, tendo como base o caso da criação da “Comissão Especial de Estudos Parlamentares sobre a proliferação de grupos e territórios étnicos no Município de Santarém”. Na terceira seção do texto, apresento as situações violentas e as ameaças que os indígenas vêm enfrentando desde a chegada e expansão do agronegócio no seu território.

Munduruku e Apiaká no Planalto Santareno; Amazônia; Território; Relações de poder.

This paper aims to present an ethnography on power relations and violence against indigenous peoples in the Lower Amazon. Based on a specific case study, which highlights the *Munduruku* and *Apiaká* of Santareno Plateau, in the Lower Amazon, state of Pará, I present initial reflections on the conflicts, violence and territorial disputes in this region, from a procedural perspective. These reflections are the result of interactions and discussions with *Munduruku* and *Apiaká* leaders, based on interviews and observation made during fieldwork, as a bibliographic review and analysis of documental data. The article is organized into three main sections, in addition to a conclusion. In the first part, I briefly present the process of the struggle and mobilization of the indigenous movement in the Lower Tapajós and Lower Amazon regions. In the second section, I outline the local legislative power given to specific ethnic questions, according to the creation of the “Special Commission for Parliamentary Studies on the proliferation of ethnic groups and territories in the municipality of Santarém”. In the third section, I present the violent situations and the threats facing indigenous people since the arrival and expansion of agribusiness in areas pertaining to their territories.

Munduruku and Apiaká of the Santarem Plateau; Amazon; Territory; Power Relations.

Katiane Silva

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma etnografia sobre as relações de poder e violência contra povos indígenas do Baixo Amazonas. Essas reflexões, a partir de uma perspectiva processual e histórica da Antropologia¹, são fruto da interlocução com lideranças *Munduruku* e *Apiaká*, mediante entrevistas, conversas informais e observação no trabalho de campo, bem como do levantamento de dados bibliográficos e documentais. Trabalhei também com análise de vídeos, que recebi via redes sociais, produzidos por indígenas, com o objetivo de denunciar as violências que estavam sofrendo em 2018.

O ponto central do texto trata sobre as práticas estatais, a partir de um caso específico da criação de uma Comissão Especial por vereadores de Santarém, com o objetivo de cercar os direitos territoriais de indígenas e quilombolas no município e proporcionar a manutenção do poder e a concentração de terras em certos segmentos econômicos e políticos locais. Analisar essas práticas implica em, segundo Gupta (2015), atentar-se aos contextos múltiplos nos quais o Estado se constitui cotidianamente, por meio de um conjunto de representações e de experiências dos agentes estatais e suas diferentes instituições em relação com o público local.

Segundo Wolf (2003), a palavra *poder* é carregada de múltiplos sentidos e ao categorizar os diferentes tipos de poder (individual, transacional, tático ou organizacional e estrutural), o autor nos ajuda a compreender, no caso estudado, como a noção de poder estrutural delinea as relações em campo. Essa noção de poder estrutural reflete, de certo modo, as experiências no Planalto Santareno, pois a região tem um histórico de colonização bem demarcado pela violência. Para o autor, essa noção,

é útil precisamente porque nos possibilita delinear como as forças do mundo influenciam os povos que estudamos, sem cair num nativismo antropológico que postula sociedades supostamente isoladas e culturas não contaminadas, seja no presente ou no passado. Não há vantagem num falso romantismo que pretende que “gente real fazendo coisas reais” habita em universos fechados e auto-suficientes (Wolf 2003, 327).

O argumento de Wolf é interessante para analisar a situação que será apresentada, pois a história da região do Baixo Amazonas é caracterizada por diversos processos de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho de indígenas e negros que foram escravizados. Destaco aqui dois momentos: a extração da borracha (final do século XIX e início do século XX) e a monocultura da soja como ponto de partida para a análise das práticas de estado e suas implicações nas disputas territoriais locais. A pesquisa documental aponta que essas duas modalidades de utilização e esgotamento dos recursos naturais tiveram o apoio dos governos brasileiros com a premissa de progresso e desenvolvimento da nação ou região, sem considerar ou dar importância à presença de povos indígenas e

1 Trabalhando a partir de um contexto situacional, compoñho as análises deste texto a partir de experiências vividas em campo e da interlocução com documentos produzidos pelo Estado, tomando como ferramenta analítica as discussões apresentadas por Pacheco de Oliveira (1999).

Katiane Silva

tradicionais na região.

O contraponto a esse ideal de progresso como projeto de nação surge com a organização e a articulação dos movimentos indígenas no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas, desde o final dos anos 1990. A compreensão de que “a terra não está aí pra ser comercializada e nem pros grandes empreendimentos”, conforme apontou uma liderança indígena² do Planalto Santareno, é reforçada pelos diversos coletivos, que denunciam e resistem há muito tempo aos empreendimentos estatais: geralmente “os governos apoiam” aqueles que “vêm de fora tomar posse” do território tradicional dos indígenas e que “hoje estão matando as populações com todo esse veneno”, completa a liderança ao se referir aos efeitos nocivos do cultivo da soja no Planalto Santareno. Nesse contexto, é importante ressaltar que a violência no cotidiano desses indígenas se concretiza também na palavra *sofrimento*: o engajamento no movimento representa o risco iminente de sofrer algum ataque violento, já que as ameaças são constantes.

Nos cenários conflituosos do Baixo Amazonas e Baixo Tapajós são acionados diversos mecanismos de estigmatização, racismo e desconfiança com relação aos coletivos indígenas que lutam por seus direitos. As ideias preconcebidas a respeito dos povos indígenas em Santarém validam a violência e são atualizadas conforme a história de exploração da região amazônica, no caso estudado, mediante cultivo da soja. Os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Planalto Santareno se intensificam na medida em que a expansão dessa monocultura se estabelece e se afirma cada vez mais com o apoio da política estatal local.

O contexto de Santarém, em termos de políticas para os povos indígenas, é marcado por conflitos agrários, disputas e violência, dentro de uma região caracterizada pela diversidade étnica constantemente ameaçada e que resiste à atuação dos empresários das *commodities*. Dentre as diversas situações violentas, a expansão da fronteira agrícola no Planalto Santareno, capitaneada pela empresa Cargill, é proveniente do Mato Grosso, com o intuito de escoar grãos, via BR-163. Desde então, há pouco mais de dez anos, os diversos grupos e as terras tradicionalmente ocupadas do território do Planalto têm sido pressionados por empresários do agronegócio.

O artigo está dividido em três partes e considerações finais. Num primeiro momento, apresento resumidamente o processo de mobilização e a luta do movimento indígena no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas. Aqui considero a forte relação entre essas duas regiões, pois observei no campo um complexo de relações históricas, sociais, econômicas e de parentesco. Na segunda seção do artigo, faço um esboço sobre o tratamento dado pelo poder legislativo local para questões étnicas, tendo como base os poucos documentos elaborados a partir da criação da “Comissão especial de estudos parlamentares sobre a proliferação de grupos e territórios étnicos no Município de Santarém”, criada por meio da Portaria n° 008 de 28 de maio de 2019. Na terceira seção do texto, apresento as situações violentas e as ameaças que os indígenas vêm enfrentando desde a chegada e expansão do agronegócio no seu território. Assim, a partir do caso específico sobre a luta dos *Munduruku* e dos *Apiaká*, no Planalto Santareno, Baixo Amazonas, estado do Pará,

2 Optei por não informar os nomes das lideranças por motivo de segurança dos interlocutores.

Katiane Silva

apresento reflexões iniciais sobre os conflitos, a violência e as disputas territoriais na região.

1 Contextualizando a luta: alguns apontamentos sobre a organização e a mobilização social indígena no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas

As experiências de mobilização indígena nas regiões do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas podem ser pensadas como processos imbricados, tanto em termos de relação de parentesco (observado nos relatos em trabalho de campo), quanto de organização política e luta por direitos, como foi discutido pela indígena antropóloga Luana Kumaruara (Cardoso 2019). É importante apresentar sucintamente estes movimentos a partir de um cenário específico de construção e consolidação das categorias de unidades de conservação no Baixo Tapajós e as consequências dessas políticas para o próprio movimento indígena. Durante o trabalho de campo, observei a complexidade do processo de ocupação dessas duas regiões que resulta na permanência e na persistência indígena, quilombola e de migração, engendrado por políticas governamentais.

O Baixo Tapajós é uma região caracterizada pela presença de Unidades de Conservação de Uso Sustentável: a Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns e a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós. A Flona Tapajós foi criada em 1974, mediante Decreto n.º 73.684, com o objetivo de promover a exploração racional dos recursos madeireiros e o uso diverso sustentável dos recursos naturais florestais e a pesquisa no âmbito científico. Ioris (2014), ao pesquisar sobre conflitos na Flona Tapajós, verificou que a criação da reserva suscitou desentendimentos entre os moradores que ocupavam aquelas terras há muito tempo. No início de sua implantação, o governo federal forçou o deslocamento populacional, provocando reação contrária aos esforços de conservação.

Em 2001, a antropóloga e indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai) Rita Heloisa de Almeida realizou uma viagem de campo ao rio Tapajós e produziu um relatório em resposta às diversas demandas de estudos antropológicos que vinham surgindo ao longo do rio Tapajós, dentre eles um documento informando o reconhecimento étnico de indígenas *Munduruku*, *Tupinambá* e *Kumaruara*; uma carta redigida no II Encontro dos Povos Indígenas do Tapajós Arapiuns, realizado entre os dias 30 de dezembro de 2000 e 1º de janeiro de 2001; e uma carta proveniente da comunidade de Bragança e encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF) chamando atenção para as invasões do seu território por fazendeiros, madeireiros, posseiros e pescadores provenientes de outras localidades (Funai 2001).

Desde o final da década de 1990, vem ocorrendo um processo de afirmação étnica e luta por direitos territoriais no Baixo Amazonas e no Baixo Tapajós³, com o consequente fortalecimento desses movimentos. A resposta estatal para isso foi a tentativa de apagamento da presença étnica, tomando como base os efeitos da burocratização e da classificação que a criação de Unidades de Conservação vem impondo a essas populações. Tomo como exemplo, a persistência do termo “caboclo” em alguns discursos do senso comum político e até mesmo acadêmico. Esse termo geralmente é relacionado a pessoas que vivem no meio rural, como

3 Muito bem discutido nos trabalhos de diversos autores, como Ioris (2014, 2018, 2019), Vaz Filho (2010, 2013), Peixoto et al. (2012), Lima (2015, 2019), Arantes (2019), e Costa (2019).

Katiane Silva

os ribeirinhos, os camponeses e os indígenas, associados a adjetivos pejorativos como ignorantes ou não civilizados pelo mundo moderno, desprovidos de cultura e tidos como atrasados intelectualmente (Lima 1999).

Por muitos anos, os indígenas foram considerados extintos, como um reflexo naturalizado da colonização e exploração territorial local. Os discursos políticos, bem como registros oficiais ou escritos de alguns viajantes (Bates 1979, Smith 1879) fortalecem uma tentativa de apagamento da presença e do protagonismo indígena nos contextos de violência provocados pela expansão colonizadora na Amazônia. A ideia da Amazônia como vazio demográfico pode ser encontrada nesses autores, cujos trabalhos apontam soluções para o que consideram como um problema.

Com o intuito de coletar informações sobre a Amazônia para posteriormente transferir o conhecimento obtido em suas viagens para a comunidade científica internacional, Bates (1979, 139) chegou a Santarém em 1851, onde viveu por três anos e meio. Em geral, acompanhado por moradores locais ou mesmo por indígenas que o guiavam nos rios e florestas, o naturalista conseguiu relatar em seu diário, em alguns momentos com bastantes detalhes, os diversos aspectos das sociedades do Baixo Tapajós. Em uma de suas viagens nos arredores de Santarém, ele descreve o lago Maicá (que atualmente passa por uma situação de litígio, com a tentativa de criação de um porto para escoamento de *commodities*), suas adjacências e a presença de grupos considerados perigosos.

Já o naturalista estadunidense Herbert Huntington Smith visitou a fazenda Taperinha e registrou a presença de indígenas e negros escravizados, além de apontar um projeto colonizador da região: “estou seguro de que as províncias do norte deverão eventualmente ser a maior região agrícola do Brasil, não só por causa de sua produtividade, mas porque estão mais próximas da Europa e da América, os grandes mercados” (Smith 1879 *apud* Papavero e Overal 2011, 153).

As imagens estereotipadas criadas sobre os indígenas, segundo Roca (2014) ao estudar o trabalho de Rugendas, compõem “um conjunto altamente articulado e persistente de relações históricas de dominação e submissão cultural das populações autóctones, indissolavelmente ligado ao poder colonial”, intimamente ligadas à trajetória da construção de um projeto de nação específico para o Brasil.

Nesses discursos, os indígenas, ribeirinhos, pequenos produtores ou povos tradicionais eram considerados camponeses ineficientes e culturalmente retrógrados. Suas atividades extrativistas eram consideradas ineficientes e suas produções e seus modos de viver específicos eram desvalorizados (Schmink e Wood 2012). Assim, no empreendimento de colonização, a ideia do pioneirismo dos imigrantes que carregavam a missão civilizadora da região, corrobora, de certo modo, a noção da “última fronteira”, conforme apontou Pacheco de Oliveira (2016).

A Resex Tapajós-Arapiuns foi criada mediante o esforço de vários segmentos sociais para a retomada dos territórios cada vez mais ameaçados por madeireiras. Ioris (2014) menciona que o movimento era tão intenso que era necessário “fazer uma varredura”, de acordo com os líderes comunitários. Assim, foram criadas a Associação Intercomunitária Yané Caeté e a Associação Intercomunitárias dos

Katiane Silva

rios Aruã, Maró e Arapiuns. Por meio dessas duas associações, as comunidades articularam a criação da Resex Tapajós-Arapiuns em pouco tempo.

A coordenação dos trabalhos de mobilização ficou a cargo de um Grupo de Trabalho, composto por organizações não governamentais, representantes de movimentos sociais, comunitários, representantes do Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA). Segundo Florêncio Vaz (2013), que acompanhou os trabalhos de perto, “o clima geral era de colaboração num projeto que parecia ser de todos. Até aquele momento, nenhuma comunidade na região do Baixo Tapajós se autoidentificava publicamente como indígena” (*id.* 145). Assim, a Resex Tapajós-Arapiuns foi oficialmente criada mediante o Decreto de 11 de novembro de 1998, delimitando uma área de aproximadamente 647 mil hectares, abrangendo os municípios de Santarém e Aveiro.

Simultaneamente à criação da Resex, ainda conforme o autor, a comunidade Takuara, localizada na Flona Tapajós (município de Belterra) tornou público seu reconhecimento étnico e reivindicou à Funai a demarcação de suas terras. Se o objetivo inicial do governo com a instituição da Flona Tapajós era promover a exploração dos recursos florestais madeireiros para satisfazer a necessidade do mercado, tal iniciativa não se atentou à presença de comunidades na região, bem como não houve um planejamento ou um estudo prévio para o empreendimento. Isso intensificou os conflitos entre o Estado e as comunidades, pois o maior potencial madeireiro estava concentrado na região onde elas se localizavam.

Por isso, não se pode encarar os conflitos nessa região como fenômenos isolados ou característicos de comportamentos de “povos retrógrados”, mas como resultado de novas modalidades de ordenamento territorial, que provocaram uma mudança na realidade e no cotidiano da população local. Portanto, é imprescindível refletir sobre os mecanismos de violação dos direitos indígenas, num cenário no qual a relação entre Estado e esses povos oscila entre a negação e o reconhecimento de direitos (Beltrão 2014). Arrisco ainda a afirmar que o cotidiano dessas pessoas passou a absorver um tipo de burocratização, no qual seus costumes comecem a ser regulados pelas leis que regem essas unidades.

Uma das possibilidades percebidas a partir das experiências apresentadas é que ter acesso à terra não significa apenas possuir um bem específico, mas uma possibilidade de reprodução social, cultural, política e econômica. É assumir o compromisso e o protagonismo de sua história – indígena. Deste modo, o sentimento de pertença a um grupo e seus interesses, sejam econômicos ou políticos, é um aspecto da composição da etnicidade em questão. Num espaço onde as fronteiras foram oficial e artificialmente reconfiguradas, diversos grupos étnicos competem por recursos e lidam com as imposições de novos modos de ser ditados pela administração estatal. A identidade indígena em questão também pode ser entendida como uma reconstituição ancestral, cujos identificadores de referência são recriados de acordo com fatores políticos, sociais e o contexto situacional.

As identidades étnicas e as lutas dos indígenas estão relacionadas à força da produção e reprodução das suas práticas culturais, gerando controvérsias com relação ao monopólio administrativo do Estado na gestão de territórios. Percebe-se

Katiane Silva

ainda a necessidade, na região, de se estabelecer um modelo de “índio puro”, e sua relação com a invenção da tradição, como fundamental no jogo de legitimação social.

Tais situações, que podem ser lidas a partir da chave do racismo estrutural (Almeida 2020) são bastante comuns em diversas regiões brasileiras, e seria impossível discutir boa parte dessas experiências neste espaço. Apesar disso, quero mencionar o caso da resistência dos indígenas *Kokama* às relações de poder e patronagem também instituídas pelo Estado (Silva 2015), na região do Auati-Paraná, Amazonas, que venho estudando desde 2007; e a experiência da retomada de terras dos *Tupinambá* na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença (Aларcon 2019). Nesses casos, os indígenas passaram por situações de extrema violência por parte do Estado em nome do desenvolvimento da região.

Os conflitos surgidos a partir dessa forma de afirmação política da identidade estão intimamente relacionados com as disputas prévias nas regiões a serem estudadas, bem como às histórias de desigualdades: relações de patronagem e posse e “grilagem” de terra; fatores religiosos; determinações políticas governamentais, além dos acordos políticos locais. Por isso, é importante compreender o contexto social e histórico dessas regiões e as estratégias dos indígenas para o enfrentamento da violência e tentativa de superação de uma posição de subordinação imposta.

Fanon (1968), ao afirmar que o mundo colonial é um mundo compartimentado, pode ser uma chave de análise para pensar essas novas (ou nem tanto) formas de colonização da Amazônia forçadamente. Um caso exemplar desse processo de “recorte” do território é o da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região onde está localizado o território dos *Apiaká*. Segundo uma liderança *Apiaká*, em 2004 o Incra demarcou assentamentos, sem esclarecer, no entanto, a situação aos *Apiaká*:

Quando surgiu o assentamento e incluíram todo mundo. Todos nós. Não perguntaram, não tomaram satisfação coisa nenhuma. Eu tava contando que vinham buscar a gente pra uma reunião aqui no Moria e apareceu um gaiato lá dizendo que nós éramos “índios ressurgidos” e eu disse pra ele que eu tinha conhecimento que ressurgido foi Cristo que ressurgiu dos mortos. [...] Aí tinha um advogado do INCRA e eu disse que ninguém aceitava assentamento (Entrevista com a liderança *Apiaká* em 2018).

A questão abordada pela liderança, que vive na aldeia de São Pedro do Palhão, no Planalto Santareno, é um desafio constante na região. Em diversas situações, os indígenas são acusados de fraudes, de serem “falsos índios”, por não corresponderem às imagens e às representações dos indígenas do período colonial. Essa estratégia foi utilizada pelos políticos durante a CPI da Funai e do Incra ao criminalizar os indígenas por não aparentarem as mesmas características dos indígenas do século XVI (Roca 2019). Na próxima seção do texto será possível analisar um caso específico da ação do Estado em defesa dos interesses empresariais, que implica em formas violentas de classificar e criminalizar os indígenas.

2 Estratégias e disputas identitárias: algumas políticas de Estado para povos indígenas e a atuação do legislativo local

Para o segmento econômico-empresarial santareno, a atuação dos movimentos indígenas no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas representa uma ameaça ao “direito de propriedade privada” e ao desenvolvimento regional. Tal discurso, que persiste em diversas situações, está ligado à ideia de projeto de desenvolvimento para a Amazônia, repercutida em diferentes momentos da história, como, por exemplo, nas políticas de incentivo à presença de imigrantes colonos Confederados em Santarém na segunda metade do século XIX. Outro momento histórico em que podemos observar uma preocupação do Estado com esta ocupação é o período da Ditadura Civil-Militar, apoiada em um conjunto de estratégias para superação do suposto atraso econômico regional, como, por exemplo, a construção da Rodovia Transamazônica BR-230 (Schmink e Wood, 2012)⁴.

Essas articulações para o desenvolvimento não se restringiram ao período ditatorial. A chamada ocupação desordenada da Amazônia, resultante de diversas intervenções estatais, foi um fator decisivo para o avanço na regularização fundiária na Amazônia, com o intuito de atender às necessidades do agronegócio. Menezes (2020) demonstrou que a insegurança jurídica rural sempre foi um obstáculo para o avanço da fronteira agrícola. Neste sentido, os esforços do governo em 2008 se concentraram em uma série de medidas para a elaboração de um programa de desenvolvimento regional, no qual a prioridade era a regularização de grandes áreas de terras públicas. Tais procedimentos resultaram na regulamentação do Programa Terra Legal, lançado em 2009.

Nove anos depois, em dezembro de 2018, o então vereador delegado Jardel Guimarães (PODEMOS), por meio do requerimento nº 1.819⁵, propôs a instauração de uma “Comissão especial de estudos parlamentares sobre a proliferação de grupos e de territórios étnicos no município de Santarém - PA”. Tal iniciativa foi motivada, dentre outras situações, pela demanda de representantes do Sindicato Rural de Santarém (Sirsan), assessorados por consultores⁶, com base na ideia de que a existência de territórios indígenas supostamente representa um entrave ao progresso da região.

De fato, as propostas de demarcação de territórios indígenas e quilombolas confrontam os ideais econômicos desses empresários, que aparentemente não medem esforços para arrecadar grandes áreas e expulsar os povos tradicionais de seus locais de origem em nome do crescimento econômico do agronegócio.

Tal ação do legislativo com o advento da “Comissão especial” também pode ser compreendida pela chave de análise das agroestratégias (Almeida 2010), que se caracterizam como estratégias políticas de alianças entre o agronegócio e setores políticos do Estado, com o objetivo de expandir o controle territorial e destituir os direitos territoriais e étnicos de povos indígenas e tradicionais, por meio de alianças nas três esferas de poder (Judiciário, Legislativo e Executivo). De fato, a pressão exercida pelo Sirsan para a criação da “Comissão especial” evidencia essas alianças e as agroestratégias em nível local.

Rosa (2016), ao fazer uma análise sobre “as ofensivas legislativas contra os

4 Schmink e Wood (2012) afirmam ainda que tais estratégias tinham como motivação a resolução das questões políticas da época, já que as autoridades militares e civis adotaram políticas que favoreciam o capital estrangeiro. Foi por meio do projeto Operação Amazônia que os órgãos federais encorajaram investidores brasileiros com créditos e vantagens fiscais para possibilitar a implementação das políticas de desenvolvimento da Amazônia. “Com seu apelo fomentado por temas nacionalistas já consolidados e seu convite ao capital doméstico para participar de uma grande e lucrativa ‘aventura da Amazônia’ tornou-se um tipo de missão enaltecida, vinculada à grandiosidade da própria nação” (49-50).

5 Disponível no site da Câmara Municipal de Santarém. Fonte: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/7993>. Acesso em: 20 mar. 2020.

6 CARGILL compra soja de fazendas sobrepostas a território indígena em Santarém (PA). De olho nos Ruralistas: observatório do agronegócio no Brasil, 27 out. 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/10/27/cargill-compra-soja-de-fazendas-sobrepostas-a-territorio-indigena-em-santarem-pa/>. Acesso em: 20 de janeiro de 2022.

Katiane Silva

direitos indígenas” (184), observa uma centralidade na questão territorial. Concorrendo com a autora, “são muitos os interesses em disputa com relação à demarcação das terras indígenas” (201) e esses interesses estão pautados na “ideologia do desenvolvimento”, segundo a qual se entende que a presença de povos indígenas e tradicionais na Amazônia supostamente representa o atraso para a região, como colocado pelo vereador delegado Jardel Guimarães.

Em postagem de 10 de dezembro de 2018, em rede social, o vereador divulgou a notícia da criação da “Comissão especial”:

Na sessão de hoje, apresentamos requerimento visando a criação de uma Comissão Especial de Estudos Parlamentares sobre a proliferação de grupos e territórios étnicos em nosso município. Esse aumento de grupos que se autodenominam “indígenas” e “Quilombolas” vem crescendo assustadoramente, e com isso afetando o desenvolvimento econômico de nossa cidade⁷.

É importante observar o posicionamento e a ação política de parte dos vereadores de Santarém durante a legislatura compreendida entre 2017 e 2020, e sua parceria com os setores empresariais. A criação da “Comissão especial” pode ser observada como um exemplo para compreendermos as formulações para proposições dos projetos de nação, das práticas de estado, aqui representadas principalmente pelo agronegócio como um ator e articulador de pautas legislativas, como observou Almeida (2010), com o conceito de agroestratégias. De fato, essas alianças e articulações não são novas, elas fazem parte não apenas do complexo processo de colonização local, mas de diversos programas de governo.

Apesar dos esforços do vereador em atender ao pedido dos empresários do agronegócio, não houve celeridade no processo de instalação da Comissão. Na sessão ordinária de 16 de abril de 2019, o vereador cobrou dos colegas providências para a efetivação do processo:

O vereador DEL. JARDEL GUIMARÃES (PODE) recordou que no final do período legislativo do ano passado, a Casa aprovou uma solicitação do Sindicato Rural de Santarém – SIRSAN, que requeria a criação de comissão especial de estudo sobre a proliferação de grupos e territórios étnicos no município. Segundo ele, tal requerimento foi devidamente aprovado e imediatamente o denominaram como membro da comissão, juntamente com os vereadores Dayan Serique e Júnior Tapajós. Contudo, também faziam parte Henderson Pinto, atual secretário de Estado e Silvio Amorim, que já não faz parte dessa legislatura. Disse que o SIRSAN requereu que seja instalado tal comissão; por isso, solicitou à Mesa Diretora que dê celeridade ao pedido (Santarém 2019a, 1).

O discurso do vereador demonstra claramente a pressão exercida pelo Sirsan sobre os vereadores. No entanto, somente após cinco meses da aprovação do re-

7 Disponível no link: <https://www.facebook.com/delegadojardel.1/posts/2292866030945598>. Acesso em 20 de março de 2020.

Katiane Silva

querimento nº 1.819/18, a “Comissão especial” foi criada mediante a Portaria nº 008, de 28 de maio de 2019, com caráter temporário e duração de 120 dias. Sua composição foi instituída pela Portaria nº 010, de 03 de junho de 2019, com os seguintes vereadores: Alaércio Magalhães Cardoso (Partido Republicano Progressista – PRP), como presidente; Dayan Serique dos Santos (Partido Popular Socialista – PPS⁸); Jackson Douglas Santana Ferreira (Partido Social Liberal – PSL); Francisco Sousa (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB); e Rogélio Cebuliski (Partido Socialista Brasileiro – PSB).

Na ata da quadragésima sessão ordinária da câmara de vereadores de Santarém, de 3 de junho de 2019⁹, o vereador Chiquinho (PMDB) enfatiza sua preocupação com os trabalhos do Grupo Técnico, conhecido como *GT Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno*. O GT foi constituído pela Funai por meio da Portaria nº 1.387, de 24 de outubro de 2018¹⁰, com o objetivo de responder ao Termo de Conciliação Judicial homologado no Processo nº 1000141-38.2018.4.01.3902 e à Ação Civil Pública nº 1912/2018, proposta pelo Ministério Público Federal, que “em desfavor da UNIÃO e da Funai, visa sanar injustificada e reiterada omissão dos réus em adotar medidas administrativas necessárias à identificação e à delimitação do território do povo indígena *Munduruku*, no município de Santarém/PA” (Ministério Público Federal 2018, 2). A finalidade do Grupo, portanto, era realizar os estudos necessários à identificação e delimitação da área demandada pelos indígenas *Munduruku e Apiaká* que ocupam o território do Planalto Santareno. Segundo a ata da sessão, o então vereador Chiquinho comentou que:

uma equipe da Funai de posse de uma portaria de 2018, estaria fazendo estudo para criação de área indígena naquela região. Ressaltou uma preocupação, pois, de acordo com o parlamentar, é uma área já consolidada por agricultores. Disse que a Casa não vai ficar de braços cruzados, e estará se mobilizando com os moradores da região e Executivo para que, junto ao novo presidente da Funai e Governo Federal, tratem sobre a questão (Santarém 2019b, 1).

Continuando o debate, o então vereador Rogélio Cebulisk, conhecido como Gaúcho, reforçou a preocupação, alegando que “a Casa precisa acompanhar a situação” e justificou a ausência na próxima sessão, pois estaria em “uma reunião com o presidente da Funai e outras entidades, em que faz questão de participar e mostrar indignação quanto a esse processo” (Santarém 2019b, 2). Aqui ele se refere especificamente ao primeiro trabalho de campo realizado em maio de 2019 pelo *GT Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno*, dando início aos estudos para o processo de identificação e demarcação da terra indígena pleiteada pelos indígenas. Em seguida, o vereador Alaércio Magalhães, em resposta a essa suposta “ameaça” da Funai, destacou a Portaria de composição da “Comissão especial” de estudos parlamentares, enfatizando o comprometimento desses vereadores com os segmentos econômicos empresariais da região.

Em um contexto aparentemente dominado pelas orientações do governo

8 Em setembro de 2019, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a mudança do nome do Partido Popular Socialista (PPS) para Cidadania.

9 Disponível no site da Câmara Municipal de Santarém: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/10141>. Acesso em 20 de março de 2020.

10 A Ação está disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/acao_mpf_identificacao_delimitacao_territorio_munduruku_planalto_santareno_pa_maio_2018.pdf/view. Acesso em 20 mar. 2020.

Katiane Silva

federal, que naquele momento se posicionava totalmente contrário aos direitos territoriais de indígenas e quilombolas, os vereadores defendiam os interesses ruralistas, com a justificativa do apoio ao desenvolvimento da região, e demonstravam naquela sessão indignação com a realização do trabalho de campo do GT.

Embora diversos setores do Estado estivessem trabalhando nesta perspectiva, outros segmentos se comprometeram com a defesa dos direitos indígenas, como, por exemplo, no caso da atuação de alguns servidores do MPF em Santarém, que pressionaram a presidência da Funai a providenciar o início dos estudos no Planalto Santareno, evidenciando as contradições e as multiplicidades das práticas estatais.

Os destaques e as indignações dos parlamentares chamam atenção para o reforço de uma suposta ocupação consolidada no Planalto Santareno por agricultores não indígenas, ignorando totalmente a presença de indígenas e de quilombolas na região. Além disso, aponta para os esforços de articulação entre empresários e políticos com o objetivo de pressionar instituições, como a Funai, bem como a diversidade étnica regional.

De acordo com uma jovem liderança representante do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (Cita), os indígenas tiveram acesso a essas informações com certa demora. Em reação a criação da “Comissão especial”, as lideranças indígenas do Baixo Tapajós junto ao Cita se reuniram com o então prefeito Nélio Aguiar e em outras oportunidades conversaram com alguns vereadores membros da Comissão, como o vereador Jardel Guimarães no sentido de frear os ataques aos indígenas e quilombolas. O teor dos diálogos era tenso, pois as lideranças pressionaram os vereadores a extinguir a “Comissão Especial”; caso contrário, o Cita moveria um processo via MPF contra a Câmara Municipal alegando racismo estrutural.

Ainda conforme a liderança, o vereador Delegado Jardel tentou aproximação com ela via redes sociais, em outubro de 2019. A liderança afirmou estar surpresa, já que o vereador iniciou os processos e se tornou membro da Comissão. O vereador respondeu que retirou seu nome da Comissão devido à condução dos trabalhos. A liderança respondeu que “a Comissão tem um formato racista” e que ficou em dúvida a respeito da aproximação do vereador, se “era bem ou mal intencionada”.

Os anos de 2018 e 2019 transcorreram sob grande tensão no Baixo Amazonas, tanto para os indígenas quanto para os quilombolas. Os embates com representantes do agronegócio se tornaram mais frequentes e, além disso, o cenário político e governamental se configurou de modo desfavorável aos grupos étnicos locais. Foi nesse contexto de transformações sociais e políticas drásticas no Brasil, da ascensão da extrema-direita ao poder, com a diminuição dos direitos sociais e a criminalização dos direitos humanos, que os coletivos indígenas do Baixo Rio Amazonas e do Baixo Rio Tapajós se posicionaram contrariamente à maior abertura da Amazônia como a última fronteira do agronegócio.

Durante sua campanha política de 2018, o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro reforçou o discurso de combate aos movimentos sociais, direitos humanos e às minorias sociais, em especial, aos indígenas e quilombo-

Katiane Silva

las. O candidato chegou a afirmar em entrevistas antes e pós-eleição que “no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”¹¹. Essa postura fomentou na região a sensação de que o agronegócio dominaria toda a economia local, e os territórios indígenas seriam anulados.

Um mês antes da instauração da Comissão Especial e poucas semanas após as eleições de 2018, em 8 de novembro de 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão ligado à Organização dos Estados Americanos (OEA), visitou a aldeia Açaizal no Planalto Santarenense¹², com o propósito de ouvir os testemunhos de indígenas e quilombolas e registrar as situações de ameaças e conflitos agrários na região. Os participantes da reunião – dentre os quais, membros das comunidades indígenas e quilombolas de Santarém, de organizações não governamentais e do Estado – foram surpreendidos com a chegada de um grupo de representantes do Sirsan. Na ocasião, os membros da CIDH e os participantes presenciaram a ação intimidadora de alguns representantes dos interesses dos “sojeiros”¹³, que exigiam participação na reunião.

Conforme um vídeo divulgado pelas mídias sociais¹⁴, uma jovem liderança *Munduruku* explicou que enquanto eles aguardavam o início da reunião, os representantes dos “sojeiros” chegaram “para tumultuar a reunião” e, inclusive, “agrediram uma das nossas lideranças (...) ele bateu no celular dela, derrubou no chão e isso é uma forma muito grosseira em um momento muito tenso, que culminou com a saída deles posteriormente com a chegada da polícia”. Dias após a agressão, ela registrou Boletim de Ocorrência, entretanto nada foi apurado até o momento, conforme relato da indígena.

A ação intimidadora transcorreu desde o ato de seguir a comissão, fotografar as placas dos veículos estacionados próximos ao barracão da aldeia Açaizal, até abordar um dos membros da CIDH, argumentando que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) era um equívoco para a nação brasileira, pois na região em questão não existiam índios. Em resposta, o comissário alegou que “fomos convidados pelo Estado, temos autonomia internacional e nos reunimos com quem queremos”¹⁵. Somente após a chegada e a intervenção da Polícia Federal, a reunião foi iniciada.

Em comunicado à imprensa de 12 de novembro de 2018, publicado no site da OEA¹⁶, os membros da CIDH enumeram 26 pontos importantes e preocupantes observados nas reuniões realizadas por todo o país. Dentre eles, no 18º ponto chamam atenção para “situações urgentes”, que tratam das violações de direitos de indígenas e quilombolas. Nesse ponto destacam “obstáculos crescentes para a demarcação de suas terras e dificuldades apresentadas pela tese do marco temporal” e expõem o que vivenciaram na reunião:

Também a comunidade indígena da Aldeia de Açaizal em Santarém/Pará que está submetida a práticas de coerção, ameaças e tentativas de intimidações por exercer o direito de defender seus direitos. A esse respeito, a CIDH deseja registrar publicamente que não só recebeu denúncias sobre essas práticas, como também foi alvo direto de intimidação na localidade (CIDH 2018b).

11 “No que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”, diz Bolsonaro a tv. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2021.

12 Esta visita foi possível mediante convite do Estado brasileiro em novembro de 2017 e tinha como objetivo “observar a situação dos direitos humanos no país” (CIDH 2018a, 1). A viagem ocorreu entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018, a comissão foi formada por seis equipes que se dividiram pelo Brasil e as observações preliminares sobre a viagem foram publicadas em um relatório disponível no site: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

13 As categorias “sojeiro” e “gaúcho”, utilizadas pelos interlocutores da pesquisa, podem ser consideradas sinônimos. O sojeiro é como os interlocutores se referem aos produtores de soja. A categoria “gaúcho”, de modo geral, é utilizada pelas populações amazônicas para se referir aos migrantes do sul do país e de outros estados, como o Mato Grosso.

14 Fonte: transcrição de trecho de um vídeo gravado por lideranças indígenas em 08 de novembro de 2018 e compartilhado via WhatsApp em dezembro de 2018.

15 Fonte: transcrição de trecho de um vídeo recebido pela autora em dezembro de 2018, via aplicativo WhatsApp, gravado por liderança indígena em 8 de novembro de 2018.

16 Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2018/238.asp>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Katiane Silva

Após ouvir os depoimentos e as histórias que os indígenas vêm enfrentando ao longo de muitos anos, no discurso final, os membros da CIDH demonstraram preocupação com o que testemunharam e informaram que a visita teria como produto um relatório¹⁷ com recomendações ao Estado brasileiro a fim de que cumpra com suas obrigações internacionais para com os direitos humanos.

A criação dessa “Comissão especial de estudos parlamentares”, em 2019, pode ser entendida, a princípio, como uma resposta do poder legislativo de Santarém à demanda de empresários do agronegócio contrários à demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Os mesmos representantes que invadiram a reunião da CIDH apresentaram a demanda à Câmara. Nesse sentido, o cenário é marcado por disputas também político-partidárias que se alinham ao empresariado local; o que está em jogo ainda é a construção de um projeto de nação carregado pela história de violência que marca a colonização brasileira.

Embora os indígenas e seus aliados estivessem apreensivos com a composição e o teor dessa “Comissão Especial”, não foi possível encontrar documentos nos canais oficiais que comprovassem uma atuação efetiva dos vereadores na “Comissão”. Aparentemente, a investigação dos vereadores sobre a “proliferação de grupos étnicos” em Santarém tinha um objetivo específico: acompanhar os trabalhos do *GT Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno*.

O único registro encontrado no site da câmara municipal de Santarém sobre a atuação da “Comissão Especial” foi a prestação de contas da viagem do vereador Chiquinho a Brasília (Distrito Federal) para se reunir com o então presidente da Funai e outros políticos a fim de tratarem dos assuntos relacionados aos indígenas. Conforme a ata da décima segunda sessão ordinária, realizada no dia 9 de setembro de 2019,

o vereador CHIQUINHO (PSDB) prestou contas da viagem a Brasília da comissão de estudo da Casa que acompanha a criação e proliferação de grupos indígenas no município. Estiveram participando de uma reunião com o Presidente da Fundação Nacional do Índio - Funai e a Diretora de Proteção Territorial, Silmara Veiga, com a finalidade de obter melhores esclarecimentos sobre a forma como está sendo criada alguns territórios do planalto Santareno. Disse que a indagação foi a portaria que foi esclarecida pelos membros da instituição. Informou que a Casa vai encaminhar um documento, enfatizando que não são contra, mas precisam estar informados da situação.

(...)

O vereador ALAÉRCIO DROGAMIL (PRP) registrou sobre a viagem da comissão que trata da proliferação de grupos e territórios étnicos no município de Santarém a Brasília, onde aconteceu uma reunião com o Presidente da Funai com a participação da Diretora de Proteção Territorial, Silmara Veiga. Relatou que, o objetivo da reunião foi para entender a portaria e a partir disso fazer encaminhamentos a fundação. Segundo ele, a Casa tem o dever de ser informada sobre essa problemática. Informou que deve ser marcada

17 Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2020.

Katiane Silva

em Brasília em que o prefeito Nélio Aguiar deverá participar (Santarém, 2019c, 1-2).

É claro no registro em ata que a preocupação dos vereadores aparentemente é fiscalizar o processo demarcatório do território reivindicado pelos *Munduruku* e *Apiaká* no Planalto Santareno. A notícia da reunião foi publicada no site da câmara dos vereadores¹⁸ e informa que os vereadores Chiquinho, Alaércio Cardoso e Rogélio Cebulski estiveram reunidos com representantes do Sirsan e com o presidente e com a diretora de proteção territorial da Funai. Além disso, os vereadores e os representantes dos produtores rurais do Planalto Santareno também estiveram reunidos com o então deputado federal Júnior Ferrari. A viagem também foi divulgada em uma rede social da câmara municipal de Santarém, em postagem de 6 de setembro de 2016, intitulada “Comissão de vereadores discute territórios étnicos na Funai”. No texto, a assessoria de imprensa reforça o objetivo da comitiva formada por vereadores, empresários do agronegócio e representantes do Sirsan: tratar “da proliferação de grupos e territórios étnicos no município de Santarém”¹⁹.

Após seis meses de criação, a “Comissão Especial” é extinta mediante a Portaria número 012, de 20 de novembro de 2019. O relatório da comissão não está disponível no site da Câmara Municipal de Santarém. Dentre as várias questões que surgem a partir da análise da criação da comissão, o que chama atenção é a utilização de mecanismos do Estado para organizar o “grande cerco” do agronegócio em torno dos territórios indígenas. A presença e as resistências indígenas incomodam esses empresários, pois a reivindicação de demarcação de territórios representa não apenas a proteção do meio ambiente, mas a reprodução de práticas culturais que antagonizam com o atual projeto de nação colocado em prática por diversos governos brasileiros.

3 As experiências dos *Munduruku* e dos *Apiaká* no Planalto Santareno frente ao “grande cerco” da soja

O território ocupado e vivido pelos *Munduruku* trata-se de quatro aldeias: Ipaupixuna, Açaizal, São Francisco da Cavada e Amparador. Possui uma população estimada em 607 indígenas, que passaram por diversas situações violentas e deslocamentos compulsórios em um território que se estende desde o Médio rio Tapajós até o Baixo rio Amazonas, onde se fixaram na região conhecida como Planalto Santareno. Tal região abrange áreas dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Os *Apiaká* vivem às margens do Rio Curuá-Una, na Aldeia de São Pedro do Palhão, onde estão presentes desde meados da década de 1950, quando chegaram na região por meio do deslocamento compulsório pelo qual passaram em decorrência do trabalho em seringais da Amazônia. As famílias dos *Apiaká* foram trazidas por seringalistas de Santarém que os recrutaram compulsoriamente em aldeias do Mato Grosso. Pouco tempo depois, essas famílias foram abandonadas pelos seringalistas e permaneceram na região, criando a aldeia de São Pedro do Palhão. Mais tarde, a aldeia de São Pedro sofreu os impactos e os efeitos sociais

18 Disponível em: <https://santarem.pa.leg.br/comissao-discutiui-sobre-territorios-etnicos-no-municipio-de-santarem/>

19 Disponível em: <https://www.facebook.com/camarasantarem/posts/2455973258006403>. Acesso em: 15 de março de 2020.

Katiane Silva

da Hidrelétrica de Curuá-Una, construída na década de 1970.

Os *Munduruku* e os *Apiaká* estão se organizando na luta pelo território desde a primeira metade dos anos 2000 e vêm provocando a Funai para a realização dos estudos de identificação do território indígena. São representados pelo Conselho Indígena *Munduruku* e *Apiaká* do Planalto Santareno, criado em 2009, com o apoio do Cita e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A inclusão dos *Apiaká* no Conselho faz parte do processo histórico de parceria entre esses dois povos na luta pela permanência no território. Ambos os povos vêm enfrentando a expansão da fronteira agrícola no Planalto Santareno, que se intensificou com o estabelecimento de um porto administrado pela empresa multinacional Cargill, que escoia grãos, via BR-163. Desde então, há cerca de 10 anos, as aldeias do território do Planalto têm sido pressionadas por empresários do agronegócio.

A constituição da “Comissão especial” não impediu a campanha política desses vereadores no Planalto nas eleições municipais de 2020. Conforme uma liderança indígena, em entrevista no Planalto, alguns candidatos que concorriam à reeleição foram a sua casa “pedir votos”, mas, ao recebê-los, argumentou que não votaria neles, pois estavam envolvidos na articulação da “Comissão especial”, portanto, eram “anti-indígenas”.

As experiências vividas pelos *Munduruku* e *Apiaká* podem ser compreendidas como experiência colonial compartilhada a partir das estruturas de poder presentes na região, que se ramificam na história, economia e política local (O’Dwyer e Silva 2020). Tal experiência se concretiza em estratégias de domínio e domesticação do território do Baixo Amazonas, capitaneado por programas de governo. Aqui destaco as situações de exploração da borracha (final do século XIX e início do século XX), as construções das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) e, mais tarde, grandes empreendimentos e projetos agropecuários. Esses empreendimentos tiveram e ainda têm o apoio dos governos brasileiros com a premissa do progresso e desenvolvimento, sem considerar ou dar importância à presença de povos indígenas e tradicionais na região.

Conforme Costa (2012), a monocultura da soja foi introduzida no Pará na década de 1990, mediante projetos implementados no Plano Operacional de Política Agrícola “Pará Rural”. A partir da ideia de Polos de Desenvolvimento, o governo estadual efetivou três Polos com a produção da soja: o Polo Agroindustrial do Sudeste Paraense, o Polo Agroindustrial e Agroflorestal do Oeste Paraense, e o Polo Agroindustrial do Nordeste Paraense. Essas áreas de plantio foram estruturadas nos municípios de Redenção, Santarém e Paragominas.

O Governo do Pará contratou os serviços da Agrária Engenharia Consultoria S.A., em 1996, para realizar estudos sobre as possibilidades da instituição da agricultura empresarial em Santarém. Com resultados positivos, em 1997, chegaram à região os primeiros sojicultores oriundos das regiões sul do Mato Grosso e de Roraima (Costa 2010).

Conforme relatos de uma jovem liderança *Munduruku*, os indígenas notaram a chegada dos sojicultores, não a vendo, de início, com preocupação, pois se tratava de pequenos e médios produtores e havia muitas áreas com floresta. Conforme

Katiane Silva

o tempo passou, o território indígena foi gradativamente sendo ocupado pelos “sojeiros”, que foram implementando seus empreendimentos e, inicialmente, não impediam o livre trânsito dos indígenas no território. Conforme os grandes empresários foram chegando, eles passaram a “se apossar do nosso território, eles passaram a impedir o uso desse território que sempre foi nosso”, conforme relatou a liderança. Em consequência da tomada do território, as árvores começaram a ser derrubadas e foram substituídas por plantações de soja, as caças foram desaparecendo; os solos começaram a ser encharcados com veneno dos agrotóxicos e os indígenas foram cercados por essas plantações.

Em 1999, iniciou-se a instalação da empresa multinacional Cargill e, mesmo ganhando licitação pública para operação, seu estabelecimento não ocorreu de forma facilitada. Houve muita resistência, “envolvendo ações judiciais, intensa mobilização social dos movimentos sociais locais e de ONGs ambientalistas com atuação internacional” (Costa 2012, 209). Os sojicultores presentes no território *Munduruku* adquiriram as terras pela compra e negociação com famílias da elite santarena e a partir protocolos do Programa Terra Legal (Terra de Direitos, 2015).

Steward (2007) já havia chamado atenção para a forte relação entre os governos local e federal e empresários do agronegócio a fim de promover uma espécie de desenvolvimento agroindustrial para Santarém. Segundo a autora, representantes da sucursal da empresa Cargill, em Santarém, defendem o desenvolvimento do agronegócio como o modelo ideal de atividade econômica para a região. Nesse contexto ideal, o papel dos produtores de soja é fazer a conexão entre as agendas nacional e local do desenvolvimento. Embora esses empresários se considerem “heróis nacionais”, ainda conforme esta autora, o cultivo da soja implica em consequências danosas às vidas das pessoas e ao território.

A aldeia de Açaizal, por exemplo, vem sofrendo desde 2004 com o assoreamento de seu igarapé e com o envenenamento de nascentes por agrotóxicos. Os *Munduruku* solicitaram a presença de órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Incra para que solucionassem a situação, mas não houve uma resolução efetiva. Em 2019, o MPF impetrou uma Ação Civil Pública²⁰ em desfavor do estado do Pará e do município de Santarém com o objetivo de interromper a degradação do igarapé do Açaizal e a recuperação dos danos causados pelo constante uso de agrotóxico nas lavouras de soja.

Outra situação que preocupa os indígenas e que está intimamente ligada ao discurso de desenvolvimento local, é a tentativa de construção de um porto de escoamento de grãos (local e de outros estados) no Lago do Maicá, localizado na região estudada. A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps) capitaneou este processo e, desde 2013, vem travando embates com as lideranças do Baixo Amazonas e Baixo Tapajós para a construção do Porto do Maicá (Del Arco 2017). Em sentença de 5 de outubro de 2019, a Justiça Federal proibiu a continuidade dos procedimentos de construção do terminal portuário do Lago Maicá. Este resultado foi possível principalmente pela pressão que os coletivos indígenas e quilombolas fizeram contra a construção do empreendimento, destacando-se as manifestações

59

20 Referente ao Inquérito Civil n.º 1.23.002.000432/2004-82.

Katiâne Silva

coletivas de mulheres indígenas e quilombolas, contrárias à construção do porto.

A atual modalidade de exploração territorial e dos corpos indígenas, da monocultura da soja, é entendida como o auge do esgotamento dos recursos naturais e da pressão contra os indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Em relatos de indígenas durante o trabalho de campo, a categoria *escravidão* é acionada em relação às transformações da paisagem e ao consequente esbulho territorial generalizado, incluindo todos os povos etnicamente diferenciados que construíram sua história na região e que estão cada vez mais pressionados pelo “grande cerco de paz” (Lima 1995), imposto pelos programas de Estado sobre esses grupos, invisibilizando suas estratégias de reprodução social e cultural.

Considerações finais

Neste texto tentei apresentar dois movimentos antagônicos se organizando: por um lado, o fortalecimento do empresariado do agronegócio com a expansão da soja e, por outro, a organização e a articulação dos movimentos indígenas no Baixo Tapajós e no Baixo Amazonas. As categorias *violência* e *relações de poder* são chaves para compreender todo o processo esboçado nos itens anteriores deste texto. As estratégias de resistência também envolvem disputas por classificações sociais, processos de disseminação e de fortalecimento das identidades indígenas na região, bem como disputas históricas, sociais e econômicas. A violência aqui não é vista como uma categoria abstrata, mas possui um sentido histórico, social e concreto, seja na ação do Estado, seja no político e econômico. A violência é tratada aqui a partir da compreensão de que as histórias de vida imbricadas na violência fazem parte da história da nação (Das 2007).

Com uma narrativa embasada na ideia de “desenvolvimento”, de “civilização” da região e de “trazer o progresso”, os novos agentes econômico-empresariais forçam, por meio de uma expropriação continuada, uma reorganização das relações sociais, com a intensificação das tensões intra e intergrupos e dos conflitos socioambientais, pela exploração e apropriação dos recursos ambientais renováveis. Trata-se de uma frente de expansão do agronegócio sobre os territórios de ocupação tradicional, reivindicados como terras indígenas e quilombolas pelos sujeitos coletivos que lutam pelo seu reconhecimento, demarcação e titulação junto ao Estado brasileiro.

As investidas violentas perpetradas pelos produtores de soja podem ser percebidas também por meio de repertórios discursivos, como o reforço do preconceito e o racismo contra os próprios indígenas e quilombolas, que também estão presentes na região, o que facilitou o processo de expropriação de territórios. Esta é uma estratégia que ocorre desde o período colonial, quando os europeus tomaram territórios e exterminaram diversos grupos étnicos, com técnicas de desarticulação de grupos, ao fomentar conflitos prévios.

Assim como o empresariado do agronegócio articula suas bases no setor político, os movimentos indígenas se articulam cada vez mais no plano político de representação. Nas eleições de 2020, foi lançada a primeira chapa de mandato

Katiane Silva

coletivo de mulheres indígenas e quilombolas em Santarém. A chapa para a vaga de vereadora, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi composta por Claudiana Lírios, Luana *Kumarua*, Tati Picanço e Alessandra Caripuna. Embora essas lideranças não tenham sido eleitas e não tenham contado com um apoio efetivo e incisivo do partido, a campanha foi corajosa. As candidatas percorreram vários territórios indígenas apresentando o programa da campanha e fazendo um trabalho de base. Tais ações foram realizadas no contexto da pandemia de covid-19, o que exigiu um esforço maior para manter a segurança da saúde dos envolvidos.

Ter acesso à terra e aos direitos não significa apenas possuir um bem específico, mas a possibilidade de reprodução social, cultural, política e econômica. É assumir o compromisso e o protagonismo de sua história – indígena. Deste modo, o sentimento de pertença a um grupo e seus interesses, sejam econômicos ou políticos, é um aspecto da composição da etnicidade em questão.

Em 15 de dezembro de 2021, o Cita foi homenageado com o título de honra ao mérito como instituição de representação dos povos indígenas do Baixo Tapajós²¹. Quem recebeu o prêmio foi a atual coordenadora, Auricélia Arapiun, que enfatizou as contradições das práticas de Estado, engendrado pelo Legislativo, em discurso que circulou nas redes sociais²². Auricélia destacou que o Cita foi a única organização homenageada no mesmo espaço onde haviam sofrido racismo, com a criação da “Comissão especial”: “e hoje estamos aqui, passando por cima do racismo!”, disse a liderança.

21 Fonte: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2021/18420/proj_dec_leg_35_02_2021_j_tapajos_out_honra_merito_cita.pdf

22 Fonte: transcrição de vídeo enviado via WhatsApp, gravado em dezembro de 2021.

Dedico este texto aos mais de 624 mil mortos no Brasil por covid-19 e pela omissão dos governantes (apesar da existência do SUS) no combate à pandemia, dentre eles: indígenas, não indígenas e os meus parentes próximos (pai, madrasta e tias, em Manaus, no início do ano de 2021) que também tiveram suas histórias, corpos e subjetividades forjados nos regimes de memória da violência nos interiores da Amazônia.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado para publicação em 07/02/2022 pela editora Kelly Silva

Katiane Silva

Referências

- Alarcon, Daniela Fernandes. 2019. *O retorno da terra: as retomadas na aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia*. São Paulo: Elefante.
- Almeida, Silvio. 2020. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2010. “Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*, 101–43. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Arantes, Luana Lazzeri. 2019. “Reflexões sobre processos de constituição do movimento indígena no Baixo Tapajós a partir de narrativas femininas”. *Revista Ciências da Sociedade* 3 (5): 92-117. Acesso 10 set. 2019. <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdassociedade/issue/view/31>.
- Bates, Henry Walter. 1979. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.
- Beltrão, Jane Felipe. 2014. “Pertencas, territórios e fronteiras entre os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns versus o Estado brasileiro”. *Antares: Letras e Humanidades* 5: 5–27. Acesso 10 nov. 2018. <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/2544/1489>.
- Cardoso, Luana da Silva. 2019. “Memorial de uma liderança indígena: a construção política da trajetória... Driblando as armadilhas da colonização”. *Tellus* 39: 293–307. Acesso 10 fev. 2020. <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/634>.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDHa. 2018. Observações preliminares da visita in loco da CIDH ao Brasil. Acesso 15 nov. 2018. <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2018/238OPport.pdf>.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDHb. 2018. “CIDH conclui visita ao Brasil”. Comunicado de imprensa. Organização dos Estados Americanos – OEA, 12 nov. 2018. <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2018/238.asp>.
- Costa, Solange Maria Gayoso da. 2012. “Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém. Acesso 20 dez. 2019. <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11157>.
- Costa, Solange Maria Gayoso da. 2019. “Violência, discriminação, racismo e conflitos envolvendo os povos Indígenas do Baixo Tapajós”. *Temporalis* 38: 87–100. Acesso 18 set. 2020. <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24212>.
- Das, Veena. 2007. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press.
- Del Arco, Diego Pérez. 2017. “As comunidades quilombolas de Santarém/PA e o Porto de Maicá: os efeitos sociais de um empreendimento anunciado”. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense. Acesso 18 set. 2020. [https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/6894/TCC%20Final%20\(1\).pdf;jsessionid=3A9DC9A76B22B936F33F1A4A827E5F7E?sequence=1](https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/6894/TCC%20Final%20(1).pdf;jsessionid=3A9DC9A76B22B936F33F1A4A827E5F7E?sequence=1)
- Fanon, Frantz. 1968. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.
- Fundação Nacional do Índio – Funai. 2001. Relatório de viagem ao rio Tapajós elaborado por Rita Heloisa de Almeida em atendimento ao artigo 3º da Portaria nº 84 de

Katiane Silva

- 31 de janeiro de 2001, publicada pelo DOU de 02 de fevereiro de 2001, e ao artigo da Portaria nº478/PRES/31 de maio de 2001, DOU de 07 de junho de 2001. Brasília.
- Gupta, Akhil. 2015. "Fronteras borrosas: el discurso de la corrupción, la cultura de la política y el estado imaginado". In *Antropología del Estado*, orgs. Philip Abrams, Akhil Gupta, e Timothy Mitchel. México: Fondo de Cultura Económica.
- loris, Edviges Marta. 2014. *Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- loris, Edviges Marta. 2018. "Memory regimes, struggles over resources and ethnogenesis in the Brazilian Amazon". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* 15: 1–23. Acesso 18 set. 2020. <https://www.scielo.br/pdf/vb/v15n2/1809-4341-vb-15-02-e152405.pdf>.
- loris, Edviges Marta. 2019. "Chamado do pajé: regimes de memória, apagamentos e protagonismo indígena no Baixo Tapajós". *Revista Ciências da Sociedade* 5: 39–60. Acesso 18 set. 2020. <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasocieda de/article/view/984/510>.
- Lima, Antônio Carlos de Souza. 1995. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, Deborah Magalhães. 1999. "A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico". *Novos Cadernos Naea* 2: 2–32. Acesso 29 mar. 2020. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/107>.
- Lima, Leandro Mahalem de. 2015. "No Arapiuns, entre verdadeiros e -ranas: sobre os espaços, as lógicas, as organizações e os movimentos do político". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso 10 set. 2019. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-06072015-122321/pt-br.php>.
- Lima, Leandro Mahalem de. 2019. "Pajelança nas adjacências do Rio Amazonas: dimensões sociopolíticas e cosmológicas". *Revista Ciências da Sociedade* 3(5): 61–91, Santarém, jan.-jun. 2019. Acesso 18 set. 2020. http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revista_cienciasdasociedade/article/view/985.
- Menezes, Thereza Cristina Cardoso. 2020. "Environmental Governance and Regularization of Land Ownership: development and multiple territorial dynamics in the Amazon". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* 17: 1–18. Acesso 12 abr. 2020. <https://www.scielo.br/j/vb/a/PfbGBdyzSzkQ7bXbd8HTSw/?lang=en>.
- Ministério Público Federal – MPF. 2018. Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência. Santarém. Acesso 18 set. 2020. http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/acao_mpf_identificacao_delimitacao_territorio_munduruku_planalto_santareno_pa_maio_2018.pdf/view.
- O'Dwyer, Eliane Cantarino, e Katiane Silva. 2020. "Anthropological practices, inter-group conflicts and shared colonial experiences in a regional context of the Lower Amazon". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology* 17. Acesso 18 set. 2020. <https://www.scielo.br/j/vb/a/9h8zvTDmdkVf5mZWkpHpx6F/?lang=en>.
- Oliveira Filho, João Pacheco de. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Pacheco de Oliveira, João. 2016. "Narrativas e imagens sobre povos indígenas e a Amazônia: uma perspectiva processual da fronteira". In *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*, 161–91. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Katiane Silva

- Papavero, Nelson, e William L. Overal, orgs. 2011. *Taperinha*. Belém: Ed. Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Peixoto, Rodrigo; Karl Arenz, e Kércia Figueiredo. 2012. "O Movimento Indígena no Baixo Tapajós: etnogênese, território, Estado e conflito". *Novos cadernos NAEA*. 15: 279–313. Acesso 18 set. 2020. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/719>.
- Roca, Andrea. 2014. *Os sertões e o deserto: imagens da "nacionalização" dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858)*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Roca, Andrea. 2019. "As imagens dos cronistas-viajantes Thévet, Staden e Léry, século XVI, no Relatório da 'CPI Funai-INCRA 2', século XXI". In *Imigração e cultura material: coisas e pessoas em movimento*, orgs. Patricia Reinheimer, Nathanael Araújo, e Miriam Santos. São Leopoldo: Oikos. Acesso 18 set. 2020. <http://oikoseditora.com.br/files/Imigra%C3%A7%C3%A3o%20e%20cultura%20material%20-%20e-book.pdf>.
- Rosa, Marlise Mirta. 2016. "A centralidade da questão territorial nas ofensivas legislativas contra os povos indígenas". *Estudos Sociedade e Agricultura* 24 (1): 183-208. Acesso 18 set. 2020. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/549>.
- Santarém. 2018. Requerimento nº 1.269/2018, que dispõe sobre a criação de uma comissão especial de estudos parlamentares sobre a proliferação de grupos étnicos no município de Santarém - PA. Acesso 12 jan. 2020. <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/7993>.
- Santarém. 2019a. Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia dezesseis de abril do ano de dois mil e dezenove. Acesso 12 jan. 2020. <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/9097>.
- Santarém. 2019b. Ata da Quadragésima Sessão Ordinária do Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia três de junho do ano de dois mil e dezenove. Acesso 12 jan. 2020. <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/10141>.
- Santarém. 2019c. Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura, realizada no dia nove de setembro do ano de dois mil e dezenove. Acesso 12 jan. 2020. <https://sapl.santarem.pa.leg.br/materia/10832>.
- Schmink, Marianne, e Charles H. Wood. 2012. *Conflitos e a formação social da Amazônia*. Belém: Editora UFPA.
- Silva, Katiane. 2015. *Parente é serpente: ambientalismo, conflitos sociais e uso dos recursos naturais no Auati-Paraná, Amazonas*. Tese de Doutorado, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Acesso 15 mar. 2020. <http://objdig.ufrj.br/72/teses/827884.pdf>.
- Smith, Herbert Huntingdon. 1879. *Brazil: The Amazon and the Coast*. New York: Charles Scribner's Sons. Acesso 6 nov. 2019. <https://archive.org/details/brazilamazon/scoa00smit>.
- Steward, Corina. 2007. "From colonization to 'environmental soy': a case study of environmental and socio-economic valuation in the Amazon soy frontier". *Agriculture and Human Values* 24: 107–22. Acesso 16 out. 2020. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-006-9030-4>.
- Terra de Direitos. 2015. *Estudo de caso da cadeia dominial de propriedades de sojiculto-*

Katiane Silva

res em Terra Indígena do povo Munduruku em Santarém, Estado do Pará. Relatório. Santarém.

Vaz Filho, Florêncio Almeida. 2010. “A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Tapajós”. Tese de Doutorado, PPGCS /Universidade Federal da Bahia, Salvador. Acesso 15 mar. 2020. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33752>

Vaz Filho, Florêncio Almeida. 2013. “Os conflitos ligados à sobreposição entre terras indígenas e a Resex Tapajós-Arapiuns no Pará”. *Ruris* 7: 143–83. Acesso 15 out. 2019. <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1886>.

Wolf, Eric. 2003. *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*, org. Bela Feldman-Bianco, e Gustavo Lins Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Unicamp.

A introdução da explicação científica dos acontecimentos ambientais: focos de disputa entre o Setor Elétrico e os movimentos de Atingidos – Tucuruí, Pará

The introduction of scientific explanations of environmental phenomena: forms of conflict between the Hydroelectric company and affected social groups – Tucuruí, Pará

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9309>

Rodica Weitzman

Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0002-0817-157

roassessorias@yahoo.com.br

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ e aluna de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ). Consultora autônoma na elaboração e gestão de projetos sociais e na realização de pesquisas nos campos temáticos de conflitos socioambientais, agricultura familiar e agroecologia, segurança alimentar e nutricional, relações sociais de gênero e estratégias organizativas de movimentos sociais.

Este artigo destaca as mudanças nas ferramentas de luta empregadas pelos movimentos de atingidos a partir do agravamento dos impactos ambientais, tendo como base as inflexões dentro das cronologias apresentadas nos diversos registros. O recorte metodológico deste estudo é a construção de uma memória do vivido com base na análise de um acervo arquivístico que é gerado dentro de um processo de interação social. Os conjuntos documentais nos fornecem pistas para demonstrar a evolução das configurações organizacionais, desde as expressões embrionárias de resistência dos “desapropriados”, “expropriados” e “atingidos”, durante as fases iniciais de intervenção da empresa Eletronorte na região de Tucuruí, Pará, até sua adesão gradativa a um movimento abrangente e diversificado que tem como ápice a consolidação de repertórios de ação política face às alterações drásticas no quadro socioambiental. No cerne de conflitos entre aqueles que coordenam as intervenções e aqueles que são sujeitados/as aos efeitos visíveis e invisíveis deste *modus operandi* do mundo empresarial, a opção pela explicação científica dos efeitos ambientais por meio do desenvolvimento de pesquisas e da documentação cuidadosa destes dados empíricos se torna uma ferramenta potente de contestação das posturas institucionais da Eletronorte e dos seus aliados estratégicos.

This article will analyze the shifts in the organizational strategies of the populations in Tucuruí, Pará, Brazil, during the period of intervention of the hydroelectric company Eletronorte in this region, that shifted when the environmental impacts became more visibly evident. The methodological approach of this study is the construction of a memory of events, based on the analysis of the collection of archives that are generated within processes of social interaction. The variety of documents produced provides a greater understanding of the evolution of organizational tactics, since the first expressions of resistance of affected groups during the early phases of the company's intervention, to the gradual consolidation of a large-reaching and diversified social movement, that has as its peak the creation of strategies of political action in the face of drastic alternations in the social and environmental context. At the heart of the conflicts that play out between those who coordinate the interventions and those who are subjected to the visible and invisible effects of this *modus operandi* of the business world, an option is made for the scientific explanation of environmental effects through the development of investigations and the careful documentation of empirical data. Such scientific methods become the most potent tool used by the affected social movements during confrontations of the institutional tactics and strategies implemented by the Eletronorte company and its allied forces.

Setor Elétrico; documentos; Atingidos; impactos; dimensão ambiental.

Electric Sector; documents; affected populations; impacts; environmental dimension.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar alguns aspectos das várias fases de organização dos *atingidos* pela usina hidrelétrica (UHE) de Tucuruí no período de 1979 a 1990¹, no intuito de dar destaque às modificações que transcorreram nas suas estratégias de luta durante situações de conflito com o Setor Elétrico, organizações parceiras do setor privado e instituições governamentais. Nesse período de tempo, durante o qual houve uma transição democrática², o território que foi afetado pela construção da barragem sofreu diversas transformações em razão das negociações árduas para a efetivação das indenizações e o processo de reassentamento das comunidades atingidas. Configurações organizacionais embrionárias foram se constituindo como e tornando-se sujeitos políticos coletivos, dedicados a dar visibilidade tanto aos efeitos socioambientais da obra quanto aos direitos que diziam terem sido desconsiderados pela empresa Eletronorte diante das reivindicações formuladas pelas comunidades que foram diretamente afetadas.

A intenção é entender de que modo a dimensão ambiental ganha centralidade enquanto elemento de argumentação e disputa entre os movimentos classificados como “atingidos”, setores empresariais e instituições estatais, tendo como marco os problemas ambientais decorrentes à obra que foram se agravando a partir do ano de 1985. Neste contexto, a investigação e a comprovação científica dos fenômenos no plano empírico se tornam um pivô de divergências e atritos, ao mesmo tempo que representa um mecanismo imprescindível para o avanço das negociações. Como veremos a seguir, esta entrada pela “ciência” – enquanto caminho de contestação – representou uma mudança nos focos temáticos que eram predominantes anteriormente nas bandeiras de luta. A “ciência” – *stricto sensu* – é representada como um campo imparcial e equânime que transcende o plano das especulações, se tornando uma força propulsora de proposições voltadas para a reparação de danos dentro de suas estratégias.

Este trabalho busca decifrar os significados inerentes às estratégias de argumentação que eram construídas pela explicitação de fatos empíricos – apoiando-se na visão da “ciência” enquanto mecanismo de comprovação daquilo que é vivido no cerne da vida cotidiana que se valida por meio de abordagens alicerçadas na pesquisa e na investigação dos fatos. As formas de interlocução com o Setor Elétrico para buscar medidas de reparação de danos causados que fogem da lógica da mitigação são evidenciadas no amplo leque de documentos produzidos por uma diversidade de grupos e comunidades que se enquadram na categoria de “movimentos de atingidos”. Esta categoria abrangente – “Atingidos” –, que se tornou uma nomeação predominante, abarcava comunidades indígenas, ribeirinhas, vazanteiros e pescadores, que eram “da jusante”³, localizadas abaixo da obra hidrelétrica no rio, e que se juntaram à população montante,⁴ que era formada por migrantes que moravam em “outros estados do nordeste e do sul” e que vieram para essa região justamente em função das promessas que foram lançadas (“Carta à Eletronorte”, 3).

Para efetivar esta análise, tomo como base uma visão acerca dos conflitos so-

1 Este período foi escolhido como recorte temporal pelo Projeto de pesquisa intitulado: “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acelrad (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ), dentro do qual se abriga este estudo. Este projeto de pesquisa foi construído com o objetivo de observar as diferenciações marcantes nas condições de mobilização dos atingidos e na natureza das ações intervencionistas do Setor Elétrico antes e depois de 1985.

2 Aqui faço referência ao processo de redemocratização no país, que acarretou uma mudança drástica no cenário político a partir do ano de 1985.

3 A população de “Jusante” é descrita, em diversos documentos, como sendo de ocupação mais antiga e mais estável, em comparação com os outros segmentos. Nos documentos, a área de Jusante é retratada como sendo habitada por um povo que cultivava relações com o meio natural, vive da pesca e se desloca por meio fluvial.

4 “Montante” se refere à parte mais próxima da nascente do rio, e se localiza acima da parte denominada “jusante.” Foi a população enquadrada como sendo mais afetada “diretamente” pela obra hidrelétrica no início do seu ciclo de implementação.

Rodica Weitzman

cioambientais inspirada nas leituras de Sigaud (1992) e Acselrad (2004). É sabido que os projetos de grande envergadura – como a Usina Hidrelétrica em Tucuruí – desencadeiam “um conjunto de conflitos entre diferentes forças sociais” (Sigaud 1992, 34), tendo como ponto de partida destas situações conflitantes a intervenção estatal. Acselrad (2004) define “conflitos socioambientais” como processos deflagrados por modos diferenciados de uso e apropriação do território, nos quais seus significados estão no cerne da disputa, sendo foco de interpretações diferenciadas e re-formulações. São desencadeados geralmente a partir de pressões e ameaças sofridas por grupos sociais em função das práticas de intervenção de agentes externos e da distribuição de “externalidades”⁵. No caso da situação analisada, as tentativas de atestar o alcance dos danos ocasionados no meio ambiente colocam em questão a amplitude da ação intervencionista e suas repercussões. Portanto, o uso de métodos de verificação dos impactos ambientais se torna o fulcro das negociações entre o Setor Elétrico e as comunidades classificadas como atingidas, no intuito de ressignificar o que tem sido enquadrado pela empresa como uma mera “externalidade” – algo fortuito e fora do seu controle – para que seja compreendida como parte intrínseca de sua ação intervencionista.

Na visão da pesquisadora Lygia Sigaud⁶, as diferentes forças sociais que transparecem em situações de conflito “não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo, a partir de uma estrutura social preexistente, da lógica de atuação do Estado, que varia historicamente, e também das alianças construídas e desfeitas” (Sigaud 1992, 34). Alinhada à abordagem analítica adotada por Sigaud (1992) acerca desta relação dinâmica entre a ação estatal e as respostas da população atingida, proponho focalizar as mudanças na estrutura das relações sociais na qual estão inseridas as diversas configurações organizacionais dos *Atingidos* em Tucuruí.

Assim, parto do pressuposto de que, embora as reações destes movimentos embrionários tenham sido fomentadas pela ação intervencionista da rede de organizações empresariais que se estende a partir da malha governamental, são forças sociais que não apenas reagem perante situações drásticas que colocam em risco sua sobrevivência econômica, expressões culturais e o quadro socioambiental no qual estejam inseridas⁷. São movimentos que atuam de forma protagônica, engajando-se ativamente na produção de “modos de subjetivação originais e singulares” (Guattari e Rolnik 2005). A novidade deste trabalho⁸ reside justamente na primazia atribuída às dinâmicas dos próprios movimentos dos Atingidos⁹ ao longo do tempo: isto é, as transformações nas estratégias de luta de agentes sociais que manifestam suas identidades coletivas através de um processo de territorialização. Para tal, parto de uma noção dos movimentos sociais enquanto espaços que proporcionam “formas de socialização política”, ora “performances coletivas”, ora “interações”, e que constroem e reforçam “solidariedades e identidades coletivas” (Medeiros 2012, 24).

Destarte, meu interesse aqui é demonstrar de que modo as identidades destes povos são redefinidas situacionalmente em processos dinâmicos de mobilização desencadeados pelo agravamento das condições socioambientais destes terri-

5 “Externalidades” podem ser definidas como “os efeitos colaterais” de uma ação que envolve terceiros. Este termo se refere às consequências – negativas e positivas – para “terceiros” que não são levadas em consideração pela empresa ou indústria que executa a ação.

6 Em meados da década de 1980, Sigaud (1986, 1988) abriu uma nova linha de pesquisa que abordava, de modo frontal, as repercussões sociais das barragens hidrelétricas sobre os camponeses, com foco nas barragens de Sobradinho (no sertão da Bahia) e Machadinho (entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina). Na vasta literatura produzida por ela, Sigaud (1986, 1988) criticava incessantemente uma visão simplificadora do “social”, que resultava na padronização das reações das populações atingidas perante os grandes projetos de desenvolvimento.

7 A visão apresentada vai na contramão da retórica atrelada a uma “noção vulgar dos impactos.” (Sigaud 1986). De acordo com Sigaud (1986), o mundo empresarial tem propagado uma reificação das reações das populações atingidas, como se uma determinada opção tecnológica procedesse de modo semelhante em todos os contextos. A ênfase nos “efeitos substantivos” das obras hidrelétricas tende a destacar as dimensões culturais dos povos atingidos, em vez de sublinhar sua resposta política.

8 Há um amplo leque de estudos e pesquisas que têm sido realizados sobre os efeitos da obra em Tucuruí focando nas suas diversas fases, desde o início da implementação da obra (final dos anos 70) até a segunda fase depois do represamento do rio a construção dasclusas (anos 90), a partir de várias óticas: o processo de expropriação, o deslocamento compulsório e as negociações em torno das indenizações; as dinâmicas territoriais; a redistribuição espacial da população (Magalhães 1988, 1989, 1990, 1994, 2007; Fearnside 2015; Ravena 2009, 2015; Rocha 2008,

Rodica Weitzman

tórios. Suas diversas estratégias organizativas – adotadas em diferentes marcos temporais de sua história – são expressas no amplo leque de documentos que foram produzidos, desde boletins e panfletos, os quais serviram para disseminar as principais bandeiras de luta destes atores sociais, até comunicados e cartas, que se tornaram meios de interlocução com o Setor Elétrico.¹⁰ Os documentos produzidos pelos movimentos dos atingidos fazem uso de mecanismos retóricos para atingir seu alvo – o Setor Elétrico –, ora por meio de linhas argumentativas embasadas em fatos empíricos, ora por meio de um discurso humanista –, na tentativa de sensibilizar e humanizar os/as agentes do mundo empresarial.

A espinha dorsal dos procedimentos metodológicos-teóricos que orientaram a elaboração deste artigo reside principalmente nos conjuntos documentais – tomados como um campo etnográfico –, os quais ordenam saberes e métodos de acordo com diferentes intencionalidades. Busco decifrar a constelação de significados atrelados a estes diversos documentos e as formas de sua instrumentalização dentro de um jogo contencioso de negociação entre atores sociais localizados em dois campos de disputa ao longo do período de sua implementação: por um lado, a empresa Eletronorte, responsável pela coordenação da obra e seus aliados e, por outro lado, as configurações organizacionais dos Atingidos. Neste sentido, é importante ressaltar algumas diferenciações neste processo de produção documental: enquanto a documentação produzida pelos grupos embrionários que faziam parte dos movimentos dos Atingidos representou uma poderosa ferramenta no seu processo de mobilização social, os documentos produzidos pelos agentes do Setor Elétrico eram veículos cuja principal finalidade era justificar e auxiliar suas estratégias de intervenção.

O acervo de documentos que foi consultado para finalidades da pesquisa realizada e cujos resultados são apresentados neste artigo se integra a um projeto que foi aprovado pela CAPES em 2015, dentro do edital nº 12/2015, “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, intitulado “As lutas dos atingidos pela usina hidrelétrica de Tucuruí – das primeiras mobilizações em contexto autoritário às condições de mobilização subsequentes à redemocratização do país”, sob a coordenação do Prof. Henri Acselrad (IPPUR/UFRJ). De modo secundário, subsídios para as reflexões apresentadas aqui foram retirados de transcrições de algumas entrevistas realizadas por pesquisadores(as) envolvidos(as) no projeto no qual este trabalho se insere, com técnicos(as) de organizações de assessoria e lideranças dos grupos de base comunitária. Diante do caráter polifônico das informações contidas nos arquivos – assim como suas modalidades de uso – é inegável que os conhecimentos que compõem os conjuntos documentais se configurem, enquanto “um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas – sujeitas à leitura e novas interpretações” (Cunha 2004, 292).

O ponto de partida do desenvolvimento deste artigo será uma contextualização tanto das formas de atuação da empresa hidrelétrica no contexto analisado, por um lado, quanto da construção da categoria classificatória – Atingidos – dentro dos processos organizativos, por outro lado, nos itens 2 e 3. No item 4, o artigo pretende construir uma cronologia dos acontecimentos vividos pelas comunida-

2015; Novaes 2014, 2015). Esses trabalhos deixaram um legado importante no processo de construção deste projeto de pesquisa, dentro do qual este artigo se insere.

9 De propósito, o termo utilizado neste texto é “movimentos” no plural, porque “o movimento dos atingidos” não é algo monolítico e homogêneo, mas se subdivide em diferentes ramificações a partir de suas divergências e convergências.

10 É importante marcar aqui que estes registros (em forma de boletins e folhetos), que tinham como principal objetivo denunciar posicionamentos e estratégias exercidas pela Eletronorte, não foram publicados amplamente. Foram socializados entre os seguidores e aliados dos movimentos embrionários de resistência nos focos locais e regionais.

Rodica Weitzman

des atingidas e demonstrar a evolução das configurações organizacionais, que tem como ápice a consolidação de uma agenda política unificada em torno do agravamento do quadro dos impactos ambientais. Nos itens 5 e 6 – no cerne da linha de argumentação adotada –, pretendo demonstrar de que modo novas estratégias organizativas foram adotadas a partir de uma aposta na explicação científica por meio de estudos e pesquisas apoiados por novas parcerias institucionais. Até a parte conclusiva deste artigo, veremos de que modo os métodos de investigação, levados a cabo com o apoio de instituições acadêmicas e de pesquisa, comprovaram a relevância dos fenômenos que ocorreram no meio ambiente com base em dados empíricos, revelando as repercussões do uso da comprovação científica como ferramenta de luta e mobilização social.

2 Contextualização da empresa hidrelétrica: suas intervenções no campo social e ambiental

Para contextualizar melhor o estudo proposto, urge ressaltar alguns aspectos da instituição que se encarregou da operacionalização desta obra – a Empresa Eletronorte –, no período sob análise – 1979 a 1990. A Empresa Eletronorte foi criada a partir de uma articulação entre o ENERAM (Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia) e o Ministério das Minas e Energia com o principal objetivo de potencializar a região Amazônia na produção e na transmissão de energia elétrica.¹¹ Em um dos materiais produzidos pelo Setor Elétrico – *“Eletronorte: 10 anos depois”* (1983) –, transparece um campo semântico repleto de termos que sublinham as intencionalidades por trás de suas estratégias de intervenção: “centralizar o lugar”, “desbravar”, “civilizar.” Nesses enunciados, a “UHE” se encaixa dentro de uma linguagem salvacionista, como a representação emblemática de um projeto que visa a “salvar o Nordeste do racionamento de energia elétrica” (s/d, 4).

No intuito de entender a lógica por detrás das estratégias de intervenção do Setor Elétrico, cumpre destacar de que modo as concepções sobre fatores de cunho “social” e “ambiental” são formuladas e evidenciadas no campo semântico do Setor Elétrico. Ao debruçar-se sobre os documentos do Setor Elétrico, percebe-se de que modo o tratamento das questões “sociais” e “ambientais”, as quais são enquadradas pelo universo empresarial como meras “externalidades” que se traduzem em “custos indiretos” dentro dos estudos de “viabilidade socioambiental”, nos revela um esforço empreendido pelo Setor Elétrico para garantir a produtividade do seu empreendimento a qualquer custo. Práticas institucionais são legitimadas pelo viés tecnicista e científico, tanto para comprovar a força dos acontecimentos no plano empírico quanto para embasar ações de “responsabilidade social” que poderiam aliviar as repercussões danosas de suas intervenções (Buttel 1992, Lopes 2004).

Uma visão dicotômica dos planos “técnico” x “ambiental” x “social” está na raiz do funcionamento e da operacionalização do Setor Elétrico no território brasileiro. No que tange à visualização do campo “social” dentro do plano de intervenção do Setor Elétrico, Castro (1988) aponta para a fusão entre a população atingida e

11 Cabe salientar que a geração da hidreletricidade no Brasil, até a proclamação da Constituição de 1988, foi fruto de decisões tomadas conjuntamente pelo Setor Elétrico e o Poder Executivo dentro de um processo de cogestão, de modo que as fronteiras entre os agenciamentos estatais e empresariais sempre fossem acinzentadas, especialmente durante o período do regime militar.

Rodica Weitzman

o meio ambiente circundante, de modo que os dois elementos são visualizados como partes que integram o “objeto impactado” do empreendimento. Do ponto de vista deste autor, através de uma visão reducionista, o “ambiente” se restringe ao espaço de intervenção direta do Sistema Elétrico, sendo enquadrado como o objeto da obra de engenharia, acarretando uma “naturalização” da população atingida (Vainer 1993). A posição subordinada do fator “social” dentro do “projeto técnico”, que se torna evidente nos diagnósticos e estudos de “controle ambiental”, tem sido uma das causas geradoras de contestações e questionamentos apresentados pelos movimentos de atingidos perante o Setor Elétrico, especialmente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Esta tendência à “naturalização” da população atingida tem acarretado o que Sigaud (1987, 1988a, 1988b) chamava de uma “padronização” de suas reações perante os grandes projetos de desenvolvimento. O que merece destaque nestas medidas é a tendência, por parte da Eletronorte, de perder de vista as contradições no interior das sociedades, ao tratar distintos grupos sociais, repletos de diversidades, como unidades fechadas e homogêneas. Conseqüentemente, veremos que o plano de intervenção no campo “social”, no início dos anos 1980 – com foco em indenizações e reassentamentos –, e no campo “ambiental” nos meados dos anos 1980 – com foco em pesquisas e ações compensatórias para aliviar danos no cerne dos territórios –, se organiza a partir de uma tentativa de transformar a “população atingida” em “beneficiários”, sem considerar as especificidades dos segmentos contidos nestes agrupamentos.

O Setor Elétrico foi aprimorando suas abordagens com o apoio de um amplo leque de documentos que constituem “instrumentos de registro”, os quais exprimem diferentes lógicas de funcionamento e operam a partir dos seus próprios sistemas de classificação. Neste conjunto de documentos, merecem destaque os “estudos ambientais” – os quais servem tanto para prever os efeitos da obra sobre o meio social e ambiental, quanto para relatar e mensurar os danos que foram ocasionados ao longo da implementação do empreendimento. Apareceram de forma tímida na fase anterior ao ano de 1985, durante a vigência do regime militar, e ganharam mais força no final dos anos 1980, marcados pela abertura democrática. É neste relato de “como se faz”¹² que transparece justamente o aprimoramento de um saber especializado, chamado de “técnico”, que é tão caro ao Setor Elétrico. Este enfoque tecnicista que transparece com tanta força revela a primazia atribuída aos “meios” empregados para cumprir uma “missão”: a construção de uma obra hidrelétrica no território amazônico que se integra a um projeto civilizatório voltado para a aceleração da modernização.

Ao mesmo tempo, a partir do momento em que os impactos ambientais acarretam repercussões nocivas tanto para a flora e fauna do meio ambiente quanto para os seres humanos que ali residem, a posição subordinada dos fatores enquadrados como “sociais” e “ambientais” dentro do “projeto técnico”, que se evidencia no bojo dos diagnósticos e estudos de “controle ambiental”, se torna um dos pontos de questionamento por parte dos movimentos de Atingidos perante o Setor Elétrico. Assim, a fabricação de documentos ao serviço de estudos, pesquisas e planos

12 Alguns documentos produzidos pelo Setor Elétrico (“Usina Hidrelétrica Tucuruí: Memoria Técnica” – 1989; “Relatório Interno da Eletronorte”, 02/01/89; “Tucuruí – 10 anos depois”, 1983) que destrincham este modo de “fazer” foram peças-chaves no esforço de construir uma memória da adoção de processos técnicos em diversas fases da implementação da obra hidrelétrica. Este acervo de documentos que exprime uma “memória técnica” resgata elementos do passado para ordenar sua própria prática em nível institucional, além de justificar as bases de suas estratégias de intervenção no cenário público.

Rodica Weitzman

é o pivô de um processo intenso de contestação e mobilização social.

3 A maleabilidade das identidades coletivas – De “expropriado” ao “atingido”

Para se tornar mais inteligível a análise das bandeiras, ferramentas e discursos que são instrumentalizados no seu campo de atuação perante o Setor Elétrico, é importante assinalar algumas ponderações sobre as modalidades organizativas dos grupos que faziam parte da categoria identitária – “atingidos” – e suas formas de autoclassificação.

Como veremos ao longo deste artigo, “Atingido” é uma categoria em disputa (Vainer 2008)¹³, uma vez que as nomeações vão sofrendo transformações ao longo dos anos para se adequar melhor à posição política que a categoria adquire e aos interesses de cada ator social que se envolve diretamente com a construção destas nomenclaturas. É interessante observar, por exemplo, que quando examinamos os documentos oriundos dos movimentos sociais dos anos 1980 a 1985, aparece com frequência a categoria “desapropriado” ou “expropriado,” o que faz sentido diante de uma leitura do mundo empresarial como usurpador das terras, que se engaja em um processo violento de “desapropriação” em nível territorial. A frequência deste termo provavelmente deriva de sua potência política, pelo fato de que denota o desenraizamento destes povos que foram literalmente tirados de sua base territorial.

Havia uma distinção entre a população afetada diretamente, ao redor do lago, e “as famílias na região jusante embaixo da barragem”, que formalmente não faziam parte da área de intervenção da Eletronorte, uma demarcação que foi reforçada nos estudos rotulados como “preliminares”: “os Estudos de Inventário e Viabilidade”¹⁴ no final dos anos 1970. Aida Maria Farias da Silva, uma assessora que deu suporte aos processos organizativos das comunidades atingidas no período de 1981 a 1989, destacava a existência de “duas pautas” de acordo com um recorte geográfico: “uma pauta de baixo” e “uma pauta de cima” (Entrevista realizada em 17/agosto/2017, Brasília/DF).

Assim, no final dos anos 1980, o termo “Atingidos” denota o processo de ampliação dos efeitos perceptíveis da intervenção da UHE, no sentido de incluir aqueles que sofreram com o alagamento da região – direta ou indiretamente –, como foi denunciado em alguns documentos produzidos nesta época. Na década de 1990, quando os vínculos entre a CAHTU – Comissão dos Atingidos pela Barragem e o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens se tornaram mais estreitos, houve uma ressignificação do termo “atingido” a partir da politicização de um discurso que tinha como esquema referencial um quadro analítico mais abrangente, no qual as reivindicações foram recontextualizadas dentro de uma linguagem militante que criticava, de forma veemente, as estruturas que sustentam sistematicamente práticas de expropriação material e desestabilização sociocultural das populações diretamente e indiretamente afetadas. Esta transição nos focos dos processos organizativos, que se revela nos discursos que foram empregados e nas ferramentas que foram instrumentalizadas nos processos de negociação perante os atores do Setor Elétrico, será examinada mais a fundo nas próximas seções.

13 No artigo “Conceito de ‘Atingido’: Uma Revisão do Debate”, Vainer (2008) analisa as evoluções no conceito “atingido” ao longo do tempo, a partir da ótica do Setor Elétrico. De acordo com o autor, o conceito “atingido” foi primeiramente abordado a partir da concepção territorial-patrimonialista, o que constituía a base das políticas indenizatórias; em um segundo momento, o “atingido” foi reconhecido a partir de uma concepção hídrica, como “inundado”, o que engloba outras categorias que não tinham sido consideradas anteriormente, como “posseiros” e “meeiros”; e finalmente, a partir da segunda metade dos anos 1980, a legislação ambiental emergente provoca uma redimensionamento do conceito para além daquele deslocado meramente por conta do reservatório, de modo que fossem incorporadas as mudanças sociais, culturais e econômicas no quadro analítico.

14 Os “Estudos de Inventário e Viabilidade” fundamentaram os Projetos Básico e Executivo da UHE – Tucuruí no início dos anos 1970. Esses estudos foram realizados a partir de um consórcio firmado entre as instituições Engevix e Ecotec em 31/07/72, e foram apresentados formalmente ao DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1974, junto com o pedido de concessão para a exploração do potencial energético do rio Tocantins no ponto estudado.

4 Evolução dos focos e das estratégias das mobilizações dos movimentos de Atingidos até meados dos anos 1980

A seguir, mostrarei a evolução dos processos organizativos dos movimentos de Atingidos, ressaltando os focos temáticos que constituíram “bandeiras políticas” até o ano de 1985, quando o agravamento de impactos no meio ambiente acarretou uma mudança nos focos temáticos postos em destaque dentro do seu repertório de ações coletivas.

No período de 1978 a 1985, os movimentos embrionários de atingidos se mobilizaram de forma veemente, se apoiando em uma crítica contundente da condução dos processos indenizatórios e das proposições dos agentes do Setor Elétrico para efetivar o reassentamento de diversos grupos sociais – vazanteiros, pescadores, lavradores e assim por diante – para outras áreas. A primeira bandeira de luta disseminada amplamente pelos movimentos embrionários evocava a noção de “indenização justa” pelas terras e benfeitorias por meio da introdução das seguintes palavras de ordem: “Terra por terra”, “Casa por Casa, Vila por Vila” nos diversos documentos produzidos e disseminados.

Os empecilhos nos processos de negociação eram relacionados aos significados atribuídos a cada uma das “palavras de ordem” que compunham a agenda política dos movimentos de Atingidos, as quais se diferenciavam drasticamente dos enquadramentos conceituais trazidos pelo Setor Elétrico. De acordo com Vainer (2008), a abordagem dos grandes projetos de desenvolvimento tem sido historicamente norteada pela estratégia “territorial-patrimonialista”, quase sempre “indenizatória”, dentro da qual a população é tomada “como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (Vainer 2008, 41), por meio da negociação dos valores da desapropriação a partir de uma tática de tratamento “caso a caso” (proprietário por proprietário) por parte do Setor Elétrico. Vainer (2008) afirma que o tratamento focado no indivíduo/unidade familiar constitui “uma prática constante do Setor Elétrico, na esperança de que a recusa em sentar à mesa de negociações acabe por inviabilizar a legitimação da representação e, em consequência, deixe o campo aberto aos acordos individuais” (Vainer e Araujo 1992, 23). Além desta abordagem vertical, embasada no tratamento “caso a caso”, houve também expressões de vários tipos de pressão, no intuito de forçar a subordinação das pessoas e comunidades às regras dos processos indenizatórios.

Na contraposição desta abordagem imposta verticalmente pelo Setor Elétrico, houve uma recontextualização das demandas, de modo que a “terra” e a “casa” eram abarcadas como direitos a serem reivindicados a partir de definições elásticas e expansivas, possibilitando pensar além dos enquadramentos associados a cada uma destas categorias analíticas e operativas. Ao evocar o lema “Casa por Casa”, os agentes do Movimento dos Atingidos que foram autores do Boletim “Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí” destrinchavam seus entendimentos desta premissa: “Que a Eletronorte construa novas vilas com casas melhores ou iguais às anteriores, luz, esgoto, água, ruas e prédios públicos”

Rodica Weitzman

(Arca dos moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí, 1982 e 1983, 6). Aqui também é perceptível uma visão mais ampla da moradia, que vai além da estrutura física de uma casa e engloba a infraestrutura do local que rodeia a morada habitada.

A seguinte frase, emitida pelos Vazanteiros, expressa sua visão acerca do lugar para onde pretendiam ser reassentados: “E ao sair, exigimos um lugar igual ou melhor do que este: que apresente possibilidade de pesca, caça, colheita da castanha, com garimpo e terra para trabalhar” (*Extra informativo Itupiranga*, n. 4, abril 1979, 4). Questionamentos como estes apontam para a necessidade de considerar fatores que intermedeiam sua relação com a terra e afetam a rentabilidade de sua produção, como o tamanho e as condições dos lotes de terra (ex: terras férteis, próximas aos rios, etc.), levando em consideração a diversidade das atividades produtivas desempenhadas por estes grupos sociais e sua relação simbiótica com fatores socioambientais.

Nesse período inicial de mobilização – de 1978 a 1985 –, os grupos sociais que sofriam os efeitos da UHE expressavam sua frustração diante de suas diversas tentativas afanosas e improfícuas de “atingir” a Eletronorte, seja por meio de cartas, atas ou reuniões presenciais de diálogo e negociação, todas as quais não desencadearam repercussões nas posturas do Setor Elétrico. A dificuldade de alcançar o Setor Elétrico por meio de diversas táticas no campo da negociação provocou a realização de outras estratégias de enfrentamento e contestação, como os três acampamentos que foram levados a cabo entre 1982 e 1984. Nestes eventos, que tinham o principal objetivo de fazer pressão política sobre as autoridades – muitos dos quais tiveram como desfecho final a construção de acordos –, os limites de processos de negociação pautados na troca de cartas e comunicados foram sinalizados.

74

5 Novas problemáticas e novas respostas: o foco ambiental ganha centralidade na plataforma de reivindicações

A partir de 1985, houve uma mudança nos grandes eixos da plataforma de reivindicações perante uma precarização das condições socioambientais e seus efeitos decorrentes, que ganharam expressividade nos diversos territórios. As demandas expressas se ampliaram para além das reivindicações mais antigas e emblemáticas, como “Terra por Terra” e “Casa por Casa”, embora estas demandas perdurem como pano de fundo nas denúncias e provocações que são registradas nos diversos comunicados. Há um deslocamento para novas problematizações dentro dos repertórios de ação política, o que joga luz nas especificidades de cada um dos segmentos que compõe a categoria de “Atingidos”, como as comunidades tradicionais (vazanteiros/as, ribeirinhos/as, pescadores/as) que habitam as áreas mais afetadas pela ação da UHE. Um dos elementos notáveis deste estágio do processo organizativo é a expressão de uma consciência mais acurada sobre a cadeia de causas e efeitos de cunho social e ambiental deflagrada pela obra hidrelétrica, que vem sendo externalizada tanto nas reuniões efetivadas com agentes do Setor Elétrico quanto nos documentos produzidos e entregues para diversos órgãos,

Rodica Weitzman

incluindo a Eletronorte. .

Esta consciência se tornou mais explícita quando os Atingidos perceberam a ligação entre a crise ambiental, vivenciada de forma aguda ao nível dos territórios a partir do ano de 1985, e os dois fenômenos que tinham acontecido anteriormente a ela: primeiramente, o alagamento e, em seguida, a *crise* dos mosquitos.

O alagamento ocorreu em 1985, em algumas áreas de reassentamento, quando se fechou o reservatório, em função da subida da água 6 metros acima do planejado, o que chegou a impactar 1500 famílias além do número originalmente previsto. No Ofício nº 35, elaborado em 27/03/1985, os movimentos expressaram seu “lamento pela irresponsabilidade da Eletronorte, que se caracteriza pela incapacidade de seus técnicos em prever a área a ser atingida pelo lago, reassentando 50% da população rural em área inundável” (Ofício nº 35, 27/03/1985, 2). Em meados dos anos 1980, veremos de que modo a alegação feita por parte dos Movimentos dos Atingidos de que “a vida das pessoas está muito pior depois do alagamento” é corroborada, uma vez que o fenômeno do alagamento é associado a uma cadeia de acontecimentos perniciosos que foram desencadeados no período após o enchimento do reservatório. Assim, percebe-se de que modo se sedimentou uma conexão entre a inundação e os problemas socioambientais na percepção dos fatos.

Outra bandeira de luta que reforçou a temática ambiental dentro da agenda política dos Movimentos dos Atingidos foi a proliferação incomum dos mosquitos. A praga dos mosquitos se iniciou no final de 1984, quando ocorreu o barramento do rio, surgindo na zona rural de Novo Repartimento e de forma mais intensa ainda na Gleba Parakaña, onde se estendeu até os anos de 1994 e 1995. Desde o início, os movimentos sinalizaram que o criadouro dos mosquitos era o lago da UHT, o que evidenciou o papel da Eletronorte e de suas instituições parceiras em sua ocorrência.

No que diz respeito às estratégias de mobilização das comunidades atingidas a partir desta *crise* dos mosquitos, cabe salientar algumas formas mais diretas de pressão, como um acampamento dos expropriados no portão principal da Eletronorte que teve destaque na imprensa local e nacional. De acordo com algumas lideranças, este ato político foi determinante na criação de uma Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí em 1992, como uma resposta institucional por parte do Presidente da República.

O Relatório produzido por essa Comissão, que apresentou conclusões sobre as causas da praga dos insetos, foi apropriado pelos Movimentos dos Atingidos como arma de sua luta política, servindo como uma base de subsídios para suas estratégias discursivas em diversos documentos fabricados posteriormente à data de 1992. Isso demonstra claramente os modos distintos de fazer uso dos documentos, de acordo com as intenções de cada ator envolvido, uma vez que todo acervo arquivístico é gerado dentro de um processo de interação social. (Cunha 2004). O amplo leque de documentos que são fabricados no bojo do universo empresarial – e depois rearranjados e reestruturados a partir de interpelações com os movimentos dos *Atingidos* – desvela regimes de verdade que são flexibilizados com base em diversos sistemas de significados.

Rodica Weitzman

Vale ressaltar alguns elementos do Relatório que foram extraídos para o exercício analítico que era vivenciado pelas pessoas que participavam dos movimentos dos Atingidos. O objetivo era apontar os erros cometidos e exigir medidas compensatórias que pudessem aliviar os efeitos dos danos ocasionados. Neste sentido, de forma minuciosa, desvelam as conexões entre a crise dos mosquitos, a inundação da margem do lago e “a proliferação de uma vegetação aquática flutuante, macrófita.” (Acsegrad e Silva 2004, 9). Tal vegetação é identificada como a origem do advento desses mosquitos “na reentrância da margem do lago.” (*id.*, 9).

No Relatório da Comissão Interministerial Pró-População a Montante de Tucuruí (1992), em uma entrevista efetivada com um líder sindical, morador do Rio Gelado (mar/1996), há confirmação da hipótese apresentada, revelando que as falhas no trabalho de desmatamento pela instituição encarregada de tal tarefa – a empresa Capemi, resultaram no acúmulo desta vegetação flutuante e submersa no lago em 1983. Em uma entrevista concedida pela Aida, ela esclarece que “quem na época ganhou a concorrência para desmatar a área do que ainda tinha de floresta para formação do lago foi a Capemi, a caixa de pecúlio dos militares.” Ela alega que a Capemi se constitui enquanto uma empresa que falhou no processo de desmatamento da área para ser alargada, utilizando-se de produtos químicos como “Pó da China” e o “agente laranja”, que acabaram deixando a área “envenenada” (Acervo “Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17/ agosto, 2017, Brasília/DF).

De acordo com o Boletim da Pastoral Juvenil de Abaetetuba, produzido em julho de 1984, “A Voz dos Jovens”, “a vegetação submersa irá apodrecer e se tornar gás sulfídrico, contaminando a flora, fauna e a vida de todos que vivem na região” (1984, 12). A seguinte frase, que aparece na Carta do SRT a Prelazia de Cametá, é emblemática de uma leitura crítica acerca das repercussões negativas no meio socioambiental: “No fundo do lago estão quatro cidades e várias vilas, cemitérios, fossas” (“Carta do SRT a Prelazia de Cametá, às entidades democráticas e às comunidades cristãs” – 1987, 5). De forma categórica e incisiva, os depoimentos expostos aqui corroboram a hipótese de que os impactos nocivos que foram desencadeados e agravados, tanto pelo enchimento do reservatório quanto pelo alargamento da área, encontram sua fonte originária nos erros técnicos gravíssimos cometidos por Eletronorte e pelas organizações e empresas aliadas a ela, algumas das quais foram contratadas para diversos serviços, entre eles o desmatamento da área atingida.

Na produção documental, as lideranças dos movimentos sociais vêm formulando hipóteses que iluminam a teia de relacionalidade entre um conjunto de acontecimentos: inundação, desmatamento, praga de mosquitos e surgimento de doenças. Esta leitura sobre a ligação entre diversos conflitos socioambientais ocupa um lugar de centralidade nos seus discursos e na sua agenda política, de modo que provoca o que Acsegrad nomeia de “uma nova articulação ambiental do conflito”. Autores como Acsegrad e Silva (2011, 68) apontam que

embora utilizando “a questão dos mosquitos” como uma pauta específica,

Rodica Weitzman

o movimento organizado, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e suas subsedes, colocou-se à frente das negociações, denunciando diferentes situações vivenciadas pela população desde o início do processo expropriatório (*id.*, 2001, 68).

6 Mudanças na agenda política dos Atingidos: a formulação de novas respostas diante do quadro socioambiental

Uma série de alterações ambientais, como a contaminação de algumas espécies de peixes, a mudança na cor da água, a diminuição na produção de cacau e açaí, o agravamento de doenças do aparelho digestivo e a invasão de insetos, todas as quais foram agravadas no Rio Tocantins depois da formação do lago, recaíram com mais intensidade sobre a população de Jusante. Isso certamente provocou seu maior engajamento nos atos públicos, reuniões e assembleias que foram realizados para tratar destas questões a partir do ano de 1987.

O discurso de alguns segmentos também foi se moldando de acordo com o agravamento do quadro socioambiental no território afetado. Alguns segmentos que ocupam a área de jusante, como os Vazanteiros, sinalizavam seu estado de vulnerabilidade social perante fenômenos socioambientais, tanto a mudança na qualidade da água, que se revelou extremamente desastrosa para finalidades da pesca e irrigação, quanto o assoreamento dos rios, que acarretou perdas na produtividade em função da interrupção do fluxo de nutrientes nas regiões de Várzea.

Desde o início da obra, o Setor Elétrico não contemplava os grupos sociais que ocupavam a área de “jusante” como parte da população diretamente atingida dentro dos mapeamentos da área de intervenção. Nos estudos de viabilidade¹⁵ que antecederam as fases de intervenção e que foram concluídos em dezembro de 1974 e junho de 1975, o projeto técnico foi projetado para intervir estritamente na área do reservatório e imediações, uma vez que não foram realizados estudos complementares de jusante e regionais (Coppe/UFRJ, 1999; Eletrobrás/Comase, 1991/1993; Eletronorte, 1987). Por conseguinte, aqueles que habitavam áreas fora do perímetro do futuro lago, e que, em vista disso, nas previsões feitas, não seriam sujeitas às inundações, como os “vazanteiros” e “ribeirinhos”, foram excluídos das políticas de indenização e reassentamento. (Acselrad 2011). Ao agravar os efeitos socioambientais, a partir da poluição das águas que serviam como fonte de sobrevivência para estas comunidades tradicionais, este enquadramento da área atingível e daqueles a serem afetados “diretamente” ou “indiretamente” teve que ser ajustado. É importante sinalizar que quem era rotulado como alvo indireto dos efeitos da barragem passa a ser considerado um alvo direto a partir do enchimento do reservatório e da inundação das águas acima do nível previsto. Assim, as comunidades localizadas na região “jusante” foram incorporadas nas conceituações da “população atingida” pelo Setor Elétrico a partir de uma nova projeção da área de intervenção e do alcance dos impactos da UHE, embora esta nova formulação apenas se consolidasse por meio de comprovação científica e das pressões por parte de diversos atores sociais, como veremos a seguir.

15 Vainer (1993) explica os significados da noção de “viabilidade socioambiental”, que embasava estes estudos preliminares e norteava as estratégias políticas de controle e prevenção de conflitos. De acordo com esse autor, estes estudos de “viabilidade socioambiental” tinham o principal objetivo de “assegurar condições para que a tomada de decisões e a implementação de ações sejam sobretudo de natureza preventiva e ocorram em tempo hábil, de modo a evitar impasses decorrentes de conflitos de interesses mal equacionados e custos econômico-financeiros elevados para o Setor” (Vainer 1993, 139).

Rodica Weitzman

De acordo com técnicos da CPT que assessoravam o Movimento naquela época, o movimento ganhou força com a entrada do “jusante”, uma vez que “a população ribeirinha localizada na jusante da barragem tinha uma experiência maior de organização, vinda das comunidades de base e passando pela conquista das direções dos sindicatos, o que, sem dúvida, levou a resultados diferentes.” (“Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí”, dias 12 e 13/03/1989, 7).

A pressão política exercida pelos sindicatos e pelos movimentos de pescadores, ribeirinhos e vazanteiros organizados que habitavam a região “abaixo da barragem” – a “jusante” – foi canalizada por meio de uma série de reuniões que aconteceram a partir de março de 1987 com a Eletronorte. Estas reuniões de negociação – muitas das quais envolveram a empresa responsável pela realização de pesquisas socioambientais Engevix – foram voltadas tanto para “discutir os efeitos da barragem” quanto para “exigir pesquisas de água, plantas e peixes” (Documento: “Ata da reunião dos atingidos pela barragem de Tucuruí – 12 e 13/03/1989”, 8). Em entrevista realizada com Felisberto Demasceno, ele cita o envolvimento de mais um ator social nesta fase “final da luta” durante meados dos anos 1980: o âmbito acadêmico, englobando a Universidade Federal do Pará e alguns núcleos de pesquisa (Acervo Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais”, Projeto IPPUR/UFRJ, Entrevista concedida em 17 de agosto, 2017, Brasília/DF). De acordo com ele, os/as pesquisadores/as e professores/as destas instituições acadêmicas “vieram em apoio”, para fazer “alguma discussão sobre o que aconteceria a Tocantins com o fechamento do rio”. De alguma maneira, alertaram as lideranças das comunidades atingidas sobre impactos que poderiam se tornar perceptíveis no futuro próximo, como o desaparecimento de algumas espécies de peixe e a salinização da água do Rio Tocantins.

Nessa fase, houve uma mudança acentuada nas estratégias de ação política, uma vez que os Movimentos de Atingidos optaram pela atestação científica como o caminho mais indicado para pressionar as autoridades do Governo e da Eletronorte a implementar diversas providências políticas. Isso fez com que a “luta por pesquisas e estudos” dos impactos socioambientais se tornasse o foco central da plataforma de reivindicações e do plano de ações em meados dos anos 1980. Por exemplo, a falta de “estudos científicos” na etapa inicial da obra que pudessem prever e prevenir problemas socioambientais foi alvo de crítica por parte dos movimentos de Atingidos e seus assessores no bojo deste processo árduo de negociação. Aida, ex-técnica do CPT, foi bastante incisiva nas suas críticas à Eletronorte pela implementação de ações de reassentamento sem terem sido feitos estudos prévios de “impacto ambiental e social”:

(...) Parecia tudo muito novo pra Eletronorte. Ela, como não tinha estudos, foi feito na marra assim, foi feito um estudo de viabilidade técnica sem estudo de impacto ambiental e social. Demoraram a ver com clareza onde é o impacto, que impacto? Não existe. Tu pega os estudos do Tucuruí, existia apenas os estudos de viabilidade técnica. Esse rio tem viabilidade pra ser uma grande barragem por essa e essa razão. Não existia, paralelo a ele,

Rodica Weitzman

nenhum estudo de impacto ambiental de nada...(...). E aí, ela não tinha. Como ela não tinha, ela não conseguia prever (Entrevista realizada em 17/17/agosto/2017, Brasília/DF).

Desde seu ponto de vista, se tivessem sido implementados estudos ou pesquisas focados nos aspectos socioambientais durante o processo inicial de mapeamento da área de intervenção em 1979, existiria um maior respaldo para a busca de soluções durante as etapas posteriores. Inegavelmente, este processo de contestação protagonizado por Aida, assessora dos movimentos de atingidos, e também por integrantes das comunidades classificadas como Atingidas que, paulatinamente, se estruturavam enquanto um movimento organizado, tinha como fulcro central o manejo do campo “social” e “ambiental”, tanto nos documentos fabricados pelo Setor Elétrico quanto nos instrumentos utilizados para auxiliar suas estratégias de intervenção. Esta problematização acarretou uma desestabilização do plano “técnico” enquanto plano inquestionável que garante a infalibilidade das intervenções, sem considerar estes fatores do campo socioambiental.

Um ponto de destaque neste processo de negociação foi o engajamento bastante saliente de uma diversidade de atores sociais – movimentos de atingidos e organizações de assessoria, como o CPT, que se juntaram a um conjunto de instituições acadêmicas e de pesquisa. Esses atores envolveram-se nos seguintes procedimentos: construção metodológica das pesquisas, análise dos seus resultados, armação das proposições para aliviar os danos ambientais, e implementação de medidas compensatórias. Em um relato do processo organizacional vivido naquele período, um representante do STR de Cameta lembra da força coletiva expressa pelos movimentos envolvidos que “não abriram mão até que eles realizassem as pesquisas” e que teve como resultado final “de nossa pressão, os convênios que estão fazendo com os Prefeitos” em torno de ações de assistência para a população perante o aumento de doenças e outras aflições (“Ata da Reunião dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí” – dias 12 e 13/ março 1989). Tanto as ações voltadas para medir os efeitos dos problemas socioambientais quanto as medidas compensatórias que foram desenhadas com a intenção de responsabilizar vários atores sociais pelas falhas que cometerem (Prefeituras, Eletronorte e a organização contratada – Engevix) deixaram um legado insubstituível: uma espécie de “unidade moral e cognitiva” (Durkheim 1995 [1912]) no interior dos Movimentos de Atingidos.

Um ponto de destaque neste processo de mobilização social protagonizado pelos Atingidos foi a apropriação da linguagem e da argumentação ambiental para embasar seus conflitos com seus oponentes – o Setor Elétrico – dentro de um campo de disputa (Lopes 2006). O antropólogo Sérgio Leite Lopes (2006), que endossa uma visão da “ambientalização dos conflitos sociais” enquanto “uma nova questão pública”, demonstra alguns casos nos quais movimentos sociais organizados adquiriram uma linguagem “biologizante”, “médica” ou de “saúde” no bojo dos seus conflitos com autoridades de fábricas ou órgãos públicos. Da mesma forma, na região de Tucuruí, percebe-se que, a partir do surgimento de processos conflituosos englobando mudanças ambientais, os grupos sociais atingidos – pescadores,

Rodica Weitzman

ribeirinhos, vazanteiros – passaram a utilizar termos e fazer uso de procedimentos e ferramentas que não faziam parte nem do seu campo semântico nem do seu repertório de bandeiras políticas.

Deste modo, as armas da “luta” foram se ampliando para englobar a “neutralidade” e a “imparcialidade” da ciência, que, a partir das certezas apresentadas, afirmava a obrigatoriedade de ações incisivas no campo ambiental. Com base nas comprovações de danos ocasionados no meio ambiente por meio de métodos científicos, os movimentos atingidos – compostos por pessoas que habitavam o ‘Montante’ e ‘Jusante’ do Rio Tocantins – encontraram fundamentos sólidos para abrir novos caminhos de negociação.

7 Conclusões finais

Da mesma forma que houve modificações nas estratégias, focos temáticos e ferramentas das lutas dos segmentos que fizeram parte do Movimento dos Atingidos no período de 1979 a 1990, também houve alterações na sua composição, a partir da ampliação do processo de territorialização, e a incorporação de demandas específicas, relacionadas com as distintas formas de conviver com os fluxos do Rio Tocantins. Situações inusitadas e demandas novas geraram novas respostas, acarretando modificações no tom das negociações e na natureza das reivindicações perante o Estado e a Empresa Eletronorte. É importante ressaltar as alterações na maneira pelas quais as reivindicações foram produzidas, sustentadas, contestadas e alteradas, a partir de processos de interação social nos meados dos anos 1980.

Inevitavelmente, as condições do contexto político influenciaram o processo de mobilização dos movimentos dos Atingidos, sendo um condicionante que tanto limita quanto possibilita o maior alcance de sua ação política, dependendo do momento histórico. As comunidades atingidas pela obra hidroelétrica abarcaram várias pautas (como a pauta dos “alagados”), ampliando progressivamente seu repertório político de acordo com um contexto mutável e oscilante. As queixas não eram direcionadas apenas para as lacunas detectadas nas abordagens adotadas, como a insuficiência das medidas compensatórias para atender as populações atingidas. Nos meados dos anos 1980, as reivindicações passaram a ser mais propositivas, a partir de um questionamento dos critérios que determinaram sua eficácia em termos “técnicos”. Logo, novas bandeiras foram erguidas, como a “luta por pesquisas e estudos”. Neste contexto turbulento e conflituoso, os documentos desempenharam um papel central, sendo enquadrados como objetos *vivos* que passam por um processo de ressignificação, se tornando armas de luta para os Atingidos perante o Setor Elétrico.

Ao incorporarem as especificidades das populações vazanteiras e ribeirinhas, que historicamente tinham sido ignoradas ou omitidas dos processos de formulação de medidas compensatórias (Sigaud 1983, 1987, 1988, 1992; Vainer 2008, 1992), os movimentos de Atingidos conseguiram pôr em destaque uma série de reivindicações que envolvem a recontextualização do ambiente circundante. Logo, no bojo do seu processo de mobilização, houve uma valorização das dimensões

Rodica Weitzman

culturais presentes na ação coletiva, a partir de uma atenção voltada para as especificidades dos segmentos que compõem esta *categoria identitária – Atingidos* –, alargando assim a esfera do que se pode considerar como o “político” dentro de um repertório que englobava ações de enfrentamento, embate e negociação. Destarte, o regime de verdade que rege a gestão destes “movimentos” no cerne das dinâmicas sociais é flexibilizado de acordo com diferentes óticas, abordagens e critérios, testemunhando a vitalidade e a força de um movimento heterogêneo que se constrói no plural, a partir de um recorte temporal e espacial.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado para publicação em 01/02/2022 pelo editor Alberto Fidalgo Castro

Rodica Weitzman

Referências

I. Documentos internos do acervo constituído no IPPUR/UFRJ sob a coordenação do Prof. Henri Acselelad (IPPUR/UFRJ):

- Ata. 1984 (10-11 de novembro). Ata da reunião realizada entre Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletronorte e Comissão Representativa dos Colonos Expropriados. Brasília.
- Ata. 1989 (12-16 de maio). Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí. Tucuruí.
- Ata. 1987 (28-29 de março). Ata de Encontro entre a Eletronorte, Engevix e Sindicato de Trabalhadores Rurais da Região Tocantina.
- Boletim. 1982 (setembro) - 1983 (janeiro). Arca dos Moradores da área do reservatório Barragem de Tucuruí.
- Boletim. 1979 (abril). *Extra informativo Itupiranga 4*. Tucuruí.
- Boletim. 1981 (maio). *Tucuruí Urgente*. Tucuruí.
- Boletim. 1982 (2 de dezembro). *Luta dos Desapropriados*. Tucuruí.
- Carta. 1980 (9 de janeiro). *Carta a Eletronorte*. Tucuruí.
- Coleção do Museu de Eletricidade. s/d. Apresentação: "A UHE Tucuruí e a Promoção do Desenvolvimento Regional".
- Documento. 1989 (13 de novembro). *Tucuruí – Colonos e Índios x Eletronorte*. Secretaria do Estado de Agricultura do Pará e Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular. Marabá - PA.
- Documento. 1989 (12-16 de maio). Encontro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Colonias de Pescadores atingidos pela UHE de Tucuruí.
- Documentos I, II, III. 1981 (12 de dezembro) - 1982 (12 de agosto). Denúncia e Reivindicação da População dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores da Localidade da Rainha e Morajuba Direta, atingidos pelo Projeto da UHE de Tucuruí – Reservatório. Tucuruí.
- Documento. 1982 (12 de agosto). Denúncias e Reivindicações da População de Repartimento Breu Branco e Adjacências, dos Vazanteiros de Itupiranga, Tauri e Moradores das Localidades Rainha e Maratuba Direta, Atingidas pelo Projeto do Reservatório da UHE – Tucuruí. Tucuruí.
- Documento. (1981, 2 de novembro). Documento dos Vazanteiros da Itupiranga à Eletronorte. Tucuruí.
- Documento. (1985, 2 de maio). Documento de Reivindicações da Comissão dos Expropriados. Tucuruí.
- Documento. (1984, 21 de outubro). Documento da População de Expropriados ao Governador do Estado do Pará Dr. Jader Fontenelle Barbalho. Tucuruí.
- Documento. 1987. Eletronorte. *UHE Tucuruí: Plano de Utilização do Reservatório Versão 4 – Preliminar*. Tucuruí.
- Fichas de levantamento. 1989. Comissão dos Moradores da Colônia do Mojú. Tucuruí.
- IPPUR. 2017. Entrevista com Aida Maria Farias da Silva. Concedida em 17/agosto/2017, Brasília/DF.

Rodica Weitzman

- IPPUR. 2017. Entrevista com Raul do Couto. Concedida em 07/agosto de 2017, Belém/PA.
- IPPUR. 2017. Entrevista com Felisberto Demasceno. Concedida em 17/agosto, 2017, Brasília/DF.
- IPPUR. 2018 (24 de abril). Depoimentos em Seminário Tucuruí: memórias de uma luta em curso. Auditório de Geociências, UFF. Belém/PA.
- Manual. 1986. *Estudos dos Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos*.
- Nota. (1982, 8 de setembro). *Nota de Esclarecimentos e Reivindicações das Famílias Atingidas pela Represa de Tucuruí a população*. Tucuruí.
- Ofício. (1985, 2 de fevereiro). *Ofício do STR Jacundá e Tucuruí*. Comissão dos Expropriados à Eletronorte. Tucuruí.
- Relatório. 1987. *Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico v. I. Eletrobrás/ COMASE/ MINFRA*.
- Relatório. 1991/1993. *Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico v. II. Eletrobrás/ COMASE/MINFRA*.
- Relatório. 1987. *Relato de Comissão Técnica de Barragens e Meio Ambiente*. Grupo de Trabalho: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens.
- Relatório. (1979, julho). *Relatório da II Assembleia de Lavradores*. Tucuruí.
- Relatório. 1983. “Tucuruí – 10 anos depois”. *História da Energia*, Eletronorte.
- Relatório. 1989. *Usina Hidrelétrica Tucuruí: Memória Técnica*. Coordenadoria Técnica do Projeto Memória – Eletronorte do Ministério de Minas e Gerais e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras/ Eletronorte. Brasília.
- Relatório. 1987 (8 de agosto). *Relatório do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens: Comissão técnica de barragens e Meio Ambiente*. Brasília.
- Relatório. 1989 (2 de janeiro). *Relatório Interno da Eletronorte*. Brasília.

II. Outras referências

- Acselrad, Henri, e Maria das Graças da Silva. 2004. “Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí”. In *Conflitos ambientais no Brasil*, org. Henri Acselrad, 175–93. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Acselrad, Henri, e Maria das Graças da Silva. 2011. “Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia – o caso de Tucuruí”. In *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*, org. Andréa Zhouri, 61–92. Belo Horizonte: EdUFMG.
- Acselrad, Henri. 1991. “Planejamento autoritário e desordem socioambiental na Amazônia: crônica do deslocamento de populações de Tucuruí”. *Revista de Administração Pública* 25 (4): 53–68.
- Acselrad, Henri. 2010. “Mercado de terras e meio ambiente em áreas de grandes projetos de investimento – o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí”. *Estudos Sociedade e Agricultura* 18 (1): 158–92.
- Bourdieu, Pierre. 1998. “O capital social – notas provisórias”. In *Escritos de educação*, org. Maria Alice Nogueira, e Afrânio Catani, 65–9. Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, Pierre. 2011. “O campo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política* 5 (janeiro-)

Rodica Weitzman

- ro-julho): 193–216.
- Bronz, Deborah, e Marcos Otavio Bezerra. 2014. “‘Grandes empreendimentos’, administração pública e populações”. *Revista Antropológica* 37: 131–6.
- Bronz, Deborah. 2013. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. Dossiê Antropologia e Desenvolvimento. *Campos* 14 (1-2): 37–55.
- Bronz, Deborah. 2016. *Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Buttel, Frederick H. 1992. “A sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana”. *Perspectivas* (15): 69–94.
- Castro, Eduardo Viveiros, e Lucia M. M. de Andrade. 1988. “Hidrelétricas do Xingu: O Estado contra as sociedades indígenas”. In *As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, org. Leinad Ayer de O. Santos, e Lucia M. M. Andrade, 7–23. São Paulo: Comissão Pró-índio de São Paulo.
- Cunha, Olivia Maria Gomes da, Castro, Celso. 2005. “Quando o campo é o arquivo”. *Estudos Históricos* 36 (jul.-dez.): 3–5.
- Cunha, Olivia Maria Gomes da. 2004. “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo”. *Mana* 10 (2): 287–322.
- Des Chenes, Mary. Locating the past. 1997. In *Anthropological locations: boundaries and grounds of a field science*, eds. Akhil Gupta, e James Ferguson, 66–85. Berkeley: University of California Press.
- Dias, Devanir Vieira, Antonio Del Maestro Filho, e Lúcio Flávio Renault de Moraes. 2003. “O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional”. *Revista de Administração Contemporânea* 7 (2): 57–71.
- Durkheim, Émile. 1995 [1912]. *The elementary forms of the religious life*. Traduzido por Karen E. Fields. New York: The Free Press.
- Eagleton, Terry. 1997. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: EdUnesp.
- Ewald, François. 1993. *Foucault, a norma e o direito*. Traduzido por António Fernando Cascais. Lisboa: veja.
- Faillace, Sandra Tosta. 1990. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Itá (RS/SC)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Fearnside, Philip M. 2015. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora do INPA.
- Foucault, Michel. 1971. *A ordem do discurso*. <http://www.filoesco.unb.br/foucault>.
- Foucault, Michel. 1986. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, Michel. 1991. *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*, 8 ed. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, Erving. 1974. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. London: Harper and Row.
- Goodland, Robert. 1978. *Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, rio Tocantins Amazônia, Brazil*. Brasília: Eletronorte S.A.
- Guattari, Félix, e Sueli Rolnik. 2005. *Micropolítica: cartografias do desejo*, 7ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Hull, Mathew. 2012. “Documents and Bureaucracy”. *The Annual Review of Anthropology*,

Rodica Weitzman

- 251–67. California: Stanford University Press.
- Lopes, José Sérgio Leite. 2006. “Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação”. *Horizontes Antropológicos* 12 (25): 31–64.
- Magalhães, Sonia Barbosa. 1987. “Hidrelétricas e impacto ambiental”. *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia* 3: 62–64.
- Medeiros, Leonilde Servolo de. 2012. “Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas”. *Revista Mundos do Trabalho* 4 (7): 7–31.
- Mitchell, Timothy. 1999. “State, economy, and the state effect”. In *State/culture: state formation after de cultural turn*, ed. Georges Steinentz, 76–96. New York: Cornell University Press.
- Mougeot, Luc. 1988. “Planejamento hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Pará”. In *Fronteiras*, org. Catharine Aubertin, 231–50. Brasília; Paris: Editora Universidade de Brasília; Orstom.
- Nader, Laura. 1972. “Up the Anthropologist: Perspectives gained from Studying Up”. In *Reinventing Anthropology*, Dell Hymes, 284–311. New York: Pantheon Books.
- Novaes, j. 2015. “Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação”. In *Povos Tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará*, orgs. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, e Jurandir Santos de Novaes, 173–203. Manaus: UEA Edições.
- Osborne, David, e Ted Gaebler. 1994. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília: MH Comunicação.
- Ribeiro, Gustavo Lins. 1988. *Developing the Moonland: The Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina*. New York: The City University of New York.
- Riles, Annelise, ed. 2006. *Documents: artifacts of modern knowledge*. Michigan: University of Michigan Press.
- Rocha, Maria Célia. 2002. “Uma abordagem sócio-histórica da política de remanejamento das populações afetadas pelas hidrelétricas de Tucuruí”. Dissertação do mestrado profissional, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Santos, Silvio Coelho. 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven and London: Yale University Press.
- Santos, Silvio Coelho. 1992. “Metodologia para o estudo de Projetos de Desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas”. In *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*, orgs. Antonio A. Arantes, Guillermo Ruben, e Guita Debert, 91-101. Campinas: Ed. Unicamp.
- Santos, Silvio Coelho. 1996. “Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia”. In *Energia na Amazônia*, orgs. Sonia Barbosa Magalhães, Rosyan de Caldas Britto, Edna Ramos, 689-96. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação das Universidades Amazônicas.
- Sigaud, Lygia, Ana Luiza Martins-Costa, e Ana Maria Daou. 1987. Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do estado. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice; Anpocs.
- Sigaud, Lygia, Luiz Pinguelli Rosa, e Otávio Mielnik. 1983. Impactos de grandes projetos

Rodica Weitzman

hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais, coord. AIE/COPPE. Rio de Janeiro: Marco Zero.

Sigaud, Lygia. 1988a. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, sociais e ambientais*, eds. Luiz Pinguelli, et al., 83–166. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ.

Sigaud, Lygia. 1988b. Implicações sociais da política do Setor Elétrico. In *As hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas*, org. Leinad Ayer de O. Santos, e Lucia M. M. Andrade, 103–10. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo .

Sigaud, Lygia. 1992. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira das Ciências Sociais* 18, ano 7.

Sigaud, Lygia. 1995. A dimensão social em uma abordagem antropológica. Crença, descrença e interesses. Por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In *Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: o Caso das Grandes Barragens*, org. Luiz Pinguelli, 162–78. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/PPGAS.

Vainer, Carlos Bernardo, e Frederico G. Araújo. 1990. “Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do Setor Elétrico das Populações Atingidas”. *Travessia Revista do Migrante* 23 (6): 8–24.

Vainer, Carlos Bernardo. 1993. “Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar?” In *Anais do V Encontro Nacional da Anpur* 2: 556–71. Belo Horizonte: ANPUR.

Vainer, Carlos Bernardo. 2008. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes. In *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, org. Franklin Daniel Rothman, 39–63. Viçosa: Editora da UFV.

Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos

Contemporary violence against leaders in the Brazilian Amazon: moral, legal and associative frameworks

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9313>

Igor Rolemberg

École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre Maurice Halbwachs – França
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0002-5171-1254

rolemberg.igor@gmail.com

Igor Rolemberg é doutorando em Ciências Sociais na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em cotutela com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa temas relacionados à mobilização social e produção de problemas públicos em torno do acesso e redistribuição de terras na Amazônia Oriental.

Paula Lacerda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: 0000-0003-2938-8136

lacerdapaula@gmail.com

Paula Lacerda é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista de produtividade do CNPq, Jovem Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e Procientista. Tem experiência em pesquisas sobre gênero, Estado e mobilização social, especialmente a partir de contextos urbanos da Amazônia. É correalizadora do Campo: um podcast de Antropologia.

87

Este artigo analisa percepções, classificações e práticas de estado a partir de situações consideradas como violências segundo atores da mobilização social em Altamira e Marabá, no Pará. Partindo da constatação de que nossos interlocutores percebem a intensificação da violência nos últimos dez anos, amplificando o número de denúncias a esse respeito, procuramos entender as razões pelas quais eles diagnosticam o agravamento do quadro e como as práticas estatais contribuem para a produção dele. Compreendendo a diversidade de situações que são consideradas como violências, buscamos descrever etnograficamente os diversos sentidos da categoria *violência*, bem como apontar para a compreensão política que embasa essa percepção e forma de classificação. Assim, argumentamos que o cenário de violência apresenta tanto elementos de continuidade que remontam a práticas estatais de longa duração implementadas na região quanto elementos de transformações em curso, perceptíveis no aumento do número de homicídios contra lideranças e prisões arbitrárias, entre outras. Concluímos que para além do entrelaçamento entre processos históricos de longa duração e aumento da forma mais expressiva da violência contra lideranças (os homicídios), os eventos violentos passaram a ter menor inflexão nas práticas estatais no sentido de fazê-las atenderem às reivindicações das vítimas.

This article analyzes perceptions, classifications and state practices from situations considered as violence according to actors of social mobilization in Altamira and Marabá, Pará. Based on a diagnosis made by our interlocutors who perceives the intensification of violence in the last ten years, and an increasing number of complaints in this regard, we try to understand the reasons to understand the reasons why they diagnose the worsening of the condition and how state practices contribute to its production. Understanding the diversity of situations that are considered to be violence, we seek to describe ethnographically the different meanings of violence as a category, as well as to point to the political understanding that underlies this perception and form of classification. Thus, we argue that the violence scenario presents elements of continuity that go back to long-term state practices implemented in the region, as well as elements of ongoing transformations, noticeable in the increase in the number of homicides against leaders and arbitrary arrests, among others. We conclude that in addition to the intertwining of long-lasting historical processes and the increase in the most expressive form of violence against leaders (homicides), the decrease in the capacity to inflect state practices is a current data to understand the meanings of the increase in violence against leaders in the Amazon.

1 Introdução

A Amazônia brasileira, historicamente, vem sendo o cenário de ações estatais de grandes obras de infraestrutura (abertura de rodovias, construção de barragens e hidrelétricas, implantação de empreendimentos minerários, agropecuários, dentre outros) associadas a projetos de distribuição de terras que favoreceram a concentração fundiária (Velho 1972, Becker 1982, Almeida 1993). Nessa região, mais do que em qualquer outra parte do Brasil, as representações relacionadas a um suposto “vazio demográfico” revelam-se duráveis e vêm sendo utilizadas como justificativas para práticas e políticas consideradas de ‘desenvolvimento’, a despeito dos efeitos desestruturantes que produzem (em termos do impacto aos modos de vida locais), especialmente no que se refere ao acirramento da *violência*¹, de maneira geral associada ao conflito de interesses sobre o uso da terra e de outros recursos, como rios, portos e florestas (Hébette 2004, Castro 2005, Krautler 2014). Assim, apesar de o cenário de violência em regiões da Amazônia não ter uma única causa ou causador, os conflitos territoriais que resultam desse conjunto de ações estatais é, em grande medida, responsável por violências contra populações da região, entre as quais lideranças envolvidas na defesa dos direitos humanos, das quais trataremos neste artigo.

Nos últimos anos, temos observado, durante o trabalho de campo, aumento das denúncias sobre a repercussão da *violência* contra ativistas, feitas por nossas interlocutoras e interlocutores, membros de organizações de grande visibilidade, como a Comissão Pastoral da Terra, em Marabá, e o Movimento Xingu Vivo para Sempre, em Altamira, ambas cidades localizadas no estado do Pará. Interessados nos modos como atores locais empreendem a mobilização social em defesa de direitos das populações rurais e urbanas, e sabendo que a luta neste contexto combina ao mesmo tempo sentidos ético e épico (Comerford 1999), começamos a nos indagar sobre a compreensão desses atores a respeito de acontecimentos mais recentes de *violência*.

Para isso, buscamos descrever os modos de investigação local para os conflitos e produção da denúncia (Boltanski 1993), o que significa, por um lado, atentar-nos para o minucioso trabalho de nossas interlocutoras/es em identificar cadeias causais e de responsabilidades para a *violência* com que se deparam, e, por outro, considerar a publicização daí decorrente, que passa, entre outros, pela materialização da denúncia em inúmeros documentos (notas públicas, relatórios, ofícios, reportagens etc.) que também utilizaremos nesta análise. Desse conjunto de práticas, emergem argumentos que apontam articulações entre agentes privados vinculados a empreendimentos agropecuários, minerários e obras de infraestrutura e setores da administração pública em desfavor das lideranças engajadas com direitos humanos, especialmente relacionados a questões socioambientais. Argumentamos que nesse material encontramos traços, indícios, rastros, de práticas de estado a serem perscrutadas e, também, percepções e diagnósticos dos nossos interlocutores, lideranças experientes no campo dos direitos humanos, sobre o funcionamento de setores do estado, instituições, serviços.

Assim, as práticas observadas, por um lado, indicam o histórico de interven-

1 Neste texto, utilizamos *violência* em itálico para marcar o termo que aparece como categoriaêmica entre as lideranças nossas interlocutoras, mas mantemos o uso de *violência* sem itálico quando nos referirmos aos atravessamentos entre categorias penais, senso comum, análises sociológicas etc. Utilizaremos também itálico para termos em língua estrangeira, aspas duplas para citações e aspas simples para destacar conflito na valoração de algumas categorias, segundo o ator que as utiliza, a exemplo de ‘desenvolvimento’

Igor Rolemberg e Paula Lacerda

ções estatais na região que, sob múltiplas formas, a exemplo dos sucessivos projetos de infraestrutura, optaram por privilegiar determinados atores e agendas, notadamente as de empreendimentos agropecuários e minerários, o que a literatura especializada chamou de modernização conservadora (Delgado 2005) ou capitalismo autoritário (Velho 1976)². Por outro, elas sinalizam transformações, sobretudo o que podemos descrever como o esvaziamento de algumas agências federais na esfera local, como IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), encarregadas de fiscalização e preservação do meio ambiente. Somando-se a isso a leniência de setores da polícia e da justiça estaduais tem-se um quadro que promove uma série de ilegalismos, facilitando ações de desmatamento – que bateram recordes em 2019 e 2020, segundo números do PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite)³ – de expropriação fundiária, e de perseguição a opositores desses projetos, principalmente lideranças, o que tem efeitos sobre a ação política de nossas interlocutoras/es de pesquisa. Chama atenção o recrudescimento de situações de violência a partir de 2017, que vêm se repetindo e se intensificando de maneira evidente. Como será trabalhado adiante, nesse ano foi registrado o maior número de assassinatos contra lideranças e integrantes de movimentos sociais de toda a década de 2010 a 2019.

Ao decidirmos analisar dinâmicas e efeitos da violência, segundo as práticas de estado e as percepções das lideranças na Amazônia brasileira a partir de cidades localizadas no estado do Pará, não desejamos reforçar estereótipos que consideram determinados espaços como “sem lei” ou “terras de ninguém”. Pelo contrário, consideramos como intencionais as ações de estado e a prática de agentes privados que concorrem para a fragilização de instrumentos de fiscalização e combate às violências ou do que dão causa a ela. Buscaremos descrever algumas dessas dinâmicas. Da mesma maneira, os argumentos aqui apresentados poderiam estar embasados em informações relativas a outras cidades e estados que compõem a Amazônia legal, o que indicaria para questões possivelmente semelhantes às quais iremos apresentar, guardadas especificidades locais. Assim, nosso objetivo é apontar para processos que ocorreram nessas cidades, mas não são particulares a elas, como a relação entre conflitos de terra e planos de distribuição de propriedades que acomodaram a necessidade de reforma agrária ao interesse de donos de grandes extensões de terra e especuladores, além da relação entre aumento da violência e abertura de estradas e outras obras de infraestrutura, como mencionamos. Nesse sentido, adotamos a caracterização dessas cidades como partes da “Amazônia brasileira” justamente porque entendemos haver especificidades da colonização e do desenvolvimento praticado nesses espaços, como apontam estudos como os de Davis (1978), Fearnside (1987), Baines (1994), Castro (2005), Becker (2010), O’Dwyer e Silva (2020).

Para a descrição e construção das análises, utilizamos materiais (relatórios, comunicados, notas públicas) produzidos por movimentos sociais, notícias vei-

2 Críticas recentes apontam que esses empreendimentos se vinculam cada vez mais a uma financeirização internacional, o que exige relativizar o peso do ‘nacional’ (Leite, 2019). Apesar de concordarmos com o diagnóstico, práticas estatais, sobretudo de agências federais, por meio de legislações e execuções de políticas públicas, continuam sendo determinantes na defesa de projetos de ‘desenvolvimento’ e impactam a produção da violência, conforme demonstramos neste artigo.

3 O PRODES é executado pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Ele produz taxas anuais de desmatamento, divulgadas a cada mês de agosto, valendo-se de imagens de satélite. A base de cálculo são incrementos de área desmatada, na comparação entre imagens de um ano a outro. Para uma análise das taxas, ver Fonseca, Antonio et al. (2020).

culadas em diferentes tipos de mídia, além de entrevistas com as lideranças e trabalho de campo em Marabá e Altamira durante os últimos dez anos. Esperamos que as discussões apresentadas aprofundem o conhecimento sobre continuidades e rupturas nas práticas e políticas de estado que produzem e reproduzem dinâmicas de violência na Amazônia brasileira, mas também em espaços onde o poder estatal se confunde com o poder privado exercido por grupos sociais envolvidos em práticas predatórias de exploração do meio ambiente e em desfavor das populações que vivem nesses territórios. De forma mais ampla, esperamos contribuir também para os estudos sobre práticas estatais (Souza Lima 2002, 2012, Das e Poole 2004, Sharma e Gupta 2006, Auyero 2007, 2016, Teixeira e Souza Lima 2010, Lugones 2012, Vianna 2014, Zacka 2017, entre outros), especialmente na articulação entre estado e movimentos sociais. Além disso, neste texto, trazemos conceitos do campo da criminologia crítica para pensarmos as dinâmicas da criminalização e seus efeitos políticos⁴.

Como Abrams (1988), buscaremos articular as dimensões de “estado prática” e “estado ideia” para compreender a mútua produção de práticas, representações, imaginários que constroem o cenário de conflitos, violências e ameaças e as formas de reação e resistência a elas. Consideramos que estudar ações de lideranças e de movimentos sociais é uma contribuição para o estudo do estado e das práticas estatais, uma vez que tais dimensões não operam isoladamente, mas ao contrário, são mutuamente constitutivas. Seguimos a proposta de Mitchell (2006), para quem uma das ficções potentes do/sobre o “Estado” é sua suposta separação entre dimensões como a “sociedade” ou a “economia”. Mais do que uma articulação, buscaremos demonstrar a própria correlação entre violência e mobilização, práticas de estado e de movimentos sociais.

Este artigo está organizado em três partes, além das considerações finais. A primeira, intitulada “A polissemia da violência na Amazônia”, apresenta o cenário de conflitos que caracteriza a região, segundo a ótica das lideranças, com quem tivemos interlocução. Nesse momento, tratamos da categoria êmica de *violência*, utilizada por nossas/os interlocutoras/es para descrever uma diversidade de situações, desde aquelas que atentam contra a pessoa (ameaças, agressões, tentativas de homicídio, homicídio) até as que ocorrem contra a terra, território e meio-ambiente (incêndios de casas, desmatamento, expulsões, dentre outras). Na segunda parte, “Episódios de *violência* contra atores da mobilização social”, selecionamos algumas situações de *violência*, para descrever a forma como são referidas e percebidas e suas conexões com práticas estatais, através de setores como a polícia, a justiça, e órgãos administrativos. Utilizaremos os conceitos de supercriminalização e subcriminalização para analisarmos esse cenário. Como demonstraremos, a supercriminalização busca facilitar o enquadramento das ações de lideranças como crimes, enquanto a subcriminalização garante que o enquadramento penal não se aplique às práticas dos adversários dessas lideranças nas disputas em curso. A terceira parte, “Táticas de deslegitimação moral das lideranças”, descreve práticas que incidem sobre uma dimensão específica da vida dos nossos interlocutores, sua reputação, e conseqüentemente afetam a legitimidade de sua atuação

4 A leitura dos trabalhos e o diálogo com a criminologista Valeria Vegh Weis nos chamou atenção para esse aspecto. Alguns argumentos presentes neste texto derivam desse diálogo, tendo sido inicialmente apresentados em Lacerda e Rolemberg (2022).

política. Nas perspectivas finais, argumentaremos que a abordagem etnográfica da violência, compreendida a partir de sua polissemia, nos levou a compreender a percepção dos nossos interlocutores, por suas experiências e pela forma como produzem suas denúncias, de que houve uma ruptura na dinâmica em que situações de violência que alcançam repercussão produziam efeitos considerados positivos sobre práticas estatais. Também nas perspectivas finais lançamos algumas considerações sobre rupturas e continuidades da violência, bem como sinalizamos para tendências futuras a partir do histórico analisado.

2 A polissemia da violência na Amazônia

As dinâmicas do desmatamento respondem a boa parte dos conflitos socioterritoriais da Amazônia brasileira que ensejam, por sua vez, ameaças, homicídios tentados ou consumados, além de outros crimes. A “pistolagem”, feição que assume os crimes de homicídio praticados por um contratado a mando de um contratante, é parte da linguagem da violência e da disputa por terras que envolvem agentes implicados ou interessados em práticas de degradação do meio ambiente, como fazendeiros, milícias privadas, intermediários vários e posseiros, em prejuízo de pequenos proprietários de terra e defensores de direitos humanos (Loureiro e Guimarães 2007, Pereira 2015). No entanto, especialmente nos últimos anos, crimes de facções associados ao controle do tráfico de drogas e armas, violência contra a mulher e exploração sexual infantil tiveram crescimento exponencial, especialmente em Altamira, cidade que recebeu um grande projeto de infraestrutura, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Domingues 2017, Oliveira 2017).

O massacre no Presídio de Altamira, em julho de 2019, considerado o segundo maior em número de mortos ocorrido no sistema prisional do Brasil, está diretamente associado às transformações que ocorreram na cidade em função do empreendimento, uma vez que o afluxo de dinheiro e de pessoas – sem o correspondente investimento em ações de prevenção e combate ao crime – aqueceu o comércio de drogas e promoveu a estruturação de grupos criminosos em disputa por pontos de venda e rotas de transporte. Trazemos essas informações porque não só a *violência* relacionada a questões fundiárias conforma a percepção da *violência* na Amazônia. Antes disso, conforme apontado por Efreim Filho (2017), a *violência* é sentida e seu repertório é construído mediante o entrelaçamento de experiências vividas por pessoas LGBT, sem-terra, sem teto, mulheres e outros grupos.

As lideranças junto às quais pesquisamos fazem parte de instituições que promovem ações contrárias a projetos de infraestrutura dirigidos ou avalizados por setores do estado, o que as coloca em situação de exposição e embate com os atores que se beneficiam e apoiam tais projetos. Essas lideranças, particularmente, promovem denúncias contra ações ilegais relativas ao desmatamento e à grilagem de terras que tem impacto sobre a preservação dos rios e das florestas, o que acaba sendo determinante das possibilidades de permanência das pessoas que dependem desses recursos para viver na região. Assim, em meio a tais contextos e envolvidos em tais processos de luta política, são muitas as categorias classificató-

rias da *violência* segundo nossos interlocutores, nem sempre coincidentes com as categorias jurídico-administrativas. De maneira geral, as lideranças afirmam que o universo de *violência* no qual atuam é caracterizado pela frequência de ameaças, intimidações, calúnias, difamações, prisões arbitrárias, constrangimento ilegal, perseguições e assassinatos.

Apesar de o Brasil ocupar o 4º lugar no ranking de homicídios de lideranças relacionadas a causas socioambientais, não existem no país estatísticas sobre vitimização de integrantes de movimentos sociais. No entanto, lideranças ameaçadas podem pleitear o ingresso no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, política pública que oferece proteção a pessoas ameaçadas de morte em função de sua atividade política. O processo de inclusão no programa não é automático e passa por diferentes etapas, de maneira que o contingente de lideranças ameaçadas é sempre maior do que indicam os números do programa. Chama atenção, no entanto, o fato de que a maior parte dos integrantes dessa política atua na defesa dos direitos à terra, território e meio-ambiente – 82,24% deles, em outubro de 2017 –, o que indica a alta exposição à violência dos nossos interlocutores, diretamente envolvidos com essas pautas.

O levantamento mais exaustivo sobre violência contra lideranças e integrantes de movimentos sociais é realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), que tem autonomia estatutária e caráter ecumênico. Trata-se da quantificação mais abrangente sobre *conflitos no campo* no Brasil, categoria que, nos relatórios anuais publicados por essa organização, abrange os *conflitos por terra*, *conflitos por água* (relativos em sua maior parte à construção de barragens, hidrelétricas e obras de irrigação mecanizada), e *conflitos trabalhistas* (casos de trabalho escravo). Os *conflitos por terra* compreendem, por sua vez, (i) as ações diretas de ocupações de terra e acampamentos organizadas por movimentos sociais e (ii) as *ocorrências de conflito*, também chamadas de *violências contra a posse e a ocupação*, que repertoriam situações como expulsões ilegais, despejos judiciais, ameaças de despejo, ameaças de expulsão, destruição de casas, bens e roças, e ações de pistologem. Para todas as categorias de *conflitos no campo*, são recenseados também casos de *violência contra a pessoa*, ou seja, assassinatos, tentativas de assassinatos e mortos em consequência delas, ameaças de morte, torturas, prisões e agressões. Apesar da indexação *conflitos no campo*, os relatórios reúnem também situações de conflito ocorridas na zona urbana quando motivadas pelas circunstâncias acima descritas.

Vê-se, assim, o grau de detalhamento do processo de documentação dos casos e a amplitude dos significados e situações que o termo *violência* pode evocar, e que fazem parte do cotidiano de nossos interlocutores. Esse cenário de *violência* é muitas vezes tomado como risco ou decorrência previsível/possível de suas lutas, uma vez que se dá em contexto de acentuada assimetria de forças contra empreendimentos agropecuários, minerários e obras de infraestrutura. Isso indica também a fragilidade, mesmo após a redemocratização, das condições objetivas para o exercício de direitos civis e políticos, tais como as liberdades de manifestação, reunião e protesto, em especial, na Amazônia, que concentra casos de assassina-

tos, tentativas de assassinato e ameaças de morte contra lideranças e integrantes de movimentos sociais. Com isso, afirmamos que nossos interlocutores conhecem bem – seja porque foram vítimas, seja porque são próximos de quem foi – situações de ameaças, ações de pistolagem, prisões arbitrárias, destruição de casas e bens com incêndios criminosos, perseguição judicial, ocorrências com diferentes graus de legalidade e ilegalidade, cometidas por agentes privados, estatais, ou ainda por ambos de forma associada.

Como os relatórios da CPT são considerados os instrumentos mais completos e confiáveis de que se dispõe no país a respeito dos conflitos na Amazônia, as formas classificatórias que ele apresenta conformam, em grande medida, o repertório dos nossos interlocutores sobre as formas de nomeação e percepção das violências das quais são vítimas eles próprios ou seus companheiros. Para eles, o contexto de violência se perpetua através de perseguições e deslegitimações, combinadas à leniência, quando não apoio declarado, aos agentes envolvidos em crimes ambientais e outras práticas criminosas.

Buscando qualificar as práticas estatais em situações de antagonismo entre lideranças e agentes implicados ou interessados em práticas de degradação do meio ambiente, como fazendeiros, milícias privadas, intermediários vários e posseiros, utilizamos os aportes de Weis (2019), que analisa a seletividade do sistema criminal em casos que envolvem lideranças ligadas à causa socioambiental na Argentina. Para essa autora, a instrumentalização de dispositivos legais para criminalizar as lideranças e suas condutas representam mecanismos de supercriminalização (*overcriminalization*), enquanto a maior seletividade e impunidade no tratamento policial e judicial de responsáveis por ameaças e violências, sobretudo quando estão na posição de mandantes, representam mecanismos de subcriminalização (*undercriminalization*). Para a autora, tais mecanismos evidenciam o funcionamento enviesado do sistema de justiça criminal, especialmente no que se refere a indígenas e outras lideranças envolvidas em causas socioambientais (Weis 2019, 38).

Em nosso caso, destacamos especialmente as situações que envolvem *lawfare* – uso estratégico dos dispositivos legais para inviabilizar atuação militante – e também homicídios e massacres, por refletirem bem a circulação de ilegalismos entre atores privados e aqueles encarregados da aplicação da lei, e por revelarem a mútua implicação entre supercriminalização e subcriminalização em nosso cenário – a ocorrência da primeira pressupõe deixar impunes os que dão causa a ela. Passaremos a expor mais detidamente essa dinâmica a seguir.

3 Episódios de violência contra atores da mobilização social

No Brasil, não existem pesquisas longitudinais e estudos de fluxo do sistema de justiça criminal disponíveis para medir a seletividade, morosidade e impunidade dos crimes contra a vida de lideranças e integrantes de movimentos sociais, o que nos permitiria tecer considerações detalhadas sobre os mecanismos de subcriminalização em nosso universo de pesquisa. Tomando, no entanto, os registros existentes para o tema no banco de dados da CPT⁵, há estimativas de que dos 1.496 casos de homicídios em contexto de *conflitos no campo* ocorridos entre 1985 e

5 O banco de dados da CPT é composto por formulários com informações extraídas de fontes primárias (declarações, registros e relatórios encaminhados pelos agentes de base das equipes pastorais espalhadas pelo país; e relatos sobre ocorrências de conflito encaminhadas por movimentos sociais aliados) e secundárias (notícias de jornais de diferentes circulações; documentos oficiais).

Igor Rolemberg e Paula Lacerda

2019, envolvendo 1.973 vítimas assassinadas, somente 120 casos foram julgados, com condenação de 35 mandantes e 106 executores (Cabral 2020). Ainda assim, isso não significa aplicação da pena, especialmente no caso de mandantes que possuem condições de pagar custas judiciais e serviços advocatícios para explorar recursos admitidos em leis e jurisprudências favoráveis, a fim de se manterem em liberdade até o trânsito em julgado ou prescrição da ação penal. No caso do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, o julgamento dos oficiais que comandaram a operação só aconteceu em 2002. Uma vez condenados, os réus permaneceram em liberdade até o último recurso, com prisão preventiva decretada em 2012, 18 anos após os fatos (Brelaz 2006, Afonso 2014). Na mesma linha se rememora a absolvição do mandante do assassinato das lideranças José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo em 2011, em Nova Ipixuna, no Pará, caso que ganhou repercussão nacional e internacional, por interferência parcial do juiz de primeira instância durante o júri, a favor do réu e contra as vítimas, como depois foi reconhecido pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Em outro plano, as ações que consideramos como supercriminalização foram particularmente recorrentes em 2017. Nesse ano, foram registrados 71 assassinatos de lideranças em todo o Brasil, o que corresponde ao maior número de toda a década de 2010 a 2019. Segundo dados da CPT, em 2017, ocorreram 5 massacres, dos quais 4 na Amazônia.

Para a definição de massacre, a entidade considera três ou mais mortes em um mesmo evento violento. Um desses massacres, ocorrido no município de Pau d'Arco, é revelador do modo como operam a repressão e a criminalização da conduta de lideranças. Os praticantes do massacre eram todos policiais, civis e militares do sul do Pará, que foram em busca dos participantes da ocupação de terra para fazer cumprir mandados de prisão expedidos contra eles, sob justificativa de terem descumprido decisão judicial anterior de reintegração de posse e de terem atuado na morte de um dos seguranças da fazenda. A operação tinha, portanto, um fundamento legal, mas foi realizada como um cerco armado. Embora alguns policiais tenham alegado confronto, os laudos periciais evidenciaram execuções sumárias contra todas as dez vítimas fatais; dez outros conseguiram sobreviver, alguns dos quais tornaram-se testemunhas no processo, para além de serem também vítimas.

Em relação aos crimes cometidos pelos policiais, a investigação foi concluída, mas ainda não há data definida para o julgamento. Fortes indícios sugerem que uma operação programada para executar as lideranças foi organizada em consórcio com outros atores, mas ainda assim as investigações não estenderam, até o momento, a autoria dos crimes para os mandantes. Os inúmeros boletins de ocorrência e inquéritos para apuração de crimes de dano (incêndios de casas e bens), homicídio e ameaças de morte contra lideranças tampouco prosseguiram. Tais omissões compõem as ações de subcriminalização, como já nos referimos.

O ato administrativo que está na origem desse massacre consiste em uma ação civil de reintegração de posse de uma fazenda cujo título de propriedade não havia sido analisado junto à agência federal competente. Ao contrário, havia suspeitas

de que a fazenda em questão fosse terra pública, ocupada ilegalmente e com título falsificado. Além disso, para a realização dos despejos, foi requerida atuação da polícia militar local, contrariando a recomendação do setor judiciário estadual de que as reintegrações de posse sejam feitas pelo agrupamento da capital do estado. Tal recomendação revela que as próprias agências estatais assumem que as polícias locais podem ser parciais e atuarem sob tráfico de influência das elites do município. Assim, consideramos que o Massacre de Pau D'Arco permite indagar sobre ações de milícias rurais, policiais civis ou militares trabalhando para empreendimentos agropecuários, madeireiros, minerários, dentre outros, algumas vezes com firmas de segurança privada para oferecer proteção a propriedades ou para apropriação ilegal de terras, o que ainda merece um estudo detalhado. Não faltam, no entanto, indícios de que se trata de um fenômeno difundido na Amazônia⁶.

A *violência* que atinge lideranças envolve também persecuções penais tendenciosas quando não inteiramente ilegais, iniciadas por prisões arbitrárias e articuladas pela instrumentalização de dispositivos legais tanto via produção legislativa – para tornar crime determinadas condutas – quanto através do tratamento administrativo e judicial na interpretação e aplicação das leis. Trata-se do fenômeno do *lawfare* e da criminalização de lideranças, um dos elementos da supercriminalização que estamos analisando. Em Altamira, durante a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, não foram poucas as vezes em que lideranças que conduziam protestos contrários ao empreendimento foram intimidadas e até presas.

Após um dos protestos, ocorrido em 2012, que reuniu mais de cem pessoas, onze lideranças foram detidas e indiciadas por roubo, dano qualificado, formação de bando e quadrilha, desobediência e perturbação de trabalho e sossego alheios. Entre as lideranças que foram presas e indiciadas estavam mulheres integrantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre, do Movimento de Mulheres e do Movimento de Mulheres Negras de Altamira, o que é expressivo do perfil das pessoas e das entidades que se buscava criminalizar. Parte das lideranças acusadas sequer havia participado dos protestos, fato comprovado pelas gravações da própria polícia. A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, que assumiu a defesa das lideranças, apresentou Habeas Corpus preventivo contra o pedido de prisão dos acusados, negado pela Justiça do Estado do Pará. No documento, os advogados afirmaram que:

As Polícias do Estado, Civil e Militar em Altamira, estão sendo patrocinadas e financiadas pelas Empresas que estão construindo Belo Monte (...). Ora, isso retira toda a legitimidade de confiança que os pacientes poderiam ter em uma investigação parcial (...) O que parece é [que] toda a polícia, como o Delegado aqui apontado como coator, não está livre de pressão da cúpula do sistema de segurança pública estadual e federal que celebraram acordos de cooperação com a Norte Energia (Repórter Brasil, 2012).

O episódio, contextualizado em meio a outras *violências* ocorridas no período, foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Or-

6 Chamamos aqui atenção para práticas ainda pouco investigadas pelas agências do sistema de justiça, como a que foi deflagrada pela operação “Ojuara”, no município Boca do Acre, no sul do Amazonas, em 2019. A operação identificou servidores do IBAMA, responsáveis pela fiscalização ambiental, que eximiam grileiros e fazendeiros de responsabilidades por crimes ambientais e contratavam serviços de policiais militares para expulsar pequenos agricultores de terras onde praticavam desmatamento e expansão de áreas de pastagem.

ganização dos Estados Americanos (OEA), em 2012. A luta das lideranças contra a Hidrelétrica de Belo Monte revela a magnitude da mobilização contra a associação, em si mesma já poderosa, entre setores do estado, empresas e agentes privados locais que extraem benefícios por meio da valorização de suas propriedades, ampliação de seus comércios, abundância de mão de obra a preços mais baixos etc. O empreendimento de Belo Monte foi estruturado na modalidade consórcio, evidenciando a presença de grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração, reunindo instituições, interesses e capitais internacionais, nacionais e regionais (Ribeiro, 2008), o que sem dúvida dificulta ainda mais a oposição a tais projetos e às concepções positivas a eles associadas. Essa dimensão relativa ao formato que marca grandes obras de infraestrutura, no entanto, não exclui tensões em nível local, muito pelo contrário, antagoniza as relações entre aqueles que esperam se beneficiar das intervenções sobre os recursos naturais, e as lideranças, contrárias a esses projetos pela posição de defesa dos direitos de agricultores, indígenas, ribeirinhos e da população mais pobre de maneira geral, atravessados por esses projetos sem a devida consulta ou compensação.

O caso envolvendo o padre José Amaro Souza Lopes também é expressivo de táticas de perseguição e criminalização que são parte do cenário local de *violência*. O padre fez estágio pastoral, enquanto ainda era seminarista no início dos anos 1990, com a missionária norte-americana Dorothy Stang; tornou-se pároco da comunidade católica em Anapu, e integrou o trabalho de base e assessoria que a freira, também agente da CPT, desenvolvia com posseiros em lotes da reforma agrária, sobretudo nas glebas Bacajá e Belo Monte. Nelas, o governo federal fez, em 1975, um programa de concessão de parcelas de terras de 500 a 3000 hectares, para colonização e produção. Na década de 1980, o INCRA constatou que muitos lotes haviam sido abandonados, repassados ilegalmente para terceiros, ou não haviam cumprido as condições resolutivas dos Contratos de Alienação de Terra Pública. Sendo terras públicas, Amaro, Dorothy Stang e outros atores da mobilização social local defendiam que elas fossem destinadas a pequenos agricultores, via reforma agrária, e denunciaram seguidas vezes fazendeiros e madeireiros responsáveis por reconcentração de terras nesses lotes e pelo desmatamento de reservas florestais. As denúncias elaboradas ao longo de anos foram documentadas, assim como foram registradas em delegacias locais as ameaças de morte que receberam. Dorothy foi assassinada em 2005, e um dos mandantes condenados pelo crime, Regivaldo Pereira Galvão, já havia sido corréu em 2003 na Ação Penal 336, julgada pelo Supremo Tribunal, a respeito de desvio de recursos públicos que consistiram em fraude de projetos agropecuários com participação de servidores do estado. Tais elementos indicam como os atores responsáveis pela criminalização de lideranças atuam em extensas redes de ilegalismos.

Padre Amaro foi preso preventivamente em março de 2018, a partir de uma investigação policial conduzida pela delegacia da polícia civil local de Anapu, indiciado por chefiar uma organização criminosa que invadia terras no município, por extorquir e lavar dinheiro, e por ter cometido assédio sexual. O fato que deu causa à instauração do inquérito foi o registro de ocorrência de um fazendeiro,

pretensão proprietário da fazenda Santa Maria, no lote 44 da Gleba Bacajá, que estaria recebendo ameaça de ter sua terra invadida por posseiros liderados por Amaro. No entanto, àquela altura, já havia sentença judicial transitada em julgado que afirma que todo o lote 44 não pertence a um particular, é terra pública federal, e nessa qualidade deveria ser destinada à reforma agrária. Isso classifica automaticamente a conduta do fazendeiro como crime de ocupação ilegal de terra pública – grilagem, em termos vernaculares – desrespeitando uma decisão judicial. No entanto, não se conhece investigação nem punição a ele por causa desse crime.

A criminalização de Amaro apresenta uma sequência de violações: em 2016 e 2017 houve ataques de pistoleiros e incêndios nos acampamentos localizados na terra que se pleiteava reforma agrária, conforme consta nos registros da CPT (Bellini e Muniz, 2019). No final de 2019, uma das lideranças que atuava junto a Amaro e testemunha de defesa na ação penal que Amaro enfrenta, foi assassinada. Em uma nota pública, a equipe de advogados da CPT que atua na defesa de Amaro, elencou diversas fragilidades jurídicas da acusação. Amaro permaneceu preso por 92 dias, até conseguir um Habeas Corpus, emitido por ministro do Superior Tribunal de Justiça, que, na decisão, aponta evidências de criminalização e *lawfare*, e assim, da arbitrariedade da prisão. Não só não há provas materiais e periciais para os crimes imputados a Amaro, como há impossibilidades fático-jurídicas, uma vez que o réu é acusado, sozinho, pelo crime de associação criminosa. Em 2020, Amaro continuava a responder ao processo judicial, mas em liberdade. Por fim, vale lembrar que o crime de assédio sexual foi excluído desde o início do processo judicial pela ausência de elementos caracterizadores da conduta imputada. O mais provável é que tenha sido alegado como parte de uma estratégia de deslegitimação moral de Padre Amaro. Táticas com essa finalidade têm sido frequentemente empregadas contra lideranças, como discutiremos a seguir, e também compõem o cenário de *violência* que analisamos.

4 Deslegitimação moral das lideranças

Até aqui, apresentamos a diversidade de situações caracterizadas por nossos interlocutores como violência, tais como homicídios, tentativas de homicídio, ameaças de morte, prisões arbitrárias e perseguições penais tendenciosas ou ilegais. Neste tópico, pretendemos analisar as práticas de deslegitimação moral que acompanham a maioria dos ataques que descrevemos anteriormente e são também percebidas como violência. Como afirmamos, no contexto da Amazônia brasileira, onde grandes obras públicas propiciam a associação entre as elites econômicas e os setores da administração pública, impera um clima de insegurança desfavorável às lideranças que confrontam o ‘desenvolvimento’ associado a tais empreendimentos. Segundo Ribeiro (2008), a ideologia contida no sentido de desenvolvimento é de difícil desconstrução. Como toda ideologia, os sentidos que constituem essa noção não são evidentes ou explícitos. No que se refere às lideranças nossas interlocutoras, a crítica à noção de ‘desenvolvimento’ as coloca em posição difícil, sujeita a acusações e suspeitas.

No nível da interação entre elites econômicas e lideranças, as primeiras en-

contram apoio justamente na ‘ideologia do desenvolvimento’ que, especialmente nos últimos anos, vem encontrando respaldo junto ao primeiro escalão do governo. Nesse sentido, as lideranças realizam suas ações de mobilização cotidianas em meio a uma atmosfera da violência (Das 2006) – ou situação de ameaça, conforme Paiva (2019) – que pode ser dimensionada, entre outras coisas, por meio de boatos sobre “quanto vale a cabeça de uma liderança”, ou seja, quanto um mandante estaria disposto a pagar a um matador de aluguel pela execução de alguém que se interponha às suas pretensões. Informações como essas circulam por meio de rumores e são eficazes em seu efeito de causar o terror (Taussig 1993). Em função do acúmulo de mais de vinte anos de atuação política na Amazônia e de diálogo com especialistas de universidades do Brasil e do exterior, as lideranças criticam os empreendimentos implementados na Amazônia, denunciando a ausência de diálogo com a população local e o desrespeito a formas de vida que necessitam dos recursos naturais. Com isso, essas lideranças passam a ser referidas como “inimigas do progresso e do desenvolvimento” e associadas a valores retrógrados e inadequados, ou mesmo acusadas de “lucrare com a estagnação econômica” daquela região.

Esse cenário de ameaças e disputas é permeado por gramáticas de gênero das pessoas envolvidas. No que se refere às lideranças que acompanhamos, observamos que o gênero é um componente articulador das táticas de deslegitimação moral sofridas por elas. Em relação às mulheres, seu protagonismo é ironizado, reduzido, descreditado. As mulheres tendem mais facilmente a serem associadas a uma certa ‘tradição’ que impediria o ‘desenvolvimento’ da cidade. Em Altamira, as mulheres lideranças que se posicionavam contrariamente ao empreendimento de Belo Monte foram pejorativamente apelidadas de “mulheres do saião”, expressão que as limita a certas concepções de gênero e as relaciona a formas consideradas antiquadas de vestir e de pensar. A expressão aciona, também, marcadores de sexualidade, já que sugere que essas lideranças, quase todas acima dos 60 anos, estariam fora do exercício da sexualidade. Nessas situações, a deslegitimação moral utiliza as gramáticas locais de gênero e poder na tentativa de silenciar e tornar desimportante o posicionamento dessas lideranças.

A gramática de gênero também incide sobre os homens, já que eles são feminizados em seus papéis de lideranças, ao se associarem a ações públicas quase sempre pacíficas e se dissociarem de signos capturados pela representação da masculinidade predominante nesses espaços como grandes carros, armas, motosserra etc. A criminalização do Padre Amaro, que discutimos acima, aponta a articulação do gênero com efeitos de deslegitimação moral em outro sentido. Pelo fato de ser padre, a acusação moralmente mais grave seria não a sua feminização, mas supostos atos de assédio sexual. Não por acaso, os títulos das reportagens que circularam à época de sua prisão apresentavam com grande destaque essa acusação, muito mais do que outras. Lideranças que saíram em defesa do Padre Amaro, especialmente as religiosas, foram julgadas negativamente pela opinião pública, que aceitou sem questionamentos a acusação de assédio sexual, a qual pouco depois se revelou improcedente. A deslegitimação moral, contudo, estava

produzida. Ou seja, em grande medida, ainda que falsas, as acusações que incidiram sobre o Padre Amaro alcançaram grande circulação, sendo acionadas para “reforçar” argumentos contrários à atuação de religiosos na região, especialmente aqueles envolvidos com causas sociais, assim como o Padre.

As instituições nas quais as lideranças atuam – sindicatos, organizações não-governamentais, entidades confessionais – são referidas como improdutivas ou conectadas a interesses escusos, contrários ao que seriam os ‘verdadeiros’ interesses do povo. Fazendo um uso estratégico do ‘desenvolvimento’ e produzindo sua associação com elementos valorizados – como emprego e enriquecimento –, as elites de cidades da Amazônia representam a imagem de lideranças e de suas instituições como distantes da realidade e dos interesses coletivos. Por isso, sugerimos acima que parte das táticas de deslegitimação moral consiste em lançar dúvidas, quando não acusações diretas, de que as lideranças e suas instituições teriam interesse na “estagnação econômica”.

O recebimento de recursos de fontes internacionais para realizar ações de proteção ao meio ambiente é também alvo contínuo de suspeição e de acusações contra a reputação das lideranças. A missionária norte-americana Dorothy Stang, antes de ser assassinada com seis tiros à queima-roupa, foi alvo de intensa campanha difamatória. Além da mobilização de representações de gênero, argumentos xenofóbicos atrelados a acusações de supostos interesses internacionais na ‘estagnação’ da região foram amplamente difundidos. Os argumentos xenofóbicos insinuam que as lideranças seriam pessoas “infiltradas” que deveriam retornar para seus países em vez de “atrapalharem o desenvolvimento” do Brasil. Algumas vezes, em protestos ou em manifestações nas redes sociais, a ideia “Amazônia para os brasileiros” paradoxalmente se dirige não às empresas estrangeiras que exploram recursos naturais de maneira não sustentável, mas a lideranças como Dorothy Stang. O pertencimento da missionária a entidades eclesiais, como também de outras lideranças que atuam na Amazônia, é utilizado por seus antagonistas como um ‘desvio’ da posição de religiosos, defendendo uma separação idealizada entre política e religião.

As táticas de deslegitimação moral também se produzem a partir de instâncias da administração pública, inclusive de setores da justiça e da polícia. Nesse sentido, a realização de prisões arbitrárias e de acusações infundadas são práticas que evidenciam a relação entre as elites locais e os setores da administração pública, que têm o privilégio legal de efetivarem prisões e oferecerem denúncias visando a perseguição penal de alguém. Ser preso, mesmo que depois a prisão seja revertida por falta de provas, é um elemento que atua contra essas lideranças. Em agosto de 2019, na cidade de Santarém, quatro voluntários de uma entidade socioambiental foram presos sob a acusação de causarem o fogo que tentavam apagar em Área de Preservação Ambiental. Eram membros de um grupo de voluntários treinados para o combate a incêndios florestais. Durante dois dias, os voluntários ficaram presos por força do mandado de prisão preventiva que esteve embasado por registros de doação de recursos de uma organização internacional de proteção ao meio ambiente. O delegado responsável pelo caso afirmou que os brigadistas teriam

disseminado o fogo para realizarem registros fotográficos “com a finalidade de promoção da tragédia em benefício de auferirem vantagens financeiras através de vultuosas doações em dinheiro” (Oliveira 2019a).

Meses antes dessa ação, circularam intensamente em grupos de aplicativo de mensagens instantâneas os preparativos para o “Dia do Fogo”, uma ação organizada por fazendeiros, empresários e pessoas ligadas ao agronegócio com o objetivo de queimar áreas de floresta para facilitar a ocupação com gado e monocultura. Com a repercussão dos elementos espúrios que haviam justificado as prisões, o envolvimento do Ministério Público Federal e a divulgação das mensagens que conectavam o incêndio às ações de fazendeiros da região, os quatro voluntários foram soltos. Na ocasião da prisão, o presidente da República se manifestou em rede social afirmando que meses antes, ele havia dito que lideranças socioambientais e Organizações não Governamentais poderiam ser as responsáveis pelas queimadas e, “agora a polícia paraense prende alguns suspeitos pelo crime”. A mensagem do presidente fez aumentar as acusações e ataques nas redes sociais contra o grupo de brigadistas ao qual pertenciam os voluntários (Oliveira 2019b). Um mês depois das prisões dos quatro brigadistas, um militar da reserva que havia prestado depoimento na polícia afirmou, na mídia local, que teria dito “em tom de brincadeira” que as pessoas então indiciadas teriam envolvimento no incêndio (Oliveira 2019c). Mesmo com essa declaração, o depoente não respondeu pelo crime de falso testemunho. Quando soltos, os brigadistas não permaneceram na cidade por temerem retaliações. Segundo levantamento do Greenpeace, um ano depois do “Dia do Fogo”, apenas 5,3% dos agentes que cometeram crimes ambientais naquela ocasião havia sofrido algum tipo de punição. A prisão dos brigadistas se une e sublinha aspectos dos casos anteriormente referidos, tanto no que se refere à articulação dos mecanismos de supercriminalização e subcriminalização quanto no que se refere ao peso que as táticas de deslegitimação moral de lideranças adquirem na montagem de denúncias tão espúrias, estrategicamente empregadas por agentes privados com interesses na degradação do meio ambiente.

5 Perspectivas finais: rupturas e continuidades da violência

As situações de violência cometidas contra lideranças que atuam na Amazônia foram aqui analisadas a partir de fatores estruturais e de longa duração, mas também a partir de transformações mais recentes, das quais emergem dados que indicam o crescimento do número de homicídios contra lideranças. Conforme argumentamos, mais do que explicar e contextualizar, o histórico de intervenções públicas sob a forma de empreendimentos é o que oportuniza as violências que estão conectadas a disputas por sentidos de desenvolvimento e uso das terras e florestas em ambientes rurais e urbanos. Trabalhamos, assim, com episódios e, ao mesmo tempo, com processos. Nesta seção final analisamos as rupturas e continuidades da violência na Amazônia brasileira, buscando explicar, especificamente, por que as diversas formas de violência que possuem continuidade histórica são agudizadas em momentos específicos. Argumentamos que se trata de um conjunto de causas para as quais concorrem as ações diretas e simbólicas

(Fearnside 1987) de setores da administração pública, nos diferentes níveis da federação.

Primeiramente, é importante dizer que na legislação brasileira, desde a década de 1960, o conflito de terras é a própria condição de possibilidade de acesso às políticas de reforma agrária, uma vez que as “zonas críticas ou de tensão social” são consideradas prioritárias no longo processo de assentamento. Assim, em vez de apaziguar os conflitos, a legislação torna-se o próprio elemento acelerador das disputas (Alston *et al.* 2000). Isso se deve, em grande medida, à fragilidade dos órgãos locais – que seriam responsáveis pela identificação das áreas de “tensão” – e, como demonstramos, ao envolvimento de funcionários dessas agências com os empreendimentos produtivos ou superextrativistas. Em vista disso, a violência é naturalizada como dimensão constitutiva das relações entre grupos antagônicos na Amazônia, região em que muitas terras pertencem ao poder público, por se enquadrarem em diversas modalidades: terras indígenas, unidades de conservação, assentamentos rurais e terras não arrecadadas e sem destinação (devolutas). A assimetria de forças entre os atores em disputa, combinada aos vieses do sistema de justiça criminal, distribuem desigualmente a violência em prejuízo das lideranças, povos e comunidades tradicionais e integrantes de movimentos sociais mais amplamente.

Na década de 1990, após o Massacre de Eldorado dos Carajás, foram inauguradas sedes locais de agências federais, tais como o Incra, órgão administrativo responsável pela regularização fundiária e reforma agrária, e procuradorias de justiça voltadas, especificamente, para apuração e prevenção dos conflitos agrários. Em paralelo, houve um aumento significativo do número de assentamentos criados na região. O período imediatamente posterior à ocorrência de um evento de violência – especialmente quando ele alcança grande repercussão, como o caso de Eldorado dos Carajás – qualificava-se por ações que buscavam ampliar mediações e atendimento de reivindicações postas por atores da mobilização. Assim, o assassinato de Dorothy Stang, em 2005, ensejou logo em seguida aumento no número de assentamentos rurais criados e acelerou a criação de um programa de proteção a defensores de direitos humanos no Brasil. No entanto, o que houve pode ser considerado como uma inflexão provisória, que não evitou o aumento das disputas entre ativistas e agentes privados vinculados a empreendimentos agropecuários, minerários e obras de infraestrutura.

O que nossos interlocutores indicam, por suas experiências e na forma como produzem suas denúncias, é que, nos últimos anos, houve uma ruptura na dinâmica em que situações de violência de grande repercussão produziam efeitos considerados positivos sobre práticas estatais. O Massacre de Pau d’Arco, em 2017, por exemplo, não provocou a inflexão esperada nas políticas agrária e fundiária, apesar da ampla publicização que o caso recebeu, nos moldes de eventos anteriores, alguns dos quais descrevemos em páginas atrás. Pelo contrário, observa-se um aumento expressivo na violência contra lideranças que atuam na Amazônia brasileira, especialmente nos casos de assassinatos de indígenas, quilombolas e trabalhadores rurais. Esse período coincide com o de fragilização das agências

Igor Rolemberg e Paula Lacerda

responsáveis pela fiscalização e proteção ambiental (como, por exemplo, demissão e transferência de funcionários, fechamento de sedes administrativas, cortes orçamentários sem precedentes) e de uma profusão de alterações normativas visando legalizar condutas criminosas, especialmente no campo da regularização fundiária, premiando-se a apropriação ilegal de terras (Menezes 2015, Sparovek *et al.* 2019).

Nos últimos anos, medidas concretas de fragilização de órgãos ambientais têm sido combinadas com práticas como declarações contrárias aos direitos indígenas e à preservação ambiental, havendo também o anúncio de medidas supressoras de garantias sociais e de direitos que posteriormente não se concretizam, mas produzem efeitos no sentido de informar que haverá tolerância de práticas de desmatamento, ou mesmo de crimes contra lideranças. Barretto Filho (2020), em análise das tendências do governo atual em relação ao meio ambiente e direitos de povos indígenas e populações tradicionais, aponta a relação, conforme argumentamos, entre posicionamentos públicos e medidas governamentais no sentido de um desbloqueio absoluto das práticas, ainda que ilegais, que marcam a ocupação territorial e as atividades econômicas em espaços da Amazônia legal (Barretto Filho, 2020, 6).

Esse cenário nos permite afirmar que para além da combinação de formas de violência (ameaças, agressões, injúrias, calúnias, difamações, homicídios, tentativas de homicídios e danos), fazendeiros, madeireiros e mineradoras, entre outros agentes ligados a empreendimentos agropecuários, minerários e de obras de infraestrutura na Amazônia brasileira, não contam apenas com a seletividade, morosidade e impunidade do sistema de justiça criminal, mas também com a criação de novos dispositivos legais a seu favor com efeitos de estimularem ações que são consideradas violentas por nossos interlocutores (Brito *et al.* 2019). Em nossa avaliação, isso se tornou possível diante da nova conjuntura em que perspectivas contrárias ao meio ambiente e aos movimentos sociais possuem representação formal de políticos eleitos em todos os níveis da federação.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado para publicação em 19/01/2022 pelo editor Guilherme de Moura Fagundes

Referências

- Abrams, Philip. 1988. "Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)". *Journal of Historical Sociology* 1 (1): 58–89.
- Afonso, José Batista Gonçalves. 2014. "A difícil luta para punir os responsáveis pelos crimes no campo". In *Conflitos no Campo Brasil 2013*, ed. Comissão Pastoral da Terra, 113–17. Goiânia: CPT Nacional.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1993. "Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- Alston, Lee et al. 2000. "Land reform policies, the sources for violent conflict, and implications for deforestation in Brazilian Amazon". *Journal of Environmental Economics and Management* 39: 162–88.
- Auyero, Javier. 2007. *Routine politics and violence in Argentina: the gray zone of state power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Auyero, Javier. 2016. *Pacientes del Estado*. Buenos Aires: Eudeba.
- Baines, Stephen. 1994. "A usina hidroelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Wairimi-Atroari". *Série Antropologia* 166: 1–15. <http://dan.unb.br/images/doc/Serie-166empdf.pdf>.
- Barretto Filho, Henyo Trindade. 2020. "Bolsonaro, meio-ambiente, povos e terras indígenas e de comunidades tradicionais: uma visada a partir da Amazônia". *Cadernos de Campo* 29 (2): 1–9.
- Becker, Bertha. 1982. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Becker, Bertha. 2010. "Novas territorialidades na Amazônia: desafios às políticas públicas". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 5 (1): 17–23.
- Bellini, Jean Anne, e Mário Muniz. "Anapu, barril de pólvora". In *Conflitos no Campo Brasil 2018*, ed. Comissão Pastoral da Terra, 121–30. Goiânia: CPT Nacional.
- Boltanski, Luc. 1993. *La souffrance à distance*. Paris: Métailié.
- Brelaz, Walmir Moura. 2006. *Os sobreviventes do Massacre de Eldorado dos Carajás: um caso de violação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana*. Belém: Graphitte.
- Brito, Brenda et al. 2019. "Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian Amazon". *Environmental Research Letters* 14: 1–8.
- Cabral, Diogo. 2020. "Não sejamos cúmplices! Violência e impunidade no campo em 2019". In *Conflitos no Campo Brasil 2013*, ed. Comissão Pastoral da Terra, 172–9. Goiânia: CPT Nacional.
- Castro, Edna. 2005. "Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia". *Novos Cadernos NAEA* 8 (2): 5–40.
- Comerford, John. 1999. *Fazendo a luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Das, Veena. 2006. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- Das, Veena, e Deborah Poole. 2004. "State in its margins: comparative ethnographies".

Igor Rolemberg e Paula Lacerda

- In Anthropology in the margins of the state*, eds. Veena Das, e Deborah Poole, 3–34. Santa Fe: School of American Research Press.
- Davis, Shelton. 1978. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DELGADO, Guilherme. 2005. “A questão agrária no Brasil, 1950–2003”. In *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*, ed. Luciana Jaccoud, 51–90. Brasília: IPEA.
- Domingues, William César Lopes. 2017. “Cachaça, concreto e sangue! Saúde, alcoolismo e violência. Povos indígenas no contexto da hidrelétrica de Belo Monte”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Fearnside, Phillipe. 1987. “Deforestation and International Economic Development Projects in Brazilian Amazonia”. *Conservation Biology* 1 (3): 214–21.
- Fonseca, Antonio *et al.* 2020. *Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto de 2019 a julho de 2020*. Belém: Imazon, 2020. <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Amea%C3%A7aEPress%C3%A3o.pdf>.
- Hébette, Jean, org. 2004. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA.
- Hoefle, Scott William. 2006. “Twisting the knife: Frontier violence in the central Amazon of Brazil”. *The Journal of Peasant Studies* 33 (3): 445–78.
- Krautler, Erwin. 2014. “E vai compreender nossa luta por justiça”. In *Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação*, org. Paula Lacerda, 37–50. Rio de Janeiro: E-papers.
- Lacerda, Paula, e Igor Rolemberg. 2022. “Violence and violations of rights against leaderships in the Brazilian Amazon”. In *Criminalization of activism: historical, present and future perspectives*, ed. Valeria Vegh Weis, 180–91. Abingdon, Oxon; New York: Routledge.
- Leite, Sergio Pereira. 2019. “Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias”. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales* 4 (7): 302–23.
- Loureiro, Violeta, e Ed Carlos Guimarães. 2007. “Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia”. *Revista Direito GV* 3 (1): 221–46.
- Lugones, María Gabriela. 2012. *Obrando en autos, obrando en vidas: formas e fórmulas de protección judicial em los tribunales prevencionales de menores en Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional.
- Menezes, Tereza. 2015. “A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia”. *Estudos Sociedade e Agricultura* 23 (1): 110–30.
- Mitchell, Timothy. 2006. “Society, Economy and the State Effect”. In *The Anthropology of the State: a reader*, eds. Aradhana Sharma, e Akil Gupta, 169–86. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Monteiro, Maurílio. 2005. “Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional”. *Estudos Avançados* 19 (53): 187–207.
- O’Dwyer, Eliane Cantarino, e Katiane Silva. 2020. “Práticas antropológicas, conflitos intergrupos e experiência colonial compartilhada em um contexto regional do Baixo Amazonas”. *Vibrant, Virtual Brazilian Anthropology* 17: 1–23.
- Oliveira, Assis da Costa. 2017. *Belo Monte: violências e direitos humanos*. Belém: Super-

Igor Rolemberg e Paula Lacerda

cores.

- Oliveira, Joana. 2019a. "Brigadistas de Alter do Chão são indiciados pela Polícia Civil e defesa fala em 'direcionamento da investigação'". *El País*, 20 dez 2019. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-20/brigadistas-de-alter-do-chao-sao-indiciados-pela-policia-civil-e-defesa-fala-em-direcionamento-da-investigacao.html>.
- Oliveira, Joana. 2019b. "Juiz estende prisão de voluntários de ONG de Alter do Chão em meio a protestos de ativistas". *El País*, 27 nov 2019. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-11-28/juiz-estende-prisao-de-voluntarios-de-ong-de-alter-do-chao-em-meio-a-protestos-de-ativistas.html>.
- Oliveira, Joana. 2019c. "Militar que depôs contra brigadistas de Alter do Chão diz que o fez 'em tom de brincadeira'". *El País*, 26 dez 2019. <https://brasil.elpais.com/brasil/2019-12-26/militar-que-depos-contra-brigadistas-de-alter-do-chao-diz-que-o-fez-em-tom-de-brincadeira.html>.
- Paiva, Rosana Carvalho. 2019. "Na cercania da morte: situação de ameaça e terror de estado em conflitos territoriais no Amazonas". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Pereira, Airton dos Reis. 2015. "A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará (1980-1995)". *Revista Territórios & Fronteiras* 8 (1): 229–55.
- Ribeiro, Gustavo Lins. 2008. "Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento". *Novos Estudos* 80: 109–25.
- Sharma, Aradhana, e Akhil Gupta. 2006. "Introduction: rethinking theories of the state in an Age of Globalization". In *The Anthropology of the State: a reader*, eds. Aradhana Sharma, e Akhil Gupta, 1–42. Malden, MA: Blackwell Publishing.
- Souza Lima, Antonio Carlos de. 2002. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Souza Lima, Antonio Carlos de. 2012. "O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal". *Revista de Antropologia* 55 (2): 559–64.
- Sparovek, Gerd *et al.* "Who wins Brazilian lands?". *Land Use Policy* 87: 104602. Acesso 07 set. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2019.104062>.
- Taussig, Michael. 1993. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Teixeira, Carla Costa, e Antonio Carlos de Souza Lima. 2010. "A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão?". In *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*, org. Luis Fernando Dias Duarte, 51–95. São Paulo: ANPOCS.
- Velho, Otávio. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Velho, Otávio. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel.
- Vianna, Adriana. 2014. "Violência, Estado e Gênero: entre corpos e corpus entrecruzados". In *Margens da violência: subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*, orgs. Antonio Carlos de Souza Lima, e Virginia Garcia-Acosta, 209–37. Brasília: ABA.
- Weis, Valeria. 2019. "Towards a Critical Green Southern Criminology: an analysis of criminal selectivity, indigenous peoples and green harms in Argentina". *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy* 8 (3): 38–55.

Materiais consultados

Comissão Pastoral da Terra. 02 abr. 2018. “Análise do inquérito que motivou a prisão de Padre Amato em Anapu-PA”. <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4303-analise-do-inquerito-que-motivou-a-prisao-de-padre-amaro-em-anapu-pa.s1>

Ministério Público Federal. 2019. “Operação Ojuara: MPF denuncia 22 envolvidos em crimes ambientais no AC e no AM”. Acesso 10 set. 2020. <http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/denuncia-juara-crime-de-milicia>.

Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. 2018. “Sobre o PPDDH”. Acesso 10 set. 2020. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/programas-de-protecao/ppddh-1/sobre-o-ppddh>.

Superior Tribunal de Justiça. 2018. “Recurso em Habeas Corpus n.99588-PA”. Acesso 10 set. 2020. http://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Midias/arquivos/Noticias/RECURSO%20EM%20HABEAS%20CORPUS%2099.588.pdf.

Repórter Brasil. 28 jun. 2012. “ONGs denunciam à ONU perseguição da polícia a manifestantes contra Belo Monte”. <https://reporterbrasil.org.br/2012/06/ongs-denunciam-a-onu-perseguiacao-da-policia-a-manifestantes-contra-belo-monte/#:~:text=Organiza%C3%A7%C3%B5es%20de%20defesa%20de%20direitos,uma%20manifesta%C3%A7%C3%A3o%20contra%20Belo%20Monte.f>



entrevista

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

50 anos de experiência na Amazônia: Entrevista com Alfredo Wagner Berno de Almeida

50 years of experience in the Amazon: Interview with Alfredo Wagner Berno de Almeida

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9314>

Renata Barbosa Lacerda

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – Brasil

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) e do Núcleo de Estudos sobre Amazônia Contemporânea (NUAMA/UERJ).

ORCID: 0000-0001-6128-7285

relacer@hotmail.com

Igor Rolemberg

École des Hautes Études en Sciences Sociales, Centre Maurice Halbwachs – França
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – Brasil

Doutorando em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), em cotutela de tese com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Pesquisador do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) e do Núcleo de Estudos sobre Amazônia Contemporânea (NUAMA/Uerj).

ORCID: 0000-0002-5171-1254

rolemberg.igor@gmail.com

Entrevista com Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo, membro da coordenação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que trabalha no Amazonas. A entrevista foi realizada de modo remoto por Renata Lacerda e Igor Rolemberg em 10 de maio de 2021. O objetivo foi mapear continuidades e mudanças nas relações entre, de um lado, mobilizações sociais por reforma agrária e territorialidades específicas e, de outro, as agroestratégias e intervenções estatais na Amazônia. O pesquisador refletiu sobre os marcos teóricos e metodológicos que fundamentaram a análise desses processos, sobretudo no campo da antropologia.

Entrevista; Alfredo Wagner Berno de Almeida; Amazônia; conflitos sociais; antropologia.

Interview with Alfredo Wagner Berno de Almeida, anthropologist and coordinator of the New Social Cartography of the Amazon Project (PNCSA) who works in the state of Amazonas. The interview was conducted remotely by Renata Lacerda and Igor Rolemberg on May 10, 2021. The objective was to map continuities and changes regarding the relations between, on the one hand, social mobilizations for agrarian reform and specific territorialities and, on the other hand, the agribusiness strategies and state interventions in the Amazon. The researcher reflected on the theoretical and methodological frameworks that underpinned the analysis of these processes, especially in the field of anthropology.

Interview; Alfredo Wagner Berno de Almeida; Amazon; social conflicts; anthropology.

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

Introdução

Alfredo Wagner reside em Manaus (AM). Possui mestrado (1978) e doutorado (1993) em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No mestrado, sob orientação de Moacir Palmeira, realizou trabalho de campo no Maranhão e sua dissertação tratou da obra de Jorge Amado. No doutorado, sob orientação de Luiz de Castro Faria, trabalhou com história da ciência e analisou conflitos agrários envolvendo comunidades rurais, mediadores religiosos e Estado na Amazônia desde os anos 1960-70.

Atualmente, é professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Integra a coordenação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e é conselheiro regional e coordenador do GT de Direitos Humanos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Em outras entrevistas (Aragão e Oliveira, 2019 [2012]; Dias 2009; Lima, Ramos, e Silva, 2013), Alfredo Wagner abordou temas como a nova cartografia social, a emergência de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, bem como sua trajetória profissional na antropologia e em instituições públicas.

Frente ao atual contexto de desinstitucionalização de políticas e legislações agrária, fundiária e ambiental em nome dos agronegócios, julgamos pertinente que refletisse sobre continuidades e mudanças nas relações entre, de um lado, mobilizações sociais por reforma agrária e territorialidades específicas e, de outro, as agroestratégias e intervenções estatais na Amazônia.

Com base em cerca de cinquenta anos de atividades de pesquisa na região e em diálogo com experimentações e trabalhos de campo em variadas situações coloniais nas Américas do Sul e Central e também no continente africano (Quênia), o antropólogo sublinhou questões políticas, teóricas e metodológicas que fundamentaram e desafiaram trabalhos e interpretações na e sobre a Amazônia.

A entrevista foi realizada em maio de 2021, segundo ano de pandemia da covid-19, pela plataforma de videoconferências Zoom. Igor estava em Aracaju, Renata no Rio de Janeiro e Alfredo Wagner em Manaus. A transcrição do áudio foi realizada por Vanessa Henriques, a quem agradecemos pelo trabalho. Agradecemos ainda a Paula Lacerda e a Carolina Parreiras, pelo auxílio na execução da entrevista pelo Zoom. A primeira edição foi feita por Igor e Renata, e revisada por Alfredo Wagner.

Renata Lacerda: Durante seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), o senhor realizou uma extensa pesquisa bibliográfica e de campo no Maranhão e no Pará sobre trabalho assalariado e campesinato nas chamadas terras livres da Amazônia. A tese de doutorado (Almeida 1993, 2014) condensa vinte anos de trabalho de campo na Amazônia, iniciado em 1972, a partir de conflitos envolvendo comunidades rurais, mediadores religiosos e Estado. Como o senhor vê hoje seu percurso intelectual na antropologia e sua relação com a região amazônica, onde reside e continua trabalhando

em diversas frentes institucionais, especialmente no Amazonas e no Maranhão?

Alfredo Wagner Berno de Almeida: Muito obrigado pelo convite. Peço-lhes licença para fazer um preâmbulo ou melhor um prólogo, para o conjunto de perguntas. Elas me levam à necessidade de esclarecer o que por vezes me parece difícil de distinguir: considerações autobiográficas e interpretação reflexiva. Quer dizer, uma coisa é a informação autobiográfica que faculto a vocês. Outra é a interpretação reflexiva sobre a minha trajetória profissional. Numa citação epigráfica, em “Esboço de Autoanálise”, Bourdieu (2005) assinala tal distinção. Ao contrário da descrição com características autobiográficas, a análise reflexiva consiste num trabalho conceitual. Esse trabalho implica um retorno interpretativo sobre as abordagens teóricas adotadas e sobre as nossas próprias práticas de pesquisa. Essas práticas são orientadas pela lógica da pesquisa, concomitante à delimitação de seu objeto. Quer dizer, a maneira de pensar o objeto de pesquisa é parte do objeto. A abrangência desse objeto de reflexão é muito vasta, implicando uma leitura crítica e um confronto com outras posturas teóricas.

[Numa conversa prévia], vocês me honraram muito chamando o que eu produzi de “obra”. Não creio que seja “obra”, sinceramente. São trabalhos esparsos, reflexões coladas com situações às vezes localizadas. Elas não chegam a compor, no sentido de [Georges] Canguilhem (2000 [1977]), uma “obra”. Não me sinto autor de “obra”. Muito pelo contrário: me sinto autor de breves e circunstanciais intervenções no domínio da produção científica, algo esparsas e ligadas à própria dispersão dos trabalhos de pesquisa que executo.

Nesse sentido, as abordagens teóricas adotadas nas práticas que desenvolvi são atreladas à lógica de pesquisa, influem no seu objeto e também objetivam uma análise crítica procedendo à gênese social de conceitos e à elaboração de “metáforas antagonistas”. Há metáforas em demasia nas descrições usuais e aprendi a lutar contra elas. Os que me orientaram, os professores Moacir Palmeira e [Luiz de] Castro Faria, me levaram a uma reflexão crítica no que concerne às autoevidências, fetiches verbais, analogias e metáforas, me impulsionando a produzir aquilo que [Jacques] Derrida (1991 [1972]) fala sobre [Henri] Bergson, isto é, “metáforas antagonistas”, que destroem o sentido da linguagem figurada ou das próprias metáforas. Toda essa discussão sobre “questões agrárias”, trabalho assalariado no campo e modalidades de uso dos recursos, está marcada por uma retórica eivada de lugares comuns que incorporam sucessivas metáforas. Esta é uma dificuldade, um obstáculo à compreensão sociológica, que exige um esforço crítico permanente sobre modelos, instrumentos de formação de categorias, critérios de classificações e dos próprios esquemas interpretativos.

Vocês mantiveram nas indagações que me foram remetidas uma certa sequência histórica, que pode ser vista como uma cronologização, com todo respeito, ingênua e acrítica, digamos assim. Romper com essa noção banalizada de “linha do tempo” faz-se imprescindível. [Michel] Foucault (2010 [1976]) procede a tal discernimento na elaboração do conceito de resistência, ao afirmar que não é passível de ser cronologizada. Porque para ele o tempo não seria linear, nem sujeito a uma anterioridade lógica. Se interpretarmos deste modo as trajetórias

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

intelectuais, poderemos destacar variações, porque vão se modificando pelo conjunto de relações sociais que vão estabelecendo em diferentes tempos, quase a descrever um zig-zag teórico. Por isso, no que me diz respeito, não creio que se possa dizer “ah! é uma obra”. Que nada! Há várias inconsistências e incongruências, distorções conceituais e dificuldades teóricas nos trabalhos que executo, o tempo todo marcados não necessariamente por acúmulos, mas por relações de pesquisa dinâmicas, muito tensas e difíceis. Capital intelectual não significa acúmulo contínuo de conhecimentos, mas relações sociais dinâmicas e, por vezes, controversas.

Da sociologia à antropologia

Imaginem que a minha primeira aproximação profissional não foi com a antropologia. Vim da sociologia e da ciência política para a antropologia. Aliás, no Museu Nacional, quando cursei o mestrado, muitos haviam feito esse percurso. Muitos com quem convivi então, direta ou indiretamente, alguns mais velhos, outros mais novos, conheci-os na PUC [Pontifícia Universidade Católica], na Escola de Sociologia e Política. Então o que me atraía era o trabalho em sociologia. Só fui para antropologia porque em sociologia não se estava fazendo o trabalho de pesquisa que imaginava. Fiz exames para admissão no PPGAS do Museu Nacional e fui aprovado, três meses após ter saído da prisão. Fui preso no final de 1970. Fiquei preso até 1972. Em março de 1972 fui absolvido pela Justiça Militar. Cumpri arbitrariamente pena a despeito da absolvição. Bom, era uma ditadura. Ao ser solto, voltei à PUC e frequentei um curso ministrado pela professora Lygia Sigaud, que foi fundamental para consolidar meus interesses de pesquisa, bem como a preferência pela antropologia. Li Malinowski, Mauss, Lévi-Strauss, Pritchard e Berreman, dentre outros.

Meus colegas foram de certa maneira meus professores nesta passagem entre domínios de conhecimento. Aqueles com quem havia convivido na universidade tornaram-se meus professores, quando retornei à PUC: Terri Valle de Aquino, João Pacheco [de Oliveira], José Sérgio Leite Lopes e Afrânio Garcia, dentre tantos outros, foram de certa maneira meus mestres ditosos. Certamente que o contato com abordagens teóricas mais próprias da antropologia dificultou um pouco a minha redefinição, obrigando-me a estudar muito. Nunca havia pensado em fazer pesquisas referentes a campesinato, povos indígenas ou “pensamento social brasileiro”. Jamais pensara em estudar trajetórias intelectuais como as de Euclides da Cunha e Jorge Amado (Almeida 1977, 1979). Nunca pensei em fazer pesquisas concernentes à história da ciência; sobre museus e coleções.

Os anos de 1972/73 foram relevantes para mim porque o conceito de camponês estava sendo bastante trabalhado, obrigando-me a desdobrar em leituras e fichamentos. O trabalho conceitual executado principalmente pelos professores Moacir Palmeira e Otávio Velho, no curso “Sociedades Camponesas”, abria uma discussão permanente sobre questão agrária. Lemos autores do leste europeu: [Teodor] Shanin, [Alexander] Chayanov, [Karl] Kautsky, [Boguslaw] Galeski, [Jerzy]

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

Tepicht; da Ásia, Hamza Alavi, e da América do Sul, Eduardo Archetti, que refletem sobre a economia camponesa e o Estado. Também lemos os norte-americanos, que produziram etnografias na América Central: [Robert] Redfield, [Eric] Wolf, Sidney Mintz, [George] Foster e Sol Tax. Durante três anos percorri essa literatura (Almeida 2013a).

Formação no trabalho de campo

Em julho de 1972 Terri Aquino, João Pacheco e eu fomos apresentados por Lygia Sigaud a Laís Mourão e Regina Prado para realizarmos trabalho de campo, como seus assistentes. Tratava-se de pesquisa relativa à avaliação da ação missionária canadense na Baixada Maranhense, para elas produzirem suas dissertações. Fiquei sozinho num povoado de beira-campo, distante mais de 20 km daquele onde estavam colegas e a sede da pesquisa. Tive que me virar, digamos assim, em algo que eu não estava muito preparado. Não tinha o controle das minhas impressões, lembrando a experiência no Himalaia descrita por [Gerald] Berreman (1975).

Muitas vezes me perdia inteiramente. Meu caderno de campo é um atestado de minha incompetência em traçar um elenco sequente de atividades, de como ia me confundindo no dia a dia. Por exemplo, não percebi de imediato que estava dentro de um imóvel rural, que era uma fazenda. Achei que as pessoas eram livres e de fato o eram, em certa medida, mas pagavam o aforamento e havia subordinações não aparentes. Esse foi um dos problemas iniciais de minha inserção no campo. Havia uma defasagem entre o legal e o efetivo.

A primeira situação desafiante que vivi foi procurar entender aquela unidade social, uma comunidade autodenominada “aqui é a terra dos pretos”. Viver cotidianamente com eles, morar na casa de uma das famílias, jogar futebol num campo que eles montaram, ir à noite assistir as aulas na “tribuna” que eles construíram, ir com eles à pesca, aos lugares de cultivo para colher a mandioca e transportá-la para a “casa de forno” onde faziam a farinha, e entrevistá-los, não era suficiente para compreendê-los. Era um tempo de colheita, após a estação chuvosa, e vivi intensamente esta experiência formadora. Vinha de uma visão estereotipada do que poderia ser uma unidade social dessa ordem, muito marcada por um certo formalismo teórico do conceito de comunidade. Estava diante de uma unidade social autodefinida pelos seus integrantes como “comunidade” e ao mesmo tempo exigia de mim um conceito teórico de comunidade, capaz de dialogar com aquela autodefinição. Essa foi uma outra dificuldade que inicialmente enfrentei. O meu propósito inicial era fazer a dissertação sobre isso. Tive, entretanto, problemas. Não consegui. Embora eu tenha voltado, por mais de seis anos, passando semanas com eles. Mantenho relações de pesquisa até hoje com comunidades relativamente próximas, como as de Alcântara.

E lá se vão quase 50 anos dessa experiência de campo. Uma experiência da qual me beneficiei muito, sob vários aspectos, inclusive no que tange à montagem de equipe de pesquisa. Digo isto porque dividimos o honorário: Terri Aquino, João Pacheco e eu. Era um único honorário para os três. Viajamos durante dias

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

de ônibus para lá, para essa região, depois de barco. Separados, porque naquele tempo não era muito conveniente viajar em grupo, ainda mais quando havia um recém-saído de prisão. Aliás, fui interrogado brevemente por policiais federais no povoado em que estava. Perseguiam contrabandistas, conforme disseram, e as famílias da comunidade foram muito veementes na minha defesa, quando começaram publicamente a me perguntar o que fazia ali. Mais tarde as autoridades solicitaram à ordem religiosa que procedesse à entrega dos materiais da pesquisa.

Nestes dias, em que a professora do povoado estava grávida, não podendo lecionar, fui convidado para dar aulas [de alfabetização] à noite. Não me sentia qualificado para tanto, mas havia tido uma breve experiência durante o curso na PUC. Muitos colegas eram exímios alfabetizadores, trabalhavam no chamado “bairro proletário”, contíguo à PUC. Além de alfabetização, havia quem lecionasse matemática à noite em colégios, como o Santo Inácio, também dos jesuítas, para operários da construção civil, como o fazia Terri Aquino.

Era um tempo em que nós éramos muito incentivados a exercitar nossa liberdade, e a atração acadêmica em si tornara-se circunstancialmente menor. A condição de professor tornara-se fragilizada. Até hoje não sou propriamente professor, nem funcionário público, embora lute para reinventar o serviço público e a ação pedagógica. Mesmo sabendo dos equívocos da distinção entre ensino e pesquisa, gostaria de lembrar que as atividades que realizei e realizo emergem a partir de trabalhos de pesquisa.

Penso hoje que a relação intensa que estabeleci com agentes sociais e objetos de pesquisa no trabalho antropológico estava muito filtrada por aquelas situações contingenciais. Elas é que me impeliram ao exercício constante da autonomia. Deste modo, lendo essas perguntas de vocês, tive dificuldade de separar o que é autobiográfico do que é uma interpretação reflexiva. O que é uma leitura crítica de uma trajetória própria e o que é uma ilusão biográfica dessa mesma trajetória em que fabriquei imaginações que perduram sobre a autonomia possível no trabalho de pesquisa.

Inicialmente fui trabalhar no Maranhão. Aliás, nesse trabalho de campo, fiquei quase cinco meses e não era para ficar tanto. A previsão era de um mês. Para mim, a experimentação era um elemento central no trabalho de pesquisa. E não correspondia àquela experiência que era interpretada, no fim dos anos 1960, como empirismo. Não! As pessoas confundiam a observação empírica com recursos teóricos tomados a uma perspectiva empirista. Em decorrência, se “afastavam” de processos reais e realidades localizadas, e não era isso que estava em jogo. A nossa experimentação de pesquisa utilizava conceitos complexos nas descrições etnográficas. Trabalhava estes conceitos, fazendo variar suas possibilidades de abrangência e compreensão, como assevera Canguilhem (1990)¹. Buscávamos novos recursos e instrumentos de produção de um conhecimento etnográfico. Claro que errávamos pra caramba.

Por exemplo: em 1972 fiquei sozinho no povoado. Quando eu ia observar as atividades, quando as famílias estavam no final da colheita ou abrindo terrenos para cultivo ou executando a semeadura da “roça de verão”, o “sangal”, eu fazia o

113

1 Sobre o procedimento de trabalhar o conceito, cf. Louis Pinto (2014).

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

trabalho das crianças: carregava água, ajudava a transportar a comida. Me pediam para fazer isto. Quer dizer, eu não era visto como um homem, na sua expressão completa. Era visto como meio homem, colocado sempre na situação de liminaridade. Não usufruía da adultez. Não tinha um “pataxo nas mãos”, como diziam, para preparar o terreno. Por outro lado, havia situações outras. Era um período de festas, de início da estação seca, imediatamente pós-colheita. Ia muito às festas. Adorava dançar, dançava muito, me divertia, participava das cantorias, gostava disto. Às vezes a gente viajava a noite inteira para ir a uma festa, um bumba-meu-boi. Eu não teria o fôlego do Terri que gravou “um bumba-boi” de 8h da noite às 7h da manhã, justamente porque me colocava disponível, confundindo meus próprios afazeres. De repente estava dançando, mas não estava gravando, e me solicitavam para ajudar fulano que bebera muito ou para ajudar a carregar as caixas de som da radiola. De pronto me dispunha a fazê-lo. Tinha uma inserção aparentemente mais solta. O Terri vinha de uma disciplina da ordem jesuítica, sua inserção era mais severa, mais austera. Como a vida cotidiana comporta paradoxos em demasia e algo inexplicáveis aparentemente não era assim. A austeridade parecia, aos olhos dos agentes sociais, que estava em mim. Mas não, eu me sentia uma pessoa bastante aberta, talvez insegura. A dinâmica destas relações com a exposição de meus equívocos me levava a estudar mais. Foi extremamente formativa. O trabalho de campo exigia paciência e acuro, e me via quebrando a cabeça com os conceitos ao tentar registrar no caderno de campo triviais ocorrências da vida cotidiana.

114

A descoberta do “comum” e das identidades específicas

Com as leituras e discussões do curso “Sociedades Camponesas” percebi que a unidade social em que me encontrava, em 1972, estava referida a um antigo engenho que conheceu a sua derrocada com a queda do preço do açúcar. Depois que li Sidney Mintz (1985), com a noção de “brecha camponesa” na *plantation*, e Eric Wolf (1957), penso que avancei na compreensão daquela situação social. Passei a interpretar uma situação de campesinato que foi se formando a partir da desagregação da grande plantação e do engenho. Era isso que parecia. Realizei um censo, enumerando as unidades familiares, suas relações de parentesco e afinidade, e elaborei um mapa, na verdade um croqui, atividades elementares na prática etnográfica e das quais um aprendiz não pode escapar. Registrei os vestígios do antigo engenho: rodas de ferro, restos de moenda, chapas de cobre torcidas, o dique e o lugar físico da moagem.

Mintz e Wolf utilizaram o conceito de *plantation*, caracterizada por economia agrário-exportadora, monocultura, imobilização da força de trabalho, concentração de imensas extensões de terra e com uma parte industrial. Nas discussões sobre o trabalho que apresentei, Moacir, com muita ênfase, indagava: “Mas é mesmo uma *plantation*?”. Havia controvérsias se era uma grande plantação, um engenho ou uma *plantation*. A situação apresentada não correspondia ao conceito de *plantation*, de Mintz, nem ao de *hacienda*, de Wolf. Nos estudos mais detidos, ao coligir os

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

dados de campo, fui impelido a fazer várias aproximações e contrastes, diferenciações e correspondências, retendo elementos da interpretação de um “campesinato pós-plantation” no caso da compreensão dos denominados “foreiros”.

Destaquei algumas formas de relação que me tocaram muito e que evidenciavam uma modalidade de imobilização da força de trabalho: o aforamento. Os “foreiros” efetuavam o pagamento, correspondente às “braças” de terra efetivamente usadas a cada ciclo agrícola, que eles chamavam de “foro”². Eles pagavam esta taxa por “linha” plantada. Três “linhas” perfaziam um hectare e eram medidas com cordas, por metro. E havia um medidor oficial de confiança dos proprietários que assim procedia. Comecei a andar com esse medidor, registrando as áreas de cultivo no croqui. Havia mais de uma centena de “roças”. Comecei a entender a diferenciação econômica interna entre os “foreiros” pelo tamanho da área plantada e como se dava a relação deles com os chamados “donos”.

Cheguei a pensar que iria fazer minha dissertação a partir destas observações. Acabei produzindo alguma coisa, mas não me senti autorizado a transformar meu trabalho em dissertação. Achei que estava desrespeitando aquelas pessoas que tinham me acolhido tão bem. Naquele momento pensei assim: “Caramba, eu transformar isso aqui em uma tese acadêmica? Vou fazer isso com essas pessoas?”. Foi muito difícil para mim, não consegui resolver isso na minha cabeça.

Fui apresentado a eles para efetuar uma avaliação da ação missionária e agora iria informar que procederia a uma pesquisa de interesse próprio? As críticas à ação missionária eram constantes. Havia um grave conflito dos clérigos com o sistema de casamento vigente na comunidade, não baseado na monogamia. Fui percebendo que o lugar da briga parecia estar na crítica à ação religiosa colonizadora. Parecia que uma dissertação não iria ajudá-los em nada, tive vergonha disso. Uma conversa com o chefe de família em cuja casa ficava consolidou tal intuição. Ele polemizava com os padres, mas não pensava em desapropriação do imóvel rural. Achava que como “foreiros”, recolhendo um foro de baixo valor, continuariam se reproduzindo. Não interpretei isto como passividade, mesmo quando me disse que viviam assim desde seu avô, que conhecera a escravidão. Comecei a ajudar no âmbito dos direitos à organização e à terra. Contribuí para a montagem do sindicato local, na vinculação dele à federação e na instalação de uma delegacia sindical. Não era uma militância. Estava vindo de uma experiência política que me fez sair criticamente da pretensão de centralidade na ação político-organizativa. A pesquisa antropológica objetivada em laudos, perícias e pareceres não se confunde com a ação mediadora e com as disciplinas militantes próprias de associações voluntárias da sociedade civil. Por não haver consenso nisto, certamente essa é uma discussão a ser feita continuamente.

Em 1974 tive um financiamento da Fundação Ford para estudar as modalidades de “trabalho assalariado” nos projetos agropecuários em implantação no Pará. Viajei pela rodovia “Pedro Teixeira”, fiquei dois meses pelas pensões de beira de estradas e da periferia de Belém, que me eram indicadas como pontos de recrutamento de trabalhadores rurais do Maranhão que, uma vez no Pará com destino ao Projeto Jari e outros empreendimentos agropecuários, recebiam a designação de

2 “Foro” é um instituto jurídico que, desde a Colônia, designa o pagamento ou contraprestação que deve ser efetuada por um particular, a quem é concedido o uso e posse de uma parcela de terra pública. O nome foi estendido para o universo das terras privadas (ou tidas como tais), em que moradores tinham que realizar um pagamento ao proprietário, por utilizarem uma parcela delas.

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

“peões”. Não consegui traduzir os relatórios de pesquisa sobre as formas de imobilização da força de trabalho em um texto teórico. Essa experiência, entretanto, me serviu para trabalhar posteriormente alguns conceitos como “migração” e “uso comum” dos recursos. Quanto ao último, a releitura das entrevistas recuperava a memória do que havia observado diretamente, isto é, que havia diversas formas de uso comum dos recursos. Resgatei os dados sobre os campos naturais, onde o gado, de cada unidade familiar daquela primeira comunidade que pesquisei, era criado todo junto. Não havia cerca no campo. Mas havia uma família cujo chefe era designado como “vaqueiro”, a quem cabia cuidar de todas as cabeças. E havia um sistema “de sorte”: de quatro crias, ele ficava com uma. Com ele percorri os campos. Com o medidor de corda, percorri as áreas de agricultura. Com os outros que pescavam, fui para os córregos, que também eram de uso comum, observar como faziam as “tapagens”.

Mas em momento algum atentei mais detidamente para os fatores identitários. Se autorrepresentavam como “foreiros”, e assim os considerei, a partir do vínculo contratual, formal, verbal, com o proprietário, cuja unidade residencial era chamada de “sobrado”, onde também se localizava a “venda” ou “quitanda”. Ela se localizava em frente ao centro do povoado, que era de um formato semicircular. Nesta primeira experiência de campo, eu vivia em uma das casas, com uma das famílias. Dormia em um quarto, com três filhos do casal, em rede. Não havia água encanada nem banheiro, mas para tudo havia regras de uso. Fui aprendendo duramente essas coisas e vencendo minhas limitações.

116

Lutas classificatórias, trabalho com os conceitos

Essa experiência me levou à noção de uso comum, que articulava domínios comuns com privados. Não eram exatamente “comunais”, como dizia a literatura histórica referente ao feudalismo; nem “comunitários”, como faziam crer entidades confessionais; nem “coletivos”, como pretendiam os que se viam como mais críticos; nem produto de uma ideologia “comunitarista”, como liam os partidários do “comunitarismo” ou das chamadas “comunidades alternativas”.

Me chamava atenção a combinação de domínios de uso familiar, privados, como a “roça”, com aqueles de uso comum como a utilização aberta dos campos, águas, caminhos, florestas e do extrativismo em castanhais, babaçuais e açazais “nativos”. Verifiquei isto, com técnicas de observação direta, em quilombos e nas chamadas terras de santo, terras de preto e terras de índio. Constatei que existiam outras unidades de classificação, que não eram só aquelas referidas a “imóveis rurais”, que o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], a partir de 1972, colocaria no seu cadastro. Comecei a trabalhar com essas classificações não oficiais, construídas pelas próprias comunidades, hoje nomeadas como tradicionais.

A partir dessa experiência e do curso “Sociedades Camponesas”, estreitei meus vínculos com os colegas, que estavam referidos ao Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste (Palmeira *et al.* 1976). Em 1975, fui chamado para

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

participar deste projeto. Fiquei com esse tópico referido à Amazônia e incumbido de pesquisar a região do semiárido. Trabalhei, inicialmente, com a Neide Esterci no sertão do Ceará, em Quixadá. Fizemos três trabalhos sobre unidades de produção familiar, um deles sobre as “terras soltas” (Almeida e Esterci 1977). O significado de uso comum, das terras de pretos e das terras de santos, conjuntamente às discussões de campo com Neide, me ajudou a entender o que denominavam de “terras soltas”.

Percebi que havia distinções entre diferentes formas de uso: comum, comunitário, comunal, coletivo e comunitarista. Laís [Mourão] trabalhava com a noção de uso “comunal” da terra. Eu não apreciava as implicações históricas do termo “comunal”, embora o tenha utilizado, juntamente com Laís, em “Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo” (Almeida e Mourão 1976). Numa pesquisa posterior, em 1983/1984, estava com mais condições para fazer uma leitura crítica dele e a desenvolver distinções pelo uso, o que havia começado a fazer com as terras de santo, terras de índio, terras de preto, terras soltas, terras de ausentes e terras de parentes (Almeida 2008 [1989]).

Felizmente não fui tentado a aplicar nenhum modelo. Quando produzi o primeiro texto, fui bastante criticado pelos meus colegas. Disseram: “Essa situação de uso comum é de comunalidade, é dos Andes, isso não é daqui do Brasil”. Ao que respondi: “Gente, mas eu estou encontrando isso nos lugares em que realizo observações de campo. Será que eu é que fico projetando e querendo identificar isso?”. Hoje já se mostra mais forte o sentimento crítico, e a aceitação destas categorias na estrutura agrária tornou-se uma realidade. Mas eu fiquei algum tempo preocupado de estar projetando as minhas preocupações teóricas sobre aquilo que eu observava empiricamente.

Continuavam trabalhando com “campesinato parcelar” e com unidades de trabalho familiar referidas a apenas um imóvel rural, que era aquele detido formalmente como “propriedade” pelo grupo familiar. Observei, entretanto, que, no caso dos babaçuais, se um coco caía da palmeira, todos podiam pegar. Na castanha também, o ouriço cai e qualquer família pode pegar. As famílias agrupam o que foi coletado num “monte”. E ninguém pode pegar no “monte”. É a ideia de que o trabalho seria definido quando se separa um elemento do outro. Quando você separa o peixe da água, você realiza trabalho. Quando você separa a amêndoa do coco e a castanha do ouriço, você realiza trabalho. Já a divisão do produto da “roça” vinha a partir do trabalho familiar nas casas de forno, não vinha de uma definição prévia de que pertencia a toda a comunidade. Não era coletivo.

Assim, trabalhar um conceito consiste em examinar todas as possibilidades que essa abordagem teórica tem para ser inteligível face a realidades localizadas. Nos cursos de história da ciência com o Castro Faria e com o Moacir Palmeira, aprendi que os conceitos não são apenas palavras. Se aproximam do modo como organizamos o sistema de pensamento. No texto “A Invenção da Migração” (Palmeira e Almeida 1977), eu não tinha nenhuma condição teórica de montar aquele esquema explicativo. A ordem de exposição foi de autoria do Moacir Palmeira. Eu tentei entendê-la e a executei. Redigi. As pessoas acharam “excelente”, mas

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

não tinha nada propriamente meu, no sentido de criatividade teórica. Era um produto do que eu entendi daquela discussão ou do que me foi explicado. Ora, como trabalhar com a invenção de um conceito como migração, que é supercomplexo, que é autoevidente, que prescinde de definição como quer o senso comum erudito? Como romper com essa linguagem metafórica, essa ideia de êxodo, que vem de metáforas bíblicas, que produzem sentidos figurados? Trabalhamos com o pressuposto de que sempre que se fala de migração, torna-se necessário definir de maneira explícita seu significado, porque todo mundo já supõe que sabe qual é. O procedimento de chamar o agente social de “migrante” consiste num equívoco derivado da força desta autoevidência, sobretudo porque o agente tem outra representação de si mesmo, possui uma identidade que o faz resistir a como é classificado pelo Estado, como se fosse um *outsider*. Tais implicações têm efeitos sobre a lógica formal do trabalho etnográfico. A briga que travei neste campo teórico confrontando a “naturalização” da descrição etnográfica encontra-se registrada em “Antropologia dos Archivos da Amazonia” (2008) e mais enfaticamente no “Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras” (2013b).

Igor Rolemberg: Sobre desafios epistemológicos, o senhor comentou, em outra entrevista (Aragão e Oliveira 2019 [2012]), que eles estão presentes na criação de mapas, esse dispositivo sociotécnico, que, sabidamente, tem sido um importante instrumento de ação estatal. Poderia explicar novamente a particularidade dos mapas produzidos no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)? Quais desafios permaneceram ao longo do tempo para atingirem seus objetivos?

AWBA: Ao trabalharmos com a noção de “nova cartografia social” como uma descrição específica, fundada na análise concreta de uma situação concreta, privilegamos os fatores identitários como indissociáveis das demandas econômicas e dos problemas da vida cotidiana das unidades sociais mapeadas. Atentamos, sobretudo, para a dinâmica das relações sociais e dos usos dos recursos naturais. Produzimos mapas situacionais que consistiam em resultados disto. Menciono o exemplo [do quilombo] de Jamari, na região de Turiaçu (MA). Na primeira vez que a equipe do Projeto Vida de Negro aí esteve, os membros da comunidade se referiam a uma área de 8 mil hectares. Numa segunda vez, informavam 13 mil e houve variações posteriores. Não se tratava de informações não fidedignas. Não! Porque a ideia do território está ligada à quantidade de força que a unidade social detém em diferentes momentos face a seus antagonistas históricos, a cada vez que o grupo é levado a refletir sobre o que seria a sua territorialidade. Os mapas que produzimos são situacionais porque dialogam com estas variações. A demarcação pode ser uma forma de aprisionamento, mesmo que entendida, numa perspectiva gradualista, como uma etapa. Pode-se pensar que estas fronteiras eram porosas, as pessoas se deslocavam livremente por elas, e agora se veem obrigadas a cercar, a pensar em construir um muro, a fazer uma cancela de entrada e a ter um controle constante dos limites. Os processos de patrimonialização se mostram consoantes às modalidades de desenvolvimento do capitalismo, e a lógica neoliberal imagina que, pelo reconhecimento da propriedade, tudo se torna passível

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

de comercialização.

Nesta ordem, no PNCSA nós não somos fazedores de mapas, nós criamos condições para que os grupos locais possam produzir seus próprios mapas, contemplando a possibilidade de variações, e só inserindo no mapa o que é relevante para eles. Nós estamos executando agora um projeto de instalação de minilaboratórios em unidades públicas de ensino superior do interior da Amazônia, que propiciam montar os mapas com *softwares* tecnologicamente avançados. Como são muitíssimos os alunos de famílias quilombolas, ribeirinhas e indígenas, que exercem práticas extrativas e protegem as florestas, supomos que estamos facultando condições de mapeamento às próprias comunidades e povos tradicionais. Há indígenas e quilombolas que concluíram mestrado e doutorado no âmbito do projeto.

“Nova cartografia” como negação do mapeamento participativo e interativo

A Nova Cartografia Social não consiste num “mapeamento participativo”, porque não cria um lugar social para as pessoas participarem. Aliás, “mapeamento participativo” é uma das expressões da retórica do Banco Mundial, do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] e de agências ditas de desenvolvimento para implementar projetos que financiam. Concerne ao lugar que instituíram para os representantes das comunidades atingidas pelos projetos participarem ou se expressarem. O nosso projeto neste sentido não é participativo.

O significado de “nova cartografia social” se distingue também da expressão “cartografia social”, como consta dos textos editados por empresas e agências de desenvolvimento. Elas se apropriaram dessa expressão pelos resultados que apresentou no âmbito dos movimentos e associações comunitárias, e a utilizam para fins de licenciamento ambiental. A “cartografia social”, assim entendida, é um produto de empresas de consultoria e georreferenciamento para facilitar a aprovação de projetos. Elas ditam quem deve mapear, quando, onde e como. Nós elaboramos uma crítica sobre isso, que se chama “Consulta e Participação” (Almeida, Dourado, Lopes e Silva 2013).

O PNCSA também não é “interativo”, como na proposta do Google, que mapeou favelas no Rio de Janeiro, mas está sendo processado por associações locais porquanto teria monopolizado o repertório de dados. Tampouco se trata de um “mapeamento colaborativo”, como adotado pelas chamadas “grandes ambientalistas”, que prestam serviços a governo, empresas e associações comunitárias, detendo o monopólio das informações coletadas. O objetivo delas é transformar o mapeamento em um “trabalho comunitário” e de “colaboração”, uma medida oficial, ajustando a retórica mutualista às políticas governamentais.

A “nova cartografia social” propicia meios para uma descrição aberta e plural que reforça a etnografia ao produzir uma “nova descrição” em que os agentes sociais das unidades mapeadas são os artífices do mapeamento e a posição dos pesquisadores acadêmicos cinge-se à criação de condições de possibilidade para isto. Esta maneira de descrever permite resgatar a autoridade da antropologia,

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

apoiada na precisão das informações, em dados fidedignos e georreferenciados, num trabalho de campo prolongado e crítico aos chamados “diagnósticos ligeiros”, e num conjunto de relações de pesquisa fundado em confiabilidade mútua. Isto quando o conhecimento antropológico está sendo duramente questionado. Assim, os agentes sociais que a comunidade indicou para comporem a sua equipe definem quando e como os pesquisadores acadêmicos irão exercer sua ação de treinamento dessa equipe na captação de pontos e no uso de *softwares*. Só trabalhamos junto a povos e comunidades que nos enviaram convites para tanto. Recusamos o protagonismo de ditar o que deve constar nos mapas produzidos. Em articulação com este procedimento, pesquisadores do PNCSA exercem atividades pedagógicas regulares em programas de pós-graduação tanto no Maranhão e no Amazonas quanto no Pará, em Pernambuco, no Piauí, em Minas Gerais e na Bahia, formando indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, ribeirinhos e demais membros de comunidades tradicionais.

RL: O que antropólogas e antropólogos precisam saber manejar em termos de saberes e técnicas para trabalharem com áreas e populações em conflito? Como compararia a sua experiência inicial de trabalho de campo com a dos pesquisadores que orienta e com quem trabalha hoje?

AWBA: Uma diferença é central. Quando nós chegamos ao Maranhão, em 1972, por exemplo, eu nos via como numa ação de características colonizadoras, mesmo que estivéssemos criticando a ação colonialista de ordens religiosas. Às vezes me perguntavam se eu fazia parte da família dos “proprietários” ou se era militar ou funcionário do governo. Me viam numa relação assimétrica e como o “outro”. E a própria noção de antropologia que nos era transmitida ou mesmo os antropólogos que líamos – Berreman (1975) e [Clifford] Geertz (1959) – possuíam guias para os conduzirem no campo. Uma das posturas que adotamos desde o início foi que deveríamos consultar os mapas disponíveis e estudar a área antes de viajar. A presença de um guia fixo, remunerado, não constava de nosso planejamento do trabalho de campo, bem como não constava um “mateiro”. A assimetria, todavia, sempre se mostrava evidente, escancarada. Éramos vistos como “brancos” ou, segundo uma percepção religiosa, como aqueles que estavam ali com uma visão apiedada e de suposta igualdade. Morávamos com eles, vivíamos o seu cotidiano, comíamos com eles, bebíamos com eles, os acompanhávamos nas áreas de cultivo, em festas, em rituais religiosos, mas não superávamos o fosso da assimetria radical.

Eu, mesmo vindo do interior, porque sou da primeira geração urbana da minha família, acostumado a andar descalço, tinha algumas coisas de aparente aproximação. Mas não vencias essas barreiras. Não me detinha em observações intimistas com as pessoas do povoado, por princípio. Na equipe tínhamos diferentes visões sobre o que fazer. Eu achava que era uma postura ética, mas isto não se sustentou no tempo. O professor [Roque] Laraia (1993) resume, sem problematizar, este “código de ética” dos antropólogos, quando do início de suas atividades (Almeida 2018).

Nas últimas três décadas e meia, com o advento de formas político-organi-

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

zativas que levam em conta o fator identitário, uma consciência ambiental aguda e raízes locais profundas, as relações de pesquisadores com unidades sociais designadas como tradicionais sofreram mudanças radicais. Além disto, o acesso de membros destas unidades sociais ao sistema de ensino descortinou novas possibilidades de relações de pesquisa. Acrescente-se o fato de passarmos a ser convidados para contribuir na produção de conhecimentos cartográficos relativos a tais comunidades e povos. Recorde-se ainda que o processo de produção cartográfica destas comunidades, que tem como marco os materiais da denominada “Guerra dos Mapas” está completando 31 anos (Almeida 1995). Nosso acesso às comunidades não é visto sob nenhum estranhamento maior; ao contrário, diversos obstáculos desta natureza estão sendo superados.

No âmbito da “nova cartografia social”, tudo isto tem nos mantido numa posição bastante secundária, mas com uma profundidade crescente nos trabalhos de pesquisa, facilitando nossa recusa de sermos os principais mediadores ou protagonistas. Os efeitos disso são surpreendentes. Por exemplo, para além de quaisquer previsões houve a titulação definitiva da comunidade quilombola Ilha de São Vicente (TO), neste atual governo. Em plena pandemia neste início de 2021, a Aldeia Beija-Flor, em Rio Preto da Eva (AM), foi vitoriosa na ação jurídica em que demandava indenização. Mapeamos de uma maneira aparentemente neutralizante, mas as vitórias são concretas. Há os que criticam, mas estamos conseguindo defender os interesses das comunidades e povos tradicionais. O maior quilombo do Brasil, em extensão, foi titulado a partir do trabalho de um pesquisador do PNCSA. Trata-se da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, com 228 mil hectares. O processo de legitimação do PNCSA está consoante à situacionalidade dos mapas e de sua recepção positiva em termos técnicos. A situacionalidade não é só do território, mas do seu uso e do seu reconhecimento efetivo, que alcança o povo ou a comunidade.

Antes, a relação de assimetria mencionada era um fato dado, porque não havia elemento identitário em jogo, com força relativizadora. A assimetria persiste, mas pelas situações de reconhecimento pode-se relativizá-la e, no plano do trabalho científico, tratá-la rigorosamente com o discernimento da análise reflexiva. A despeito dos senões pós-modernistas, está-se diante da consolidação de um processo de produção intelectual em que toda ciência é reflexiva.

No momento atual, os PPG's registram muitíssimos discentes indígenas e quilombolas, o que tem efeitos consideráveis sobre o conjunto da produção acadêmica. No curso de pós-graduação em antropologia da UEMA, em que são efetivadas práticas relativas à nova cartografia social, a maior parte dos alunos é indígena e quilombola. O curso encontra-se na oitava turma e os que defenderam as dissertações já estão habilitados para serem professores.

[Bronislaw] Malinowski (2018 [1922]) queria construir uma antropologia do ponto de vista do nativo. Sol Tax (2020 [1958]) retrucou: “Nós vamos construir uma antropologia não do ponto de vista do nativo, mas a serviço do nativo”. Seria a antropologia da ação. Já [George] Foster (1964 [1962]) arrematou: “Nada disto! Vamos construir uma antropologia *at work*, uma antropologia em ação, do de-

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

envolvimento, objetivando o progresso material das comunidades tradicionais”. Esta antropologia aplicada pode abranger iniciativas como arranjar um reprodutor Nelore capacitado ou o banheiro mais apropriado para uma unidade camponesa. Temos aqui pelo menos três visões: Malinowski, Sol Tax e Foster (Almeida 2020). Imagine uma quarta visão, que vise incorporar reflexividade ao argumento de Sol Tax, como sublinhava Roberto Cardoso [de Oliveira]. Ou uma quinta visão que discuta as proposições recentes da antropologia, quando os próprios membros das comunidades estudadas estão se tornando antropólogos e produzindo elementos para uma descrição etnográfica. Este processo, designado como anticolonialista, parece já ganhar corpo no Equador, na Bolívia e no Chile (Zapata 2017).

Hoje, no Brasil, há centenas de identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais, cujas lutas não podem ser menosprezadas numa análise política, porque constituem o coração da cena política, mais proeminentes até, em determinadas regiões, do que os partidos. Há redefinições dos significados de política, novas maneiras de fazer política e de conceber as formas de organização política (Almeida 2011). As oposições entre “classe” e “identidade”, “partido” e “movimento” ou “fragmentação” e “centralidade” se mostram despolitizadas e artificiais numa situação em que há processos de lutas concretos. Os acontecimentos de junho de 2013, no Brasil, surpreenderam os que insistiam naquelas oposições e em esquemas explicativos defasados. Está difícil de se descobrirem vias de interlocução com essas novas formas político-organizativas, que conjugam reivindicações econômicas com lutas identitárias, lutas pela terra com mobilizações por direitos territoriais. Provavelmente esse é o desafio maior a ser discernido pelos antropólogos.

IR: Professor, nos primeiros anos após a redemocratização, o senhor publicou “O Intransitivo da Transição”, segundo capítulo de sua tese, que trata do que restou de entulho autoritário a impedir uma transformação mais profunda na estrutura fundiária brasileira, de modo a torná-la mais aberta a novas formas de acesso, ocupação e uso da terra, nos diferentes biomas. Ali está presente uma revisão minuciosa de dispositivos normativos que dão amparo legal ao chamado padrão concentracionista da terra. Fazendo uma atualização do diagnóstico, que dispositivos, nas legislações agrária e ambiental de hoje, promovem essa tendência concentracionista?

AWBA: Bom, hoje o Senado está discutindo o Projeto de Lei (PL) nº 510/2021. Há uma audiência pública para debater esse PL que visa ampliar as possibilidades de regularização fundiária em terras da União. Os bispos da Amazônia e a Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura lançaram cartas contra esse PL. As federações de trabalhadores rurais, a CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares] e as entidades confessionais estão se mobilizando contra esse PL. Atualmente é permitida a regulação fundiária de terras da União, ocupadas antes de 22 de julho de 2008. A proposta de agora é passar este marco temporal para 2019 e com áreas de até 2.500 hectares. Isso pode ser um reconhecimento em massa de grilagem. E é defendido pela CNA [Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil] e pela Frente Parlamentar da

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

Agropecuária, a chamada bancada ruralista. Eles estão enfraquecendo a questão ambiental e flexibilizando os requisitos para regulação fundiária a fim de facilitar a grilagem. Esquecem que pela Lei nº 11.592/2009 quase 200 mil posseiros, entre pequenos e médios produtores rurais, poderiam receber título de propriedade, segundo a CONTAG³. Está-se frente a uma medida ágil de legalização da ocupação das terras da União. Este dispositivo permitirá que florestas públicas invadidas, já desmatadas, sejam legalizadas.

Nós percebemos que os que defendem acabar com desmatamento, são os que favorecem o desmatamento. Essa ideia da retórica diferindo da prática é impressionante. São os mesmos que estão na grilagem de terras públicas, flexibilizando licenciamento ambiental, responsáveis por um terço do desmatamento e que têm uma tentativa de denúncia da Convenção 169⁴. Estamos enfrentando uma ofensiva muito grande desses interesses do agronegócio. Eram mais comedidos, agora estão no enfrentamento, de forma ofensiva.

Acho que o primeiro ato ofensivo diz respeito àquele dia do fogo de agosto de 2019, no início da estação seca de verão na Amazônia. Nós percebemos ali uma coalizão de interesses que até então não havia se manifestado dessa forma. Foi a primeira vez que vi empresas mineradoras, que trabalham com ouro primário, com escavação, e grupos de garimpeiros que trabalham com ouro aluvial, superficial, somarem forças, no Tapajós. Mais agropecuaristas da beira da BR-163, mais comerciantes de Trairão e outros povoados e municípios nas bordas da BR-163. Foi a primeira vez que eu vi essa coalizão de interesses funcionando. E essa coalizão criou o dia do fogo. Fez um ensaio de medição de forças face à ação governamental. Isso é paralelo ao rio Jamanxim, ao rio Tapajós, com garimpos e áreas dos Munduruku, áreas de proteção ambiental e do exército. Então achei que aquilo era um balão de ensaio para outras ações. Isso está no nosso livro sobre mineração, no artigo da Ítala Nepomuceno, que mora em Itaituba (Almeida, Melo, Nepomuceno, e Benvegnú 2019). Esses desmatamentos todos estão ligados a essa lógica da regularização fundiária. “Olha, é uma terra pública antiga, nós já desmatamos, ocupamos, queimamos, e agora nós queremos titular nosso nome”. Eles fizeram isso em larga escala, articulados com essas forças do legislativo. E agora mudam a data, de 27 de julho de 2008, para 10 de dezembro de 2019; quer dizer, o dia do fogo está dentro do que planejaram.

Alterar o marco temporal da regularização fundiária de terras públicas da União, flexibilizar licenciamento ambiental, tentativa de denúncia da Convenção 169/OIT [Organização Internacional do Trabalho]. Estas técnicas expressam o *modus operandi* da vertente autoritária do desenvolvimento capitalista.

RL: Houve mudança em termos do que o senhor e outros pesquisadores chamaram de “processo de devastação” (Almeida, Shiraishi Neto e Martins, 2005), em diálogo com o conceito de “processo de ambientalização” de José Sérgio Leite Lopes *et al.* (2004)?

AWBA: Antes, falar de regularização fundiária já era uma forma de negar a reforma agrária. Atualmente, o fator ambiental, através dos seus agentes, passou a incorporar o fator fundiário e a ter novos candidatos a especialistas. A expressão

3 O PL 510/2021 altera a Lei nº 11.952/2009, que permitia a privatização, sem licitação, de áreas públicas com até 1.500 hectares ocupadas antes de dezembro de 2004 (Almeida 2012). Sobre o PL 510, ver: <https://bit.ly/3w5fwy6>. Acesso em 15 maio 2021.

4 “Denúncia” aqui se reveste de um significado jurídico específico: trata-se da “denúncia de tratado internacional”, quando um país resolve unilateralmente deixar de ser parte no acordo.

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

“regularização fundiária” voltou a prevalecer. Associações voluntárias do terceiro setor começaram a fazer trabalhos articulados com a lógica de empreendimentos dos agronegócios. A questão ambiental começou a ser uma questão de muita abrangência e comporta profundas contradições. O antropólogo José Sérgio [Leite Lopes] chamou atenção para um processo de ambientalização e de como isso se expande para todos os domínios da vida social. Agências ambientalistas, numa visão protagonística de si mesmas, passaram a se ver como novos especialistas em problemas agrários e fundiários. Passaram a falar com autoridade em vários domínios de conhecimento da estrutura agrária sobre os quais não detêm os critérios de competência de saber específicos. Construíram um saber ancorado em técnicas de leitura de imagens de satélite em detrimento do trabalho de campo e de um conhecimento produzido a partir de realidades localizadas.

Nosso trabalho de mapeamento social é radicalmente diferente. Combinamos mapas, minilaboratórios, museus e a formação de membros das próprias comunidades na arte de mapear. Montamos mais de 15 pequenos museus, chamados Centros de Ciências e Saberes, dentro dos povoados, que focalizam a memória daquela unidade social (comunidade, povo, grupo, tribo). Montamos inúmeros minilabs na Amazônia, que consistem em poucos equipamentos, de baixo custo. Permitem treinar membros das comunidades tradicionais, são autônomos. Esses minilabs teriam condição de registrar, em tempo real, os desmatamentos e intrusamentos. Localizados próximos ou dentro de aldeias, em povoados, na fronteira dos territórios, ou nas bordas das comunidades, teriam condição de, em tempo real, dizer o que de fato estaria ocorrendo. Esta inserção localizada faculta compreensões acuradas e discernimentos não legíveis numa imagem de satélite que propicia uma visão genérica. Imaginem a dificuldade de distinguir o verde de diferentes palmáceas. Na Amazônia há centenas de palmáceas e a sua distinção é imprescindível para entender dada região ou economia.

O processo de devastação não é uma mera supressão da cobertura vegetal, como usualmente definem. A neutralização desse processo implica construir uma alternativa. Esses mapas que ajudamos a produzir levam um ano e meio para serem elaborados. Há sucessivas oficinas de mapas. Esse processo de produção cartográfica neutraliza outros processos que são céleres, ágeis, e que têm efeitos muito sentidos pelas comunidades.

Este é um momento em que a legislações agrária e ambientalista estão sendo apreciadas na Comissão de Meio Ambiente do Senado, para discutir a situação da regularização fundiária em terras devolutas, em terras da União. A Comissão de Meio Ambiente passará a ter papel de destaque na legislação agrária?

IR: Sobre a nova ofensiva do agronegócio, em relação às elites agrárias, o senhor cunhou o termo das agroestratégias para nomear o conjunto de ações dos agronegócios, que atacam direitos étnicos e territoriais para ampliar o estoque fundiário sob sua possessão, num contexto internacional de “corrida por terras”, de elevação de seu valor como ativo e de apreciação monetária das ditas *commodities* (Almeida 2010). Estudos sobre elites agrárias mostram que há forças centrífugas e centrípetas que dificultam ou facilitam a concertação do “agrone-

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

gócio” (Pompeia, 2021). Como esse fenômeno pode ser apreendido? Com quais ferramentas?

AWBA: Acho que o melhor exemplo com o qual trabalhamos foi o dos megaprojetos. É onde as agroestratégias se revelam com a maior transparência. Tem-se uma elevação geral dos preços das *commodities* e intensificação da ação dos interesses, inclusive cercado de um certo triunfalismo: “Tudo é pop, tudo é agro”. Argumentam sob uma aura de racionalidade neoliberal, de avanço tecnológico, e uma aura de futuro, de progresso. Para mim, esses empreendimentos constituem as novas *plantations*. Essas agroestratégias têm a mesma lógica de economias agroexportadoras com monoculturas voltadas para o mercado externo. Utilizam força de trabalho imobilizada. As denúncias de trabalho escravo são recorrentes nestes empreendimentos. Usam grandes extensões de terra, concentrando-a. Estão numa expansão cada vez maior. Essas características são aproximáveis do sistema de *plantation*. Os interesses que os representam encontram-se na Frente Parlamentar da Agropecuária e na CNA, estão na Comissão de Meio Ambiente. Começam a se estruturar enquanto organismos militantes. Por que eles têm que se mobilizar? Porque a dominação no campo já não é mais naturalizada. Não estamos mais numa situação colonial, mas seus instrumentos acionam mecanismos colonialistas.

Se isso for verdadeiro, os seus efeitos são conhecidos. Quando o preço das *commodities* descender, sabe-se o que poderá acontecer. Já assistimos isto com o café e o algodão, vivemos isso com a cana-de-açúcar, tanto que o [Eric] Hobsbawn cita que as *plantations* da costa nordestina estão em derrocada desde o século XVIII. As chamadas elites agrárias, em São Paulo, transferiram seus recursos para a industrialização. No caso brasileiro, as elites rurais tornaram-se elites industriais. Os recursos do café foram investidos em indústrias paulistas. Os recursos do algodão foram investidos em indústrias têxteis do Maranhão. Trata-se de um processo historicamente diferente da França, por exemplo, onde a burguesia industrial surge depois que a aristocracia agrária é passada na guilhotina. Também é diferente da Inglaterra, onde os industriais emergem depois que reformas neutralizam o poder dos grandes proprietários rurais. É ainda diferente dos Estados Unidos, em que ocorre uma “Guerra Civil”, de Secessão, para destruir a força do sistema de *plantations* e destruir uma elite agrária a ele vinculada. Emerge aí uma elite industrial e financeira. O fundamento do capitalismo autoritário seria este (Velho 2009 [1976]). Daí porque não temos transformações profundas na estrutura agrária e o Brasil possui os mais elevados índices de concentração fundiária.

Temos que estar atentos para estratégias de grandes agências ambientalistas, que querem fazer uma aliança com esses interesses que sustentam as “novas *plantations*”. É imenso o risco de acelerar uma destruição. Estes interesses estão em marcha, como estamos vendo nessa audiência pública sobre o PL 510/2021 na Comissão do Meio Ambiente.

As agroestratégias trazem um elemento central da lógica do sistema de *plantation*: os empreendimentos têm que estar em expansão permanentemente e incorporar novas terras. Por que se percebe um gradativo abandono de “velhas” áreas

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

de *plantation*, se consideram os empreendimentos dos agronegócios tão avançados tecnologicamente? As agroestratégias ilustram isto, incorporar novas áreas para obter resultados melhores em menos tempo. Há uma tendência ascensional dos preços de *commodities* que propicia isto. Mas os preços são voláteis. É de grande risco. As políticas neoliberais alimentam riscos crescentes.

Em relação às mineradoras, sabem quantas barragens de rejeitos estão para serem rompidas? 695 barragens de rejeitos ameaçadas. A questão ambiental se tornou uma questão de risco controlado. Há uma financeirização em curso. As empresas tornaram os problemas ambientais mantidos sob seguro, por grandes seguradoras, numa conjuntura de elevação geral do preço das *commodities* minerais. Por exemplo: na tragédia de Mariana, quem arcou com os danos? A mineradora Samarco? Não. A empresa de seguro Allianz teria pagado o valor do seguro.

Seja na África ou na Ásia, constata-se uma financeirização não apenas da questão ambiental, mas dos grandes empreendimentos dos agronegócios. O seguro das catástrofes ditas “naturais” – rompimento de barragens de rejeitos, queimadas de grandes áreas, acidentes com barcas de transporte de dendê, descarriamento de trens de minério – encontra um mercado em plena expansão. Em suma, as agroestratégias passaram a terceirizar riscos. Temos uma nova coalizão de interesses. Grandes fundos estão investindo no setor imobiliário, aquisição de terras agriculturáveis e em empresas alimentícias. O principal dono de terras agriculturáveis dos Estados Unidos é Bill Gates. Quanto à alimentação, parecem estar buscando maior interlocução com certos princípios da chamada “segurança alimentar”, assegurando, todavia, uma expansão dos agronegócios.

RL: O senhor e outros pesquisadores do PNCSA organizaram o livro *Pandemia e Território* (Almeida, Acevedo Marin, e Melo 2020). Como a pandemia tem agravado essas ameaças proporcionadas pelas agroestratégias e como a Nova Cartografia tem lidado com esse cenário?

AWBA: Entramos nesse trabalho de uma forma meio autodefensiva. Começamos a perceber que os efeitos da peste estavam atingindo muito profundamente os movimentos. Percebemos perdas não apenas de lideranças, mas de pessoas que detinham a memória de episódios trágicos e de chacinas, como a dos Waimiri-Atroari, que ainda estão por serem esclarecidos. A pandemia não atinge a todos por igual. Quando atinge uma antiga liderança indígena ou quilombola, afeta a memória de um povo inteiro.

Por isso, começamos a registrar óbitos de quilombolas e indígenas. Mas tivemos dificuldades. Famílias conhecidas se recusavam, porque muitos contrairam em cultos e não queriam falar disto. A pandemia não é uma doença ocupacional, quem morre não tem direito a nada. Começamos a travar essa discussão afirmando o sentido das indenizações com as famílias. Para fazer isso, achei que devíamos elaborar um grande livro de registros.

Elaboramos uma noção de obituário, no sentido contrário da ilusão biográfica. Nós elencamos mais de uma centena e meia de textos, que colocamos nessa página do obituário e fizemos cartazes com fotos. Começamos a agrupar os retratos porque achamos que era necessário mostrar qual era o povo, qual era a etnia, qual

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

era a pessoa. Não entrar no genérico: “morreram 20 índios, 30 índios”. Nada disso. É o que acho que pode ser feito agora na chacina do Jacarezinho⁵. Situar e constituir o exame de corpo delito por via da etnografia de documentos. Nós fizemos isso com o “Pandemia e Território”. Foi uma técnica da etnografia de documentos, provocar uma interlocução virtual e produzir uma descrição a partir daí.

Então, esse trabalho mostrou para nós as inconsistências que estão vindo à tona com as mais de 430 mil mortes. Naquele momento nós não tínhamos 50 mil mortes. E já havíamos intuído para onde poderíamos ir. Atos genocidas naturalizados e expostos como problemas burocráticos.

5 A chacina na favela Jacarezinho ocorreu no Rio de Janeiro em maio de 2021. 28 pessoas foram mortas. Ver: <https://bit.ly/3ovK0H7>. Acesso em 15 maio 2021.

Recebido em 21/05/2021

Aprovado para publicação em 26/11/2021 pela editora Kelly Silva

Referências

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1977. "Uma genealogia de Euclides da Cunha". In *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*, org. Gilberto Velho, 88–129. Rio de Janeiro: Zahar.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1979. *Jorge Amado, política e literatura: um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Campus.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1991. "O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1985-1989)". In *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, org. Philippe Léna e Adélia Engrácia de Oliveira, 259–90. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1993. "Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado". Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 1995. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Supercores.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2008 [1989]. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito". In *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*, org. Alfredo Wagner Berno de Almeida. 2ª ed. Manaus: PGSCA; UFAM.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2008. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2010. "Agroestratégias e desterritorialização – direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios". In *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*, org. Alfredo Wagner Berno de Almeida et al., 101–43. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2012. "Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a 'proteção' e o 'protecionismo'". *Caderno CRH* 25(64): 63-71.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2013a. "A turma do Brasil Central" e a "Antropologia da Amazônia". Apresentação. In *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*, org. Otávio G. Velho. 3ª ed. Manaus: UEA.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2013b. "Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras". In *Povos e comunidades tradicionais*, org. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Jr., 157–73. Manaus: UEA.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2014 [1993]. "Atualização Agônica: A trajetória das instituições religiosas como mediadoras dos conflitos agrários na Amazônia". In *Mobilização social na Amazônia: a "luta" por justiça e por educação*, org. Paula Lacerda (org.), 69–108. Rio de Janeiro: E-Papers.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2018. "'Cowboy anthropology': nos limites da autoridade etnográfica". *EntreRios* 1: 8–35.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de. 2020. "'Antropologia da ação' (Action anthropology) versus 'Antropologia em ação' (Anthropology at work/Applied anthropology)". *Guarimã Revista de Antropologia & Política* 1: 100–13.

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, e Eriki Aleixo de Melo. 2020. *Pandemia e Território*. São Luís: UEMA; PNCSA.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, Sheilla Borges Dourado, Danilo da Conceição Serejo Lopes, e Eduardo Faria Silva. 2013. *Consulta e participação: a crítica à metáfora da teia de aranha*. Manaus: UEA; UFAM.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, e Neide Esterci. 1977. "Terras soltas e o avanço das cercas". In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, org. Moacir Palmeira et al. v. 2. Rio de Janeiro: MN; UFRJ; IPEA.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de; Eriki Aleixo de Melo, Ítala T. Rodrigues Nepomuceno, e Vinícius Cosmos Benvegnú, orgs. 2019. *Mineração e Garimpo em Terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*. Manaus: UEA Edições; PNCSA.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, e Laís Mourão. 1976. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. *Pesquisa Antropológica* 9(10): 1–27.
- Almeida, Alfredo Wagner Berno de, Joaquim Shiraiishi Neto, e Cynthia Carvalho Martins. 2005. *Guerra Ecológica nos Babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de commodities e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luís: Lithograf.
- Aragão, Helena de Moura, e Lúcia Lippi Oliveira,. 2019. Entrevista Alfredo Wagner Berno de Almeida, depoimento realizado em 15 fev. 2012, 1h 47min. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. (Convênio Fundação Ford). Acesso em 10 maio 2021. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1973.pdf>
- Berremán, Gerald D. 1975. "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia". In *Desvendando máscaras sociais*, org. Alba Zaluar Guimarães, 123–74. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Bourdieu, Pierre. 2005. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras
- Canguilhem, Georges. 1990. *Études d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie*. Paris: Vrin.
- Canguilhem, Georges. 2000 [1977]. *Idéologie et rationalité dans l'histoire des sciences de la vie*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Derrida, Jacques. 1991 [1972]. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus.
- Dias, Guilherme Mansur. 2009. "Entrevista: Alfredo Wagner Berno de Almeida". *Ruris* 3: 17–54.
- Foster, George M. 1964 [1962]. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Foucault, Michel. 2010 [1976]. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Graal.
- Geertz, Clifford. 1959. "Form and Variation in Balinese Village Structure". *American Anthropologist* 61: 991-1012.
- Laraia, Roque de Barros. 1993. *Ética e Antropologia: algumas questões*. Brasília: UnB. (Série Antropologia nº 157). Acesso em 15 maio 2021. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie157empdf.pdf>.
- Leite Lopes, José Sérgio et al., org. 2004. *A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Lima, Widney P., João D. Ramos, e Cristhiano K. da Silva. 2013. "Entrevista com o pro-

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

- fessor Alfredo Wagner Almeida”. *Espaço Ameríndio* 7: 254-70.
- Malinowski, Bronislaw. 2018 [1922]. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu.
- Mintz, Sidney W. 1985. “From Plantations to Peasantries in the Caribbean”. In *Caribbean Contours*, org. Sidney W. W. Mintz e Sally Price, 127-53. Baltimore: The Johns Hopkins Press.
- Palmeira, Moacir et al. 1976. Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste. *Anuário Antropológico* 1: 201-42.
- Palmeira, Moacir, e Alfredo Wagner Berno de Almeida. 1977. “A invenção da migração: relatório de pesquisa”. In *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, org. Moacir Palmeira et al., v. 5. Rio de Janeiro: PPGAS/MN. Mimeografado.
- Pinto, Louis. 2014. *Sociologie et philosophie: libres échanges*. Montreuil: Ithaque.
- Pompeia, Caio. 2021. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante.
- Tax, Sol. 2020 [1958]. Antropologia da Ação. Guarimã *Revista de Antropologia & Política* 1: 114-23.
- Velho, Otávio. 2009 [1976]. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Wolf, Eric, e Sidney W. Mintz. 1957. “Haciendas and plantations in Middle America and the Antilles”. *Social and Economic Studies* 6(3): 380-412.
- Zapata, Claudia. 2017. *Los intelectuales indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile. Diferencia, colonialismo y anticolonialismo*. Santiago: LOM.



artigos

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

SOBRE A METONÍMIA DA METONÍMIA: implicações da Antropologia do esporte de Simoni Lahud Guedes para a Antropologia da política

ON THE METONYMY OF METONYMY: implications of Simoni Lahud Guedes' Anthropology of sport for the Anthropology of politics

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9353>

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Doutor e mestre em Antropologia Social, ambos pelo PPGAS/MN/UFRJ. Licenciado em Educação Física, pela UFRJ, e em História, pela UNIRIO. Professor adjunto da UERJ desde 2013 e membro fundador do Núcleo de Antropologia do Trabalho (NuAT/MN/ UFRJ).

ORCID: 0000-0002-9307-9410

wecisley@gmail.com

Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Doutor em Filosofia. Mestre em Educação Física. Licenciado em Educação Física. Professor Adjunto da UERJ, onde integra o quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Exercício e do Esporte (PPGCEE). Atua nas áreas de Ética e Bioética aplicadas ao Esporte.

ORCID: 0000-0003-4972-650X

dirceurng@gmail.com

O derradeiro artigo publicado por Simoni Lahud Guedes constitui genuíno *grand finale* de sua obra, oferecendo valiosa contribuição para a compreensão da política brasileira. Sua descrição de dois “sequestros” das cores verde e amarela remonta à função metonímica da seleção de futebol em sua relação com o povo brasileiro. Vítima de um primeiro sequestro, por ocasião da ditadura civil-militar instalada em 1964, o símbolo verde e amarelo sofre hoje novo rapto. Quebra-se assim a equação seleção = povo, de vez que a camisa da equipe futebolística é apropriada por um segmento específico que pretende se distinguir do segundo termo. O presente artigo visa debater esta descrição elaborada por Simoni a partir de seu caráter estrutural. Argumenta-se que a função metonímica do futebol brasileiro, em particular, é ela mesma uma metonímia do fenômeno esportivo, em geral. Elabora-se uma exegese intertextual do artigo, sobre o pano de fundo dos últimos trabalhos da autora e de alguns de seus interlocutores na Antropologia. O objetivo é demonstrar, de um lado, que o estatuto significativo do esporte decorre da homologia estrutural que ele guarda com a vida social e, de outro, que o esporte oferece uma lente heurística para o estudo da política.

Futebol, esporte, nação, política, vida social

Simoni Lahud Guedes' last article is the *grand finale* of her works. It contributes to the understanding of Brazilian politics. Her description of two “hijackings” of the colors green and yellow concerns the metonymic function of the football national team in its relationship with the Brazilian people. Target of a first hijacking during the civil-military dictatorship since 1964, the green and yellow symbol is under the same process nowadays. Such dynamics break the equation “national team = people” because the Brazilian football team jersey is being appropriated by a singular segment that intends to distinguish itself from the second term. This article debates this description addressed by Guedes, considering its structural character. It is argued that Brazilian football is itself a particular metonymy of a sporting phenomenon in general. An intertextual exegesis of the article of Guedes is developed, reviewing the background of her latest works as well as some of her interlocutors in Anthropology. This exegesis aims to demonstrate that, on the one hand, the significant status of sport derives from the structural homology that it keeps with social life and, on the other hand, that sports provide a heuristic lens for the study of politics.

Football, sport, nation, politics, social life

Introdução

Simoni Lahud Guedes faleceu no dia 18 de julho de 2019. Não, porém, sem deixar uma contribuição decisiva para a compreensão do ilegível cenário político do Brasil contemporâneo. Um dos atributos impressionantes da autora refere-se à coexistência da mais penetrante capacidade de formulação teórica e análise, de um lado, com humildade acadêmica, de outro. Sua elaboração conceitual da “função metonímica” do futebol brasileiro combina perspicácia interpretativa com moderada enunciação das implicações abrangentes do conceito. A partir da descrição dos processos de identificação social, reunidos sob os símbolos nacionais, em geral, e a camisa futebolística, em particular, a antropóloga formula uma equação sintética. A saber, seleção de futebol = povo brasileiro.

Como esperamos demonstrar, a esta caracterização particular do futebol brasileiro subjaz uma homologia estrutural entre esporte e vida social – em suas respectivas condições de parte e de todo –, na qual o primeiro oferece uma simplificação, no sentido matemático, da segunda. No esporte, a unidade complementar e contraditória entre reciprocidade (a produção de coletivos coesos por meio do circuito dar-receber-retribuir) e segmentaridade (a fusão e a fissão de segmentos sociais conforme a escala de referência) é esquematizada sob a forma menos complexa da cooperação e da competição. Lévi-Strauss (1958) assinala a impressionante regularidade estrutural do princípio da reciprocidade; Deleuze e Guattari (1980) sugerem que a segmentaridade constitui fenômeno universal. A força da representação metonímica do esporte reside na esquematização desta estrutura regular da vida social.

Quando Simoni Lahud Guedes nos apresenta dois sequestros históricos da camisa verde e amarela – o primeiro perpetrado pela ditadura civil-militar que se instalou no país, em 1964, o segundo, a partir das chamadas jornadas de junho de 2013 – está no fundo descrevendo uma dupla mutilação antropológica de amplas proporções. Ao determinar padrões rigorosos de uso dos símbolos nacionais, com proibições de emprego da bandeira e do hino fora das diretrizes estabelecidas em lei, o governo militar pretendia impor um modo de dominação total sobre o comportamento social. Ignorava com isso características culturais do país, como a carnavalização do futebol e dos próprios símbolos nacionais.

Por seu turno, quando os segmentos conservadores das jornadas de junho de 2013 sequestraram novamente as cores verde e amarela, fazendo delas um símbolo particular de sua facção política, quebraram a equação metonímica, seleção = povo. Desde então, a estratégia conservadora tem consistido na manutenção de sua coesão interna mediante a produção continuada de um inimigo externo permanente, o comunismo. Ao verde e amarelo opõem, pois, o vermelho, sob o qual identificam seus inimigos políticos. Uma metonímia primordial é, por conseguinte, segmentada em duas. Verdadeiros brasileiros = verde e amarelo; comunistas = vermelho. Trata-se da aposta no êxito pela perpetuação do ódio. O primeiro sequestro, recordemos “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (Marx 2011), se manifesta como tragédia; o segundo, como farsa.

Este artigo traz duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima apresenta os principais argumentos do derradeiro artigo de Guedes, redigido em cooperação com Edson Márcio Almeida da Silva, sob o título “O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais”¹. A seção subsequente comenta uma fração das contribuições mais recentes da autora no campo do estudo antropológico do esporte, buscando alguns elementos intertextuais em suas influências teóricas para com isso esboçar, por assim dizer, uma interpretação esportiva da política. A proposta que se segue recapitula, pois, o profícuo pensamento por metonímia que a antropóloga da UFF nos legou (voltaremos a este ponto); principiando por um seu escrito particular, transita na direção do conjunto mais abrangente de questões e debates em que se situou seu trabalho acadêmico.

Este percurso deverá demonstrar que Simoni Lahud Guedes fez de sua Antropologia do esporte um capítulo incontornável da Antropologia da política. De modo que sua formulação de uma função metonímica do futebol brasileiro é ela mesma uma metonímia da relação entre a vida social, em sua miríade de dimensões, e uma parte específica dela – a saber, o esporte. As considerações finais destacam o caráter estrutural da Antropologia histórica de Guedes.

Lévi-Strauss (2003) diz acerca de Mauss que este teria estacionado diante das imensas possibilidades de sua obra, como Moisés teria conduzido o povo hebreu à terra prometida sem, contudo, contemplar seu esplendor. O fechamento da obra de Simoni sugere que ela foi capaz de olhar longe, tendo vislumbrado a centralidade da metonímia esportiva para o estudo de um país que “não é para principiantes”, conforme a frase atribuída a Tom Jobim. Por conta disso, Guedes assemelha-se antes a Josué que a Moisés; ela não apenas adentrou a terra prometida das implicações de sua obra como pode, ainda por muitos anos, nos ensinar como ocupá-la.

A metonímia da metonímia

Edilson Márcio Almeida da Silva, antropólogo colega de Simoni, na Universidade Federal Fluminense, assina com ela o artigo ora apreciado. O fato de ter sido elaborado a quatro mãos denota capacidade cooperativa. Sobretudo por se tratar de uma coautoria horizontal e simétrica, entre dois antropólogos consagrados e colegas de departamento.

A abrangência das implicações do trabalho para o pensamento antropológico se expressa desde o início. Por exemplo, no enfrentamento da tensão entre Antropologia e História – ou, mais rigorosamente, entre estrutura e evento –, que se pronuncia também de saída. Destarte, os autores registram a invariável tentativa de manipulação dos símbolos nacionais na produção da função metonímica da representação política, de que também nos fala Pierre Bourdieu (1984) – o que não diz “respeito a uma época ou regime em particular” (Guedes e Silva 2019, 75). Este processo recorrente tende, no entanto, a “assumir maior visibilidade nos governos ditatoriais” (*ibidem*, 75).

1 Cf. Cadernos de Aletheia 3, 2019. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf. Acesso em: 09 dez. 2021.

É sob a ditadura instalada no Brasil, em 1964, que se expressam com mais evidência as ambiguidades deste uso autoritário dos símbolos pátrios. De um lado, os militares alimentam o discurso da propriedade popular das cores verde e amarela, bem como da bandeira e do hino nacionais; de outro, engendram uma rigorosa regulamentação que delimita “quando, onde, como e por quê os símbolos oficiais deveriam ser acionados” (*ibidem*, 76). Se os símbolos pertenciam ao povo, este nem por isso dispunha de liberdade para fazer uso deles conforme sua vontade. A este cerceamento do livre usufruto dos símbolos nacionais, durante os anos 1960 e 1970, os antropólogos da UFF denominam o “primeiro sequestro do verde e amarelo”. Tal sequestro opera uma mutilação antropológica.

Guedes e Almeida evocam Hobsbawm para sugerir que “os confrontos esportivos internacionais são dos meios mais eficazes para dar ‘substância’ às nações” (*ibidem*, 77). Bateson (2008) nos permite emprestar a esta regularidade histórica um estatuto teórico formal, sugerindo que o advento de um adversário externo pode evitar a cisão de um grupo social. Este dado regular nos estudos antropológicos se objetiva historicamente no Brasil, mormente na identificação popular com a seleção brasileira de futebol que se converte em um dos termos da equação metonímica com o povo brasileiro. Os autores apontam para a passagem do amadorismo de elite ao profissionalismo (em 1933), que permitiu a entrada de jogadores oriundos das classes trabalhadoras nos grandes clubes, como um elemento chave daquela equação.

Em 1938, o selecionado brasileiro exibiu na França “um estilo de jogo descontraído, de dribles, floreios e artimanhas corporais” (*ibidem*, 78). Já caracterizada pela presença de jogadores negros, dada aquela conquista do profissionalismo, este modo de jogar foi objeto imediato de interpretações contraditórias. De um lado, não sem uma marca profundamente racista, os jogadores foram acusados de irresponsáveis (*ibidem*, 78); de outro, o estilo se consagrou com o célebre título de “futebol-arte”. Nos termos de Guedes e Almeida, a certidão de batismo desta consagração estética foi redigida por ninguém menos que Gilberto Freyre, em uma crônica intitulada “*football mulato*”. O artigo se refere a este texto como “seminar”, posto que Freyre teria operado com a metonímia futebolística. Fazendo do “*football mulato*” um núcleo fundamental do futebol-arte, este teórico da formação nacional estaria sugerindo o papel mais abrangente do “negro na produção da brasilidade” (*ibidem*, 78).

O artigo nos informa que até o famigerado “Maracanaço” – a derrota para o Uruguai na final da Copa do Mundo de 1950, em pleno Maracanã – as cores do uniforme do selecionado brasileiro eram branca e azul, quando então foram proscritas como azaradas. Segue-se que a relação metonímica entre seleção e povo precedeu o uso do símbolo verde e amarelo nos campos. E, no entanto, mais arguta do que seriam os militares brasileiros do pós-golpe de 1964, a FIFA parece ter compreendido cedo a lógica descrita por Hobsbawm, investindo fortemente no uso dos símbolos nacionais durante seus rituais esportivos.

No Brasil, contudo, os símbolos nacionais “continuavam cercados de interdições a seus usos fora das estritas regras e dos rituais cívicos” (...) “O ‘povo’, até aqui,

mesmo impondo seu protagonismo nas comemorações esportivas, continuava alijado dos símbolos nacionais” (*ibidem*, 78). A mutilação simbólica decorrente desta regulação autoritária do uso do verde e amarelo concorreu contra os próprios interesses do governo ditatorial, posto que limitou a eficácia simbólica do ritual que consiste na produção de metonímias emblemáticas da nação por meio de sua bandeira e suas cores.

O resgate das cores sequestradas foi protagonizado pela desobediência civil e contestação espontânea da proibição autoritária, por ocasião da Copa de 1970. “Camisas improvisadas”, “sandálias, cangas, bandanas, guarda-sóis” (*ibidem*, 78) entram em cena com o verde e amarelo e com a bandeira nacional. É também aqui que se origina a tradição das decorações das ruas com motivos nacionais.

A bandeira nacional, que só podia ser tocada, manuseada ou exposta dentro das rígidas regras estabelecidas em decretos, podia agora ser enrolada nos corpos dos torcedores, ornamentar camisas, calças, roupas de banho. Podia ser estilizada, modificada. Podia ser confeccionada em tamanhos muito diversos, muito pequenas ou muito grandes. Além disso, a reprodução das camisas do selecionado ocupava as ruas tanto nos períodos de competição quanto no tempo do cotidiano. Nos períodos de Copa do Mundo, as casas, ruas e automóveis eram enfeitados de verde e amarelo. Como símbolo da nação, estas cores representavam fisicamente a “comunidade imaginada” (Hobsbawm, 1990) Brasil. Por um curto período, repetido quadrienalmente, os brasileiros suspendiam sua diversidade e suas diferenças, para vivenciar a “*communitas*” (Turner, 1966). A vitória na competição trazia a realização desta “*communitas*” (Guedes, 1977), mas não impedia o retorno à normalidade depois de alguns dias. A derrota trazia rapidamente de volta as clivagens da sociedade brasileira, com o consequente abandono do verde e amarelo (*ibidem*, 79).

Mas se um golpe de Estado precedeu o primeiro sequestro, o segundo inversamente antecedeu novo assalto à democracia. Uma convergência histórica notável abriu espaço ao processo corrosivo que submeteria as instituições brasileiras a dura prova, ainda não encerrada. As chamadas jornadas de junho de 2013 compreendem um marco temporal importante das transformações operadas, posto que bateram recordes históricos de mobilizações de rua, em quase todas as grandes e médias cidades do país.

Como se sabe, as passeatas daquele momento foram inauguradas pelo Movimento Passe Livre, em protesto contra o aumento das tarifas de transporte público. Todavia, rapidamente, segmentos os mais diversos da sociedade se uniram aos atos, em um processo inesperado de crescimento em literal progressão geométrica – cuja real magnitude não se revelava facilmente sequer nas fotografias aéreas. Guedes e Almeida chamam atenção para as metamorfoses no contorno do movimento, conforme se avolumavam os manifestantes das mais variadas condições e classes sociais. Do transporte público à crítica aos gastos financeiros com a preparação para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas, bem como à ingerência da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional sobre a política brasileira – notadamente sobre a questão central da política urbana, conforme nota Ermínio

Maricato (2013) ao explicar tais mobilizações –, passando pela qualidade da saúde e educação públicas, as reivindicações se multiplicavam. Em meio à massa indiferenciada, o “ovo da serpente” – cuja incubação já dava mostra de pleno curso, desde as eleições presidenciais de 2010 – trincara sua casca. E cartazes pedindo o retorno da ditadura puderam brotar, germinados pelo fertilizante da repressão às camisas e bandeiras vermelhas – por vezes, mediante espancamento. De modo complementar, o emprego dos símbolos e cores nacionais durante os atos “acabou por erigi-los à condição de únicos ícones legítimos, logo, passíveis de se fazerem presentes naqueles contextos” (Guedes e Almeida, 81).

Rituais de execução do hino nacional por manifestantes vestidos com camisas verde e amarela e agitando a bandeira do Brasil se tornaram recorrentes. Tais ritos públicos desempenharam um papel totalizador e unificador. Mas nem as cores da bandeira, nem a camisa da seleção brasileira de futebol expressavam, desta feita, uma unidade nacional harmoniosa – como pretendia a propaganda em torno da copa de 1970. Aqui o consenso seria produzido mediante exclusão violenta de qualquer um que pudesse ser identificado como “vermelho”. É difícil não lembrar da elite militar ressentida da República de Weimar cujos membros denominavam a si mesmos como “os nacionais”, operando com isso uma sinédoque excludente de todos os demais componentes sociais da Alemanha pré-hitlerista, conforme a descrição de Norbert Elias (1997).

Enfaticamente crítica ao movimento, em princípio, a grande mídia viu nas suas ambiguidades, uma oportunidade para pautar nas ruas a agenda conservadora que cronicamente nutre. Para evitar o risco de cair em contradição, fazem notar Guedes e Almeida, os jornalistas não podiam abandonar seu primeiro discurso, mas apenas deslocá-lo. E da crítica geral aos manifestantes, passaram a expressar a condenação a uma parte – qual seja, os segmentos mais combativos, doravante acusados de vandalismo e identificados pelo uso da cor vermelha ou de emblemas de partidos políticos de esquerda. Vale a pena citar as palavras dos autores a este respeito:

Segundo o nosso entendimento, a estratégia de dissociar os “pequenos grupos” dos demais participantes das Jornadas de Junho traz consigo elementos que podem contribuir para a interpretação de alguns efeitos produzidos a posteriori por tais manifestações, sobretudo, no que tange ao maniqueísmo que então se desenhava e redundaria, mais adiante, na radicalização político-ideológica verificada nas eleições presidenciais de 2018 (*ibidem*, 81).

O texto evoca ainda a ideia de “rótulo cromático” que Turner emprega para caracterizar as relações sociais sob circunstâncias emocionalmente intensas. No Brasil, lembram os autores, o vermelho operou historicamente como uma espécie de sinal de risco à nação brasileira. Em 1937, a constituição de inspiração fascista promulgada por Vargas se contrapunha ao “perigo vermelho”. A repressão autoritária da ditadura civil-militar iniciada em 1964 se justificava, no discurso do

governo, pela “caça aos vermelhos”. E, uma vez mais na atualidade, a estratégia eleitoral do representante que a elite econômica escolheu para si (e que logrou se eleger presidente da República) incluiu a promessa de “banir os ‘marginais vermelhos’”. O “segundo sequestro do verde e amarelo” consiste, pois, em fazer da metonímia, seleção brasileira = povo brasileiro, um gênero específico. A saber, uma sinédoque, camisa da seleção = verdadeiros brasileiros. Destes se excluem os vermelhos, que assumem aqui um caráter altamente genérico, passando com o tempo a englobar todos aqueles que se opõem ao governo.

Ocorre que a estratégia conservadora encontra um limite simbólico. A função metonímica da seleção brasileira, conquanto dotada de conteúdo histórico específico, é um caso particular de uma metonímia estrutural. O esporte constitui uma parte da vida social em que operam os mesmos princípios que presidem dinâmicas de variadas escalas registradas alhures – na política, na economia, na religião, nas relações de trabalho, de parentesco ou de vicinalidade. A unidade contraditória e complementar entre competição e cooperação compreende, por assim dizer, uma fração matemática simplificada da coexistência regular entre os princípios da segmentaridade e da reciprocidade, vigentes naqueles múltiplos domínios. E como pelo menos desde Foucault (1979) o poder perpassa todos eles, desde Dumont (1985) a hierarquia ordena as formas de classificação no interior de cada um deles e, desde a sistematização da Antropologia da política por Palmeira, Heredia, Peirano e colaboradores (cf. Palmeira e Heredia, 1995), cada um deles se relaciona de variadas formas com a esfera do poder estatal, é razoável sugerir simplificadamente que a Antropologia do esporte lança luz sobre a Antropologia da política.

Destarte, a aposta na manutenção permanente dos inimigos vermelhos como estratégia de estabilização da base de apoio governista encontra um limite, a um só tempo histórico e estrutural. No plano diacrônico, a competição, ou segmentaridade não se sustenta por muito tempo com o mesmo vigor; e vínculos de reciprocidade tendem a reverter cisões, no médio prazo. Do ponto de vista sincrônico, quanto mais múltiplos os segmentos sociais reunidos sob o emblema dos “marginais vermelhos”, tanto mais numerosas também tenderão a ser as coalizões entre tais segmentos. Esta dinâmica estrutural, que se atualiza nos casos históricos particulares com regularidade, deverá ficar evidente sobre o pano de fundo dos trabalhos mais recentes de Guedes sobre a temática do esporte, lidos no contexto de alguns de seus interlocutores teóricos. Como veremos, embora a antropóloga da UFF não ative de modo enfático o conceito de segmentaridade (ao contrário da reciprocidade, da qual faz uso produtivo), tanto o material que apresenta quanto suas influências dumontianas e turnerianas conferem razoabilidade a uma interpretação de seu trabalho à luz daquela categoria analítica forjada por Evans-Pritchard.

Da Antropologia do esporte à interpretação esportiva da política

A exegese comparada dos últimos trabalhos de Guedes que tomam o esporte por objeto permite visualizar a abrangência e o vigor heurístico dos conceitos ativados em seu derradeiro artigo. Tal procedimento nos leva a inferir, por nossa conta, que a operação lógica subjacente à noção de uma relação metonímica entre esporte e vida social continua operante, no contexto do segundo sequestro das cores verde e amarela. Vejamos.

Entre o fim dos anos 1930 e o início dos 1990, como vimos, esta relação se expressou na equação seleção brasileira de futebol = povo (situado no mesmo campo semântico da expressão “trabalhadores brasileiros”). Esta identificação era metonímica no sentido mais forte do termo. Porquanto parcela majoritária dos jogadores de futebol selecionados para representar a nação provinha das classes trabalhadoras.

Ocorre que, no final do século XX, o processo de mercantilização do futebol ganha escala exponencial, dado o crescimento do capital esportivo estimulado pela globalização dos sistemas de comunicação, em especial, da televisão (Guedes 2018). Neste “crescimento assombroso do mercado esportivo” as “principais mercadorias são os jogadores” (*ibidem* 2, aqui e doravante em livre tradução do espanhol). O Brasil se converte então em um dos principais países exportadores de craques e, já na Copa do Mundo de 1998, faz notar Guedes, nove dos onze titulares do selecionado brasileiro atuam na Europa, a maioria desfrutando a nova condição de multimilionários.

Ora, neste contexto, o segundo sequestro das cores verde e amarela pode ser interpretado como uma atualização espontânea da equação metonímica. De modo que nela o segundo termo – povo brasileiro (trabalhadores) – é substituído pelas classes altas e médias. Não por acaso, à valorização financeira dos jogadores de futebol corresponde um processo de “gentrificação” (conceito que evoca a apropriação privada dos bens esportivos pela *gentry*, a elite inglesa coetânea ao nascimento do esporte moderno) dos estádios de futebol e da transmissão televisiva dos jogos em canais fechados, especialmente, para o caso que nos interessa, no Brasil (Mascarenhas 2014). Este esporte, em toda a sua cadeia de produção e distribuição, se converte, pois, em mercadoria de consumo conspícuo *pari passu* ao segundo sequestro das cores nacionais presentes na camisa do selecionado brasileiro. O deslocamento social no uso das cores verde e amarela pode, por conseguinte, ser interpretado como uma atualização simbólica do deslocamento econômico na relação entre produtores e consumidores; das classes trabalhadoras à média e grande burguesia nacional e internacional.

Embora não tenha tido tempo de delinear estes nexos, Guedes oferece elementos para pensar a robustez das novas formas de identificação de classe com a seleção brasileira. Na Copa do Mundo de 1998, nota a pesquisadora, os narradores e comentaristas das transmissões midiáticas dos jogos classificam atletas como europeus ou estrangeiros, distinguindo-os daqueles que atuam em clubes brasileiros – como vimos apenas dois entre os titulares. “Do ponto de vista simbólico”, o fenômeno “tem diversas implicações” (Guedes 2018, 3). Uma delas, poderíamos conjecturar, refere-se ao seu potencial para despertar profundas identificações

(no sentido psicanalítico de assimilação de atributos de outrem) das classes economicamente dominantes com os “jogadores europeus”.

Entre as classes trabalhadoras, ao contrário, o enriquecimento destes atletas é por vezes interpretado com conotações de quebra dos vínculos de fidelidade à camisa do selecionado nacional. Este contexto oferece a Guedes um ponto de partida para interpretar a vasta proliferação de projetos sociais esportivos patrocinados por jogadores e ex-jogadores de futebol que atuaram no exterior, à luz da reciprocidade. Embora a filantropia não constitua novidade no âmbito das relações entre classes, argumenta a autora, o dado a ser explicado se refere à regularidade com que o doador se doa a si mesmo junto com a doação – o que expressa o rigor de uma interpretação a partir da lógica da dádiva. Em outras palavras, “o extraordinário” reside na “constância” (*ibidem*, 7) com que o investimento do nome pessoal e da imagem do jogador oferece um emblema para o projeto social; fato que contrasta com a maior parte das doações de celebridades, que se limitam ao oferecimento de fundos e “apenas eventualmente doam seu tempo e seu trabalho em apresentações de beneficência” (*ibidem*, 8).

Esta característica dos projetos sociais esportivos lhes confere um estatuto de contradádiva. Com isso visa-se reconstituir os elos quebrados na “fissão social” – expressão empregada por Fortes e Evans-Pritchard (1987) que, no entanto, se coaduna à dinâmica analisada por Guedes – não tanto desencadeada pelo enriquecimento do jogador e por sua partida do Brasil para atuar alhures, senão pela interpretação popular segundo a qual este deslocamento econômico e geográfico implica no declínio do amor à camisa verde e amarela. A doação do jogador realiza-se assim quase invariavelmente em seu local de origem, amiúde territórios habitacionais precários, para os quais são sonegados os direitos sociais e os equipamentos públicos urbanos – em especial, para o caso que nos interessa, os de esporte e lazer. É produzida discursivamente em termos de retribuição, que deve levar aos receptores a “doação divina’ com que [o atleta] foi agraciado” (Guedes 2018, 8). A camisa envergada pelo capitão da seleção brasileira campeã da Copa do Mundo de 2002, no momento de erguer a taça, oferece exemplo privilegiado destes circuitos de reciprocidade, onde se estampava a expressão “100% Jardim Irene”. É difícil escolher melhores palavras para interpretar o evento:

No momento crucial de sua carreira, visto por bilhões de pessoas, Cafú [lateral direito capitão da seleção brasileira] reafirma que não se esquece de seu lugar de origem (Jardim Irene, periferia paulista), onde, seguindo a regra não explicitada da obrigação de dar (retribuir), criou um grande projeto social para meninos pobres. Mais claro que isso, impossível (*ibidem*, 9).

O mesmo artigo permite ainda depreender algumas características do diálogo estabelecido por Guedes com o trabalho de DaMatta. A dádiva dos jogadores enriquecidos se situa no quadro de um fenômeno mais geral, observado na sociedade brasileira: a propalada “missão civilizadora” das classes dominantes sobre as dominadas. Este modo de conceber as relações entre classes é hierárquico,

personalizado e não permite a realização da igualdade jurídica entre indivíduos dotados simetricamente do estatuto da cidadania. Eis as características que lançam luz sobre o empenho do nome e da imagem do jogador no projeto social que patrocina – personalização e hierarquia. A expressão “sabe com quem está falando?” não opera, pois, apenas na *carteirada* capaz de suspender a lei, senão também na filantropia.

O uso da expressão “sociedade brasileira” sugere uma aproximação com o holismo de Dumont; autor com o qual DaMatta também dialoga. Guedes soube, entretanto, contornar um risco em que DaMatta (1997) incorre ao tratar do dilema brasileiro. Para este, o Brasil se caracteriza por uma especificidade contraditória, porque adota uma normativa jurídica igualitária e individualista que coexiste com relações sociais hierárquicas e personalizadas.

Dumont, todavia, concebe o individualismo como ideologia subordinada hierarquicamente ao holismo (Dumont 1985, 30). Reativando o conceito de segmentaridade elaborado por Evans-Pritchard, algumas vezes descrevendo o processo sociológico de multiplicação de segmentos sociais sob a rubrica da cissiparidade (Dumont 1971, 32), o modelo dumontiano concebe a hierarquia como um fenômeno regular das formas segmentares de classificação. De modo que as relações entre segmentos, incluindo os circuitos de reciprocidade que visam restituir elos sociais quebrados, dificilmente se apresentam com simetria absoluta; o que não constitui, pois, como sugere DaMatta, uma especificidade brasileira. De fato, a particularização damattiana da regular subordinação hierárquica do individualismo ao holismo foi notada também por Pina Cabral (2007).

Guedes, de sua parte, conquanto pouco evoque formalmente o conceito de segmentaridade, oferece farto material para a reflexão sobre os processos substantivos de segmentação. Com efeito, a antropóloga dedicou um artigo (Guedes, 2014) à análise da maneira como símbolos esportivos produtores de coesão social engendram, simultaneamente, distinções entre coletivos humanos. Invertendo uma epígrafe que extrai de Coelho Neto, ela enuncia que “tudo o que nos une também nos separa” (*Ibidem*, 147, aqui e doravante em livre tradução do inglês). A ideia subjacente à formulação original, transformada na paráfrase da autora, sugeria a possibilidade de construção de uma unidade entre as nações latino-americanas, como decorrência da experiência compartilhada da espoliação colonial. Em diversos países das Américas – Brasil, Argentina, Chile, Uruguai – o futebol forneceu símbolos e signos de etnicidade para a elaboração dos sentidos da nação. De um lado, na condição de “significante privilegiado” e “veículo” que conduz “demandas por significação” (*Ibidem*, 148), o futebol não comporta ausência de significados; de outro, os sentidos atribuídos aos “eventos narrativos” (*ibidem*, 148) produzidos por meio dele nunca estão dados *a priori*, mas são disputados simultaneamente à competição propriamente esportiva.

Narrativas similares de nacionalidade são, pois, empregadas para lançar luz sobre as especificidades nacionais e acentuar as diferenças entre povos vizinhos (*Ibidem*, 148). Uma vez mais, Guedes enxerga regularidades abrangentes sob a diversidade cultural e histórica. Certo, ela evoca novamente DaMatta, cuja ênfase

sobre as particularidades sugere que, “no Brasil, ‘apreciações sobre o futebol’ são ‘classificadas sob a forma de argumentos ou discussões’” (*ibidem*, 148). Mas de modo sutil, a antropóloga tece seus argumentos em nível mais geral, a partir da referência a Bromberger, para quem as incertezas inerentes ao futebol (característica que DaMatta também analisa) oferecem oportunidades para divergências de interpretações. A narrativa futebolística é, por conseguinte, intrinsecamente conflitiva. Esta “característica básica” do jogo – que, portanto, ultrapassa as especificidades nacionais – concorre para forjar significados cosmológicos, traçando a imagem de “um mundo eminentemente disputável” (*Ibidem*, 148). De modo que múltiplas dimensões das identidades nacionais são “disputadas, negociadas e construídas” na “proliferação de discursos sobre o jogo” (*ibidem*, 148).

Em outras palavras, o conflito narrativo referido à competição esportiva é constitutivo da identidade. Ou, o que equivale a dizer o mesmo, o exercício contínuo do empuxo humano à segmentaridade produz a coesão interna dos segmentos discretos. Eis porque Hobsbawm “localiza no esporte um gênero de ‘fortificação’ do nacionalismo moderno”, capaz de “reificar a nação como um competidor ou time” (*ibidem*, 148). Ora, o chamado princípio da segmentaridade elaborado por Evans-Pritchard (2007) não descreve precisamente a natureza relacional, contextual, deslizante e mutável (conforme a escala de observação) da coesão social – do que o sentimento nacional e o pertencimento a determinada torcida esportiva constituem dois casos particulares? Não há, paradoxal e complementarmente, no interior das nações e das torcidas, conflitos potencialmente cismogênicos – para evocar o conceito batesoniano – mitigados mediante o confronto com outras nações e torcidas? Eis, por exemplo, porque a rivalidade entre Brasil e Argentina no âmbito do futebol é constitutiva de suas respectivas nacionalidades.

E, no entanto, é também no terreno dos sinais diacríticos que estão em disputa que estes países vizinhos se identificam na oposição com os ingleses, em particular, e os europeus, em geral. Os estilos nacionais de jogo são, nos dois casos, construídos discursivamente a partir de ênfases sobre corporalidades específicas convertidas em talento. Do ponto de vista êmico, tanto jogadores de futebol brasileiros quanto argentinos forjam suas habilidades técnicas no contexto mais geral das características nacionais, fazendo das primeiras uma expressão incorporada das segundas. Ambos conferem aos futebolistas europeus o estatuto de “outros”, incapazes de extrapolar o aspecto mecânico do gesto motor para encarnar valores, a um só tempo, estéticos e eficazes ao movimento corporal. Argentina e Brasil, ao contrário, praticam um futebol artístico e, por isso mesmo, competitivamente superior. Diferente da Europa, entre nós e nossos vizinhos estética e eficácia são indissociáveis. Entretanto, esta característica compartilhada entre os dois países faz deles contendores recíprocos pelo “privilégio da posse natural do talento corporal” (*Ibidem*, 153).

A clara compreensão que Guedes preserva da unidade contraditória e complementar entre identidades nacionais e distinções internacionais – poder-se-ia dizer empregando o vocabulário esportivo, entre cooperação no interior do time nacional e competição com adversários nacionais homólogos – a protege das ilu-

sões compartilhadas por muitos analistas contemporâneos, segundo os quais a globalização econômica e o advento de megacorporações transnacionais estariam minimizando o papel das nações. Para a autora, no entanto, o mundo observa hoje apenas uma configuração nova de dinâmicas que atravessam a história da humanidade: “a destruição e recomposição de fronteiras simbólicas que unem e separam sociedades” (*ibidem*, 148). União e separação se constituem reciprocamente; alteridade e identidade são dois aspectos do mesmo processo. Sem empregar o mesmo vocabulário, Guedes se aproxima assim de Goldman (2006, 144):

Em suma, trata-se de reconhecer que – assim como o princípio da reciprocidade significa, em última instância, que dar e receber são uma e a mesma coisa – o princípio da segmentaridade significa apenas que oposição e composição formam sempre uma totalidade indecomponível.

Ora, se a reciprocidade é, antes de tudo, uma lógica de produção do vínculo social, portanto, de composição; e se esta não se separa de sua contrapartida complementar – isto é, a oposição –, então reciprocidade e segmentaridade compreendem formas distintas, mas correlacionadas, de olhar os mesmos fenômenos sociais, do que a unidade indissociável entre cooperação e competição esportivas exemplifica sumariamente, em sua dinâmica estrutural elementar. Este mesmo princípio é também enunciado em um artigo de 2014, que Guedes redige com outro colega, conforme se tem a oportunidade de ler, no excerto abaixo:

É evidente que a produção de pertencimento implica também na produção de alteridade, uma vez que, como têm percebido há tempos os cientistas sociais, uma das condições fundamentais para a formação de identidades sociais é a produção de um “outro” contrastante e equivalente. É assim que integrações e clivagens latentes no interior da vida social se atualizam nas competições esportivas, as quais, como resultado disso, produzem integração e oposição ou conflito (Guedes e Curi, 2014, 163-4, aqui e doravante em livre tradução do inglês).

Este texto nos oferece a oportunidade de retomar uma característica do esporte que o aproxima dos valores fundadores da democracia. Os autores lembram a célebre análise levistraussiana que caracteriza o esporte como evento disjuntivo – o qual se inicia com uma simetria radical entre as equipes para produzir distinção entre vencedores e perdedores. O caráter democrático da competição esportiva que, por definição, impõe a igualdade de condições, foi sublinhado por DaMatta (1994).

No evento analisado por Guedes e Curi, contudo, esta igualdade formal do esporte muito claramente subsumia-se às histórias diferenciais das relações entre as duas equipes nacionais com a modalidade em disputa – quais sejam, as seleções brasileira e haitiana de futebol. De modo que a “homologia estrutural” do jogo entre seleções nacionais “quase não resiste ao primeiro toque da bola”, visto

que a “absoluta superioridade do futebol brasileiro ameaça corroer o processo de identificação” (*ibidem*, 165). O jogo entre Brasil e Haiti ocorreu em Porto Príncipe, em 18 de agosto de 2004, registrando um placar de 6 x 0 para a equipe visitante; vantagem que ofendeu os sentimentos nacionalistas dos anfitriões – conforme os brasileiros tiveram oportunidade de sentir empaticamente, dez anos depois e na mesma condição de donos da casa, mediante derrota equivalente para a seleção alemã.

Tendo sido organizado sob os auspícios da missão militar brasileira em território haitiano que se estabeleceu no mesmo ano, o jogo foi objeto de intensa publicidade que visava associá-lo ao advento de tempos de paz e transformação social. Esperança que se esvaneceu com o final da partida. Guedes e Curi apreciam um documentário sobre o ocorrido que traz cenas da população haitiana nas ruas, depois do encerramento do confronto, sob um clima de “fim de festa” (*ibidem*, 165). Tudo se passa, argumentam os antropólogos do esporte, como se os rostos das pessoas expressassem não apenas derrota no campo esportivo, senão também no político e econômico. Ao fim e ao cabo, segue a análise cinematográfica, o Haiti não teria sido sequer capaz de ganhar sua própria soberania, de vez que se encontrava ocupado por “forças de paz” (*ibidem*, 165). “O time brasileiro não era o amigo que vinha salvar o país, mas o representante de uma força imperial” (*ibidem*, 166). Se a publicidade do Conselho de Segurança da ONU (líder da missão) pretendia plantar a semente da resignação haitiana em meio ao gramado do campo de futebol, as testemunhas locais da sementeira dela fizeram, por assim dizer, uma lente metonímica para interpretar a política internacional que submetia ao vivo seu país.

Tomemos finalmente este modo de pensar por metonímia a partir do esporte para considerar a interlocução de Guedes com alguns de seus colegas intelectuais e assim lançar luz adicional sobre os conflitos políticos brasileiros. Cabe lembrar que, para fins de síntese, interpretamos os múltiplos domínios investigados pelos autores ativados por Guedes sob a rubrica da política – em consonância com o espírito de estudos antropológicos sobre o fenômeno (Palmeira e Heredia, 1995). Há poder e hierarquia (embora nem sempre dominação) nas variadas esferas da vida social. E mesmo no terreno institucionalmente político o Estado constitui, conforme Deleuze e Guattari (1980), uma unidade molar (dir-se-ia um segmento institucional) cuja configuração do poder decorre de um estado particular das relações moleculares de vínculo e segmentação que se distribuem capilarmente pelo contínuo que une a sociedade civil aos âmbitos menos públicos e privados da vida vicinal e doméstica.

Hobsbawm (1990, 170) argumenta que as atividades esportivas preenchem o “espaço entre as esferas privada e pública”. No período entre guerras, relata o historiador britânico, jogos esportivos internacionais foram realizados com deliberado objetivo de “integrar os componentes nacionais dos Estados multinacionais” (*ibidem*, 170). Não é um acaso que precisamente no período de maior tensão e desconfiança entre os países europeus, o esporte internacional se organize como mediador ritual das relações internacionais. Hobsbawm lembra que George

Orwell também interpretou as partidas internacionais como uma “expressão da luta nacional” e os times nacionais como “expressões fundamentais de suas comunidades imaginadas” (*ibidem*, 170).

Encontramos aqui uma oportunidade para conferir maior nitidez à contribuição específica de Guedes às teorias sociais, seja na História ou na Antropologia. Pode-se conceber, nos termos de Orwell e Hobsbawm, que o esporte “expressa” a política como que lhe oferecendo um idioma, sobretudo por meio de um sistema de metáforas. Deste ponto de vista, o esporte simboliza a política. E, no entanto, conquanto esta dimensão simbólica e representacional constitua uma face da interpretação antropológica ou historiográfica, o trabalho de Guedes nos desafia a enxergar relações metonímicas para além de seu mero estatuto de figura de linguagem. Trata-se antes de um gênero de análise que concebe uma estrutura, por assim dizer, fractal; em que as partes operam com a mesma dinâmica que preside os processos sociais de escalas mais abrangentes. Sob o ponto de vista deste pensamento por metonímia, o confronto esportivo entre as seleções europeias não “representa” meramente a amizade e a animosidade entre as nações, mas é o modo mesmo como paz e guerra comparecem sob a forma de unidade contraditória, na ritualização das relações internacionais, durante o período entre guerras.

Consideremos agora, à luz do conceito de liminaridade de Turner, um fenômeno registrado por Hobsbawm: a consolidação dos campeonatos esportivos entre as duas guerras mundiais. Inspirados por Turner, podemos interpretar os jogos do período como momentos “dentro e fora do tempo” e das estruturas sociais seculares; de modo a dotarem-se de “sacralidade” (Turner 1966, 96, aqui e doravante em livre tradução do inglês). No período liminar entre as guerras, os rituais esportivos produziam em ato o “reconhecimento de um vínculo social generalizado que deixou de existir e simultaneamente ainda existe fragmentado em uma multiplicidade de vínculos estruturais”. Turner se refere a vínculos de casta, classe, posição hierárquica e a “oposições segmentares das sociedades sem Estado admiradas pelos antropólogos políticos” (Turner 1966, 96). Mas, na escala aqui considerada, referimo-nos às nações – que englobam tanto as seleções esportivas quanto as forças armadas nacionais.

Como vimos, Guedes interpreta as cores nacionais brasileiras, em sua oposição política ao “perigo vermelho”, à luz da noção turneriana de “rótulo cromático”. Ela nos auxilia também a interpretar o fenômeno de que se ocupa o relato de Hobsbawm. Alemanha, França, Inglaterra, Áustria, Itália, Rússia, apenas para citar as principais potências em confronto nas duas guerras mundiais, possuem todas a cor vermelha em suas respectivas bandeiras nacionais. Ora, destas todas apenas a Rússia tem relação histórica com a conotação de “perigo vermelho”, no sentido estrito do comunismo – tal qual concebido pelos segmentos conservadores da sociedade brasileira. Como símbolos identitários daquelas nações europeias, o vermelho dota-se de outras significações, associadas à luta por valores caros às tradições nacionais inventadas por cada povo, respectivamente. E, no entanto, todos os casos compartilham a eleição do vermelho como significante do sangue derramado em batalha. Turner reconhece na associação entre o vermelho e a

agressividade/fragilidade corporal um fenômeno regular da experiência humana. O vermelho, o branco e o preto oferecem um gênero primordial de classificação da realidade, posto que referidos a experiências corporais fundamentais – por exemplo, no sangue, no sêmen e nos excrementos, respectivamente.

Eis porque, argumenta Turner, a classificação triádica do mundo, recorrentemente convertida em oposição diádica – branco x vermelho/preto, em certas circunstâncias, branco/vermelho x preto, em outras – com o recurso a tais cores constitui fenômeno regular. Os sistemas ideológicos que justificam as classificações cromáticas são, nos termos de Turner, “derivativos” destas experiências corporais básicas e nelas encontram sólido fundamento inconsciente. As culturais locais constituem, pois, “acompanhamentos emocionais” destas “forças” e “fios da vida” (Turner 1967, 91) que a classificação cromática ternária ou binária organiza. Tais forças são “biologicamente, psicologicamente e logicamente anteriores às classificações sociais por metades, clãs, totens sexuais e todo o resto” (*ibidem*, 91). Estas camadas inconscientes da vida psíquica conferem legibilidade tanto à “marcha da insensatez” (Tuchman 1985) que culminou nas duas guerras mundiais, quanto ao paroxismo da irracionalidade alçado à presidência da república brasileira, em 2018, como decorrência dos processos sociais violentos que Guedes nos ajuda a compreender. Se, por conseguinte, as cores verde e amarela são símbolos nacionais construídos nestes níveis secundários de classificação, o inimigo interno tantas vezes evocado pelos discursos públicos conservadores deita raízes, em sua condição de “perigo vermelho”, em níveis profundos da “experiência psicobiológica” (*ibidem*, 91); o que nos ajuda a entender o caráter literalmente sanguíneo dos conflitos políticos do Brasil contemporâneo.

Considerações finais

A obra de Simoni Lahud Guedes oferece uma contribuição decisiva para a compreensão dos processos históricos específicos vinculados aos usos do ritual esportivo, no Brasil. Sua formulação da função metonímica da seleção brasileira de futebol, entretanto, remete a dinâmicas estruturais sobre as quais o presente artigo tentou lançar luz. A exegese intertextual que nos esforçamos por construir sobre um fragmento da obra de Guedes, de um lado, e alguns de seus interlocutores teóricos, de outro, poderia ser levada a curso com outras escolas antropológicas.

A unidade complementar e contraditória entre a competição e a cooperação esportivas, como metonímia da vigência regular dos princípios da segmentaridade e da reciprocidade nos mais variados domínios da vida social, pode assim ser empregada como conceito heurístico para leitura de vasto material antropológico e historiográfico disponível. Referindo-se à multiplicação de instituições religiosas Louis Dumont (1985, 32) evoca o conceito já mencionado de cissiparidade que, na Biologia, se refere à divisão de uma célula para formar duas. Ao concentrar atenção sobre as fronteiras, por vezes bastante fluidas, entre grupos étnicos, Frederick Barth (2000) não descreveu fenômenos distintos daqueles reunidos sob a

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo e Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama

segmentaridade. Gregory Bateson (2008) chamou de cismogênese, dinâmicas de segmentação, ao passo que Pierre Bourdieu (1979) estudou critérios que subjazem, a um só tempo, aos processos de distinção e identificação social.

Os exemplos poderiam se multiplicar indefinidamente. O fato de Guedes pouco enfatizar o vasto alcance de suas hipóteses teóricas sugere que a existência dessa já saudosa antropóloga brasileira foi marcada não apenas por singular brilhantismo, senão também por humildade acadêmica igualmente *sui generis*. Entretanto, as implicações estruturais de sua obra nos oferecerão ainda, durante muito tempo, ensejo para abrangentes programas de pesquisa.

Recebido em 01/02/2021

Aprovado para publicação em 24/11/2021 pela editora Kelly Silva

Referências

- Barth, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Bateson, Gregory. 2008. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato composto da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP.
- Bourdieu, Pierre. 1984. « La délégation et le fétichisme politique ». *In Actes de la Recherche en Sciences Sociales* 52-53: 49-55.
- Bourdieu, Pierre. 1979. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Éditions Minit.
- DaMatta, Roberto. 1997. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta, Roberto. 1994. “Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro”. *Revista USP* 22: 10-7.
- Deleuze, Gilles, e Félix Guattari. 1980. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit.
- Dumont, Louis. 1985. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'ideologie moderna*. Paris: Éditions du Seuil.
- Dumont, Louis. 1971. “Religion, politics, and society in the individualistic universe (Henry Myers Lecture)”. *In Proceedings of the Royal Anthropological Institute for Great Britain and Ireland*, 31-41. London: Royal Anthropological Institute, 1971.
- Elias, Norbert. 1997. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Evans-Pritchard, Edward Evan. 2007. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- Fortes, Meyer, e Edward Evan Evans-Pritchard. 1987. *African Political Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Foucault, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Goldman, Marcio. 2006. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Guedes, Simoni Lahud. 2018. “Proyectos sociales deportivos, carreras de deportistas y ex-deportistas y el don entre extraños”. *In Cuestiones de Sociologia* 18, 49.
- Guedes, Simoni Lahud. 2013. “On criollos and capoeiras: notes on soccer and national identity in Argentina and in Brazil”. *Soccer & Society* 15(1): 147-61. <http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2013.854585>
- Guedes, Simoni Lahud e Martin Curi. 2014. “The peace game: Brazilian soccer as a political instrument”. *Soccer & Society* 15(1): 162-6. <http://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080/14660970.2013.854588>
- Guedes, Simoni Lahud, e Edilson Márcio Almeida da Silva. 2019. “O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais”. *Cadernos de Aletheia* 3: 73-89. http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.9691/pr.9691.pdf
- Hobsbawm, Eric J. 1990. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lévi-Strauss, Claude. 1958. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- Lévi-Strauss, Claude. 2003. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. *In Sociologia e Antropologia*, Marcel Mauss, 11-46. São Paulo: Cosac Naify.

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo e Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama

- Maricato, Ermínia. 2013. “É a questão urbana, estúpido”. In *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 19–26. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.
- Marx, Karl. 2011. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Mascarenhas, Gilmar. 2014. Não vai ter arenas? Futebol e direito à cidade. *Advir (AS-DUERJ)* 32: 24-38.
- Palmeira, Moacir, e Beatriz Heredia. 1995. *Os comícios e a política de facções*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Pina Cabral, João de. 2007. A pessoa e o dilema brasileiro: uma perspectiva anticesurista. In *Novos Estudos, CEBRAP* 78.
- Tuchman, Barbara W. 1985. *A marcha da insensatez: de Tróia ao Vietnã*. São Paulo: José Olympio.
- Turner, Victor. 1966. *The ritual process: structure and anti-structure*. New York: Cornell University Press.
- Turner, Victor. 1967. *The forest of symbols: aspects of Ndembu Ritual*. London: Cornell University Press.

Agroecología o Agricultura más que humana?: La coordinación con las plantas como técnica agrícola

Agroecology or Agriculture more than human?: Coordination with plants as an agricultural technique

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9399>

Gabriela Schiavoni

Universidad Nacional de Misiones, Posadas (Misiones) – Argentina

Antropóloga, investigadora del Conicet y docente del Programa de Posgrado en Antropología Social de la Universidad Nacional de Misiones. Su producción científica versa sobre los estilos de agricultura agroecológica, indígena y colona y sobre las técnicas aplicadas al mejoramiento vegetal y a la producción de alimentos.

ORCID:0000-0001-5931-2875

gacha@arnet.com.ar

gabrielaschiavoni4@gmail.com

Focalizando en la agricultura de roza y quema, propia de los grupos indígenas y campesinos de las regiones tropicales y subtropicales del globo, este artículo describe diversas formas del vínculo entre los hombres y las plantas. La noción de agricultura más que humana comprende los aspectos no intencionales de la domesticación, haciendo recaer la operación técnica en un organismo mixto humano-vegetal. La reflexión está arraigada en la provincia de Misiones (nordeste de la Argentina) y su región circundante (Paraguay y sur de Brasil). Recuperando elementos de la agricultura guaraní, tales como el consorciamiento de cultivos, establecemos un puente con la agroecología actual.

Técnica; roza y quema; analogía; consorciamiento; multiespecie.

Focusing on swidden agriculture, characteristic of the indigenous and peasant groups of the tropical and subtropical regions of the globe, this article describes various forms of the link between men and plants. The notion of agriculture more than human includes the unintended aspects of domestication, making the technical operation fall on a mixed human-plant organism. The reflection is rooted in the province of Misiones (northeast of Argentina) and its surrounding region (Paraguay and southern Brazil). Recovering elements of Guaraní agriculture, such as crop consortia, we establish a bridge with contemporary agroecology.

Technique; swidden cultivation; analogy; crop consortia; multispecies.

Introducción

La imitación de la naturaleza es el hilo que enlaza las distintas versiones de la agroecología. Formulada a principios del siglo XX, en términos filosóficos antes que técnicos (Besson 2009), el proceder presenta analogías con los saberes premodernos de los siglos XV y XVII. Supone leer la prosa del mundo en la llanura uniforme en la que las palabras aún no se han separado de las cosas (Foucault 1966), apelando a las semejanzas engendradas por conveniencia, emulación, analogía y simpatía.

Consideradas en esta clave, las entidades se afectan unas a otras y las tramas asociativas se establecen por contigüidad, siguiendo las marcas presentes en la superficie, sin el recurso a un principio explicativo externo (Racine 1989). En tanto método indirecto y oblicuo, la analogía franquea el acceso a algunos secretos de la naturaleza (Bemakhlouf 1999), configurando “un modo de identificación que descompone los existentes en una multiplicidad de esencias, formas y sustancias separadas por pequeñas distancias” (Descola 2012, 301). El objetivo de este artículo es retomar dichas lecturas con miras a poner en evidencia las interacciones vegetales en los procesos de domesticación, concibiendo la agricultura como una operación mixta, en la que los humanos no son los demiurgos transformadores.

Objetivadas inicialmente por la medicina, las afinidades entre las plantas – consideradas *simplicia* o remedios provistos por la naturaleza – constituyeron la materia médica hasta fines del siglo XVIII. Así, Descola extrae de la historia de la medicina dos ejemplos a partir de los cuáles desarrolla la ontología analogista: la teoría de las signaturas y el esquema frío-calor.

La simpatía-antipatía entre especies, mencionada en la materia médica de Dioscórides, y también en los libros de agricultura de la modernidad temprana (Mafferra 2019), es inductora de efectos, tanto terapéuticos como ecológicos. De este modo, la hostilidad entre el helecho y la caña hace que el jugo del helecho cure las heridas causadas por las flechas hechas de caña, y “la prueba de esto es que donde hay mucha caña y muchos helechos rodeando, el helecho se desvanece” (Dioscórides en Willis 2007, 24-5).

La sociabilidad entre especies alcanza también al ámbito culinario: la enemistad entre las coles y la vid hace “que si guisais coles en una olla y echais vino en ella, nunca se coserán” (Agustín 1722, 62). A su vez, la similitud de forma entre partes de la planta y órganos del cuerpo humano es un indicio de su acción curativa, de acuerdo a la doctrina de las signaturas.

El estudio de las propiedades observables y de las interacciones entre vegetales será eclipsado en las primeras décadas del siglo XIX por los avances de la química, que injertará un código experto en el diálogo con la naturaleza. Esto culminará con los trabajos de Julius Liebig sobre el papel determinante de los elementos minerales mayores en la agricultura.

Aún así, el fenómeno de la influencia entre plantas se mantendrá como un tema de estudio de la fisiología vegetal hasta principios del siglo XX. De Cando- lle, en el siglo XIX, explicará el efecto de la rotación de cultivos atendiendo a la

secreción de las raíces. En 1937, Hans Molisch acuñará el término alelopatía para designar los efectos de la interacción entre dos vegetales.

En la modernidad tardía, el retorno de las lecturas premodernas es detectable en diversas perspectivas, entre ellas la agroecología, como reacción frente al reduccionismo químico del naturalismo. El reconocimiento del carácter premoderno del pensamiento de los fundadores (Howard, Steiner, Rusch, y Fukuoka) no va en desmedro del enfoque, sino que aumenta su inteligibilidad (Besson 2009).

En aras de dar cuerpo a esta agricultura más que humana, centro mi atención en la interacción vegetal, una de cuyas expresiones es la asociación del poroto con el maíz, considerada una herencia prehispánica que se extiende desde el Río de la Plata hasta Mesoamérica (Garavaglia en Boidin 2005).

La complementariedad entre vegetales, promovida por la agroecología en la segunda mitad del siglo XX en la región que estudio – la provincia de Misiones, en el noreste subtropical de Argentina –, abrió la posibilidad de una mediación técnica entre los humanos y las plantas basada en la imitación de la naturaleza. Las formas que describiremos aquí han sido engendradas en la fricción entre lecturas que obedecen a la naturaleza, lecturas que tratan de dominarla, y otras que intentan reproducirla. Asentada en una realidad enmarañada, la labor compartida de vegetales y humanos coexiste con el proyecto monoespecie de la modernidad, en el que proliferan los vivientes construidos como objetos técnicos abstractos.

El punto de partida de mi argumentación es la agricultura selvática, propia de los grupos indígenas y campesinos de las regiones tropicales y subtropicales del globo. Este estilo de agricultura ha sido denominado de varias formas: *shifting cultivation*, nómada, *swidden*, de roza y quema, con barbecho largo (Conklin 1954, Geertz 1970, y Barrau 1967), y, en el caso de Misiones como agricultura, de *coivara*. En virtud de su asociación frecuente con el cultivo de tubérculos, fue caracterizada también como horticultura y vegecultura (Sigaut 1982, Gourou 1949), constituyendo el referente concreto del esquema de amistad respetuosa entre los humanos y las plantas, propuesto por Haudricourt (1962). Bajo el rótulo de botanista, Sigaut (1982) la distingue de la agricultura mecanicista, señalando que en este caso la tendencia técnica es hacia el mejoramiento del material vegetal. La ausencia del arado, y a veces de la azada, es considerada por Padoch (2018) como índice de agroforestería. También Ellen (2012) enmarca la agricultura de *swidden* en las prácticas de restauración de la selva y la biodiversidad.

Este repertorio de variaciones retiene como fundamento la existencia de un vínculo no selectivo con el ambiente, en el que el formato productivo retoma como información las singularidades de los sistemas vivientes, en fricción con las simplificaciones ecológicas de la *plantation*. La no escalabilidad del ensamblaje permite que ambos mundos coexistan, de manera que la agroecología emerge como producto de contradicciones y su dinamismo radica en la fricción.

Mi razonamiento abreva en distintas fuentes y está arraigado en la provincia de Misiones, un espacio tardíamente incorporado a la nación Argentina, cuyo poblamiento moderno, de origen inmigratorio y proveniente del centro y este de Europa, se desarrolló durante la primera mitad del siglo XX, a través de empresas

colonizadoras en la franja costera del Río Paraná, y mediante la acción del Estado en la zona sur y área central. En forma simultánea y preexistente se desplegaron las dinámicas poblacionales autogestionadas, que comprenden los asentamientos móviles de los grupos *mbya* guaraní y la ocupación espontánea llevada a cabo por pequeños agricultores no indígenas en las tierras fiscales vacantes del nordeste provincial.

En este contexto, la agroecología se configuró como un devenir de colonos inmigrantes, localizados mayormente en depto. Gral. San Martín, que, ante el agotamiento de los suelos, se orientaron hacia operaciones de imitación de la naturaleza, luego de haber practicado una agricultura convencional (Schiavoni 2020). En efecto, el poblamiento moderno de la provincia se estableció en contraposición a la agricultura montaraz y a las prácticas indígenas de vinculación con la naturaleza, que intento reconstruir aquí utilizando testimonios históricos, tales como el herbario guaraní-jesuítico del siglo XVIII y los escritos del naturalista suizo Bertoni, radicado en la región a fines del siglo XIX. En las tres últimas décadas, el afianzamiento de la agroecología instauró un nuevo diálogo con estos antecedentes, permitiendo una revisión de la experiencia de los colonos, en la que aflora la cooperación inicial con la población nativa. Enlazo estos datos con mi propio trabajo etnográfico, acompañando desde 1990 los procesos de instalación agrícola en el frente pionero (depto. San Pedro, Schiavoni 1995). En virtud del carácter no planificado de este poblamiento, los pequeños productores ocupantes entablan con el ambiente vínculos de familiaridad que, sin embargo, no desembocan en prácticas agroecológicas, ya que su esquema técnico explota la fertilidad inicial de los suelos.¹

1 Mediar la naturaleza: la técnica

En el mundo occidental, la comprensión de la materia vegetal movilizó distintas ontologías. Inicialmente, fueron las propiedades observables, luego se pasó a la identificación de sustancias orgánicas y, finalmente a los compuestos de carbono, sólo accesibles a los expertos (Klein 2005). Estos formatos cambiantes desplazaron el análisis de lo viviente, aproximándolo a la química inorgánica. Liebig, el fundador de la agronomía moderna, es un exponente de este tercer momento que hegemonizó la técnica vegetal, deteniendo el flujo de lo viviente y fijando teóricamente las reacciones al ambiente a través de la creación de una “planta tipo”, de naturaleza ideal.

Fueron dejadas de lado las operaciones divergentes con respecto a este patrón, tales como el tratamiento ensamblado de especies y ambientes, propio de la agricultura campesina. En su estudio del cultivo de papas en Perú, van der Ploeg da cuenta de este formato cuando relata: “Con frecuencia escuché a los agricultores afirmar que tal o cual tubérculo no podía ser un *calhuay* ya que no podría cultivarse más que en determinados ambientes” (van der Ploeg 2000, 366).

A semejanza de la botánica premoderna, el proceder campesino no aísla individuos sino que experimenta la naturaleza como conexiones, engendrando entidades mixtas que involucran humanos, vegetales y ambientes. Lazos de este tipo

1 Distintas versiones agroecológicas coexisten en Misiones, tales como la biodinámica y la agroforestería, más reciente. La agricultura orgánica fue difundida a través de programas estatales de producción de alimentos sin configurarse como una identidad política. En 2014 se sancionó una ley provincial de fomento a la producción agroecológica.

también se encuentran en los mitos amerindios relativos al origen de las plantas cultivadas, en los que el carácter salvaje o domesticado de una planta depende del trato verbal que le dispensen los humanos, como es el caso de las enredaderas que crecen en el borde de los sembrados, denominadas *camapu* o *camuri* (Lévi Strauss 1971).

A diferencia de lo que ocurre en el mundo industrial, en las sociedades estudiadas por la antropología, la técnica no se comporta como un extranjero con respecto a la cultura. Los fenómenos técnicos constituyen en ellas una acción distribuida, que se procesa en interacción con los materiales y con los demás vivientes.

La noción de cadena operatoria de Leroi-Gourhan (1964) asimila el hacer humano al comportamiento de un organismo, que actúa por sí mismo a través del entrelazamiento observable de los gestos. Ingold (2013) critica el carácter lineal de esta aproximación, enfatizando el proceder rizomático de la interacción entre los humanos y los materiales. Lemonnier (2013), por su parte, insiste en la necesidad de tomar en cuenta los modos en los que actúa la materia, otorgando relevancia a los aspectos físicos en la determinación del significado. Coupaye (2015) busca conciliar el énfasis descriptivo de la tradición francesa con la antropología interpretativa y los devenires técnicos de Ingold, proponiendo como herramienta la noción de transecto, que conecta lo técnico con lo religioso y lo mágico a través de la experiencia del recorrido.

Ferret (2012), a su vez, desarma la noción occidental de domesticación y coloca la atención en la forma de las acciones, considerando no sólo la operación – un sujeto que actúa sobre un objeto –, sino también la virtual delegación del sujeto al objeto para llevar a cabo el cometido (hacer que el otro haga o manipulación). Este carácter mixto o coactivo de la domesticación fue señalado por Haudricourt y Hédin en *El hombre y las plantas cultivadas* (1943), otorgando un lugar destacado a las ideas del botánico ruso Vavilov y al papel que este le asignara a las plantas involuntariamente domesticadas (malezas, que al ser cosechadas junto con las especies cultivadas, se auto-domestican). Asimismo, la dependencia con respecto a un contexto espaciotemporal y los parecidos dan lugar a las plantas imitadoras, parásitos anuales de los cultivos que escapan a la destrucción del deshierbe, originando variedades que siguen el ritmo de las cultivadas y presentan con ellas notables analogías biológicas. Una de estas es el centeno, cuyas semillas eran cosechadas y sembradas junto con las del trigo tierno. También algunas leguminosas quedan vinculadas espontáneamente al hacer humano porque su tegumento grueso les permite sobrevivir al fuego y permanecen en los campos cultivados. Así: “Al asociar una leguminosa forrajera a un cereal, nuestro agricultor imita una asociación de las sabanas herbáceas” (Haudricourt y Hédin 1943, 89).

Barrau, discípulo de Haudricourt, avanza en esa misma dirección al situar la agricultura selvática en continuidad con la recolección (Barrau 1967, 1975), a partir de sus observaciones al interior de la isla Guadalcanal, donde los bulbillos aéreos, presentes en los tallos trepadores de los ñames silvestres, caen al suelo removido por los recolectores y se encuentran accidentalmente cultivados.

Descubiertas empíricamente, frecuentemente en las zonas de intersección de lo silvestre con lo cultivado, las compatibilidades inter-especie constituyen el fundamento no-intencional de la domesticación, que involucra así a un organismo técnico compuesto, humano-vegetal. Concebido en términos inter-especie, el trabajo de producir ya no es obra exclusiva de los humanos, considerados «fuera» del mundo natural, planificando y ejecutando racionalmente diseños (van Dooren 2012). Las entidades supraindividuales así engendradas recuperan la mixtura o proceder distintivo de constitución de la unidad ejecutado por las plantas, basado en la proyección recíproca sin pérdida de identidad (Coccia, 2017).

Las operaciones en las que descansa este régimen de coactividad resultan afines a las lecturas premodernas de la naturaleza, ya que retienen la dependencia con respecto al contexto espaciotemporal, así como los parecidos ostensibles. Mediado por los humanos, el compañerismo interespecífico deviene una técnica al ser reproducido o emulado intencionalmente. Las distintas versiones de la agroecología contemporánea enuncian e inscriben compatibilidades de hecho entre las especies, de manera que los objetos técnicos así construidos no tienen su inicio en una imagen mental sino en la experiencia de modos de funcionamiento existentes.

Este formato técnico, a diferencia de la agricultura industrial, no es escalable, ya que resulta sensible a las contingencias, haciendo que el trabajo conjunto con las plantas implique interactuar con una fuerza distribuida. La argumentación que sigue recorre tres pasos, describiendo las operaciones de seguir, imitar y producir naturaleza.

2 Seguir a la naturaleza: naturalistas y recolectores

Buscando leer lo que nunca ha sido escrito, naturalistas y recolectores establecen con el ambiente un intercambio complejo. Barrau (1967) afirma que los recolectores son notables naturalistas, en virtud del contacto estrecho que mantienen con el mundo vegetal.

En la región que estudio, los guaraníes “desgraciadamente (...) no dejaron ningún documento escrito (...) pero la ciencia de la raza está escrita (...) en decenas de miles de vocablos técnicos” (Bertoni 1940, 150). La familiaridad y el conocimiento indígena de las plantas se conservan en los herbarios sudamericanos del siglo XVIII, emanados de los recorridos efectuados por los jesuitas junto a los indígenas. La *Materia Médica Misionera* (1710) del padre Montenegro (1663-1728) recoge esta experiencia, incluyendo las denominaciones guaraníes.²

Confluyen en este herbario el proceder de los recolectores-agricultores indígenas y los saberes botánicos premodernos europeos sobre plantas medicinales. Inspirado en Laguna y Mathioli, comentaristas de Dioscórides, el jesuita describe los especímenes de la región según los temperamentos frío/ caliente y húmedo/seco de la medicina galénica, de cura por los contrarios.

Así, la yerba mate, primera planta del herbario, cuyas propiedades medicinales consisten en “curar heridas recientes, arraigar dientes y muelas que se mueven, por corrimientos de calor y socorrer a los asoleados” es caracterizada en los

2 El otro herbario data de 1725 y fue compuesto en lengua guaraní, por Marcos Villodas. El manuscrito de Montenegro, escrito en castellano, está conservado en dos códices, uno de los cuáles fue reeditado por la Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones en 2007, y es el que utilizamos aquí. El otro, fue publicado por Martín y Valverde en 1995.

siguientes términos: “Consta de partes calientes en el primer grado, y de secas en el segundo: tiene algunas frías en la superficie” (Montenegro 2007, 92).

Descola (2012) subraya el carácter arbitrario y convencional de estas distinciones, señalando que: “Lo caliente y lo frío (...) actúan (...) de encabezados abstractos y convencionales para subsumir pares de contrarios, no de indicadores empíricos de un estado material” (Descola 2012, 325). En la lectura del jesuita, sin embargo, caliente y frío hacen referencia a propiedades concretas. Así, “las cualidades actuales de calor, humedad, frialdad o sequedad, se discernen y conocen por el tacto, cuyo principal instrumento es el cuerecito interior de los dedos” (Montenegro 2007, 65-6). La calificación del temperamento incluye también los ambientes en los que crecen los especímenes. De este modo, en la descripción de la ipecacuana (*isipó moroti*), leemos: “Es el bejuco caliente en el segundo grado, y seco en el tercero, aunque parece consta de partes frías al sabor (...) por la cualidad de la tierra adonde nace no darle el sol de ordinario” (Montenegro 2007, 199).

La conexión con los animales también es movilizada en este formato de caracterización de lo viviente. Así, el *Kaápeba* o palo de las culebras es descripto como “una pequeña enredadera, que de ordinario se halla a las orillas de los arroyos y ríos”, y lo llaman así en Brasil porque “además de ser parecido a ellas en sus partes, es el más eficaz remedio que ellos usan en las mordeduras de todas las serpientes que arrastran por el suelo” (Montenegro 2007, 142).

Las láminas, consideradas por Martín y Valverde (1995, 44), “lo más sobresaliente que hay en el manuscrito”, son solidarias de esta lectura figurativa, anterior al surgimiento de la nomenclatura codificada. Subrayan la ausencia de clasificación, afirmando que: “la cuestión de la sistemática debió ser totalmente secundaria ya que la identificación de plantas se hacía señalando caracteres externos fácilmente perceptibles de *visu*” (Martín y Valverde 1995, 51). Con respecto a las denominaciones guaraníes que aparecen en el manuscrito, agregan que “son denominaciones vulgares y que, por ser idioma pobre en palabras, designaban con el mismo nombre una familia entera de plantas (Martín y Valverde 1995, 51).

Sin embargo, la economía y el uso repetido de términos de esta nomenclatura será valorizado por el naturalista suizo Bertoni, a fines del siglo XIX, como evidencia de una sistemática basada en el concepto de familia natural, propio de la botánica anterior a Linneo.³ Asociada al nombre del botánico Adanson, esta forma de clasificación supone “ver, escuchar y seguir a la naturaleza, arrancándole el secreto de las reglas que han de seguirse en la formación de géneros en cada una de las diferentes familias” (Lagasca 1826).

Al formular la sistemática guaraní, Bertoni retiene el carácter colectivo y deliberativo de esta nomenclatura, establecida mediante asamblea, subrayando la importancia del nombre, que contiene parte del ser que designa, y “un nombre errado o inconveniente le quita al ser algo de su esencia” (Bertoni 1940, 151).

A semejanza de los mitos y los ritos, recolectores y naturalistas asocian entidades por parecidos y atributos perceptibles, preservando “modos de observación y de reflexión (...) a partir de la organización y la explotación especulativas del mundo sensible en términos de sensible (Lévi-Strauss 1962, 25). La vigencia de

3 Bertoni no menciona los herbarios jesuíticos. El ejemplar del manuscrito de Villodas que integra su colección fue adquirido en 1957, por su hijo (Otazú Melgarejo 2014).

estos criterios es atestiguada por la doctrina de la signatura o similitud que informa la farmacopea guaraní actual (Keller, 2007).

Esta lectura de lo viviente se mantendrá en fricción con las formas de vinculación con las plantas de la agricultura moderna. Así, el valioso esquinanto o *kapi'i kachî* (*Aloysia citrodora*) detectado mediante el olfato por el jesuita Montenegro y los indios que lo acompañan (Fleck, 2017) se convertirá para los colonos en el “indomable jahapé” (*Imperata brasiliensis*, Bertoni 1927, 476), cuya propagación rizomática amenaza los cultivos. Del mismo modo, no será apreciada por los colonos la relación de simpatía que establecen los guaraníes entre las especies sembradas y otras que crecen en el rozado, tales como las achiras [*Canna* y *Thalia paniculatas*], denominadas *pehuajó* y que “no hay que sacar (del cultivo) para que lo sembrado prospere” (Cadogan 2011, 134).⁴

La actividad de cultivar, sin embargo, no entraña siempre un enfrentamiento con lo viviente. Las tradiciones agrícolas que examinaremos a continuación retoman asociaciones existentes y conjugando operaciones voluntarias y espontáneas engendran artefactos humano-vegetales.

3 El poroto y el maíz: Una agricultura en intersección con lo silvestre

En el origen del maíz domesticado en Tehuacán (México), Cresswell (1983) señala que también se encuentra el poroto. A su vez, en los mitos amerindios relativos al origen de las plantas cultivadas la única referencia al poroto es a una variedad silvestre que integra el conjunto de vegetales consumidos durante los meses de escasez en la zona del Chaco (Lévi-Strauss 1971, 85). Su condición silvestre se hace patente en la exigencia de hervor previo al consumo con el fin de despojarlo del carácter venenoso o amargo. También tóxico, y por lo tanto silvestre, es el poroto descrito por el jesuita Sánchez Labrador, cuando recorre la región de Paraguay aledaña a Misiones y relata: “Los Infieles chanas (...) tienen en sus bosques una especie de frijoles venenosos, o Cumanda Yohá” (Sánchez Labrador en Fleck y Alliatti 2017, 35-6). La posición fronteriza del poroto, en la intersección de lo silvestre con lo cultivado, había sido reportada por el jesuita Montoya en el siglo XVII, consignando una variedad de la región que recibe la denominación de *kokue ryva*, porque crece espontáneamente en los espacios que antes fueron chacra (Montoya 2011, 254).

La presencia no intencional del poroto en los campos sembrados con maíz se convertirá en artefactual, constituyendo el germen de objetos técnicos, tales como las prácticas de rotación y consorciamiento de cultivos. La operación que subyace a esta asociación no es el parecido sino la dependencia con respecto al contexto espaciotemporal.

Mezclar y acercar especies vegetales constituye una técnica de la agricultura selvática, practicada en lugares en los que “la naturaleza salvaje es poderosa, donde los animales son constantemente temidos, donde el suelo está mal desbrozado y dado vuelta, hay interés en juntar las semillas en los mejores lugares y enterrarlas inmediatamente” (Leroi-Gourhan 1973, 125-6). Tubérculos y semillas se entierran, haciendo “un agujero con el palo cavador, o con la azada y el agujero se

4 En el relato autobiográfico de un colono de Misiones, leemos: “había yuyos que no existían en otra parte (...) Esas achiras nos dieron mucho trabajo (...) Si no se arrancaban las plantitas chicas, se perdía la batalla” (Müller 1995, 29).

tapa después con el pie. La siembra al voleo es rara” (Leroi-Gourhan 1973, 125-6).

La siembra apretada de maíz en nuestra región de estudio fue registrada por el jesuita Montoya mediante la expresión: “sembrar el maíz muy junto, o muchos juntos, apeñuscados en montones” (*amombeju mbeju avati it̃ma*, Montoya 2011, 330). También el especialista del gobierno nacional que visita Misiones a principios del siglo XX, describe la siembra conjunta de maíz y poroto, en el marco de la agricultura montaraz con empleo del *saracué*, “palo puntiagudo que se va enterrando aquí y allá y en cuyos agujeros se arrojan los granos de maíz y porotos” (Yssouribehere 1904, 99).

La mezcla de especies será interpretada como ahorro de tierra en los contextos campesinos de las tierras bajas sudamericanas, marcados por la exigüidad de los predios. En su etnografía de los campesinos de Pernambuco (nordeste brasileño), Heredia (1979) refiere que, además de la rotación de cultivos, llevan a cabo la práctica de “misturar”, cultivando distintos productos en una misma parcela, sembrándolos en hileras separadas o poniendo varios tipos de semillas diferentes en un mismo pozo. La autora detalla la participación de la forma vegetal en esa cooperación, señalando que el maíz sólo se asocia con una variedad trepadora de poroto, ya que es imposible sembrar otros cultivos en el mismo pozo porque el maíz crece rápidamente y produce demasiada sombra lo cual dificulta el crecimiento de otras plantas. La *fava* (*Phaseolus lunatus*), por ser una variedad trepadora y más resistente que los otros porotos, se enrolla en el maíz creciendo ambos sin dificultades.

También en el nordeste brasileño, en Sergipe, Woortmann (1997) describe el consorciamiento, de poroto y maíz, codificado en este caso por la calificación frío/calor, con miras a desarrollar vínculos de apoyo entre las plantas y evitar la competencia. Las plantas calientes, como es el caso del maíz, interfieren con las demás, y tienen que ser neutralizadas por plantas frías (el poroto es frío hasta cierto momento del crecimiento).

Este compañerismo entre especies fue observado también en poblaciones guaraníes del sur de Mato Grosso (Brasil) a mediados del siglo XX (Schaden 1974), y entre campesinos actuales de la región oriental del Paraguay (Isla Guazú, depto. Ñembucú, Boidin 2005). Los grados de intimidad oscilan entre la sucesión (sembrar poroto después del maíz), el plantío entre líneas (intercalar poroto con maíz) y la siembra en el mismo hoyo o siembra *jopará* (*mezcla*).

Entre los kaiová y los ñandeva del sur de Mato Grosso, Schaden (1974) observa que “para el poroto (*kumandá*) hay dos épocas de plantío. Una coincide con la del maíz, plantándose el poroto incluso en la misma roza, ‘de mistura’ para ser cosechado en la primera quincena de noviembre” (Schaden 1974, 39). Boidin (2005) registra este tipo de siembra en el momento de la primavera; consignando la men- ción del plantío conjunto de poroto rojo y maíz tupí en comunidades guaraníes de la zona del Alto Paraná, si bien el calendario agrícola registrado en dicha zona por el padre Müller a principios del siglo XX no incluye la siembra conjunta, puesto que afirma que plantan el maíz en agosto y el poroto en septiembre.⁵

En Paraguay Bertoni identificó a principios del siglo XX un poroto-maíz (*ku-*

5 Menciona el plato djopará (Muller 1989), elaborado guisando poroto y maíz, una preparación frecuente en la dieta de los peones de los obrajes de extracción de madera y yerba de la región.

mandá avati), que se acostumbra a sembrarlo junto con el maíz tardío (probablemente con la variedad *morotí guasú*), en plantación asociada (Bertoni 1927, 456). Da cuenta de esta práctica en términos de estrategia de intensificación, mediante la siembra tardía y la realización de dos o tres cosechas anuales de maíz.⁶

También en Misiones, el botánico Martínez Crovetto (1968) consigna la presencia de dicho poroto-*avati*, plantado junto al maíz *pará* en los huertos *mbya* guaraníes de la década de 1960, en los que detecta asimismo la combinación de maíz tupi y poroto soperí (*Phaseolus lunatus* o poroto manteca). El cultivo consorciado ha sido considerado propio de la agricultura guaraní, haciendo que el rozado adquiriera una conformación semejante a la de una huerta (Souza 1987, 99-100). En las aldeas guaraníes actuales de Misiones, hemos observado la siembra conjunta de maíz y poroto, así como la presencia del denominado poroto-maíz. Y, si bien esta agricultura es considerada marginal y su especificidad no es reconocida,⁷ contempla un manejo preciso del tiempo mediante el escalonamiento de maíces con ciclos de duración variable, así como la experimentación con ciertos especímenes, tales como la sandía, denominada *chanjáú* porque es sembrada el día de San Juan en pequeña cantidad, y de acuerdo al resultado, se la cultivará en septiembre.

La promiscuidad del rozado es mencionada a propósito de grupos *mbya* guaraní del sur de Brasil (Felipim 2001), entre los que es frecuente la mezcla entre las variedades que conforman el maíz verdadero. Plantadas relativamente próximas e intercaladas con otros cultivos (mandioca, batata, maní, tabaco), “ayudan a asegurar el casamiento entre distintas variedades de maíz” (Felipim 2001, 77-8). También Emperaire y Carneiro da Cunha (Emperaire 2010, 57), describiendo la agricultura tradicional del alto y medio Río Negro, en la amazonia brasilera, observan que el rozado es concebido como un espacio de sociabilidad, cuya forma redonda establece una lógica interna, definiendo un centro que materializa el origen.

Con el fin de neutralizar la influencia derivada de la proximidad, la práctica de la siembra distante es activada a propósito de las plantas que se busca diferenciar. Entre los *achuar*, Descola (1988) menciona que el maíz se planta solo, porque no es una producción principal. Entre los guaraníes estudiados por Schaden (1974), el maíz ceremonial se planta aparte y demanda condiciones especiales.⁸ También Woortmann (1997) reporta que, en Sergipe, “siempre que se pueda, el maíz blanco se planta en un terreno alejado” (Woortmann 1997, 93). Emperaire y Carneiro da Cunha (2010) refieren, asimismo, que “las mandiocas específicas para el *caxiri* [bebida fermentada] son plantadas aparte” (Emperaire 2010, 61).

El formato redondo de las rozas, propicio a la interacción vegetal, caracterizó la agricultura montaraz de Misiones anterior a la colonización, y fue descrito por el enviado del gobierno nacional en estos términos: “Siembran (...) pequeñas ‘rueditas’ (...) término pintoresco (...) con que designa a los pequeños cuadros donde se ven muestras de cultivos indispensables para la subsistencia: maíz, mandioca, batata” (Yssouribehere 1904, 52). Si bien la forma redonda se encuentra actualmente sólo en algunos rozados indígenas, la siembra apretada y el consorciamiento de especies son habituales en los espacios destinados a la producción

6 Señala que fue Rodríguez de Francia, en las primeras décadas del siglo XIX, “quien enseñó a nuestros campesinos que el maíz se podía plantar dos veces en el año” (Bertoni 1927, 120).

7 Encuadradas en la agricultura familiar estatal, las comunidades indígenas desarrollan una producción de huerta con miras a su incorporación a ferias.

8 Sus interlocutores señalan que el maíz ceremonial sólo crece en la capuera (Schaden 1974, 41).

de autoconsumo en el conjunto de agricultores familiares de la provincia.

Es decir, el consorciamiento y la disposición de los vegetales (proximidad o distancia), así como el modo y las herramientas empleadas para enterrar las semillas, constituyen rasgos pertinentes de la descripción de la agricultura selvática. Ajeno a estas prácticas, el uso del arado recién se generalizará en la región durante la primera mitad del siglo XX. Introducido por los jesuitas en el siglo XVII, nunca fue adoptado completamente por los guaraníes (Sarreal 2013), y su presencia marginal en la agricultura vernácula se consideró un obstáculo (Yssouribehere 1904).

En síntesis, el consorciamiento vegetal constituye una práctica conocida en la región, que, sin embargo, sólo será explicitada como técnica en conexión con el paisaje monoespecie de la *plantation*. La cubierta verde y la agroforestería, impulsadas por la agroecología en Misiones, tuvieron origen en las dificultades suscitadas por las plantaciones tropicales.

4 Producir la naturaleza: de la intimidad vegetal al artefacto técnico

El deterioro de la tierra frenó la escalabilidad de las grandes plantaciones en las zonas calientes del globo. En fricción con la simplificación ecológica y la fabricación de *nonsoels* [elementos no sociológicos] (Tsing 2019 186), la sociabilidad vegetal se convirtió en el modo de producir naturaleza. Humanos y plantas removidos de sus paisajes y proyectados con fines de alienación y control [*nonsoels*], reivindicaron el enmarañamiento mediante la creación de agroecosistemas que reproducen la forma y la función de la selva.

Las dificultades suscitadas en las plantaciones de caña de azúcar, café, bananas y caucho impusieron la cubierta verde en reemplazo de las carpiciones. Esta técnica, señala Bertoni, constituye la reforma moderna más importante de la agricultura tropical. Consiste “en cubrir en una plantación todos los espacios vacíos – entre líneas o entre plantas – mediante una planta baja, muy frondosa y de rápido crecimiento (...) se prefieren las Leguminosas” (Bertoni 1927, 415). La práctica reaviva la colaboración entre plantas silvestres y cultivadas, ya que si bien la cubierta se siembra puede estar constituida también por hierbas espontáneas, frecuentemente medicinales, entre las que Bertoni menciona la *kapuerava* o hierba de santa lucía, y el motojubo o *kaité mirí*, semejante al *camapu* citado por Levi-Strauss.

La preferencia por las leguminosas se evidencia en el listado de especies para cubierta verde elaborado por Bertoni, incluyendo las distintas variedades de poroto. Uno de ellos, “el Kumandá guasú (*Canavalia ensiformis*) es conocido de los paraguayos; recomendable para los terrenos pobres y secos y los faldeos pedregosos” (Bertoni 1927, 223). Otro es el Taguana (*Phaceolus vulgaris*), patentado como Tawana Bertoni,⁹ es descripto como “el frijol gigante de los guaraníes (...) Tiene un largo enrame que llega a 15 ó 20 metros de modo que en el bosque sube a la copa de los árboles elevados” (Bertoni 1927, 326). La más fertilizante de las cubiertas verde es el *Kumanda ingá*: “de 7 a 9 metros de largo, frondosísima” (Bertoni 1927, 227). Entre las variedades enanas, rescata tres, una de las cuales es el famoso *Cow Pea*, denominado Caupí en Argentina, *Feijão de Vacca* en Brasil, cultivado como

9 Con esta denominación fue catalogado en el *Inventory of seeds and plants imported*, Washington Government printing office, 1919.

cubierta o abono verde, pero de grano comestible (Bertoni 1927, 227).

Bajo el lema “no hay agricultura moderna sin leguminosas”, contempla también la fertilización llevada a cabo por las herbáceas bajas, como la mucuna y las vicias o veza, “especialmente la velluda o villosa, que es planta de invierno y da una cubierta que es un prado artificial” (Bertoni 1927, 224). Con respecto a las vicias, en la década de 1940 un colono suizo recomendaba la siembra de *vicia villosa* en los yerbales de Misiones, remontando el origen de esta práctica a un descubrimiento casual (Gallero 2014, 254).

Cuatro de las variedades enunciadas por Bertoni, componen el repertorio técnico de la agroecología en la región. Así, el cultivo intercalado de *Canavalia ensiformis*, denominado poroto sable, se impuso a partir de 1998, en el manejo orgánico de la yerba mate, principal rubro de la agricultura comercial de Misiones. La sociabilidad entre el poroto y el maíz retorna como una técnica de fertilización recomendada por el *Catálogo de tecnologías para pequeños productores agropecuarios* (2007), del gobierno argentino. Sembrados en forma conjunta, mezclando las semillas de maíz y poroto caupí en el tacho de la sembradora es una práctica en uso entre pequeños productores de la provincia de Chaco.

Entre los pequeños agricultores del frente pionero con los que llevo a cabo mi trabajo de campo, la técnica de la cubierta verde fue promovida por las empresas tabacaleras, a través del cultivo de avena con el fin de reutilizar para la siembra de maíz la tierra en la que fuera cultivado el tabaco. Uno de estos productores me refería: “Los que ponen mucuna o poroto sable son los que no usan el mismo rozado del tabaco para el maíz, los demás tienen que poner avena” (agricultor, Depto. San Pedro 2007).

La cooperativa semillera que nuclea a estos agricultores comercializa semillas de cubierta verde y de maíz (Schiavoni 2018). El técnico a cargo relata: “En 1998 la cubierta verde era algo desconocido, sólo la avena que daban las tabacaleras. Trajimos catorce variedades para probar y las que quedaron fueron mucuna y poroto sable. El poroto caupí es más costumbre paraguaya” (técnico-agricultor, Depto. San Pedro 2014).

La interacción vegetal escapa al accionar de la cooperativa, ya que, si bien la organización comercializa semillas de leguminosas con destino a cubierta verde y también de maíz, no contempla su combinación. Es decir, la sociabilidad vegetal, aunque conocida, se halla débilmente enunciada y no es considerada un artefacto de mediación con la naturaleza.

La agroforestería, de reciente incorporación al repertorio técnico de la agroecología regional, complejiza el consorciamiento vegetal, incluyendo múltiples variedades (alrededor de treinta) e incorpora la regulación de la luz y el calor, re-creando la dinámica de la selva, mediante la sucesión de funciones de los distintos estratos. No se trata meramente de imitar la selva, sino de dirigir hacia ella una mirada orientada por un proyecto técnico.

En efecto, la técnica en tanto operación supone la conversión de una estructura en otra. La tecnicidad es una relación de mediación mutua, de diálogo, entre los humanos y la materia que crea un dominio transindividual, metaestable y trans-

ductivo (Simondon 2014). Considerado en términos de espontaneidad, el trabajo conjunto con las plantas no constituye una técnica, mientras que esta atribución resulta clara con respecto a los Ogm (organismos genéticamente modificados), vivientes construidos, en cierto sentido abstractos, emanados de la división entre diseño y ejecución (Micoud 2002).

En el tipo de agricultura que estamos analizando, la relativa indiferenciación entre diseño y ejecución sitúa el diálogo técnico en el marco del modelo del artesano, propio de la antropología de la técnica, y cuyas limitaciones teóricas subrayan Vaccari y Parente (2017).

Como hija de la recolección (Barrau 1967), la horticultura selvática participa, junto con la caza, de “formas de destreza, de ‘copiado’ atento en el mundo” (Ingold 2012, 34), en las que la agencia no está localizada exclusivamente en la mente humana, sino en la configuración emergente de la interacción con los demás vivientes.

Al incorporar las acciones transformativas de los no humanos, este formato de producción re-materializa la noción de trabajo, entendiéndolo en términos de sintonización con el ambiente, apelando a los parecidos y al contexto espacio-temporal compartido.

Tal como afirma Simondon (2014) en su crítica al modelo hilemórfico, la materia no es inerte y comporta formas implícitas con poder de modulación. La operación técnica utiliza dichas singularidades como información, de modo que no es una forma abstracta la que se impone sobre la materia, sino que ella limita y estabiliza algo existente. De esta manera, las técnicas de fertilización vegetal mediante cubierta verde y agroforestería explotan una mutualidad previa y emanan de una relación con lo viviente orientada por un proyecto técnico.

162

5 Modular la naturaleza: mapas y analogías

Así como los indígenas australianos unen itinerarios nómades y viajes en sueños, componiendo «un entramado de recorridos» (Deleuze 1996, 100), la agroecológica, al modular las afinidades y conexiones de los sistemas vivientes, dibuja el mapa de la agricultura más que humana, yuxtaponiendo la actividad artefactual al proceder de las plantas. El desplazamiento con respecto a la concepción habitual de agroecología consiste en colocar el énfasis en la emergencia de una estructura transindividual humano-vegetal. Es decir, los humanos no están afuera, imitando a la naturaleza, sino que forman junto con las plantas un artefacto mixto.

En la crítica que realizan al formato de constitución inmediata y situada de la técnica por parte de la antropología – concentrada en la anatomía temporal del acto –, Vaccari y Parente (2017) señalan el olvido de los aspectos normativos y teleológicos del proceso que explican la permanencia y continuidad de linajes técnicos, así como el hecho que las culturas humanas seleccionan y reproducen tipos de artefactos. La habilidad, agregan, responde a esquemas previamente adquiridos que dan forma a la estructura de esa acción. Para incorporar estas causas, que denominan distales o trascendentes, proponen relativizar la noción de representación, señalando que no siempre actúa como un programa, ejemplificando

su propuesta con los nuevos aportes sobre la intencionalidad.

Creo, sin embargo, que es posible sobrepasar la inmediatez y dar cuenta de la continuidad técnica, sin apelar a factores trascendentes. Engendrada en el diálogo entre los humanos y la materia, la técnica constituye una estructura mixta cuyo dinamismo no es explicable por procesos que ocurrirían sólo en uno de sus componentes (la mente de los humanos). La continuidad, a su vez, emana del carácter no saturado de los objetos técnicos, cuya integración creciente les proporciona cierta autonomía, evidenciada en la capacidad de engendrar familias y estirpes.

En este sentido, el lenguaje de la modulación, propuesto por Simondon (2014), según el cual la adquisición de forma se efectúa a través de un moldeado continuo, ofrece la ventaja de no suprimir la dependencia con respecto a la materia de la tecnicidad humana. La modulación introduce una heterogeneidad entre el componente y lo compuesto, pero se trata de un código que conserva una vinculación continua con aquello que codifica.

En el caso que nos ocupa, consiste en cultivar retomando operaciones de la naturaleza. El hilo conductor es aquí la analogía, cuya versión simple como transporte de similitud, caracteriza el proceder premoderno, que imita la naturaleza, siguiendo contigüidades y semejanzas ostensibles. La analogía, insiste Simondon (2014), no es similitud de propiedades sino de relaciones. El acto analógico consiste en transportar una operación, aprendida y probada en una estructura, a otra estructura. Y agrega: “el método analógico es válido si refiere a un mundo en el que los seres son definidos por sus operaciones y no por sus estructuras, por lo que hacen y no por lo que son” (Simondon 2014, 476). La agroeco-lógica, entonces, no es imitar la naturaleza, sino modular su proceder, dialogando con las formas implícitas y operando sobre el espacio (proximidad, distanciamiento), y el tiempo (sucesión y escalonamiento para regular la luz y el calor).

Las técnicas resultantes deben más a la experiencia del recorrido que a un diseño de la mente, ya que la lógica técnica emerge en yuxtaposición con asociaciones observadas.

La noción de transecto¹⁰, mencionada a propósito de Coupaye (2015), y sugerida también por Hartigan (2017) en combinación con la descripción diluida (*thin description*),¹¹ propia de la etnografía multiespecie, constituyen instrumentos de modulación. Se trata de inhibir el impulso clasificatorio y cultivar la imaginación sensorial, mediante las artes de atentividad.¹²

Los ambientes agrarios equivalentes a costuras – los límites entre los campos y las selvas y los márgenes de las zonas de cultivo– son espacios propicios para el compañerismo (Tsing 2015).

Esta perspectiva presta un nuevo interés a fenómenos asociativos, tales como la micorriza o relación simbiótica entre un hongo y las raíces de una planta, que si bien se conocía desde fines del siglo XIX se dejó de lado porque escapaba al reduccionismo químico (Cohen, 2017). Esta noción, como la de simbiosis y la de rizosfera¹³ ofrecen indicios de la metaestabilidad y el carácter no saturado de lo viviente, ejemplificado magistralmente en las historias de hongos relatadas por Tsing (2015). La analogía simple, en la que la similitud es productora, da paso a

10 El transecto es una técnica de observación y registro de datos. En zonas en las que existe una transición de flora y fauna, o de parámetros ambientales, se hace un estudio detallado a lo largo de una línea (real o imaginaria) que cruza a través de la misma.

11 El enfoque multiespecie quita exclusividad a lo humano, tomando como eje las relaciones entre especies, recurriendo a un formato descriptivo que distribuye en una red el trabajo interpretativo.

12 Consisten en conocer al otro en su particularidad y aprender cómo se podría responder mejor al otro, para cultivar mundos de florecimiento mutuo (van Dooren et al. 2016).

13 Parte del suelo inmediata a las raíces e influenciada por estas.

una similitud producida, que modula el proceder de la naturaleza.

Conclusiones

He desarrollado aquí el problema de la conexión entre lo técnico y lo viviente, a propósito de la horticultura selvática y sus devenires agroecológicos. Enunciado como una disyunción, el título plantea una alternativa entre la agroecología y una agricultura más que humana, que legitime el aporte de los vegetales al proceso de domesticación. Abrevando en la literatura antropológica sobre la técnica y las plantas cultivadas, detecté vetas que me mostraron la agricultura como una actividad mixta, fruto de la acción conjunta de humanos y vegetales.

Las observaciones de Simondon relativas a la consideración del objeto natural como el polo hacia el cual tiende la concretización técnica, me permitió avanzar en la modulación del diálogo de los humanos con la materia vegetal, dando cuerpo a una agroecología despojada de su carácter antropocéntrico. A lo largo de la argumentación, busqué transformar la analogía simple de los premodernos en un lenguaje analógico, que, aunque injerta un código en la relación con la naturaleza, lo hace mediante un ajuste continuo con respecto a la materia que codifica.

Este paralelismo entre lo técnico y lo viviente puso en evidencia una cierta autonomía de la estructura engendrada, que sería erróneo asimilar a la supresión del componente humano, ya que lo propio de la técnica es el diálogo entre el hombre y la materia. Al incluir las acciones transformativas de los no humanos, la agricultura más que humana valoriza el trabajo como sintonización continua con el ambiente, de manera que lo artefactual radica en la posibilidad de co-coordinación con los demás vivientes, calificando los objetos – alimentos y medicinas– en términos del proceder conjunto de los humanos y las plantas.

164

Recebido em 01/03/2021

Aprovado para publicação em 19/10/2021 pelo editor Alberto Fidalgo Castro

Referências

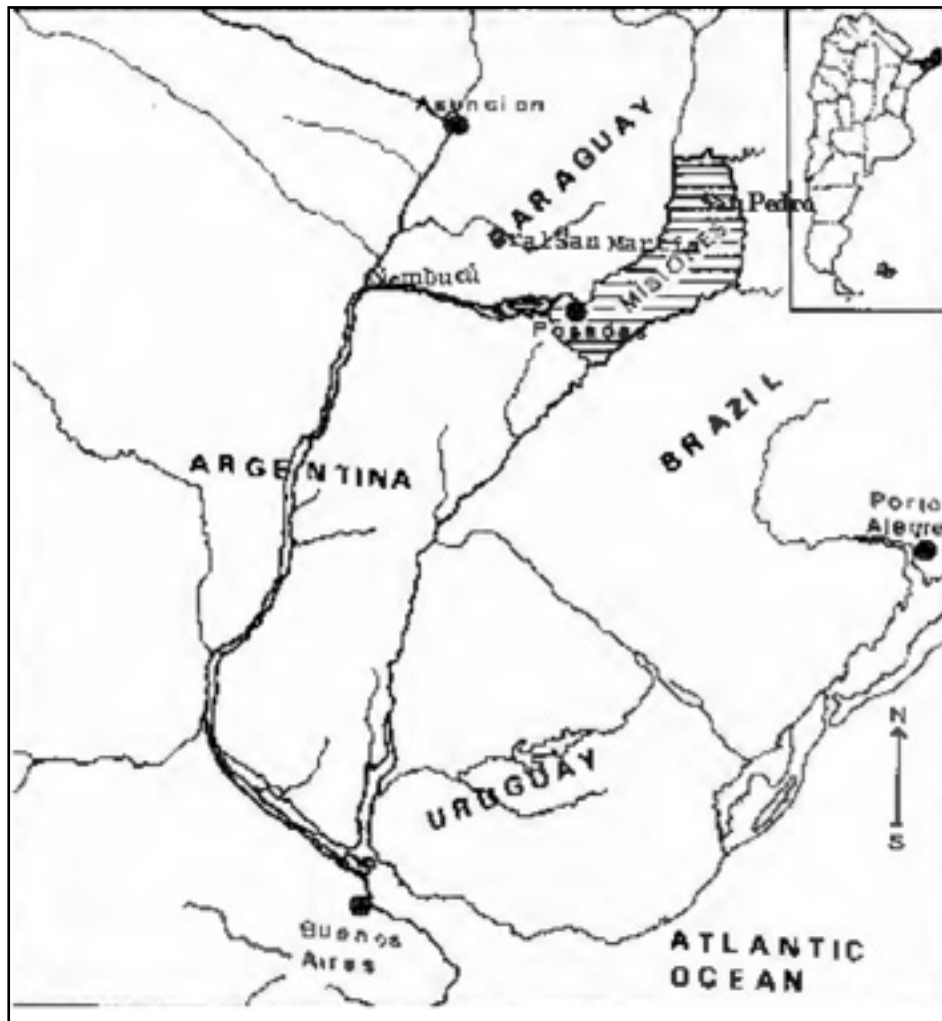
- Agustín, Miguel. 1722. *Libro de los secretos de agricultura, casa de campo, y pastoril*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.
- Barrau, Jacques. 1967. "De l'homme cueilleur a l'homme cultivateur: l'exemple océanien". *Cahiers d'histoire mondiale*, X(2): 275-92.
- Barrau, Jacques. 1975. "Ecologie". In *Elements d'ethnologie 2. Six approaches*, ed. Robert Cresswell, 7-43. Paris: Armand Collin.
- Bemakhlouf, Ali. 1999. "Analogie". In *Dictionnaire d'histoire et philosophie des science*, dir. Dominique Lecourt, 32-6. *Dictionnaire d'histoire et philosophie des science*. Paris: PUF.
- Bertoni, Moisés. 1927. *Agenda y mentor agrícola: guía del agricultor y colono*. Puerto Bertoni: Ediciones Ex Sylvis.
- Bertoni, Moisés. 1940. *Diccionario Botánico Latino-Guaraní*. Asunción: Editorial Guaraní.
- Besson, Yvan. 2009. "Une histoire d'exigences: philosophie et agrobiologie. L'actualité de la pensée des fondateurs de l'agriculture biologique pour son développement contemporain". *Innovations Agronomiques* 4: 329-62.
- Boidin, Capucine. 2005. "Jopara: una vertiente sol y sombra del mestizaje". *HALshs-Munster*: 303-31.
- Cadogan, Leon. 2011. *Diccionario Mbya-guaraní-Castellano*. Asunción: CEADUC.
- Catálogo de Tecnologías Para Pequeños Productores Agropecuarios. 2007. Buenos Aires: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de la Nación Argentina.
- Coccia, Emanuele. 2017. *La vida de las plantas. Una metafísica de la mixtura*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Cohen, Aurélien Gabriel. 2017. "Des lois agronomiques à l'enquête agroécologique. Esquisse d'une épistémologie de la variation dans les agroécosystèmes". *Tracés. Revue de sciences humaines* 33: 51-72.
- Conklin, Harold. 1954. "An ethnoecological approach to shifting agriculture". *Transactions of the New York Academy of Sciences* 17(2): 133-42.
- Coupaye, Ludovic. 2015. « Chaîne opératoire, transects et théories: quelques réflexions et suggestions sur le parcours d'une méthode classique ». In *L'homme tout simplement*, ed. Philippe Soulier, e André Leroi-Gourhan, 69-84. Paris: De Bocard.
- Cresswell, Robert. 1983. "Evolution humaine: techniques et cultures". In *Éléments d'ethnologie. 1-Huit terrains*, ed. Robert Cresswell, 60-85. Paris: Armand Colin.
- Deleuze, Gilles. 1996. *Crítica y clínica*. Barcelona: Anagrama.
- Descola, Philippe. 1988. *La selva culta. Simbolismo y praxis en la ecología de los Achuar*. Quito: Coedición Instituto Francés de Estudios Andinos y Ediciones Abyla-Yala.
- Descola, Philippe. 2012. *Más allá de naturaleza y cultura*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Emperaire, Laure, e Manuela Carneiro da Cunha. 2010. "Transformar o espaço". In *Dossiê de registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro*, org. Laure Emperaire, 51-72. Brasília: ACIMRN; IPHAN; IRD; Unicamp-CNPQ.
- Felipim, Adriana. 2001. "O sistema agrícola guarani mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, São Paulo". Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.

- Ferret, Carole. 2012. Vers une anthropologie de l'action André-Georges Haudricourt et l'efficacité technique. *L'Homme*, 202: 113–139.
- Fleck, Eliane, e Mariana Alliatti. 2017. “Sobre ‘Los hijos del Paraguay’ y las ‘Personas naturales inteligentes’: un análisis de los relatos sobre saberes y prácticas tradicionales indígenas en el Paraguay Natural Ilustrado, de José Sánchez Labrador S. J. (1771-1776)”. *Memoria Americana*, 25(2): 29–46.
- Fleck, Eliane, Mariana Alliatti, e Maico Biehl. 2016. “En orden a sus virtudes y facultades medicinales: un estudio sobre o Paraguay Natural Ilustrado de José Sánchez Labrador S. J.”. *Corpus*, 6(2). <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.1614>.
- Fleck, Eliane. 2017. “A medicina da conversão: apropriação e circulação de saberes e práticas de cura (Província Jesuítica do Paraguai, século XVIII)”. *Revista de Estudos Marítimos y Sociales*: 34–80.
- Foucault, Michel. 1966. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard.
- Gallero, Cecilia, ed. 2014. *Querida Misiones, hermosa! Querida Misiones, hermosa!: a través de las memorias de Alberto Roth*. Buenos Aires: Araucaria.
- Geertz, Clifford. 1970. *Agricultural involution: the processes of ecological change in Indonesia*. Berkeley: University of California Press.
- Gourou, Pierre. 1949. “Qu'est-ce que le monde tropical ?”. *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations* 4(2): 140–48.
- Hartigan, John. 2017. *Care of the Species: Races of Corn and the Science of Plant Biodiversity*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Haudricourt, André-George, e Louis Hédin. 1943. *L'homme et les plantes cultivées*. Paris: Gallimard.
- Haudricourt, André-George. 1962. “Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui”. *L'Homme* 2(1): 40–50.
- Ingold, Tim. 2012. *Ambientes para la vida. Conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropología*. Montevideo: Trilce.
- Ingold, Tim. 2013. “La textilidad de la fabricación”. In: *Marcher avec les dragons*, Tim Ingold, 221–38. Bruselas: Zones Sensibles.
- Keller, Héctor. 2007. “Notas sobre medicina y magia entre los guaraníes de Misiones: un enfoque etnobotánico”. *Suplemento antropológico*: 345–83.
- Klein, Ursula. 2005. “Shifting ontologies, changing classifications: plant materials from 1700 to 1830”. *Studies in History and Philosophy of Science*, 36: 261–329.
- Lagasca, Mariano. 1826. *Observaciones sobre la familia natural de las plantas aparasoladas (umbelliferae)*. Londres: Imprenta Macinstosh.
- Lemonnier, Pierre. 2013. “De l'immatériel dans le matériel ... et réciproquement ! Techniques et communication non verbal”. *Journal de la Société des Océanistes*, 136-137: 15–26.
- Leroi-Gourhan, André. 1964. *Le geste et la parole. Technique et Langage*. Paris: Albin Michel.
- Leroi-Gourhan, André. 1973. *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel.
- Lévi-Strauss, Claude. 1962. *La pensée sauvage*. Paris: Plon.
- Lévi-Strauss, Claude. 1971. *De la miel a las cenizas*. México: FCE.
- Mafferra, Luis. 2019. “El libro de los secretos de la agricultura del Fray Agustín y las

- relaciones humano-plantas durante la modernidad temprana”. *Revista del Museo de Antropología*, 12(3): 85–96.
- Martin, Carmen, e José Luis Valverde. 1995. *La farmacia en la América colonial: el arte de preparar medicamentos*. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada.
- Micoud, André. 2002. “Les OGM: des objets vivants construits?”. In *Simondon: une pensée opérative?*, coord. Jacques Roux, 189–203, *Simondon: une pensée opérative?*. Saint Etienne: Publications de l’Université de Saint-Etienne.
- Montenegro, Pedro. 2007. *Materia Medica Misionera*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones.
- Montoya, Antonio Ruiz de. 1876 [1640]. *Bocabulario de la lengua guaraní*. Leipzig: Edición de J. Platzmann.
- Montoya, Antonio Ruiz de. 2011[1639]. *Tesoro de la lengua guaraní*. Asunción: Cepag, Edición de F. Grünberg y B. Melià.
- Müller, Franz. 1989. *Etnografía de los Guaraní del Alto Paraná*. Rosario: Escuela de Artes Gráficas del Colegio Salesiano San José.
- Müller, Germán. 1995. *Memorias de Heiner Müller: pionero de Montecarlo*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones.
- Otazu Melgarejo, Angélica. 2014. “Contribución a la medicina natural: Pohã Ñana, un Manuscrito inédito en Guaraní (Paraguay, S. XVIII)”. *Corpus* 4(2).
- Racine, Luc. 1989. “Du modèle analogique dans l’analyse des représentations magico-religieuses”. *L’Homme*, 29(109): 5–25.
- Schaden, Egon. 1974. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Schiavoni, Gabriela. 1995. *Colonos y ocupantes: parentesco, reciprocidad diferenciación social en la frontera agraria de Misiones*. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones.
- Schiavoni, Gabriela. 2018. “De las familias criollas a las lignées purificadas. Analogías entre vegetales y humanos”. *Anuário Antropológico*, 43(2): 309–34.
- Schiavoni, Gabriela. 2020. “Concordancias ontológicas e hibridaciones técnicas Los alimentos agroecológicos en Misiones”. In *El mundo rural y sus técnicas*, org. Ana Padawer, 179–213. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- Sigaut, François. 1982. “Techniques et société chez les cultivateurs de tubercules : quelques réflexions critiques”. *Journal d’agriculture traditionnelle et de botanique appliquée* 29^e, 3(4): 355-64.
- Simondon, Gilbert. 2014. *La individuación a la luz de las nociones de forma y de información*. Buenos Aires: Cactus.
- Souza, José. 1987. “Uma introdução ao sistema técnico-econômico guarani”. *Dissertação de mestrado*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tsing, Anna. 2019. *Viver nas ruínas. Paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.
- Vaccari, Andrés, e Diego Parente. 2017. “Materialidad e intencionalidad. Algunas dificultades con la teoría de la agencia material y el enfoque ecológico”. *Estudios Filosóficos*: 152–78.
- van der Ploeg, Jan Douwe. 2000. “Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de

- interacción: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano”. In *Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina*, comp. Andreu Viola, 361–83. Barcelona: Paidós.
- van Dooren, Thom, Eben Kirskey, e Ursula Münster. 2016. “Estudios multiespecies: cultivando artes de atentividade”. *ClimaCom Cultura Científica*: 39–66.
- Van Dooren, Thom. 2012. “Wild Seed, Domesticated Seed. Companion species and the emergence of agriculture”. *Philosophy, Activism, Nature*, 9: 22–28.
- Willis, Rick. 2007. *The history of Allelopathy*. Dordrecht: Springer.
- Woortmann, Ellen. 1997. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Yssouribehere, Pedro. 1904. *Investigación agrícola en el territorio de Misiones*. Anales del Ministerio de Agricultura 1, 9. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco.

Mapa de la región de Misiones (Argentina)



Fuente: Adaptado de Bartolomé, L. 1989. In *The Human Ecology of Tropical Land Settlement in Latin America*, eds. Schumann y Partrid. Westview Press, Boulder-San Francisco & London.

Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE

Faith in science? How families saw the science of the Zika virus happen to their children in Recife/PE

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9448>

Soraya Fleischer

Universidade de Brasília – Brasil

ORCID:0000-0002-7614-1382

soraya@unb.br

Professora do Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007) e com um recente estágio pós-doutoral também em Antropologia na Universidade Federal de Santa Catarina (2022). Co-coordena o Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva (CASCA) e o podcast Mundaréu.

170

O vírus Zika (VZ) se instalou no Brasil como uma nova epidemia entre os anos de 2015 e 2016. Sua principal consequência foi reprodutiva, com o nascimento de mais de 4.000 crianças com o que se convencionou chamar de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), que reúne um conjunto complexo de muitas deficiências e exige vários tipos de cuidado especializado. Até o momento, na literatura antropológica, muito foi dito sobre essas deficiências, sobre o cotidiano de cuidados e de direitos dessas crianças e suas famílias, mas nem tanto foi documentado sobre a relação que elas mantiveram com a ciência que por muito tempo tentou compreender esse novo vírus, essa nova síndrome. O artigo apresenta razões para essas pessoas terem aceitado os convites vindos da ciência e também terem tecido reflexões mais críticas sobre esse intenso convívio com a mesma. Com base em pesquisa coletiva e etnográfica, realizada ao longo de quatro anos no Recife/PE, epicentro da epidemia do VZ, o artigo pretende contribuir com uma Antropologia da ciência menos “interna ao laboratório”, já que os sujeitos de pesquisa envolvidos na produção de conhecimento sobre o VZ e a SCVZ também ajudaram a avaliar e – mais importante – a construir essa ciência.

Epidemia do vírus Zika; Recife; Antropologia da ciência.

The Zika virus (ZV) arrived in Brazil as a new epidemic between the years of 2015 and 2016. Its main consequence was reproductive, with the birth of more than 4,000 children with what was called the Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS), a complex set of disabilities that requires a range of specialized care. So far, in the anthropological literature, much has been said about these disabilities, about the daily care and rights of these children and their families, but not so much has been documented about the relationship they had with science that tried to understand this new virus, this new syndrome. The article discusses why this specific population accepted the invitations coming from science and their critical reflections on this intense interaction with science. Based on a collective and ethnographic along four years of research in Recife/PE, the epicenter of the ZV epidemic, the article intends to contribute to an Anthropology of science less “internal to the laboratory”, since the research subjects involved in the production of knowledge about the ZV and CZVS also helped to assess and – most importantly – construct this science.

Zika Virus Epidemics; Recife; Anthropology of science.

Soraya Fleischer

1 Introdução: o vírus, a síndrome e a ciência

O vírus Zika (VZ) se instalou no Brasil como uma nova epidemia entre os anos de 2015 e 2016, sobretudo. Sua principal consequência foi reprodutiva, com o nascimento de mais de 4.000 crianças com o que se convencionou chamar de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ). Do ponto de vista da Antropologia, muito foi estudado e publicado sobre as crianças e suas famílias, mas nem tanto foi documentado sobre a ciência do VZ e do SCVZ. As poucas obras recentes das Ciências Sociais sobre a ciência do VZ tendem a priorizar as cientistas envolvidas diretamente nessa produção, os nomes que se laurearam, mais cedo ou mais tarde, com as descobertas desbravadoras (Diniz 2016, Löwy 2019). Para além das cientistas nacionais, internacionais e renomadas, houve um grande conjunto de cientistas mais locais e desconhecidas, que atuaram nos serviços de saúde e nas universidades da Região Metropolitana do Recife (RMR), epicentro epidemiológico do VZ naquele biênio. Essas últimas pouco apareceram nessa história recente e hagiográfica da dita ciência com “C” maiúsculo (Latour 2000).

E há ainda outros atores, como as crianças infectadas pelo VZ e as famílias que cuidam da SCVZ, que raramente foram abordadas nos estudos sobre a ciência do VZ. Como lembraram Rabeharisoa e Callon, “as questões relativas às relações entre cientistas e não cientistas, especialistas e leigos – especialmente na produção e difusão do conhecimento – têm recebido pouca atenção do ponto de vista empírico ou teórico, pelo menos até recentemente” (2003, 194, tradução livre). Esses autores sugerem que os estudos da ciência, ao se concentrarem em conhecer os laboratórios e as suas cientistas, acabam ficando “muito internos à ciência” (2003, 193). Mas, quando apareceram na produção antropológica, as famílias atingidas pela epidemia foram geralmente consideradas pela “ciência doméstica” que produzem (Diniz 2016, Barros 2021). Quer dizer, aquele conhecimento que parte da intimidade e convivência intensificada com essas crianças no espaço da casa e do cotidiano de cuidados (Pols 2014).

Considerar a relação da casa com a clínica e a ciência é importante porque, justamente, as profissionais de saúde e as pesquisadoras compõem um conjunto de atores com o qual as famílias conviveram intensamente. Esse também é o caso de pacientes raros e seus familiares cuidadores, como mostraram Rabeharisoa e Callon (2003, 195) e seus colegas que vêm estudando o envolvimento de pacientes com a ciência (Rabeharisoa *et al.* 2014, Nunes *et al.* 2010, Moreira 2014, Moreira *et al.* 2014). Esse tem sido um movimento desde os meados do século XX. Antropólogos na França, Portugal e Inglaterra têm testemunhado os muitos intercâmbios de saberes de pacientes, associações de pacientes e as pesquisadoras. Por exemplo, a partir de sua etnografia com a Associação Francesa contra as Miopatias (AFM), Rabeharisoa e Callon notaram que, num contexto mais amplo, das 156 organizações que eles mapearam na virada do século, “34% financiavam pesquisas” (2002, 59). Eram grupos pequenos que priorizavam o recurso para a ciência e, na média, à época doavam 40% de seu orçamento à pesquisa (*idem*).

As associações de famílias, que surgiram na Região Metropolitana do Recife logo no início da epidemia do VZ, tinham objetivos semelhantes às associações de

Soraya Fleischer

pacientes em outras partes do mundo, “elaborar uma identidade coletiva”, “apoiar a sua integração social”, “trazer a patologia ao espaço público” (Rabeharisoa e Callon 2002, 58) e garantir a sobrevivência das crianças com a SCVZ (Scott *et al.* 2017). A ciência foi buscada, acima de tudo, como uma prática de cuidado, para tentar encontrar respostas e melhoramentos para a saúde e a qualidade de vida dessas crianças. Mas, diferente das organizações de pacientes naqueles países europeus, não houve a participação, por exemplo, no desenho e no financiamento dos projetos de pesquisa ou algo como um “*advocacy científico*” (Rabeharisoa *et al.* 2012, 8). E, em termos de recursos, foi a ciência que eventualmente ofereceu oportunidades e doações às crianças com a SCVZ, suas famílias e ONGs ali no Recife, não o contrário.

Embora as famílias tenham procurado as especialistas para lidar com os sintomas específicos de seus filhos e filhas, muito mais frequentemente elas foram contatadas pelas pesquisadoras (Rabeharisoa . 2012, 20-1). As famílias foram encontradas pelos prontuários médicos das instituições de saúde por onde haviam passado. Também por intermédio das ONGs que, nas reuniões presenciais e nos grupos de *WhatsApp*, retransmitiam os convites recebidos das cientistas. Ainda que as associações comunitárias tenham sido anfitriãs da ciência do VZ, exercendo um papel informal no recrutamento de sujeitos de pesquisa, a adesão e o relacionamento com as cientistas se deram de modo individual e familiar. Então, a literatura com a qual dialogarei neste artigo servirá parcialmente, sempre tendo em vista que, no cenário da RMR, o relacionamento com a ciência foi, à primeira vista, “mais reativo do que proativo” (Rabeharisoa *et al.* 2012, 20) e foi mais atomizado do que coletivo.

Ainda assim, os nossos dados da RMR apontam para ainda outra forma de diálogo com a ciência.¹ As interlocutoras que conhecemos tinham muito a dizer sobre a ciência biomédica que encontraram nos últimos anos. Embora estivessem, a todo tempo, produzindo reflexões sobre seus aprendizados com as crianças (a “ciência doméstica”), elas também foram acumulando impressões e amadurecendo opiniões sobre a forma com que as cientistas abordaram e se relacionaram com essas crianças.² Aqui, evitaremos separar a casa da clínica, a mãe leiga da profissional especialista, a objeto observado do sujeito observador. A aposta, para ficar menos “interna ao laboratório” (Rabeharisoa e Callon 2003), é que esses sujeitos de pesquisa mergulharam intensamente na pesquisa e, mesmo que de uma perspectiva diferente da dos sujeitos pesquisadores, ajudaram a avaliar e – mais importante – a construir essa ciência. Ao trazer para o debate outros sujeitos que também produziram a ciência do VZ ali no Recife, aliamos-nos aos que discutem o fato de que “as teorias do conhecimento e as relacionadas ‘hierarquias de evidências’ sejam frequentemente associadas ao movimento da medicina baseada em evidências” (Moreira *et al.* 2014, 175). Sugerimos que outras evidências, produzidas por quem viu essa ciência ser feita de perto, sejam também pertinentes.

Aqui partimos da ideia de que ciência é um assunto de todo mundo, mesmo que não sejam cientistas de bancada (como nós da Antropologia), mesmo que não sejam da universidade (como as mães e suas crianças com a SCVZ). Isso é

1 Essa pesquisa etnográfica foi realizada ao longo de um quadriênio (2016-2019). Os dados foram construídos de encontros, conversas, entrevistas, observações, reuniões, fotografias e contou com o apoio do CNPq, PIBIC, Departamento de Antropologia e Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos / UnB. Agradecemos às dezenas de famílias, crianças e cientistas que nos contaram suas vivências com o VZ e a SCVZ, à equipe de 23 pesquisadoras da UnB e à aprofundada leitura crítica oferecida ao texto pelas colegas do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (TRANSES), coordenado por Sônia Maluf, minha supervisora de pós-doutorado no PPGAS/UFSC ao longo de 2021.

2 Utilizaremos o plural feminino porque, na grande maioria, eram mães, ativistas, pesquisadoras, estudantes, professoras, acadêmicas a tentarem entender e atender as crianças com a SCVZ.

Soraya Fleischer

particularmente importante no caso brasileiro, já que a ciência produzida aqui é, em geral, financiada por dinheiro das contribuintes. Sendo pública, a ciência também deve prestar contas, explicar o que e por que faz o que faz. E diferentes espelhamentos sobre a ciência podem ser úteis para que os seus caminhos sejam evidenciados e aprimorados.³ Na primeira parte, situaremos a cena científica do VZ/SCVZ no Recife, com suas pesquisadoras e jornalistas, para descrever, em seguida, os tipos de relações que com elas foram estabelecidas de “ajuda”, “recompensa” e “parceria”. Na segunda parte, três principais queixas em relação à ciência serão apresentadas para demonstrar como é complexo e delicado esse cenário, sobretudo à luz de quem recebe a ciência na própria pele. Com isso, optaremos por uma maior flexibilidade, em vez de fixidez, de uma tipologia que vem em curso (Rabeharisoa e Callon 2002) sobre a forma de leigos e peritos se relacionarem na produção da ciência.

2 As doutoras da Grande Recife

A ciência logo se mobilizou para entender a quantidade, muito acima da média recente, de nascimentos de crianças microcefálicas⁴. Depois de alguns meses, foi crescendo um consenso de que o VZ era o responsável principal pela microcefalia (Löwy 2019). Então, durante os anos epidêmicos (2015-2016) e os anos que se seguiram (2017-2019), a ciência que chegou ali na RMR foi, majoritariamente, uma ciência do VZ, eventualmente também uma ciência da SCVZ.⁵ Vejamos como e por meio de quem essa ciência ali chegou.

No Recife, centenas de cientistas foram apresentadas ou abordaram diretamente as mulheres responsáveis pelas crianças com a SCVZ. Certa tarde, em uma sala de espera de uma clínica de reabilitação, a nossa equipe acompanhava quatro mães e seus filhos nas cadeiras de rodas. E perguntamos se já tinham participado de pesquisas. Todas disseram que sim, “foi pesquisa demais”. Uma delas disse que “participou de tanta pesquisa, assinou tanto termo⁶, que se cada papel que ela assinasse fosse um real ela já estaria rica”. Perguntamos onde tinham acontecido essas pesquisas e explicaram que foi “em tudo que é faculdade”⁷. Mas, pelo que notamos, vários outros lugares serviram de cenário para essa ciência acontecer: associações comunitárias, hospitais, clínicas de fisioterapia e até nas casas dessas interlocutoras, por exemplo. E, como a RMR concentrava os principais serviços dedicados a essas crianças, muitas famílias vieram do interior do estado para realizar parto, consulta, exame, terapia e, nessas ocasiões, também foram convidadas pelas pesquisadoras. Então, a ciência não precisou pegar a estrada e fazer uma “busca ativa” pelos municípios mais distantes da capital, os sujeitos de pesquisa vieram até suas agulhas, caixas de isopor e questionários.

Essa presença intensa e essa variedade de espaços ajudou a amalgamar alguns atores, como profissionais de saúde, pesquisadoras, professoras, residentes, estagiárias, estudantes etc. Muitas vezes, uma mesma pessoa atendia como médica em um consultório e realizava pesquisa na universidade onde era também professora. Clínica, ciência e docência são atribuições comuns nas áreas da saúde. Por isso, um encontro entre uma mulher, sua criança e essa profissional poderia

3 Referimos à ciência no singular, sem o intuito de essencializar nem criar uma ideia única do empreendimento científico, mas como um retrato generalizado de iniciativas de pesquisa de várias áreas que chegaram à região. No intervalo do biênio da epidemia (2015-2016), encontramos, na Plataforma Brasil, 99 projetos de pesquisa realizados por pesquisadoras locais na RMR (Simas 2020).

4 A microcefalia se dá quando, ao nascer, o diâmetro craniano é inferior a 32 cm. No caso do VZ, é um dos sintomas da SCVZ. As famílias utilizavam o adjetivo, “micro”, de modo generalizado para identificar a criança, os especialistas e os serviços que lhes atendiam (ver a “Introdução” de Fleischer e Lima 2020).

5 A ciência priorizar o VZ era um problema para as famílias, já que algumas não concordavam que a microcefalia fosse causada por um vírus (Fleischer, no prelo). Além disso, a maioria achava que a síndrome deveria ser a prioridade da pesquisa e não um mosquito, um microrganismo, a transmissão vertical.

6 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

7 Essa sala de espera foi toda descrita no diário de campo de Aissa Simas, 2018. Faremos referência apenas aos trechos de outras pesquisadoras da equipe, enquanto os demais registros foram produzidos por mim. A partir das sete visitas realizadas à RMR, escrevemos 1.800 páginas de diários de campo que, em uma versão editada, acordamos poderem ser compartilhadas pela equipe de pesquisa.

Soraya Fleischer

ter diferentes finalidades, a realização de um exame para o fechamento de um diagnóstico, o acompanhamento clínico continuado, a coleta de uma amostra de sangue para um projeto de investigação. Se, na área da saúde, é comum a multivinculação institucional, parece que a urgência da epidemia acentuou esse amálgama entre perfis profissionais. Por exemplo, naquela mesma sala de espera descrita acima, quando perguntamos sobre a diferença entre “médico” e “cientista”, uma das mães explicou: “No começo do surto, as mães estavam desesperadas, sem saber o que era nem o que fazer. Aí, pra cada médica, vinham três pesquisadoras junto, e não davam informação, não diziam o que estavam fazendo. Então, as mães não conseguiam diferenciar”.

Essa mãe também explicou que, por vezes, não houve convite para integrar uma pesquisa. Do prontuário e dos exames, já derivavam dados, números, medições incluídos posteriormente na amostra em construção pela pesquisadora. Mas, em geral, nossas interlocutoras contaram que foi feito um convite mais formal, criando um enquadramento diferente da consulta, e credenciais foram apresentadas, TCLEs foram assinados, consentimentos foram garantidos. Apesar dos espaços, chapéus e formatos da relação, com mais ou menos formalidade, foram tantas as ocasiões em que o olhar científico foi lançado para essas crianças que, algumas vezes, ao voltarmos ao Recife, uma ou outra mulher não nos reconhecia, não se lembrava de nossa pesquisa especificamente. Éramos também parte do amálgama, Antropologia grudava na Medicina, cadernos de campo pareciam com pranchetas e formulários, perguntas poderiam ser de um roteiro qualitativo ou de uma reportagem.

Assim, para traduzir esse amálgama sugiro utilizar uma categoria difusa, mas distinta o suficiente para captar a aura de prestígio e exotismo que a cerca. “Doutora” podia ser, a um só tempo, médica, cientista de bancada, chefe de um ambulatório, pesquisadora de campo e/ou docente universitária. Nesse sentido, a doutora era ligada ao mundo da escolaridade, dos títulos, da especialização. Mas também, noutro sentido complementar, a doutora poderia ser, como chamavam localmente, a “bacana”, uma autêntica representante da elite recifense e pernambucana, que exibia o dourado de seus cabelos e de suas joias, o salto alto de seus *stilettos*, as longas unhas de silicone, a marca de biquini de quem frequentava a cobertura, o clube ou a praia.

Outro conjunto de profissionais, as jornalistas, também foram aproximadas das pesquisadoras. Não exatamente por conta dos desdobramentos de seu ofício, mas pela curiosidade e pela metodologia adotada. Naquela mesma sala de espera, aproveitamos para perguntar se viam diferença entre jornalista e pesquisadora e, em rápido uníssono, disseram: “Não tem diferença”. Sempre havia termos para assinar, seja o TCLE, seja o assentimento de uso de imagens. Uma “entrevista” poderia ser dada a uma repórter ou a uma pesquisadora. “Tem diferença porque, para vocês [e aqui, as antropólogas eram incluídas], é pra estudo e pra eles é pra mídia, mas todos fazem as mesmas perguntas: se foi Zika, por que foi, o que aconteceu, como os serviços estão tratando”, uma das mulheres explicou. Outra, sentada ao seu lado, complementou ironicamente, “Os dois fazem as mesmas perguntas. Dá

Soraya Fleischer

vontade de colocar um gravador e gravar tudo e dar pra eles para não ter que responder tudo de novo”. E todas caíram no riso. Ficamos sabendo, inclusive, de algumas equipes locais que entendiam bem essa crítica e tentavam convergir instrumentos e bancos de dados para evitar a exaustão das interlocutoras.

Mas também havia certas diferenças. Outra mulher nos contou, valorizando a visibilidade imediata da mídia, “A minha filha é famosa, já fez ensaio de fotos para duas revistas, uma norte-americana e outra francesa. Apareceu em *outdoor* e tudo, ela foi até reconhecida na rua por um gringo”.⁸ Já Cíntia, uma interlocutora que assim chamaremos e com quem tivemos intenso contato, explicou, mais entusiasta com a ciência do que com o jornalismo: “A maior diferença entre uma jornalista e uma pesquisadora é a continuidade. A jornalista tem um assunto que ela quer saber para a matéria. Então, ela vai, pergunta sobre esse assunto e vai embora. A relação com pesquisadoras é diferente, tem o acompanhamento a longo prazo. Tenho até amizade com algumas pesquisadoras”.

Nos últimos anos, essas mulheres tiveram um contato intensificado com a ciência, experiência pouco usual para a maior parte de nós. Essa experiência é valiosa, ao mesmo tempo como uma mirada interna à ciência (porque se tornaram sujeitos de pesquisa) e externa (porque não se tornaram sujeitos pesquisadores). Elas têm muito a dizer à ciência e suas cientistas, bem como a uma Antropologia da ciência. Nesse sentido, tentaremos compreender o que elas disseram, em nome de seus filhos e filhas, sobre a ciência do VZ e da SCVZ, mas não a partir da “ciência do doméstico” (Diniz 2016, Pols 2014), nem como um ativismo coletivo de pacientes e cuidadoras (Rabeharisoa e Callon 2002, 2003, Rabeharisoa *et al.* 2012), como tem sido mais comum até agora. De outra perspectiva, considerando-as como sujeitos e acompanhantes de sujeitos de pesquisa, a seguir, mostraremos algumas das razões para valorizar e as formas de se aproximar da ciência. Depois, detalharemos algumas das principais formas com que essa convivência aconteceu. E, por fim, discutiremos por que o valor da ciência vem, pouco a pouco, se desestabilizando para essas famílias atingidas por essa epidemia.

3 A fé na ciência

As famílias entenderam que a “cabeça pequena” não era uma novidade só para elas, mas também que vários outros atores, as doutoras em especial, queriam entender o que estava acontecendo. E elas se dispuseram a apresentar seus filhos e filhas, a descrever seus comportamentos cotidianos, a responder perguntas e, principalmente, permitir que seus corpinhos fossem examinados, na superfície e em seu interior. A matéria-prima e as respostas vieram das cuidadoras e das crianças, já as perguntas e as conclusões, das cientistas e jornalistas. A ciência foi alçada ao posto de estudar, entender e explicar o mundo. Para muitas dessas famílias, a ciência já era e se manteve como uma prática importante, respeitada e desejada. Ocupava, portanto, um lugar positivo, mas um lugar alheio e alhures, produzido por outras pessoas (que não vivenciavam o VZ e a SCVZ de perto) a partir dessas pessoas (que a vivenciavam de muito perto). Por conta desse “grande divisor” (Latour 2000, 377) entre sujeitos e objetos de pesquisa, era preciso que

8 Diário de campo de Thais Souza, 2017.

175

Soraya Fleischer

os segundos delegassem aos primeiros a atribuição de serem estudados. Nossas interlocutoras concordaram com essa distribuição do trabalho, no marco desse “modelo de delegação”, no qual “os pacientes, reconhecendo seu desconhecimento, deixam a cargo de cientistas e especialistas a escolha das linhas de pesquisa a serem priorizadas e apoiadas, bem como a forma de lidar com a produção e distribuição de conhecimentos teóricos e práticos” (Rabeharisoa e Callon 2002, 60).

A ciência foi vista como aquela que sai do conforto de seus laboratórios e vai conhecer o mundo para descrever a “realidade”. Várias mães compreenderam que as doutoras teriam esse compromisso de olhar para as coisas com seriedade, neutralidade, precisão. Para Camille, uma das mães de micro que visitamos muitas vezes, a ciência contrapõe o que circula por outros canais, como as redes sociais: “Não dá para acreditarmos em tudo que sai no Face, tudo que é postado, tudo que é dito no zap. É preciso sair do telefone, sair do Facebook e vir ver as pessoas, vir conversar. É preciso ver a realidade mesmo”. Foi assim que ela interpretou a nossa saída de Brasília até o Recife, ou o que outros atores fizeram, como repórteres que foram a sua casa para fazer uma entrevista, uma pesquisadora que deixou a universidade para olhar para o seu filho em cima da maca etc. Acreditavam na ciência pelo seu movimento de instigação, curiosidade e, conseqüentemente, produção da verdade. Camille e outras cuidadoras tinham a ciência – e demais profissões que se baseavam no escrutínio do empírico – em alta conta.

Folhetos e manuais, vídeos na internet e palestras eram os formatos pelos quais as doutoras enunciavam o conhecimento sobre o VZ. Em 2018, assistimos a um seminário sobre doenças raras promovido por uma faculdade privada. Ao nosso lado, sentou-se Cintia e, com sua filha nos braços, ouviu atentamente a palestra de uma neurologista famosa da cidade, que também atendia essa sua caçula. No final de semana seguinte, fomos visitar a família e, caminhando pela sua rua, vimos passar um rapazinho pedalando freneticamente uma bicicleta, levando outro na garupa. O piloto estava usando um capacete de motocicleta, mas dava para entrever um largo sorriso, os dois amigos se divertindo muito com a velocidade. Cintia comentou, “esse daí tem microcefalia”. Perguntamos se era esse tipo de folia que ela esperava para a filha. Ela imbricou os acontecimentos dos últimos dias:

Sim, é. Mas você viu aquela palestra da doutora? O grande problema das nossas crianças não é a microcefalia, não é a cabeça pequena, mas são as calcificações. É isso que faz a cabeça não funcionar muito bem, não é o tamanho pequeno dela. E ela falou, já vi ela falar disso em outras palestras, que ninguém sabe o quanto essas calcificações vão impactar a criança no futuro. O quanto a minha filha vai conseguir desenvolver.

Cintia foi, sem dúvida, a interlocutora que mais demonstrou seu entusiasmo com a ciência. Noutro dia, na terapia de sua filha, perguntamos como era sua relação com a ciência e a justiça, já que muitas foram as vezes que essas famílias tiveram que judicializar preconceitos e pleitos por medicamentos, cirurgias, etc. “Com certeza, tenho mais fé na ciência. A justiça tá desse jeito aí, que a gente não

Soraya Fleischer

pode contar, não pode confiar. Tem muito político dentro da justiça já”. E provocamos: “Mas você continua confiando mesmo sem receber os resultados?”. “Contínuo, claro”, ela disse rindo, “Eu tenho fé de que vou ainda receber os resultados. Eu acredito mesmo que alguma coisa vai aparecer para a minha filha”.

Numa de nossas visitas à casa de outra mãe, Mariana, comentamos que Mateus era muito tranquilo, ficava sossegado e pacífico no seu colo, ouvindo nossa conversa. Ela nos disse:

Nem sempre foi assim. Só agora que ele está mais tranquilo. No começo, ele chorava muito, muito. Teve uma noite que ele ficou de meia noite às 5h da manhã chorando. Dormia uma meia hora e voltava a chorar. Todos os bebês da micro têm choro contínuo, convulsão, agora estão bronco-aspirando e passando a usar sonda. Estão fazendo as características da síndrome, sabe.

Quando a família disponibilizava o seu filho para participar de uma pesquisa, imaginava que as “características da síndrome” seriam listadas, descritas, explicadas a partir daquele caso e generalizadas para todos os outros casos com o mesmo diagnóstico. E, assim, identificar as características comuns foi importante para passar da microcefalia para o que se convencionou chamar de SCVZ, em que a pequena cabeça virou apenas um dos sintomas. Nesse sentido, Mariana e suas colegas esperavam que “fazer as características” da síndrome instruiria um cuidado mais preciso para o choro, a convulsão, a disfagia e a broncoaspiração que frequentemente acometiam esse público infantil.

Rabeharisoa e Callon, em seu estudo sobre a Associação Francesa contra as Miopatias, notaram “como os pacientes foram capazes de construir suas identidades individuais e coletivas devido ao intenso envolvimento da associação em atividades de pesquisa científica e tecnológica – um envolvimento que lhes permitiu mudar seu *status* ontológico” (2007, 231). Isso quis dizer, na prática, deixar o lugar onde por tanto tempo esses pacientes foram colocados – “*freaks of nature*” (aberrações da natureza) – para o lugar de seres humanos com deficiências explicadas por uma “falta genética”. E foi a relação com a ciência, que descreveu as miopatias, que possibilitou essa “mudança ontológica” (*idem*). As crianças de micro, sobretudo no início de suas vidas, foram também desumanizadas, chamadas de “ET”, “monstro” ou “filho do mosquito” ao redor dos bairros, ruas e ônibus da cidade. Essas famílias, ao receberem visitas das doutoras, ao terem as histórias e fotografias de seus filhos e filhas ilustrando artigos científicos, jornais de grande circulação ou até *outdoors*, foram navegando por outras compreensões sobre a microcefalia. Essas crianças, ao terem suas características sindrômicas descritas, passaram a fazer parte de um projeto de pesquisa, a interessar à ciência, até se tornarem “famosas”, como lembrou aquela mãe, acima. Parece que a ciência, por um lado, contribuiu para trazer essas crianças de volta aos limites do humano, e um humano valorizado pela possibilidade, dentre tantas, de contribuir para o adensamento do conhecimento sobre a humanidade em seu contato com o VZ. Por outro lado, a ciência “socializou os pacientes” e “eles se tornaram partes in-

Soraya Fleischer

teressadas nas redes científicas, clínicas, médicas e sociais”, levando-os “de uma situação de exclusão a uma de inclusão” (Rabeharisoa e Callon 2007, 240).

Conhecer melhor essas crianças – “ver a realidade”, “fazer as características”, “falar nas palestras” e “fazer alguma coisa aparecer” – são informações que as famílias esperavam receber de volta da ciência. Mariana nos disse, em outra visita que lhe prestamos: “Já que a pesquisa de vocês vai chegar no governo, acho que eles têm que dar mais ajuda. O medicamento tem muita dificuldade para conseguir. O medicamento do Mateus é barato e eu posso pagar. Mas tem os suplementos, tem leite que custa R\$ 100 a lata, imagina”. Depois, nós a acompanhamos numa longa entrevista que deu a uma ONG internacional de direitos humanos. No caminho de volta pra casa, ela explicou que, mesmo que aquela conversa com a jornalista estrangeira não servisse imediata ou diretamente ao Mateus, “é sempre bom poder ajudar outras pessoas, explicar sobre a situação dos bebês que eu conheço, contribuir para que o governo melhore sua atuação”.

Sobretudo no início de nosso contato com essas famílias, ficou muito clara essa postura ativa no atendimento aos convites da ciência e da mídia. As famílias desejavam, acima de tudo, entender melhor as crianças e realmente confiaram que as pessoas estudadas e diplomadas deteriam o conhecimento, os recursos, a infraestrutura e as redes de contatos necessários para avançar e ampliar esse entendimento. Foi a vontade de saber e a fé de que a ciência produziria esse saber que motivaram muitas dessas famílias a autorizarem a participação de seus filhos e filhas nas pesquisas. Saber mais permitiria que, numa escala local, essas famílias conseguissem cuidar melhor de seus filhos e, numa escala mais ampla, o governo, como sugeriu Mariana, “melhorasse sua atuação” junto a esse público com SCVZ. A ciência e a mídia eram compreendidas como fonte de informação e mediação entre o cidadão e o Estado.

4 Ajuda, recompensa e parceria

As interlocutoras logo entenderam que as doutoras, embora com autoridade para pesquisar e se pronunciar, precisavam ter acesso às crianças, aos seus sintomas. Então, as crianças viraram, concretamente, o *corpus* empírico da ciência do VZ, e, por isso, as famílias diziam que essas crianças estavam “ajudando” a ciência e a mídia. Eram também, portanto, atores desse amplo cenário, atuando como coprodutores desses empreendimentos. Cintia, por exemplo, nos disse que quase sempre as jornalistas lhe davam alguma coisa em troca, dinheiro, leite, fraldas. Ela aceitava, mas não cobrava de antemão para dar uma entrevista como via outras pessoas fazerem. E nos explicou, “Não é comprado, é uma ajuda”. E acrescentou ainda, “Tem mãe que diz, ‘Ah, pra que eu vou ficar dando entrevista? Não tô ganhando nada nada com isso’. Mas ganha, ganha sim. Ganha voz”.⁹ Depois, lembrou de uma vez que contribuiu com uma reportagem televisiva e no dia seguinte recebeu a ligação de um centro de reabilitação oferecendo uma vaga para sua filha. Andreia, outra interlocutora muito próxima, explicou como via sua participação científica, “Elas vêm, querem saber do nosso trabalho, o que a gente faz com nossos filhos. A gente recebe, responde, achando que pode ajudar

178

9 Diário de campo de Aissa Simas, 2018.

Soraya Fleischer

as outras mães a não se perderem da luz”. Havia interesse próprio; tinham vontade de passar esperança para outras mães; e também faziam um investimento mais amplo, ao integrar uma pesquisa e contribuir para visibilizar a epidemia, o VZ e a SCVZ. Ao ajudar, havia um certo altruísmo em fazer aprendizados individuais chegarem mais longe, seja para as outras mães, seja para as autoridades.

Profissionais da mídia tinham por costume pagar por essas ajudas. Cachês foram oferecidos pelas fotografias, filmes, depoimentos. Bela nos contou que aceitou viajar com o filho até outra região e participar de uma campanha da prefeitura contra o mosquito *Aedes aegypti*, e recebeu R\$ 2.000 em troca. Aparecer em telejornais ou em *outdoors* poderia mobilizar campanhas de doações de alimentos para a comunidade da micro como um todo. Uma pesquisa dos EUA, que previa construir dados a partir de uma coorte quinquenal com essas crianças, oferecia uma cesta básica por mês a cada família participante, Bela e Cintia eram integrantes, inclusive. Uma mulher nos contou que recebeu um auxílio de R\$ 1.000 do fundo de pesquisa de uma cientista estrangeira que veio a Recife. Passagens de ônibus para ir e voltar e lanches para passar o dia durante uma coleta de sangue já eram condições naturalizadas, nem sequer precisando ser negociadas. Essas mulheres chamavam tudo isso de “recompensas”, e algumas interlocutoras, pressionadas pelos seus companheiros e parentes, ao longo do tempo decidiram que só sairiam de casa para “ajudar” se as “recompensas” estivessem claramente garantidas já no início do contato com a jornalista ou a pesquisadora.

Entendemos que as recompensas chegavam em troca de ajuda individual, como Cíntia, Bela e Andreia descreveram nos parágrafos acima, e, quando coletivas, eram chamadas de “parcerias”. E, na relação com a ciência, à medida que as famílias foram entendendo seu *timing* próprio, com os seus resultados chegando apenas a longo prazo, a prática da parceria foi se apresentando como necessária. Algo muito ansiado pelas mães eram as consultas com especialistas, raras na cidade. A consulta poderia ser a porta de entrada para realização de exames de alto custo, amostras de medicamentos, terapias e cirurgias reparadoras, tecnologias assistivas (óculos, cadeiras de rodas, órteses etc.). Esses eram itens dificilmente oferecidos na rede pública ou cobertos pelos planos de saúde. Ana Caroline, uma importante liderança local, comentou em um evento realizado em uma universidade e destinado às gestoras do município: “Eu tô com mais de 50% das crianças sem tratamento. A gente fica louca tentando fazer parcerias com a universidade, ganhamos uma sede, pretendemos montar um centro de reabilitação, mas é difícil”¹⁰. Ela vinha notando que muitas vagas de terapia estavam, em 2017, se fechando para as crianças com deficiência neurológica grave, como era o caso das crianças com a SCVZ. Uma parceria com a universidade poderia acontecer, por exemplo, a partir da oferta de material orgânico da criança em troca de consultas de acompanhamento ou terapias de reabilitação. Nesse mesmo evento, outra liderança, Fernanda, levantou-se, pegou a mão da presidente de outra associação de pacientes raros que estava ao seu lado e disse: “Precisamos andar assim ó, de mãos dadas, com os estudiosos, o Estado, todo mundo. Essas mulheres vivem completamente à margem da sociedade, ninguém nunca olhou para elas. Então,

179

10 Diário de campo de Raquel Lustosa, 2017.

Soraya Fleischer

11 Diário de campo de Yasmin Safatle, 2017.

eu estou muito feliz, apesar de tudo, em estar discutindo isso aqui com vocês”.¹¹

A criança com a SCVZ virou um sujeito valioso à ciência do VZ. Reconhecendo o potencial desse *corpus* empírico, as famílias tentavam aproveitar os projetos de pesquisa, sabendo que aconteciam dentro de instituições de saúde e de ensino, ambos de difícil acesso. Então, as propostas científicas vieram junto com oportunidades clínicas (Castro 2020), dentro de instituições públicas e também privadas. Essas oportunidades também eram notadas por lideranças, como Ana Caroline e Fernanda, que propunham arranjos interinstitucionais para que mais famílias pudessem ser atendidas, passando de uma ajuda individual a uma parceria coletiva. E apostavam que o material biológico alimentaria uma relação a ser continuada por mais tempo. Haviam aprendido sobre o tempo da ciência, que dependia de vários questionários, muitas consultas, sucessivas coletas e *follow-ups*. “Andar de mãos dadas”, “somar” e “fazer parcerias”, essas eram as estratégias que as famílias e suas representantes vislumbravam com a ciência, a universidade, suas doutoras.

A partir dessas três categorias – ajuda, recompensa e parceria –, as mães amadureciam uma etiqueta ética para a participação de suas crianças nas pesquisas. O interessante também é que todos esses termos sugeriam uma participação bastante ativa, comunicavam a forma como elas entendiam a demanda da ciência e, deliberadamente, se posicionavam diante dela. Como bem resumiu Andreia, “tem que ser bom para os dois lados”. A partir da ajuda oferecida pelas crianças e suas famílias, essa conclusão de Andreia parece ser o pressuposto ético nativo para qualquer desdobramento, seja recompensa, seja parceria.

Contudo, Bela notava a diminuição da presença de jornalistas e cientistas nos anos mais recentes. Explicou que as famílias vinham recebendo menos convites e que as recompensas vinham escasseando. “Agora, só temos a esperança de alguma coisa mudar. Mas, às vezes, né, não muda nada”. A mudança poderia ser uma política pública, um novo benefício social, uma vacina contra o VZ, a cura da SCVZ ou, como ela aventava, nada disso. Mas Bela sabia, como também Cintia, Camille, Mariana, Andreia e outras mães aqui mencionadas, que embora a ciência ou a mídia tivessem a capacidade de influenciar resultados e decisões, as mudanças poderiam demorar bem mais do que o tempo da doação da fralda ou mesmo do tempo de vida daquela criança, por exemplo. E se as doutoras estavam dirigindo menos convites às famílias da SCVZ, o *making* e o *timing* da ciência também estavam interessando menos a essas famílias. A seguir, discutiremos uma gradativa perda de fé na ciência, que passamos a observar nas visitas seguintes a Recife.

5 Três queixas em relação à ciência

Continuemos seguindo as ideias de Bela. Numa tarde, enquanto esperávamos a consulta do seu filho, Bela nos contou que no dia anterior participara de mais uma reunião de um projeto de pesquisa com um organismo internacional. Nessas reuniões, ao lado de doutoras e jornalistas de todo tipo, ela representava a associação de mães que integrava. Perguntamos como era sua participação:

Esse é um mundo que eu sonhei viver. Nunca pensei que eu fosse estar

Soraya Fleischer

assim, no meio de tanta autoridade, nem que eu poderia falar o que eu quisesse. Eu queria, mas não imaginava que eu poderia ser uma pessoa importante assim. Importante eu digo, assim, com *status*, com audiência, sabe. Eu não sabia que eu seria importante pelo que eu sou mesmo, pelo que eu vivo todo dia. É muito bacana também conviver com as pessoas que têm mais experiência do que eu.

Emendamos, “Mas com o seu filho, você tem mais experiência do que elas”. Ela abriu um sorriso e rapidamente concordou: “Isso, você tem razão. É uma troca mesmo. Eu conto da minha experiência, elas falam da delas”. Ao final da conversa, perguntamos que tipo de resultados ela previa nessa troca com aquele braço da ONU e as doutoras do hospital onde esse grupo de pesquisa se reunia. Para nossa surpresa, ela disse, cética: “Eu não tenho muita esperança de que elas vão realizar alguma mudança, a intenção delas é de melhorar, criar uma rede para ajudar as crianças, mas o SUS no papel é lindo, na prática, não”.¹² Então, conviver nesses espaços, estar próxima de autoridades e, ao mesmo tempo, ter reconhecida a sua própria experiência com a SCVZ do filho poderiam ser oportunidades de alçar seu *status*, sua imagem entre as colegas da associação, sua autoestima até. Porém, “sentir-se importante” talvez fosse uma sensação mais individual do que os resultados científicos realmente chegarem a ser incorporados pelo SUS, espaço frequentado pela comunidade que Bela representava.

Mas o SUS seria a ponta final de incorporação das tecnologias geradas pela ciência. Precisamos voltar um pouco no tempo e acrescentar mais algumas camadas dessa relação entre as famílias e as doutoras. Embora tenham conhecido muitas pesquisadoras gentis, médicas atenciosas, repórteres interessadas em suas histórias como, por exemplo, esse grupo do qual Bela participava, a relação com a ciência suscitou ruídos. Notamos três grandes queixas que se referem a práticas que começaram antes de a criança nascer e continuaram a embalar os protocolos científicos até mais recentemente. Anos e anos de pesquisa sobre o VZ e ainda seguiam sendo relatados desrespeitos, violências, alheamento e subalternização nos cenários científicos. Dado o intensíssimo itinerário terapêutico em nome da saúde dos filhos, elas vinham se tornando especialistas no SUS (Fleischer 2020b). Agora, sugerimos que foram também se tornando especialistas sobre a ciência do VZ que foi produzida a partir dos corpos e histórias dessas crianças. Nesse tempo, elas foram ganhando experiência sobre a cultura científica do VZ e se posicionando mais criticamente em relação a ela. Passemos às queixas.

A primeira queixa vem da época do ciclo reprodutivo. Durante a gravidez, ouviram de ginecologistas, depois no parto, ouviram de obstetras, e, ao longo do puerpério, foram os pediatras e neurologistas a emitir prognósticos muito categóricos sobre a criança. Na forma de “prazo de validade”, como uma avó de micro definiu, essas profissionais disseram que a criança “não sobreviveria”; se sobrevivesse, “vegetaria” inerte sobre uma cama; se vegetasse, “não duraria muito tempo”. A maior parte das crianças desafiou todos esses diagnósticos e seguiu vivendo e crescendo. Assertivas categóricas, divergências entre opiniões

12 Diário de campo de Thais Souza, 2017.

181

Soraya Fleischer

e iatrogenias contribuíram para criar uma atmosfera de desconfiança por parte das famílias. À medida que foram se educando sobre a SCVZ, puderam avaliar as profissionais, escolher com quem se relacionar, derivar aprendizados de todos esses itinerários terapêuticos.

A segunda queixa se refere ao diagnóstico, ou melhor, à falta dele. A primeira geração de mulheres infectadas com o VZ raramente fez um exame de ultrassom gestacional, já que, por um lado, esse exame não integra o protocolo de pré-natal público e, por outro, não havia suspeita de uma epidemia em curso. Mas depois do parto, foram dezenas de exames realizados, nem sempre acompanhados de explicações sobre a razão, o procedimento, a data do resultado. A segunda geração de mulheres, infectada em plena epidemia declarada, já experimentou essa profusão de exames durante e depois da gravidez. Ainda assim, foi comum ouvir delas, “Ninguém me explicou nada no hospital”. Numa sala de espera com uma dúzia de mães de micro, Julia lembrou que no começo, à época do nascimento da filha, tinha sido muito difícil, “A gente não entendia nada do que estava acontecendo. A gente ia nas consultas, os médicos falavam e falavam e a gente não entendia aquelas palavras, aquelas explicações todas. Falavam rápido demais, não explicavam o que estavam querendo dizer. E a gente sem entender”. “A gente ouvia nos consultórios e voltava para casa sem saber o que tinham dito, né?”, reforçou Lucinha, sentada ali do lado e interlocutora que tinha nos convidado para lhe acompanhar naquele dia e que também esperava pela consulta médica de rotina do filho.

Em geral, não se sentiram confortáveis para fazer perguntas, pedir para que o ritmo das informações fosse mais calmo, checar palavras e termos. E a próxima frase que ouvimos repetidamente foi, “E, claro, fui fuçar na internet”. Ainda outro entendido, o Dr. Google, lhes ajudou a encontrar fotografias, vídeos, depoimentos, reportagens, artigos científicos sobre a microcefalia, depois sobre o VZ e, mais tarde, sobre a SCVZ. E Cíntia, que foi se tornando uma vibrante porta-voz da ciência, aproveitou a internet para avaliar se faria os procedimentos sugeridos pelas médicas, se aceitaria os convites recebidos das cientistas: “As médicas falavam de um exame, falavam uma palavra lá e eu voltava para casa e ia pesquisar na internet, ver o que era, ver se poderiam fazer aquilo na minha filha”. Os outros meios de comunicação também ajudaram. Quando perguntamos se a obstetra tinha lhe explicado o que era microcefalia, Irene sacudiu a cabeça, “Explicou nada. Eu não sabia nada. Eu pensei que era só eu. Depois a minha filha [mais velha] viu na televisão e me chamou pra ver também. Foi aí que eu vi que era uma epidemia, que não era só eu”¹³.

Ainda assim, a falta de explicações e de um diagnóstico deixou essas mulheres se sentindo sozinhas até que começaram a se conhecer em salas de espera (semelhantes às que descrevemos aqui), se adicionar nos aplicativos de mensagens e trocar informações e experiências (Lustosa 2020). Foram se fortalecendo com conhecimento, inclusive sobre doutoras, hospitais e projetos de pesquisa mais atenciosos, didáticos e relevantes para suas filhas e filhos. Nesse sentido, Julia, mencionada acima, concluiu, “Hoje, a gente tem muito mais informação, muito mais informação”. Ela repetiu várias vezes essa palavra: “A gente não sabia onde

182

13 Diário de campo de Thais Souza, 2017.

Soraya Fleischer

conseguir mais informação, aonde ir, com quem falar. Hoje não, a gente sabe muito melhor”. Dos substantivos inertes, o não e o nada, passaram a verbos de ação, ir, falar, conseguir, saber. Elas também foram, a seu modo, fazer ciência: fuçar, pesquisar, estudar, se informar.

A terceira queixa vinha sendo formulada mais recentemente e derivava de anos de interlocução com a ciência: não receber de volta os resultados. Camille contou, resignada:

Nós somos da pesquisa na [instituição filantrópica] e no [hospital de referência em pediatria]. Mas nunca entregaram o resultado para mim, eu não recebi de volta. Eu já pedi várias vezes, mas desisti de pedir de novo. Eu já até falei assim, “Nem vou pedir mais, né doutora, não vai dar mesmo, né?”. A doutora só mostrou assim no computador, foi só assim que eu pude ver. No computador dela, foi quando eu vi pela primeira vez a parte afetada do cérebro do meu filho. Eles tiraram a foto para botar no estudo e me disseram que iam devolver depois. Mas nunca devolveram.

Para mães como Camille, os resultados poderiam ser a ressonância do cérebro, o raio-x da mão ou o hemograma do filho. Tudo isso poderia compor a sua memória e a pasta que carregava cheia de documentos sobre a síndrome do filho. “Resultado”, portanto, é outra expressão também polissêmica e amalgamada.

E expressão muito valorizada. A maior parte das famílias nunca recebeu um único resultado e não teve a coragem de pedir, muito menos de insistir e fazer troca como Camille fez. Algumas mães, só souberam “de boca”, com uma informação oferecida pela doutora ao cruzar pelo corredor ou dentro do consultório. Outras, como Camille, puderam ver na tela do computador. Uma ou outra recebeu como um PDF enviado pelo aplicativo de celular. Quase ninguém recebeu uma impressão em papel das mãos da equipe ou enviado via postal, por exemplo. O resultado é compreendido de modo mais amplo porque poderia ter muito mais finalidades do que aquelas previstas inicialmente pela pesquisa. Poderia facultar o acesso a mais especialistas, direitos e benefícios sociais.¹⁴ E, inclusive, a outras pesquisas. Alguns projetos sobre o VZ exigiam, como condição para participar, o laudo que atestasse a SCVZ ou, como as mães nos diziam, o laudo que ligasse a micro ao Zika.

Nos poucos casos em que o retorno aconteceu, foi reportada também a troca de exames. E, assim, a ciência, seja na figura da doutora, de máquinas ou papéis, ia parecendo cada vez mais exógena e distante, fria e descompromissada. Por outro lado, também conhecemos mães muito entusiasmadas com as pesquisas, como Cíntia, que creditavam ao governo a ausência e a troca de resultados. Não responsabilizavam as pesquisadoras, mas seus superiores que poderiam querer ocultar provas de que o VZ existisse, que a SCVZ fosse uma de suas consequências e, assim, poupar o Estado de qualquer indenização. Nesse mesmo sentido, uma mulher nos explicou que, “por uma deliberação do Ministério Público, os exames não eram devolvidos para que as famílias não pudessem correr atrás de seus direitos”.

14 Passe-livre no transporte, vaga no *Minha Casa Minha Vida* ou na escola, Benefício de Prestação Continuada, Pensão Vitalícia são direitos só garantidos com a apresentação de um dossiê sobre a criança. E os resultados emitidos pelas doutoras, em situação clínica ou científica, eram uma peça central nesse dossiê.

Soraya Fleischer

Não são queixas frívolas, despropositadas nem distantes do making científico. Comunicam um desnivelamento na relação dessas famílias com a ciência, mas também um ideário de ciência: Se elas ajudaram tanto, por que não foram ajudadas de volta na forma de recompensas e parcerias, diagnósticos e resultados? Algumas mulheres, com mais voz, como Cíntia, ou mais humor, como Camille, conseguiram falar de suas expectativas e insatisfações com os projetos de pesquisa, cobraram as cientistas, sugeriram outras formas de trabalho conjunto e até passaram a selecionar mais ativamente quais protocolos científicos integrar. Outras preferiram simplesmente se afastar, perderam a fé na ciência. Não conseguiram mais sustentar, como sugeriu Bela, “a esperança de que elas [as doutoras] vão realizar alguma mudança”.

6 Considerações finais: Quando as famílias antecipam e invertem a relação com a ciência

Ao cuidar de uma criança com um vírus novo, uma síndrome complexa e um conjunto de deficiências, a esperança era abalada várias vezes, de modo sutil ou drástico, em casa ou na rua. Era também reconstruída muitas vezes, com cacos de novidade, com uma palestra, um exame exibido na tela do computador (Fleischer 2020a). A ciência era sedutora porque convidava todas ao seu redor a imaginar outras possibilidades. Por isso, a ciência foi onde muitas das interlocutoras, como Cíntia, Camille e Mariana, se nutriram por muitos anos. Embora fonte significativa, não era a única, como Bela, Julia, Lucinha e Irene foram percebendo aos poucos.

Essa nutrição indica o primeiro dos três tipos mais comuns de relacionamento com a ciência biomédica, segundo Rabeharisoa e Callon (2002). O tipo “auxiliar”, onde há “uma divisão estrita de papéis e missões” entre pesquisadoras e sujeitos pesquisados (Rabeharisoa et al. 2012, 20), onde pacientes e cuidadores “são esperados pelos profissionais para serem cooperativos para que seu tratamento [e pesquisa clínica] possa acontecer sob as mais favoráveis condições técnicas” (Rabeharisoa e Callon 2002, 60). Nesse tipo de relacionamento, as ações das pacientes e de suas cuidadoras devem ser “meras extensões do que é feito pelas médicas” (*idem*).

A intensidade com que a ciência chegou foi invasiva, repetitiva, enfadonha, mas deu acesso a um grande conjunto de doutoras. Mesmo havendo queixas, a ciência e as cientistas se mantiveram como um valor e por isso havia o empenho em encontrar doutoras com quem ajudas, recompensas e parcerias poderiam ser trocadas a contento e uma relação foi sendo estabelecida entre as partes. Nesse caso, a médica se sentiria mais constrangida de oferecer opiniões muito categóricas e pouco detalhadas; a família se sentiria menos constrangida de fazer perguntas para entender as informações; e caso não chegassem, os resultados poderiam ser cobrados mais corriqueiramente, como Camille vinha fazendo.

Quer dizer, foi ficando insustentável “dar plena vazão aos desejos e projetos das profissionais”, como no tipo de relação meramente “auxiliar” (Rabeharisoa e Callon 2002, 61). E, uma maior seletividade sobre as cientistas e suas propostas foi

Soraya Fleischer

importante para que essas famílias não ficassem totalmente “despojadas de sua influência”, caminhando para o segundo tipo de relação com a ciência, que esses autores também chamam de “parceria” (*idem*). Se não notamos uma participação mais intensa no desenho inicial das pesquisas sobre VZ ou SCVZ, ao menos a postura das famílias em relação à ciência foi se modificando. Mais e mais, a experiência das famílias, no sentido “de saber o que significa viver com a doença (...), ditada pela sua intimidade com a doença” (*idem*, 62), foi lhes garantindo mais legitimidade e autorizando a parear com as doutoras. Fomos notando práticas como oferecer detalhes, a partir da “ciência doméstica”, para que “as características” da SCVZ pudessem ser mapeadas; comparar e complementar informações durante os encontros nas salas de espera; priorizar aqueles consultórios com atmosferas de aprendizado mútuo entre famílias e especialistas; cobrar resultados para que a cooperação pudessem continuar em curso (Rabeharisoa e Callon 2003, 195).

Amadurecer opiniões sobre a ciência e as cientistas, na forma das três queixas aqui descritas, foi também uma forma de participar ativamente desse cenário. Estavam observando, avaliando, reagindo aos convites, protocolos, agulhas. E, diante de ruídos e discordâncias, em vez de deixar a cena, continuaram marcando sua presença, exigindo um bom atendimento científico para suas crianças. Estavam desenhando melhores condições éticas para a ciência do VZ a partir de quem vivia diretamente a SCVZ. Parece-nos muito estimulante ver sujeitos de pesquisa sugerindo aprimoramentos aos sujeitos pesquisadores, ampliando a forma de produzir ciência. Mas essa postura mais crítica não chegava a ilustrar totalmente o terceiro tipo de relacionamento, a “oposição” à ciência, onde “se rejeita qualquer definição de seu estado pela comunidade científica e médica” (Rabeharisoa e Callon 2003, 195). Ainda interessadas em manter alguma relação com a ciência, as mães de micro que conhecemos estariam renunciando “novas relações entre ciência e sociedade, entre quem produz conhecimento e quem se destina a dele se beneficiar” (Rabeharisoa e Callon 2002, 63). Se, de início, essas famílias foram apenas convidadas pelas doutoras para integrar seus projetos de pesquisa (“auxiliar”), mais recentemente, aquelas já se percebiam como interlocutoras mais atuantes (“parceiras” e, muito pontualmente, “opositoras”) do que essas últimas talvez imaginassem.

Então, em vez de esperar que os resultados viessem somente das cientistas, notamos uma **antecipação** e uma **inversão**. Ao observarem atentamente a produção da ciência, ao relatarem sobre suas experiências dentro dessa produção e ao comunicarem suas discordâncias sobre essas experiências, as famílias já estavam **antecipando** resultados às cientistas. As famílias iam se tornando cientistas que estudavam cientistas, **invertendo** os papéis de quem pergunta e quem responde. Mulheres como Cíntia, Mariana e Camille não apenas ajudaram a ciência com o material orgânico de seus filhos e filhas, mas também sugeriam que a ciência realizasse suas práticas de modo mais cuidadoso e equitativo (“de mãos dadas”). Esse pode ser um resultado inesperado pelas doutoras, se ainda estivessem acomodadas numa relação de enunciação unidirecional, de dentro da universidade para o mundo de fora, acostumadas a serem os sujeitos que miram e interpretam

185

Soraya Fleischer

os objetos. Mas não tomo a tipologia proposta pelos autores como fixa porque não afasta os momentos em que as famílias de micro oscilavam entre mero auxílio, a relação mais comum, e uma certa desesperança com a ciência, relação mais recente. E ainda, como as lideranças Ana Caroline e Fernanda mostraram, as parcerias dependiam de muitos esforços coletivos e realizados de todos os lados para que o “modelo de delegação” e o “grande divisor” entre “*know-how* especializado e experiência leiga” (Rabeharisoa e Callon, 2003) pudessem ser revistos.

Neste artigo, amparadas por antropólogas que vêm estudando o envolvimento de pacientes e acompanhantes com a ciência, buscamos entender como foi vista a intensa chegada das cientistas do VZ e SCVZ na Região Metropolitana do Recife, algumas das razões para as famílias de micro aceitarem seus convites e três críticas recorrentes que formulavam sobre esses encontros. Essas imagens eram variadas e eloquentes e, mais importante, a partir daí, as relações travadas com as cientistas também foram se diversificando. Nessa intensa construção de relações científicas, as famílias também comunicaram suas análises: o que imaginavam como a “boa ciência”, a “boa cientista” e como poderia “ser bom para os dois lados”. Quando se frustravam nesses encontros científicos, algumas famílias passaram a evitar os próximos convites para integrar projetos de pesquisa, mas isso não significa que deixassem de frequentar consultórios de especialistas, de oferecer medicamentos sofisticados para paliar os sintomas das crianças com a SCVZ ou, mais recentemente, de ansiar pela chegada das vacinas contra a covid-19 à faixa etária infantil.

A fé na ciência permanecia, mas não incondicionalmente. E, em tempos tão sombrios vividos pela ciência neste país, vale reforçar: tecer críticas não é o mesmo que negar a ciência. Como muitas dessas famílias no Recife, também somos entusiastas da ciência, mas não de qualquer ciência, nem realizada a qualquer custo¹⁵. Informadas pela sua experiência como mães, cuidadoras e acompanhantes de sujeitos de pesquisa, essas mulheres também estavam a fazer ciência, ao alimentar com material orgânico a ciência do VZ, da SCVZ e, mais do que tudo, a ciência que resultava a partir de todos os atores que aí haviam se encontrado. Participar da ciência era, de modo nada passivo, ampliar as escalas de esperança por onde poderiam imaginar o futuro de suas crianças. Gerava uma expectativa imediata ao doar um pouco de urina e receber uma recompensa concreta na forma de fraldas ou uma cesta básica. Permitia ansiar por terapias e acompanhamento médico continuado, a partir da parceria entre famílias e universidades. Ou até esperar, num ato mais altruísta ou humanitário, a partir de uma acepção geral de ajuda, que o sangue da sua filha pudesse beneficiar muitas outras crianças com a mesma condição de saúde, ao redor da cidade e também no futuro. Etnografar esses encontros e relacionamentos com a ciência visa, principalmente, afirmar que ela muito se beneficia sendo coproduzida e seguindo como assunto debatível publicamente por todas nós.

Recebido em 05/07/2021

Aprovado para publicação em 07/12/2021 pela editora Kelly Silva

15 E nem em consonância com o que Sônia Maluf chamou de uma “reemergência (...) de uma visão reducionista do campo científico, que exclui perspectivas que não cabem em um formato positivista e determinista da saúde” (2021, 283, nota 29).

Soraya Fleischer

Referências

- Barros, Alessandra S. S. 2021. “Deficiência, Síndrome Congênita do Zika e produção de conhecimento pela antropologia”. *Revista Scientia* 6(1): 142–63.
- Castro, Rosana. 2020. *Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica*. São Paulo: Hucitec.
- Diniz, Debora. 2016. *Zika: Do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fleischer, Soraya. 2020a. “Circulação de esperança em tempos de Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife/PE”. In *Desigualdades e Políticas da Ciência*, org. Debora Allebrandt, Nádia Meinerz e Pedro Nascimento, 325–62. Florianópolis: Casa Verde.
- Fleischer, Soraya. 2020b. “Doutores”. In *Micro: Contribuições da Antropologia*, org. Soraya Fleischer e Flávia Lima, 77–88. Brasília: Athalaia.
- Fleischer, Soraya. “A multicausalidade da microcefalia (Recife, Pernambuco)”. No prelo.
- Fleischer, Soraya, e Flávia Lima, orgs. 2020. *Micro: Contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia.
- Latour, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- Lustosa, Raquel. “Mulheres”. 2020b. In *Micro: Contribuições da Antropologia*, org. Soraya Fleischer e Flávia Lima, 39–50. Brasília: Athalaia.
- Maluf, Sônia. 2021. “Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências”. *Tomo* 38: 251–85.
- Moreira, Tiago. 2014. “Understanding the role of patient organizations in health technology assessment”. *Health expectations: an international journal of public participation in health care and health policy* 18(6): 3349–57.
- Moreira, Tiago, Orla O’donovan, e Etaoine Howlett. 2014. “Assembling dementia care: Patient organisations and social research”. *BioSocieties* 9: 173–93.
- Nunes, João Arriscado, Ângela Marques Filipe, e Marisa Matias. 2010. “Os novos actores colectivos no campo da saúde: o papel das famílias nas associações de doentes”. *Alicerces*: 119-28.
- Pols, Jeannette. 2014. “Knowing patients: turning patient knowledge into science”. *Science, Technology, & Human Values* 39(1): 73–97.
- Rabeharisoa, Vololona, Tiago Moreira, e Madeleine Akrich. 2014. “Evidence-based activism: Patients’, users’ and activists’ groups in knowledge society”. *BioSocieties* 9: 111–28.
- Rabeharisoa, Vololona, Michel Callon, Angela Marques Filipe, João Arriscado Nunes, Florence Paterson, e Frédéric Vergnaud. 2012. “The dynamics of causes and conditions: the rareness of diseases in French and Portuguese patients’ organizations’ engagement in research”. *CSI Working Papers Series 026*. Paris: Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI), Mines ParisTech.
- Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2007. “The Growing Engagement of Emergent Concerned Groups in Political and Economic Life”. *Science Technology & Human Values* 33(2): 230–61.
- Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2003. “Research ‘in the wild’ and the shaping of new social identities”. *Technology in Society* 25: 193–204.

Soraya Fleischer

Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2002. "The involvement of patients' associations in research". *International Social Science Journal* 54: 57-63.

Scott, Parry, Marion Quadros, Ana Claudia Rodrigues, Luciana Campelo Lira, Silvana Sobreira Matos, Fernanda Meira, e Jeíza Saraiva. 2017. "A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados". *Cadernos de Gênero e Diversidade* 3(2): 73-92.

Simas, Aissa. 2020. "Ciência, saúde e cuidado: Um estudo antropológico sobre a pesquisa clínica no contexto da epidemia do Zika (Recife/PE)". Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.

Faith in science? How families saw the science of the Zika virus happen to their children in Recife/PE

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9478>

Soraya Fleischer

University of Brasília - Brazil

ORCID: 0000-0002-7614-1382

soraya@unb.br

Professor at the Department of Anthropology, Institute of Social Sciences, University of Brasília, Brasília, Brazil. PhD in Anthropology from the State University of Rio Grande do Sul (2007) and with a recent post-doctoral internship also in Anthropology at the State University of Santa Catarina (2022). Co-coordinates the Anthropology and Public Health Collective (CASCA) and the podcast Mundaréu.

189

The Zika virus (ZV) arrived in Brazil as a new epidemic between the years of 2015 and 2016. Its main consequence was reproductive, with the birth of more than 4,000 children with what was called the Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS), a complex set of disabilities that requires a range of specialized care. So far, in the anthropological literature, much has been said about these disabilities, about the daily care and rights of these children and their families, but not so much has been documented about the relationship they had with science that tried to understand this new virus, this new syndrome. The article discusses why this specific population accepted the invitations coming from science and their critical reflections on this intense interaction with science. Based on a collective and ethnographic along four years of research in Recife/PE, the epicenter of the ZV epidemic, the article intends to contribute to an Anthropology of science less “internal to the laboratory”, since the research subjects involved in the production of knowledge about the ZV and CZVS also helped to assess and – most importantly – construct this science.

O vírus Zika (VZ) se instalou no Brasil como uma nova epidemia entre os anos de 2015 e 2016. Sua principal consequência foi reprodutiva, com o nascimento de mais de 4.000 crianças com o que se convencionou chamar de Síndrome Congênita do Vírus Zika (SCVZ), que reúne um conjunto complexo de muitas deficiências e exige vários tipos de cuidado especializado. Até o momento, na literatura antropológica, muito foi dito sobre essas deficiências, sobre o cotidiano de cuidados e de direitos dessas crianças e suas famílias, mas nem tanto foi documentado sobre a relação que elas mantiveram com a ciência, que, por muito tempo, tentou compreender esse novo vírus, essa nova síndrome. O artigo apresenta razões para essas pessoas terem aceitado os convites vindos da ciência e também terem tecido reflexões mais críticas sobre esse intenso convívio com a mesma. Com base em pesquisa coletiva e etnográfica, realizada em quatro anos no Recife/PE, epicentro da epidemia do VZ, o artigo pretende contribuir com uma Antropologia da ciência menos “interna ao laboratório”, já que os sujeitos de pesquisa envolvidos na produção de conhecimento sobre o VZ e a SCVZ também ajudaram a avaliar e – mais importante – a construir essa ciência.

Epidemia do vírus Zika; Recife; Antropologia da ciência.

Zika virus pandemic; Recife; Anthropology of Science.

Soraya Fleischer

1 Introduction: the virus, the syndrome, and the science¹

Zika Virus (ZV) settled in Brazil as a new epidemic between 2015 and 2016, mainly. Its central consequence was reproductive, with the birth of more than 4,000 children with what is conventionally called the Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS). From an anthropological point of view, much has been studied and published about children and their families, but not so much has been documented on the science of ZV and CZVS. The few recent works from the Social Sciences on the science of the ZV tend to prioritize the scientists directly involved in this production, the names that were awarded, sooner or later, with the pioneering discoveries (Diniz 2016, Lowy 2019). In addition to national, international, and renowned scientists, there was a large group of local and unknown scientists who worked in health services and universities in the Metropolitan Region of Recife (MRR), the epidemiological epicenter of the ZV in that biennium. These last few appeared in this recent and hagiographic history of the so-called science with a capital “S” (Latour 2000).

But there are still other actors, such as the ZV-infected children and families who care for CZVS, which have rarely been addressed in studies on the science of the ZV. As Rabeharisoa and Callon recalled, “questions concerning relations between scientists and non-scientists, experts, and lay people – especially in the production and dissemination of knowledge – have received little attention from the empirical or theoretical viewpoints, at least until quite recently” (2003, 194). These authors suggest that Science studies, by focusing on getting to know laboratories and their scientists, end up being “rather internal to science” (2003, 193). When, eventually, they appeared in anthropological production, families affected by the epidemic were generally considered by the “domestic science” they produce (Diniz 2016, Barros 2021). That is, a knowledge that comes from the intimacy and intensified coexistence with these children in the space of the house and of daily care (Pols 2014).

Considering the relationship among home, clinic, and science is important because, precisely, health professionals and researchers make up a set of actors with whom these families are intensely interrelated. This is also the case for patients with rare diseases and their caregivers, as shown by Rabeharisoa and Callon (2003, 195) and their colleagues who have studied the involvement of patients with science (Rabeharisoa *et al.* 2014, Nunes *et al.* 2010, Moreira 2014, Moreira *et al.* 2014). This has been a movement since the mid-20th century. Anthropologists in France, Portugal, and England have witnessed the many exchanges of knowledge of patients, patient associations, and researchers. For example, from their ethnography with the French Association against Myopathies (AFM), Rabeharisoa and Callon noted that, in a broader context, of the 156 organizations they mapped at the turn of the century, “34% do indeed fund research” (2002, 59). These were small groups that prioritized resources for science and, at the time, on average, donated 40% of their budget to research (*ibid.*).

The family associations, which emerged in the Metropolitan Region of Recife at the beginning of the ZV epidemic, had similar goals to patient associations in

1 I would like to thank my father, David Fleischer, for helping me with the first version of this translation; and also, Gislene Barral for the careful final revision of the translation.

Soraya Fleischer

other parts of the world: “elaborate a collective identity”, “support their social integration”, “bring the disease before the public eye” (Rabeharisoa and Callon 2002, 58) and guarantee the survival of children with CZVS (Scott *et al.* 2017). Science was sought, above all, as a practice of care, to try to find answers and improvements for these children’s health and quality of life. But, unlike patient organizations in those European countries, there was no participation, for example, in the design and funding of research projects or anything like “research advocacy” (Rabeharisoa *et al.* 2012, 8). And, in terms of resources, it was science that eventually offered opportunities and donations to children with CZVS, their families, and NGOs in Recife, not the other way around.

Although families sought out specialists to deal with their sons and daughters’ specific symptoms, much more often, they were contacted by researchers (Rabeharisoa *et al.* 2012, 20-1). The families were found by the medical records of the health institutions they had visited. Also, through the NGOs that, in face-to-face meetings and *WhatsApp* groups, relayed the invitations received from scientists. Although the community associations have been hosts of the ZV science, playing an informal role in the recruitment of research subjects, the compliance and the relationship with scientists took place on an individual and family basis. So, the literature with which we will interact in this article will serve only partially, always bearing in mind that, in the MRR scenario, the relationship with science was, at first sight, “more reactive than proactive” (Rabeharisoa *et al.* 2012, 20) and it was more individualized than collective.

Yet, our MRR data points to another form of dialogue with science². The interlocutors we met had a lot to say about the biomedical science they encountered in recent years. Although they were, at all times, reflecting on their direct learning from the children (the “domestic science”), they were also accumulating impressions and maturing opinions about the way in which scientists approached and related with the children³. Here, we will avoid separating the house from the clinic, the lay mother from the specialized professional, the observed object from the observing subject. The bet, to become less “internal to the laboratory” (Rabeharisoa and Callon 2003), is that these research subjects immersed themselves intensely in the research and, even if from a different perspective from that of the researchers, helped to evaluate and – more importantly – to construct that ZV science. By bringing to the debate other subjects who also produced the ZV science in Recife, we join those who question that “have been active in questioning the theories of knowledge and related ‘hierarchies of evidence’ that are often associated with the evidence-based medicine movement” (Moreira *et al.* 2014, 175). We suggest that other evidence, produced by those who saw this science being done up close is also relevant.

Here, we start from the idea that science is everyone’s business, even if they are not bench scientists (like us from Anthropology), even if they are not from the university (like these mothers and their children with CZVS). This is particularly important in the Brazilian case, as science produced here is, in general, financed by taxpayers’ money. Being public, science must also be accountable and explain

2 This ethnographic research was carried out over a quadrennium (2016-2019). Data draws from meetings, conversations, interviews, observations, and photographs and had the support of CNPq, PIBIC, Anthropology Department, and Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos at the University of Brasília. We thank the dozens of families, children, and scientists who told us about their experiences with the ZV and CZVS, the team of 23 researchers from UnB, and the critical reading received from colleagues from Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (TRANSES), coordinated by Sônia Maluf, my postdoctoral supervisor at the Anthropology Graduate Program, State University of Santa Catarina throughout 2021.

3 We will use the feminine plural because, for the most part, they were mothers, activists, researchers, students, teachers, academics – all female subjects – trying to understand and assist children with CZVS.

191

Soraya Fleischer

what it does and why it does what it does. And different insights on science can be useful for the highlighting and improvement of its course⁴. In the first part of this article, we will situate the scientific scene of the ZV/CZVS in Recife, with its researchers and journalists, to then describe the types of relationships that were established with them in terms of “help”, “reward” and “partnership”. In the second part, three main complaints regarding the scientific practice will be presented to demonstrate how complex and delicate this scenario is, especially considering those who received science on their own bodies. With this, we will opt for greater flexibility, rather than rigidity, of an ongoing typology (Rabeharisoa and Callon 2002) on the way laypeople and experts relate to each other in the production of science.

2 The Recife doctors

Science soon mobilized itself to understand the number, far above the recent average, of births of microcephalic children⁵. After a few months, a consensus grew that the ZV was primarily responsible for microcephaly (Lowy 2019). So, during the epidemic years (2015-2016) and in the years that followed (2017-2019), science that arrived in the MRR was mostly a science of the ZV, eventually also a science of the CZVS. Let us see how and with whom this science has arrived in that context⁶.

In Recife, hundreds of scientists were introduced to or directly approached the women responsible for children with the CZVS. One afternoon, in a waiting room at a rehabilitation clinic, our team joined four mothers and their children in wheelchairs. And we asked if they had already participated in surveys. All said yes, “There was too much research”. One of them said that she “participated in so many research projects, signed so many terms⁷, that if every paper she signed was worth a [Brazilian] real, she would already be rich”. We asked where this research had taken place and they explained: “in all kinds of colleges and universities”⁸. But from what we have learned, several other places served as a setting for science to take place: community associations, hospitals, physiotherapy clinics, and even at the homes of these interlocutors, for example. And, as the MRR concentrated the main services dedicated to these children, many families came from the interior of the state for the birth, then consultations, examinations, therapy sessions, and, on these occasions, were also invited by researchers. So, science did not need to hit the road and make an “active search” in the most distant municipalities from the capital as the research subjects came to their needles, portable freezers, and questionnaires.

This intense presence and this variety of spaces helped to amalgamate some actors, such as health professionals, researchers, professors, residents, interns, students, *etc.* Often, the same person served as a doctor in an office and carried out research at the university where she was also a professor. Clinic, science, and teaching are common attributions of a professional from the health areas. Therefore, a meeting between a woman, her child and this professional could have different purposes, such as carrying out an examination to define a diagnosis;

4 We refer to science in the singular, without the intention of essentializing or creating a single idea of scientific enterprise, but as a generalized portrait of research initiatives from various areas that arrived in the region. During the biennium of the epidemic (2015-2016), on the Plataforma Brasil, we found 99 research projects carried out by local researchers in the MRR (Simas 2020).

5 Microcephaly occurs when, at birth, the cranial diameter is less than 32 cm. In the case of ZV, it is one of the symptoms of CZVS. Families used the adjective “micro” in a general way to identify the child, the specialists, and the services that attended to them, as well (for further details, see the “Introduction” by Fleischer and Lima, 2020).

6 The fact science has prioritized ZV was a problem for the families, as some did not agree that microcephaly was caused by a virus (Fleischer, forthcoming). In addition, the majority thought that the syndrome should be the priority of research and not a mosquito, a microorganism, or vertical transmission.

7 Free and Informed Consent Term (TCLE, in Portuguese).

8 This waiting room was described in the field diary of Aissa Simas, 2018. We will only refer to excerpts from other researchers on the team, while the remaining records were produced by me. From the seven visits made to the MRR, we have written 1,800 pages of field diaries that we agreed, in an edited version, could be shared within the research team.

Soraya Fleischer

clinical follow-up; collecting blood samples for a research project. If, in the health area, having multiple institutional affiliations is common, it seems that the urgency of the epidemic accentuated this amalgamation between professional profiles. For example, in that same waiting room described above, when asked about the difference between “doctor” and “scientist”, one of the mothers explained: “At the beginning of the outbreak, mothers were desperate, we didn’t know what was going on or what to do. Then, for each doctor, three researchers came along, and they didn’t give any information, they didn’t say what they were doing. So, mothers could not differentiate one from the other”.

This mother also explained that, sometimes, there was no invitation to participate in a survey. Data, numbers, and measurements were derived from medical records and exams, which were later included in the broader sample being constructed by the researcher. But, in general, our interlocutors reported that a more formal invitation was made, creating a different framework from a consultation, professional credentials were presented, informed consents were signed. Despite the spaces, roles, and formats of the relationship, with more or less formality, there were so many occasions on which the scientific gaze was directed at these children that, sometimes, when we returned to Recife, one or another woman did not recognize us, did not remember our research specifically. We were also part of the amalgam, Anthropology stuck to Medicine, field notebooks looked like clipboards and forms, questions could be from a qualitative study or news coverage.

So, to translate this amalgam, we suggest a diffuse category, but distinct enough to capture the aura of prestige and exoticism that surrounds it. “Doctor” could be, at the same time, a medical doctor, a bench scientist, the head of an outpatient clinic, a field researcher, and/or a university professor. In this sense, the doctor was linked to the world of schooling, titles, specialization. But also, in another complementary sense, the doctor could be, as they called locally, a “top cat”, an authentic representative of the Recife and Pernambuco elite, who showed off the gold of her hair and jewelry, the high heels of her *stiletto*s, the long silicone nails, the bikini line of those who were at penthouses, clubs or the beach.

Another group of professionals, journalists, also resembled researchers. Not exactly because of the unfolding of their craft, but because of curiosity and the methodology they adopted. In that same waiting room, we took the opportunity to ask if mothers saw a difference between a reporter and a researcher and, in quick unison, they said: “There is no difference”. There were always terms to sign, either the consent form or the consent of image use. An “interview” could be given to a reporter or a researcher. “It makes a difference because, for you [and here, anthropologists were included], it is for a study and for them it is for the media, but everyone asks the same questions: if it was Zika, why was it, what happened, how are the services treating the kid”, one of the women explained to us. Another one, sitting next to her, added wryly, “They both ask the same questions. It makes you want to turn on a tape recorder and record everything and then give it to them, so you won’t have to answer it all over again”. And they all burst out laughing with this solution. We even learned of some local research teams that perfectly under-

193

Soraya Fleischer

stood this criticism and tried to converge instruments and databases to avoid the exhaustion of interlocutors.

But there were also certain differences. Another woman told us, valuing the immediate visibility of the media, “My daughter is famous, she has already done photoshoots for two magazines, one American and one French. She appeared on billboards and everything, she was even recognized on the street by a gringo”⁹. Cintia, as we will call another woman and with whom we had intense contact, explained, more enthusiastic with science than with journalism: “The biggest difference between a journalist and a researcher is continuity. The journalist has a topic that she needs to cover for an article. So she goes, asks about it all, and leaves. The relationship with researchers is different, it has a long-term follow-up. I am even friends with some researchers”.

9 Thais Souza's field diary, 2017.

In recent years, these women have had an intensified contact with science, an unusual experience for most of us. This experience is valuable, both as an internal look at science (because they became research subjects) and an external look at science (because they did not become researchers). They have a lot to say to science and its scientists, as well as to an Anthropology of science. In this sense, we will try to understand what they have said, on behalf of their sons and daughters, about the science of the ZV and the CZVS, but not from the “domestic science” perspective (Diniz 2016, Pols 2014), nor as collective activism of patients and caregivers (Rabeharisoa and Callon 2002, 2003; Rabeharisoa *et al.* 2012), as has been more common so far. From another perspective, considering them as research subjects and guardians of research subjects, in the next section, we will show some of the reasons for valuing and ways of approaching science. Then, we will detail some of the main ways in which this coexistence took place. And, finally, we will discuss why the value of science is, little by little, destabilizing for these families affected by the ZV epidemic.

194

3 Faith in science

Families understood that the “small head” was not just a novelty for them, but also that several other actors, the doctors in particular, wanted to understand what was happening. And they were willing to introduce their sons and daughters, to describe their daily behavior, to answer questions, and, above all, to allow their little bodies to be examined on the surface and from the inside. The raw material and the answers came from children and their caregivers, while the questions and conclusions came from the scientists and journalists. Science was raised to the position of studying, understanding, and explaining the world. For many of these families, science was already and remained an important, respected, and expected practice. It occupied, therefore, a positive place, but an alien place, produced by other people (who did not experience the ZV and CZVS closely), while based on these people (who experienced it all very closely). Because of this “great divide” (Latour 2000, 377) between researchers and research subjects, it was necessary for the latter to delegate to the former the attribution of being studied. Our interlocutors agreed with this distribution of work, within the framework of a

Soraya Fleischer

“delegation model”, in which “the patients, acknowledging their ignorance, leave it to the scientists and specialists to choose the research lines to be given priority and supported, and to handle the production and distribution of theoretical and practical knowledge” (Rabeharisoa and Callon 2002, 60).

Scientists were seen as those who leave the comfort of their laboratories and go see the world, to describe “reality”. Several mothers understood that doctors would be committed to looking at things seriously, neutrally, precisely. For Camille, one of the micro mothers we visited many times, science opposes what circulates through other channels as social media: “We cannot believe everything that comes up on *Facebook*, everything that is posted, everything that is said on *WhatsApp*. You must get off the phone, log off *Facebook*, and come see the people, come talk to them directly. You really need to see the reality”. This is how she interpreted our trip from Brasília to Recife, or what other people did, such as reporters who went all the way over to her house for an interview, or as a researcher who left the university office to look at her son on the stretcher, *etc.* They believed in science for its instigation, curiosity, and, consequently, the production of truth. Camille and other caregivers held science – and other professions that relied on empirical scrutiny – in high regard.

Brochures and manuals, videos on the internet, and lectures were the formats through which doctors expressed their knowledge about ZV. In 2018, we attended a seminar on rare diseases promoted by a private college. Cintia accommodated herself next to us, and, with her daughter in her arms, she listened attentively to the lecture of a famous local neurologist, who was also her youngest’s medical doctor. The following weekend we went to visit the family and, walking down their street, we saw a boy frantically pedaling a bicycle, carrying another one on the pillion. The rider was wearing a motorcycle helmet, but a wide smile could be glimpsed, both friends having a lot of fun with the speed. Cintia commented, referring to the pilot, “that one has microcephaly”. We asked if this was the kind of revelry she expected for her daughter. In her answer, the events from the last few days were intertwined:

Yes, it is. But did you see that lecture by the doctor? The big problem for our children is not microcephaly, it’s not the small head, but the calcifications. That’s what makes the head not work very well, it’s not its small size. And the doctor said (and I’ve seen her talk about it in other lectures) that no one knows how much these calcifications will impact the child in the future. How much my daughter will be able to develop.

Cintia was, no doubt, the mother with the largest enthusiasm for science. Another day, in her daughter’s therapy, we asked her how her relationship with science and justice was since these families often had to judicialize discriminatory practices and claims for medication, surgeries, *etc.* “I certainly have more faith in science. Justice is that way, you know, we can’t count on it, we can’t trust it. There are already a lot of politicians within the justice system”. And we provoked her:

Soraya Fleischer

“But do you continue trusting science even without receiving its results?” “I do, of course,” she said with a giggle, “I have faith that I will still get the results. I really believe that something will show up for my daughter”.

Visiting another mother, Mariana, we commented that Mateus, her child, was very calm, he was settled and peaceful in her lap, listening to our conversation. She told us:

It wasn't always like this. It's only now that he's calmer. At first, he cried a lot, **a lot**. There was one night he cried from midnight to 5 am. I slept for half an hour, and he started crying again. All the micro babies present a non-stop cry, convulsions, now they are presenting bronchoaspiration and starting to use a feeding tube. But they are making the characteristics of the syndrome, you know.

When a family made their child available to participate in research, they imagined that the “characteristics of the syndrome” would be listed, described, explained starting from that case and generalizing them to all other cases with the same diagnosis. So, identifying the common characteristics was important to move from microcephaly to what is conventionally called “Zika Virus Congenital Syndrome”, where the small head became just one of the symptoms. In this sense, Mariana and her colleagues hoped that “making the characteristics” of the syndrome would offer precise care for crying, convulsions, dysphagia, and bronchoaspiration that often affected this young population.

Rabeharisoa and Callon, in their study of the French Association against Myopathies (AFM), noted “how patients were able to construct their individual and collective identities owing to the association’s intense engagement in scientific and technological research activities – an engagement that enabled them to change their ontological status” (2007, 231). This meant, in practice, leaving the spot where these patients were placed for so long – “freaks of nature” – to the spot of human beings with disabilities explained by a “genetic flaw”. And it was with the relationship with science, which described the myopathies, that this “ontological change” was made possible (*ibid.*).

Micro children in Recife, especially at the beginning of their lives, were also dehumanized, were called “ET”, “monster” or “child of the mosquito” around the neighborhoods, streets, and buses of the city. These families, upon receiving visits from doctors, having the stories and photographs of their children illustrating scientific articles, widely circulated newspapers or even billboards, were navigating through other understandings about microcephaly. These children, with their syndromic characteristics described, became part of a research project, became an interest to science, and even became “famous”, as that mother recalled paragraphs above. It seems that science, on the one hand, has contributed to bringing these children back to the limits of humanity, and a human valued for the possibility, among many, of contributing to the densification of knowledge about humanity in their contact with the ZV. On the other hand, science has “socialized patients” and

Soraya Fleischer

“they become stakeholders in scientific, clinical, medical, and social networks”, taking them “from a situation of exclusion to one of inclusion” (Rabeharisoa and Callon 2007, 240).

Getting to know these children better – “seeing reality”, “making the characteristics”, “speaking in lectures”, and “making something appear” – are all information that the families hoped to receive back from science. Mariana told us during another of our visits: “Since your research is going to reach the government, I think they have to give us more help. The medication is very difficult to get. Mateus’ medication is cheap, and I can afford it. But there are supplements, there is a certain milk that costs R\$ 100 a container, can you imagine that?”. Afterwards, we accompanied her in a long interview she gave to an international human rights NGO. On the way home, she explained that, even if that conversation with the foreign journalist did not immediately or directly serve Mateus, “it is always good to be able to help other people, explain the situation of the babies I know, contribute to the government so it can improve its performance”.

Especially in the beginning of our contact with these families, this active stance in responding to invitations from science and the media became very clear. Families wanted, above all, to understand the children better and they really trusted that the educated and trained people would have the necessary knowledge, resources, infrastructure, and networks to advance and expand all this understanding on the ZV and the CZVS. It was the desire to know and the faith that science would produce this knowledge that motivated many of these families to authorize the participation of their sons and daughters in research. Knowing more would allow these families, on a local scale, to be able to take better care of their children and, on a broader scale, the government, as Mariana suggested, would “improve its performance” with CZVS children. Science and media were understood as a source of information and mediation between the citizen and the State.

197

4 Help, reward, and partnership

The interlocutors soon understood that the doctors, although with the authority to research and voice conclusions, needed to have access to the children, to their symptoms. So, the children became, concretely, the empirical *corpus* of ZV science, and, therefore, the families said that these children were “helping” science and the media. Thus, they were also actors in this broad scenario, acting as co-producers of these scientific enterprises. Cintia, for example, told us that journalists almost always gave her something in return, as, for example, money, formula milk, diapers. She accepted this but did not charge in advance for an interview like she noticed other people do. And she explained to us, “they are not buying me, I’m helping them”. And she added, “there are mothers who say, ‘Oh, why am I doing an interview? I’m not getting anything out of it’. But yes, she gets something, yes, she does. She gets a voice”¹⁰. Then she recalled a time she contributed to a television program and the next day she received a call from a rehabilitation center offering a place for her daughter. Andreia, another very close interlocutor, explained how she saw her scientific participation, “they come, they

10 Aissa Simas’ field diary, 2018.

Soraya Fleischer

want to know about our work, what we do with our children. We receive them, we answer their questions, thinking we can help other mothers not to lose the light”. There was self-interest, they wanted to transmit hope to other mothers, and they also made a broader investment by integrating research and contributing to the visibility of the epidemic, the ZV, and the CZVS. When helping, there was certain altruism in furthering individual learning, whether for other mothers or for authorities.

Media professionals used to pay for these aids. A fee was offered for photographs, videos, testimonials. Bela, for example, told us that she had agreed, a few months before, to travel with her son to another region and participate in a city hall campaign against the *Aedes aegypti* mosquito, and received R\$ 2,000 in exchange. Appearing on TV news or on billboards could mobilize food donation campaigns for the micro community. A US research project, which planned to build data from a five-year cohort with these children, offered a monthly food basket to each participating family, Bela and Cintia were part of this project. Another woman told us that she received a donation of R\$ 1,000 from the research fund of a foreign scientist who came to Recife. Bus tickets and meals to spend the day during a blood draw were already basic requirements, no negotiation necessary. These offerings were referred to, by these women, as “rewards”, and some interlocutors, pressured by their partners and relatives, decided that, over time, they would only leave their houses to “help” if the “reward” was clearly guaranteed at the beginning of the contact with the journalist or the researcher.

We understand that the rewards came in exchange for individual help, as Cintia, Bela, and Andreia described in the paragraphs above. When collective, they were called “partnerships”. And, in the relationship with science, as families began to understand its timing, with results promised only in the long term, partnership became necessary. Mothers greatly desired appointments with medical specialists, which were rare in the city. The consultation could be the gateway to high-cost exams, free drug samples, therapies and restorative surgeries, assistive technologies (eyeglasses, wheelchairs, orthotics, *etc.*). These were items that were rarely offered by the public health system nor covered by private health insurance. Ana Caroline, an important local leader, commented at an event held by a local university and aimed at municipal managers: “50% of our children do not have treatment. We almost go crazy trying to establish partnerships with the university. We got a house to settle our organization, we intend to set up a rehabilitation center there, but it is difficult”¹¹. She had been noticing that, in 2017, many therapy slots were closing for children with severe neurological disabilities such as those with CZVS. A partnership with the university could happen, for example, by offering the child’s biological material in exchange for follow-up consultations or rehab therapies. At that same event, another leader, Fernanda, stood up, took the hand of the president of another association of rare patients who was sitting by her side and said: “We need to walk like this, hand in hand, with scholars, with the State, with everyone. These women live completely on the fringes of society, no one has ever looked at them. So, I’m very happy, despite everything, to be dis-

198

11 Raquel Lustosa’s field diary, 2017.

Soraya Fleischer

12 Yasmin Safatle's field diary, 2017.

cussing it here with you today".¹²

The child with the SCZV had become a valuable subject to ZV science. Recognizing the potential of this empirical *corpus*, families tried to take advantage of the research projects, knowing that they took place within health and teaching institutions, both of which were difficult to access. So, scientific proposals came along with clinical opportunities (Castro 2020), within public and private institutions. These opportunities were also noticed by the NGO leaders, such as Ana Caroline and Fernanda, who proposed inter-institutional arrangements so that more families could be served, moving from individual help to a collective partnership. And they bet that the biological material would feed a relationship to be continued for a longer time. They had learned about the rhythm of science, which depended on several questionnaires, many consultations, successive collections, and follow-ups. "Walking hand in hand", "summing up" and "making partnerships": these were the strategies that families and their representatives envisioned with science, universities, and their doctors.

From these three categories – help, reward, and partnership – mothers developed an ethical etiquette for their children's participation in research. Interestingly, all these terms suggested a very active participation, communicated the way these families understood the demands from science, and deliberately, positioned themselves in front of all of it. As Andreia summarized well, "it has to be good for both sides". Based on the help offered by the children and their families, Andreia's conclusion seems to be the native ethical assumption for any development, be it reward or partnership.

However, Bela noted fewer journalists and scientists in recent years. She explained that families had been receiving lesser invitations and that rewards had been dwindling. "Now we can only hope that something will change. But sometimes, you know, nothing changes at all". The change could be a public policy, a new social benefit, a vaccine against ZV, a cure for CZVS, or, as she suggested, none of that. But Bela knew, as did Cintia, Camille, Mariana, Andreia, and other mothers mentioned here, that although science or the media had the ability to influence results and decisions, changes could take much longer than the duration of a diaper donation campaign or even the lifetime of that child, for example. And if doctors were making fewer invitations to CZVS families, the making and timing of science were also less interesting to these families. Next, we will discuss a gradual loss of faith in science that we began to observe on subsequent visits to Recife.

5 Three complaints about science

We continue to follow Bela's ideas. One afternoon, while we were waiting for her son's consultation, Bela told us that the day before she had participated in yet another meeting of a research project with an international organization. In those meetings, among doctors and journalists of all kinds, she represented the association of mothers that she was a member of. We asked what her participation was like:

Soraya Fleischer

This is a world I dreamed of being in. I never thought that I could be like this, in the middle of so many authorities, nor that I could speak. I wanted to, but I didn't imagine that I could be such an important person. Important, I mean, with status, with audience, you know. I didn't know that I would be important for who I really am, for what I live every day. It's also very nice to be with people who have more experience than I do.

We amended, "but with your child, you have more experience than they do". She flashed a smile and quickly agreed: "that's right, you're right. It's really an exchange. I tell them about my experience, they talk about theirs". At the end of the conversation, we asked what kind of results she expected in this exchange with this United Nations organization and the doctors of the hospital where this research group met. To our surprise, she said, skeptically: "I do not have much hope that they will make any changes, their intention is to improve, to create a network to help children, but on paper SUS [Sistema Único de Saúde/National Unified Health System] is beautiful, in practice, it is not as much"¹³. So, attending these spaces, being close to authorities, and, at the same time, having their own experience with their child's CZVS recognized could all be opportunities to raise their status, their image among the association's members, even their self-esteem. However, "feeling important" was perhaps a more individual sentiment than scientific results actually being incorporated in SUS, the health system ordinarily used by the community Bela represented.

13 Thais Souza's field diary, 2017.

But SUS would be the final point of incorporation of technologies generated by science. We need to go back in time a little and add a few more layers to this relationship between families and doctors. Although they have met many kinds of researchers, caring doctors, reporters really interested in their stories, or even this group in which Bela participated, the relationship with science raised some noise. We noticed three major complaints that refer to practices that started before the child was born and continued afterwards, during scientific protocols until more recently. Years and years of research on the ZV and disrespect, violence, alienation, and subalternization were still reported where science took place. Due to the intense therapeutical itineraries, they undertook in name of their children, these mothers had become specialists in the SUS (Fleischer 2020b). Now, we suggest that they were also becoming experts on the science of ZV that was produced from the bodies and stories of their children. They were gaining experience about the scientific culture of ZV and positioning themselves more critically in relation to it. Let's move on to the complaints.

The first complaint recalls the reproductive moment. During pregnancy, they heard from gynecologists; after delivery, they heard from obstetricians; and, throughout the puerperium, pediatricians and neurologists made very categorical prognoses about the child. Imagining an "expiration date", as a micro grandmother called it, these professionals said that the child "would not survive"; if he or she eventually survived, he or she would "vegetate" inert on a bed; if they vegetated, "they would not last long". Most children defied all these diagnoses and continued to live and grow.

200

Soraya Fleischer

Categorical assertions, divergences between opinions, and iatrogenic practices contributed to create an atmosphere of distrust on biomedicine from families. As they learned about CZVS, they were able to assess the professionals, choose whom to relate to, and learn from all these therapeutic itineraries.

The second complaint refers to the diagnosis, or rather, the lack of it. The first generation of women infected with ZV rarely had a gestational ultrasound exam, since, on the one hand, this exam is not part of the public prenatal protocol and, on the other hand, there was no suspicion of an ongoing epidemic. But after delivery, there were dozens of tests performed, not always accompanied by explanations about the reason, the procedure, the date of the result. The second generation of women, infected in the midst of a declared epidemic, experienced this profusion of tests during and after pregnancy. Still, it was common to hear from them, “nobody explained anything to me in the hospital”. In a waiting room with a dozen micro mothers, Julia recalled that in the beginning, at the time of her daughter’s birth, it had been very difficult, “We didn’t understand anything that was happening. We went to consultations, the doctors talked and talked, and we didn’t understand those words, all those explanations. They spoke too fast; they didn’t explain what they meant. And we didn’t understand”. “We would listen in the offices and return home without knowing what they had said, right?”, reinforced Lucinha, sitting next to Julia. Lucinha was the interlocutor who had invited us to follow her activities that day and, in that same room, was also waiting for her son’s routine medical appointment.

In general, they did not feel comfortable communicating their doubts, asking for a slower information pace, checking words and terms. And the next phrase we heard over and over again was, “and of course, I went home and started searching around on the internet”. Yet another expert, Dr. Google, helped them find photographs, videos, testimonials, reports, scientific articles on microcephaly, then on ZV, and later on CZVS. And Cintia, who has become a vibrant spokesperson for science, took advantage of the internet to assess whether she would do the procedures suggested by the doctors, if she would accept the invitations received from the scientists: “The doctors talked about an exam, they said a word there and I would go home and search for it on the internet, to see what it was, to check if they could do that on my daughter”. Besides the internet, other sources of information also helped. When we asked if the obstetrician had explained what microcephaly was, Irene shook her head, “She explained nothing. I did not know anything. I thought it was just happening to me. Then my [older] daughter saw it on television and called me to see it too. That’s when I understand that it was an epidemic, that it wasn’t just me”.¹⁴

Still, the lack of explanations and a definite diagnosis left these women feeling lonely until they started meeting each other in waiting rooms (similar to the ones we described here), adding each other on messaging apps and exchanging information and experience (Lustosa 2020). They were strengthened with knowledge, including information on the different doctors, hospitals, and the more attentive, didactic, and relevant research projects for their daughters and sons to join in. In

201

14 Thais Souza’s field diary, 2017.

Soraya Fleischer

this sense, Julia, mentioned above, concluded, “today, we have much more information, much more information”. She repeated this word several times: “We didn’t know where to get more information, where to go, whom to talk to. But today, we know much more”. From inert nouns, “no”, “not” and “nothing”, they switched to action verbs, “to go”, “to speak”, “to obtain”, “to know”. They were also, in their own way, doing science: searching, researching, studying, getting information.

The third complaint had been made more recently and was a consequence of years of dialogue with science: not getting the results back. Camille recounted, resigned:

We are in a research project at [a philanthropic institution] and at [a pediatric referral hospital]. But they never gave me the results, I didn’t get them back. I’ve requested them several times, but I gave up asking. I’ve even said, “I’m not even going to ask again, Doc, it’s not going to work, right?”. The doctor only showed it to me on her computer screen, that’s the only way I could see it. On her computer, that’s when I first saw the affected part of my son’s brain. They took pictures of him to put in the study and told me they would return them to me later. But they never did.

For mothers like Camille, the results could be an MRI of the brain, an X-ray of the hand, or the child’s blood count. All this could expand her understanding of the child’s situation and then be included in the paper folder she carried around the city full of documents about her son’s syndrome. “Result”, therefore, is another expression that is also polysemic and amalgamated.

And a highly valued expression. Most families never received a single result back and did not have the courage to ask for it, much less insist or mock the doctor, as Camille did. Some mothers only knew it “by word of mouth”, with information offered by the health professional when crossing the corridor or inside the office. Others, like Camille, could see it on the computer or the cell phone screen. Very rarely, they received results as a PDF document sent by an app. Almost no one received a paper printout from a staff member or got it sent by mail, for example. Results are understood more broadly because they could have many more purposes than those initially foreseen by researchers. They could provide access to more specialists, individual rights, and social benefits.¹⁵ And even get access to another research. Some ZV projects required, as a condition to participate, the report attesting to the CZVS or, as the mothers told us, the report linking microcephaly to the virus.

In the few cases of returned results, misplace of exams was also reported. And, thus, science, whether in the figure of the doctor, machines, or papers, looked more and more exogenous and distant, cold, and uncompromised. On the other hand, we also met mothers who were very enthusiastic about research, such as Cintia, who credited the government for the absence and exchange of results. She did not blame the researchers, but their superiors who might want to hide evidence that ZV existed, that CZVS was one of its consequences and, thus, spare

15 Free transport passes, an apartment in the “Minha Casa Minha Vida” public housing project, a special education slot in school, continuous cash benefit, or the lifetime pension were rights only guaranteed with the presentation of a dossier on the child. And results issued by doctors, in a clinical or scientific situation, were a central piece of this dossier.

Soraya Fleischer

the State of guaranteeing any compensation to the victims of the epidemics. In this same sense, a woman explained to us that, “by deliberation of the public prosecutors, exams were not returned so that families could not pursue their rights”.

These are not frivolous, pointless, nor far from scientific complaints. They communicate an uneven relationship between these families and science, but also an ideal image of science: if these families helped so much, why weren't they helped back in the form of rewards, partnerships, diagnoses, and results? Some women, with more voice, like Cintia, or with more humor, like Camille, managed to talk about their expectations and dissatisfaction with research projects, demanded results from the scientists, suggested other ways of working together, and even started to select more actively which scientific protocols to join. Others chose to simply walk away, lost faith in science. They could no longer sustain, as Bela suggested, “the hope that they [the doctors] will make any change”.

6 Final considerations: When families anticipate and invert their relationship with science

In caring for a child with a new virus, a complex syndrome, and a set of disabilities, hope was shaken many times, subtly or drastically, at home or around the city. It was also reconstructed many times, with shreds of information, with information from a lecture, an exam displayed on the computer screen (Fleischer 2020a). Science was seductive because it invited everyone to imagine other possibilities. Therefore, for many of the interlocutors, such as Cintia, Camille, and Mariana, science was a source of nourishment for many years. Although a significant source, it was not the only one, as Bela, Julia, Lucinha, and Irene gradually realized.

This nutrition indicates the first of the three most common types of relationship with biomedical science, according to Rabeharisoa and Callon (2002). The “auxiliary” type, where there is “a strict division of roles and missions” between researchers and research subjects (Rabeharisoa *et al.* 2012, 20). In this type of relationship, patients and caregivers are expected by professionals “to be cooperative so that his or her treatment [and clinical research] can be carried out under the most technically favourable conditions” (Rabeharisoa and Callon 2002, 60). Here, the actions of patients and their caregivers should be “an extension of what the doctor does” (*ibid.*).

The intensity with which ZV science arrived in Recife was invasive, repetitive, boring, but it gave access to a large group of doctors. Even with complaints, science and scientists remained valued and that is why there was an effort to find professionals with whom help, rewards, and partnerships could be exchanged satisfactorily, and a relationship could be established between parties. In this case, the researcher would feel more embarrassed to offer opinions that were too categorical and not very detailed; the family would feel less embarrassed to ask questions to sort out information; and if they didn't, the results could be requested more routinely, as Camille had been attempting to do.

In other words, if “it gives full rein to the wishes and projects of the professionals” (Rabeharisoa and Callon 2002, 61), it becomes unsustainable, as in the merely “auxiliary” type of relationship (*ibid.*). And greater selectivity about the scientists

Soraya Fleischer

and their research proposals was important so that families were not completely “stripped of their influence”. Then, they could move towards the second type of relationship with science, which these authors also call “partnership” (*ibid.*). If we did not notice participation in the initial design of research on ZV or CZVS, at least the attitude of families in relation to science was changing. More and more, the experience of families, in the sense of knowing “what it means to live with the disease (...), dictated by their intimacy with the disease” (*ibid.*, 62), was guaranteeing them more legitimacy and authorizing them to pair up with doctors. We noticed practices such as: offering details based on “domestic science” so that “the characteristics” of CZVS could be mapped; comparing and complementing information during meetings in waiting or in consultation rooms; prioritizing those offices with an atmosphere of mutual learning between families and specialists; demanding results so that cooperation could continue in progress (Rabeharisoa and Callon 2003, 195).

Maturing opinions about science and scientists, in the form of the three complaints described, was also a way of actively participating in this scientific scenario. These caregivers were observing, evaluating, reacting to invitations, protocols, needles. And, in the face of frustrations, misunderstandings, and disagreements, instead of leaving the scene, they continued to mark their presence, demanding good scientific care for their children. They were designing better ethical conditions for ZV science based on the experience of those who lived directly with the CZVS. From our point of view, it is stimulating to watch research subjects suggesting improvements to researchers, expanding the ways science is produced. But this more critical stance did not fully illustrate the third type of relationship, the “opposition” to science, where “patients reject any defining of their state by the scientific and medical community” (Rabeharisoa and Callon 2003, 195). Still interested in maintaining some relationship with science, these micro mothers would be foreshadowing “new relationships between science and society, between those who produce knowledge and those who are meant to benefit from it” (Rabeharisoa and Callon 2002, 63). If, at first, these families were only invited by the scientists to integrate their research projects (“auxiliary”), more recently, the former already perceived themselves as more active interlocutors (“partners” and, very occasionally, “opponents”) than the latter perhaps imagined.

So, instead of waiting for the results to arrive from scientists alone, we noticed an **anticipation** and an **inversion**. By carefully observing the production of science, by reporting on their experiences within this production, and by communicating their disagreements with these experiments, the families were already **anticipating** results to the scientists. Families were becoming a sort of scientists who studied scientists, **inverting** the roles of those who ask and those who answer. Women like Cintia, Mariana, and Camille not only helped science with the biological material of their sons and daughters but also suggested that science carries out its practices in a more careful and equitable way (“hand in hand”). This could be an unexpected result for researchers if they were still accommodated in a relationship with unidirectional enunciation, that is, from inside the university

Soraya Fleischer

to the outside world, accustomed to being the subjects who look at and analyze objects. But we do not take the typology proposed as fixed because it does not exclude the moments when micro families oscillated between mere assistance (“auxiliary”), the most common relationship, and certain hopelessness with science (“opposition”), a more recent critical tinge to the relationship. And yet, as the leaders Ana Caroline and Fernanda showed, partnerships depended on many collective efforts carried out from all sides so that the “delegation model” and the “great divider” between “specialized know-how and lay experience” (Rabeharisoa and Callon 2003) could be reviewed.

In this article, supported by anthropologists who have been studying the involvement of patients and caregivers with science, we seek to understand how the intense arrival of ZV and CZVS scientists in the Metropolitan Region of Recife was seen, some of the reasons for micro families to accept their invitations and three recurring criticisms they formulated about these encounters. These images were varied and eloquent and, more importantly, from then on, relationships with scientists also diversified. In this intense construction of scientific ties, the families also communicated their analyses: what they imagined as “good science”, as a “good scientist”, and how it could “be good for both sides”. When frustrated in these scientific meetings, some families began to avoid next invitations to participate in research projects, but this does not mean that they stopped attending offices of health specialists, offering up-to-date pharmaceuticals to alleviate their children’s symptoms or, more recently, expecting the arrival of vaccines against covid-19 for this age group.

Faith in science remained, but not unconditionally. And, in such dark times experienced by science currently in Brazil, it is worth highlighting: criticizing is not the same as denying science. Like many of these families in Recife, we are also enthusiasts of science, but not of any science, nor carried out at any cost¹⁶. Informed by their experiences as mothers, caregivers, and companions of research subjects, these women were also doing science, feeding science with ZV and CZVS biomaterial and, above all, contributing with science that resulted from all the actors who had met in the city. Participating in science was, by no means, passive, but was expanding the scales of hope through which they could imagine the future of their children. Donating a little urine sample generated an immediate expectation as a concrete reward in the form of diapers or a food basket. Thus, it was possible to count on therapies and continued medical follow-up, based on the partnership between families and universities. Or even feed some hope, in a more altruistic or humanitarian act, based on a general meaning of help, that your daughter’s blood could benefit many other children with the same health condition around the city and also in the future. An ethnography of these encounters and relationships with research aims, mainly, to affirm that science benefits greatly from being co-produced and maintaining itself as a public debate with and for all of us.

Recebido em 25/01/2022

Aprovado para publicação em 25/01/2022 pela editora Kelly Silva

16 And not in line with what Sônia Maluf called a “re-emergence (...) of a reductionist view of the scientific field, which excludes perspectives that do not fit into a positivist and deterministic health format” (2021, 283, footnote 29).

Soraya Fleischer

References

- Barros, Alessandra S. S. 2021. “Deficiência, Síndrome Congênita do Zika e produção de conhecimento pela antropologia”. *Revista Scientia* 6 (1): 142–63.
- Castro, Rosana. 2020. *Economias políticas da doença e da saúde: uma etnografia da experimentação farmacêutica*. São Paulo: Hucitec.
- Diniz, Debora. 2016. *Zika: do sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fleischer, Soraya. 2020a. “Circulação de esperança em tempos de Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife/PE”. In *Desigualdades e Políticas da Ciência*, org. Debora Allebrandt, Nádia Meinerz, e Pedro Nascimento, 325–62. Florianópolis: Casa Verde.
- Fleischer, Soraya. 2020b. “Doutores”. In *Micro: contribuições da Antropologia*, org. Soraya Fleischer, e Flávia Lima, 77–88. Brasília: Athalaia.
- Fleischer, Soraya, e Flávia Lima, orgs. 2020. *Micro: contribuições da Antropologia*. Brasília: Athalaia.
- Latour, Bruno. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- Lustosa, Raquel. “Mulheres”. 2020. In *Micro: contribuições da Antropologia*, org. Soraya Fleischer, e Flávia Lima, 39–50. Brasília: Athalaia.
- Maluf, Sônia. 2021. “Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências”. *Tomo* 38: 251–85.
- Moreira, Tiago. 2014. “Understanding the role of patient organizations in health technology assessment”. *Health expectations: an international journal of public participation in health care and health policy* 18 (6): 3349–57.
- Moreira, Tiago, Orla O’donovan, e Etaoine Howlett. 2014. “Assembling dementia care: patient organisations and social research”. *BioSocieties* 9: 173–93.
- Nunes, João Arriscado, e Ângela Marques Filipe, e Marisa Matias. 2010. “Os novos actores colectivos no campo da saúde: o papel das famílias nas associações de doentes”. *Alicerces*: 119-28.
- Pols, Jeannette. 2014. “Knowing patients: turning patient knowledge into science”. *Science, Technology, & Human Values* 39 (1): 73–97.
- Rabeharisoa, Vololona, Tiago Moreira, e Madeleine Akrich. 2014. “Evidence-based activism: Patients’, users’ and activists’ groups in knowledge society”. *BioSocieties* 9: 111–28.
- Rabeharisoa, Vololona, Michel Callon, Angela Marques Filipe, João Arriscado Nunes, Florence Paterson, e Frédéric Vergnaud. 2012. “The dynamics of causes and conditions: the rareness of diseases in French and Portuguese patients’ organizations’ engagement in research”. *CSI Working Papers Series 026*. Paris: Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI), Mines ParisTech.
- Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2007. “The Growing Engagement of Emergent Concerned Groups in Political and Economic Life”. *Science Technology & Human Values* 33 (2): 230–61.
- Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2003. “Research ‘in the wild’ and the shaping of new social identities”. *Technology in Society* 25: 193–204.

206

Soraya Fleischer

Rabeharisoa, Vololona, e Michel Callon. 2002. "The involvement of patients' associations in research". *International Social Science Journal* 54: 57-63.

Scott, Parry, Marion Quadros, Ana Claudia Rodrigues, Luciana Campelo Lira, Silvana Sobreira Matos, Fernanda Meira, e Jeíza Saraiva. 2017. "A epidemia de Zika e as articulações das mães num campo tensionado entre feminismo, deficiência e cuidados". *Cadernos de Gênero e Diversidade* 3 (2): 73-92.

Simas, Aissa. 2020. "Ciência, saúde e cuidado: um estudo antropológico sobre a pesquisa clínica no contexto da epidemia do Zika (Recife/PE)". Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

Do mato ao palco: a construção musical da nação em Moçambique

From the bush to the stage: the musical construction of the nation in Mozambique

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9483>

Sara Morais

Universidade de Brasília – Brasil

ORCID: 0000-0003-1490-1232

sarasmorais@gmail.com

Doutora em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde é atualmente pesquisadora colaboradora plena. Desde 2013 é técnica em antropologia do IPHAN/Departamento de Patrimônio Imaterial. Suas pesquisas atuais têm como foco de análise o processo de patrimonialização das *timbila* em Moçambique.

208

Este artigo discute a realização do I Festival Nacional da Canção e Música Tradicional (1980-1981) em Moçambique e o reputa como a iniciativa de maior destaque promovida pelo governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) no seu projeto de construção nacional durante os primeiros anos após a independência do país no campo musical. Após a descrição e análise da programação deste Festival, recupero o debate acalorado promovido pela grande imprensa da época sobre certos dilemas envolvidos na sua organização e na classificação “música tradicional”. Nos palcos construídos na capital, Maputo, pessoas oriundas das diversas províncias do país passaram a ser conhecidas como artistas, denominação adquirida ao serem instadas a abandonar suas vinculações “tribais”. Argumento que, a despeito das várias transformações políticas pelas quais o país passou nas últimas décadas, especialmente após o fim da guerra civil (1976/1977-1992), o Festival Nacional da Canção e Música Tradicional permaneceu como paradigma. A partir dos anos 2000, a realização de festivais culturais continua sendo uma estratégia central de construção da unidade nacional.

This article discusses the first National Festival of Traditional Music and Song (1980-1981) in Mozambique. It regards this festival as the most important initiative promoted by the Frelimo government (Frente de Libertação de Moçambique) as part of its nation-building project during the first years after the country's independence in the musical field. After describing and analyzing the programming of this festival, I will recover the heated debate promoted by the mainstream press about dilemmas involved in its organization and about the classification of “traditional music”. On the stages built in the capital, Maputo, people from the various provinces of the country came to be known as artists, a denomination acquired when they were urged to abandon their “tribal” ties. I argue that, despite the various political transformations that the country has undergone in recent decades, especially after the end of the civil war (1976/1977-1992), the National Festival of Song and Traditional Music has remained a paradigm. From the 2000s onwards, the holding of cultural festivals continues to be a central strategy for building national unity.

Moçambique; música tradicional; nação; festivais de cultura; África.

Mozambique; traditional music; nation; culture festivals; Africa.

Sara Morais

Numa imponente cerimônia, plena de movimento, ritmo, cor e alegria, o Presidente Samora Machel presidiu na tarde de ontem, em Maputo, à abertura da fase final do Primeiro Festival Nacional de Canção e Música Tradicional, acontecimento que reuniu milhares de pessoas. Na ocasião, o Marechal Samora Machel saudou as centenas de artistas representativos das 10 províncias do nosso País, sublinhando que através da dança e dos músicos eles mostram “o nosso passado, segredo da força que quebrou as algemas, o tribalismo, o regionalismo e o racismo” e mostram “o internacionalismo, a solidariedade e, sobretudo, a unidade do Povo moçambicano”.

Esse trecho de reportagem do Jornal *Notícias* estampava a capa da edição do dia 28 de dezembro de 1980, quando estreou o grande acontecimento que se tornou a menina dos olhos da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique)¹ em sua pauta de assuntos culturais nos primeiros anos após conquistada a independência do país: o Festival Nacional da Canção e Música Tradicional. O evento se estendeu até o dia 3 de janeiro de 1981, com apresentações diárias dos cerca de 400 músicos “tradicionais” que foram previamente selecionados em todas as dez províncias daquele território no Pavilhão do estádio Maxaquene e em palcos espalhados em escolas e fábricas de Maputo, a capital. Sua realização foi o ponto áureo da “política cultural”² da Frelimo no pós-independência, a atividade de maior envergadura dentre aquelas que vinham sendo concretizadas no âmbito das diretrizes estipuladas no seu III Congresso,³ tais como: a Reunião Nacional de Cultura (1977), o I Festival Nacional de Dança Popular (1978), a Ofensiva Cultural das Classes Trabalhadoras e a Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural (1978-1982). O Festival Nacional da Canção e Música Tradicional (dora-vante o Festival) foi arquitetado como uma atividade resultante dessa Campanha.⁴

Meu objetivo neste artigo é discutir o lugar ocupado por esse Festival, ocorrido no final de 1980 e início de 1981, no projeto de construção da nação em Moçambique.⁵ Embora minha análise se concentre num evento realizado em momento singular da história pós-colonial desse país africano, é possível afirmar que seu modelo de organização voltou a fazer parte da agenda política nos anos 2000 – quando eventos dessa natureza puderam acontecer, após o duro período de dezesseis anos de guerra civil –, perpetuando-se até os dias atuais. Os festivais se tornaram a principal linha de atuação do governo moçambicano contemporâneo no campo cultural, tendo sido incorporados a discursos políticos distintos, mas muitas vezes complementares, no decorrer de suas realizações. Apesar das novas proposições e da elaboração de uma política cultural estruturada sob o alicerce da sociedade democrática multipartidária que supostamente teria surgido no pós-guerra, a realização de festivais persistiu como a melhor estratégia de busca pela construção da unidade nacional. Trata-se aqui, portanto, de um foco de reflexão sobre a via institucional de uma versão do projeto de nação proposto naquele período, a qual se alterou nos anos subsequentes, principalmente após a Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 1993 (Morais 2020).

1 A bibliografia que trata sobre a Frente de Libertação de Moçambique (seu surgimento, papel na luta pela independência, transformação da Frente em Partido, guerra contra a Renamo, etc.) é bastante extensa. Cf. particularmente Darch (2018), Cabaço (2009), Newitt (1995), Kruks (1987), Isaacman e Isaacman (1983).

2 Utilizo o termo entre aspas porque nesse período as atividades realizadas ainda não são consideradas como um conjunto articulado de iniciativas previstas em leis, em resoluções, ou outros instrumentos institucionalizados em todos os níveis da administração pública.

3 A partir do III Congresso, a Frente de Libertação se torna partido de vanguarda da revolução socialista, ou o “Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa” (*Tempo*, 1977, 44), alinhando-se à “Revolução Proletária Mundial”. Segundo Geffray (1991, 16), “pouco a pouco foram-se definindo no discurso do poder os contornos estranhos de um país fictício: dizia-se que a autoridade da Frelimo ter-lhe-ia sido delegada por uma ‘aliança operário-camponesa’, para que exercesse, em seu nome, a ditadura sobre os seus inimigos, os inimigos do povo. O ‘marxismo’ constituiu o *corpus* conceptual que permitia a invenção do país imaginário e a garantia dogmática da coerência interna da ficção que alimentava o projecto nacionalista de poder”.

4 A organização do evento ficou a cargo do Gabinete Central de Organização do Festival da Canção e Música Tradicional, ligado à então Direção Nacional de Cultura – Serviço Nacional de Museus e Antiguidades.

5 Para tanto, utilizo como fontes de análise reportagens do Jornal *Notícias* e da Revista *Tempo*. Ambos, cuja existência é anterior à independência, alinharam-se às diretrizes da Frelimo voltadas à

Sara Morais



FIGURA 1: *Notícias*, 28 de dezembro de 1980.

comunicação de massas e à divulgação dos seus feitos, com objetivo de conscientização do povo em relação aos ideais revolucionários de construção da nova sociedade que se queria erigir com a saída dos portugueses em 1975. Os dados utilizados neste artigo foram produzidos por meio da minha pesquisa de doutorado realizada em Moçambique durante todo o ano de 2018, que combinou pesquisa de campo etnográfica e de arquivo. Especificamente no caso deste artigo, o material selecionado foi consultado no Arquivo Histórico de Moçambique, no Arpac (Instituto de Investigação Sociocultural, antigo Arquivo do Patrimônio Cultural) e na biblioteca do INAC (Instituto Nacional de Audiovisual e Cinema).

Mais especificamente, discutirei como a realização do Festival utilizou os palcos montados no estádio da Machava, no pavilhão do Maxaquene e em outros locais na cidade de Maputo para colocar em destaque diversas manifestações musicais do país. Festivais de cultura foram e continuam sendo realizados em diversas partes do continente africano no contexto de pós-independências. Minhas análises se amparam em recentes abordagens sobre o tema (Murphy 2016, de Jong 2016, Apter 2005, 2016), por considerarem que a realização desses festivais continua a desempenhar um papel central na construção de identidades local, regional e nacional (Andrieu 2013).

Transportados do mato para o palco, os representantes das manifestações exibidas no Festival da Canção e Música Tradicional passaram a ser denominados artistas. Argumento que uma das principais estratégias da Frelimo à época direcionou-se justamente ao disciplinamento da população através de atividades no campo cultural: a mobilização de pessoas vinculadas a vários tipos de gêneros de produção artística em todo o país, o levantamento de informações de aspectos diversos sobre os grupos sociais do território nacional, a produção de eventos de propaganda oficial do governo, entre outras.

O que se denominou como “política cultural” nos cinco primeiros anos do governo da Frelimo só pode ser compreendido a partir do ideal mais amplo de construção de uma sociedade fundada pelo poder popular, pela luta de classes e pelas estratégias de governo utilizadas para tal empreendimento. A despeito das mudanças transcorridas desde então no país em termos de orientação política, econômica e ideológica, as principais linhas de atuação, organização e concepção de atividades no campo da cultura, como os festivais, assim como as definições e noções de termos como “música tradicional” e “patrimônio cultural” mantiveram-se mais ou menos inalteradas no decorrer dos anos. Os festivais funcionaram e continuam a funcionar ao palco não somente para a apresentação de uma

Sara Morais

amostra dos principais gêneros musicais existentes no país, mas sobretudo como plataforma para efetivação de fins políticos. Se considerarmos que o Estado nascente em Moçambique, como argumenta Newitt (1995), confunde-se em muitos momentos com a própria Frelimo, a organização de eventos dessa dimensão, que envolvem representantes de todo o país (ou seja, representantes de vários grupos sociais espalhados pelo país), foram a motivação perfeita para a abordagem política da época.

A abordagem sobre o Festival, nesse contexto, reúne uma série de elementos que nos permite visualizar, a partir de uma perspectiva pouco usual, o panorama das iniciativas da Frelimo no pós-independência voltadas à construção da nação. Ou seja, ao invés de simplesmente afirmar que “a cultura” desempenhou um papel fundamental nas concepções de revolução socialista e construção do homem novo, procuro entender, a partir das fontes produzidas naquela época, os sentidos mais amplos que os temas mobilizados pelo debate no campo cultural e musical suscitavam em termos de sua associação com a nação.

À nação atribuo dois sentidos gerais: um de caráter mais oficial, atrelado às delimitações, estratégias e escolhas políticas do Estado soberano num determinado território, aproximando-me da abordagem de Benedict Anderson (1989), e outro de caráter menos evidente, relativo ao modo como timbileiros⁶ e técnicos da área da cultura em Moçambique vivem na prática as nuances das políticas desse Estado. Minhas análises sobre o tema se amparam na proposta de Trajano Filho (1993, 8) de lidar com a questão da nacionalidade “pela via da identidade social”, esta se referindo “ao modo pelo qual pessoas e grupos pertencem a uma totalidade construída enquanto representação”. Segundo esse antropólogo, tomar a questão da nacionalidade no continente africano pela via da análise do estado nacional é improdutivo, porque “as formas de institucionalização da autoridade não se reduzem ao modelo europeu do estado nacional” (Trajano Filho 1993, 7).

Em outra ocasião, o autor esclarece que “a nação é uma comunidade de sentimento que se cristaliza em projetos de diferentes matizes e estilos de competição na arena política” (Trajano Filho 2016, 915). Esses projetos podem ser elaborados por via institucional (Estado, partidos políticos, movimentos sociais etc.) ou “ter uma autoria difusa e ganhar expressão pública nos rumores disseminados de modo apaixonado e dramatizado nas rodas de conversa, nas histórias exemplares e em outras formas narrativas tradicionais” (*Idem*). Para os objetivos deste artigo, entretanto, concentro-me na via institucional.

Não cabe aqui esmiuçar o projeto de nação em Moçambique conduzido pelo governo da Frelimo entre 1975 e 1980, tendo em vista que o foco do texto é outro. Ressalto, entretanto, que ele se pautou na edificação de uma comunidade nacional onde todos seus habitantes – cerca de 13 milhões de pessoas espalhadas pelo território, falantes de línguas diversas, pertencentes a contextos sociais específicos – deveriam assumir uma identidade única, o ser moçambicano. Essa coletividade teria em comum a submissão a Portugal e a união na história recente para expulsar o colonizador (um passado comum, como aparece em vários discursos oficiais). A Frelimo personificou essa unidade histórica, de caráter essencialmente

6 Denominação atribuída aos praticantes da música e dança das *timbila*.

Sara Morais

nacionalista, e a instituiu na construção de um estado soberano (Geffray 1988).

Esse projeto de nação e sua ambição em relação ao desenvolvimento da sociedade moçambicana se amparou na idealização do “homem novo”, nascido da ruptura com antigos valores advindos da sociedade colonizada, da sociedade burguesa e da sociedade “feudal” (*Tempo*, 21 de maio de 1978, 27-37). O homem novo foi imaginado como alguém que rejeitaria de forma consciente as heranças coloniais (especialmente o tribalismo e o obscurantismo) em prol da construção de uma nova sociedade, presumivelmente mais justa. Essa categoria foi a alternativa encontrada face às categorias coloniais rechaçadas, a exemplo de indígenas e assimilados (Farré 2015, Macagno 2009).

O processo da transformação dos sujeitos em homens novos teria tido início na luta armada pela independência, período em que seriam socializados como novos cidadãos (Farré 2015, Cabaço 2009, Macagno, 2009). A luta de libertação foi concebida também como uma luta pela libertação cultural, de inculcação de novos valores; a música com conteúdo revolucionário teve um papel fundamental na mobilização dos combatentes (Siliya 1996). A criação do homem novo estender-se-ia, portanto, para a luta pela criação do Povo moçambicano no interior de uma nação unitária e uniforme, a qual deveria “eclipsar toda tentativa particularista, localista e tribalista” (Macagno 2009, 22). Do ponto de vista da “cultura”, moçambicanos e moçambicanas seriam obrigados a abandonar quaisquer vinculações à herança cultural portuguesa de modo a serem educados para pertencerem ao Povo, processo que teria começado nas zonas libertadas e se espalhado para outros contextos da nova sociedade.

A grande frente de atuação da Frelimo para colocar esse projeto em ação se efetou no meio rural com a implantação das aldeias comunais (Cahen 1987, Geffray 1998). Em relação às expressões artísticas, “a cultura era entendida como uma arma de educação revolucionária e como um instrumento de criação de um homem novo e de uma sociedade nova” (Costa 2013, 256). Práticas associadas à produção artística não foram classificadas como reacionárias, sendo inclusive valorizadas, pois estimulariam a capacidade criativa na transformação para o homem novo (Cabaço 2009).

Nesse sentido, o palco teve um papel simbólico decisivo, pois representava o lugar concedido ao “Povo” pela Frelimo, um lugar de destaque na nação que estava em vias de construção. O palco era o espaço idealizado pelo partido único que governava o país para a exibição das manifestações desse Povo, tal como concebido no seu projeto de unidade nacional. Este espaço coletivo se opunha a uma outra coletividade, que a Frelimo queria erradicar: aquela associada às práticas consideradas tribalistas. O mato era entendido como *locus* do atraso, do obscurantismo, da antirrevolução. A proposta era, então, levar “o Povo”, representante legítimo da verdadeira e autêntica cultura do país, para a ribalta. Assim, livre das ligações tribais, ele passaria a desenvolver sua “arte” em prol da revolução e do processo de modernização do país. O palco foi concebido como a redenção dos “desvios” que se produziam no mato, um local privilegiado para o surgimento do homem novo.

Antes de avançar para a discussão central do artigo, justifico minha escolha

Sara Morais

pelo título e pelo modo como estou utilizando esses dois termos. Palco e mato são categorias de entendimento por meio das quais meus interlocutores, praticantes de *timbila*,⁷ concebem, ordenam e classificam suas experiências de vida e suas práticas musicais. Assim, o palco e o mato não designam simplesmente espaços físicos, mas sobretudo domínios culturais institucionalizados que instauram modos de exibição, padrões de interação e relacionamentos sociais. Quando conversava com meus interlocutores nas localidades rurais em Zavala (distrito localizado na província de Inhambane), nas vilas e nas cidades, essas palavras eram mencionadas para exprimir algo além do que o espaço em que os grupos de *timbila* se apresentavam. E assim se expressavam também outros praticantes do que se convencionou chamar naquele país de dança ou música tradicionais.

Por mato, tal como indicam os timbileiros, me refiro aos interiores rurais dos distritos moçambicanos, locais onde residem tocadores e dançarinos e onde as *timbila* e outras expressões se manifestam com intensa vivacidade por meio de “cerimônias tradicionais”, casamentos e outras festividades constituidoras da sociabilidade dos diversos grupos sociais existentes no território moçambicano. Já o palco designa, em geral, um suporte de madeira ou cimento, elevado ou não do chão, utilizado principalmente para exibições em festivais; são espaços que delimitam as fronteiras entre artistas e audiência, onde a música é vivenciada como um domínio exclusivo da experiência. Enquanto no mato as *timbila* e outras expressões musicais se relacionam mais proximamente com formas de interação social características dos eventos mencionados acima, nos quais, em geral, todos os presentes se conhecem previamente e compartilham laços de parentesco, amizade e/ou vizinhança, no palco as *timbila* se apresentam perante uma audiência mais diversa e indiferenciada durante um período de tempo estrito. O palco é o local do espetáculo por excelência, onde os músicos gostam de dar o melhor de si para agradar ao público e para competir pela melhor performance com outros grupos.

O mato, entretanto, pode também ser visto como palco em certas ocasiões, o que indica a intensa complementariedade entre essas duas categorias, além da própria fluidez de ambas no tocante à localização geográfica. Creio ser mais produtivo, nesse sentido, apreendê-los como zonas de relacionamento social, tal como propõe Kopytoff (1977); ou ainda, na perspectiva de Trajano Filho (2010, 246), como “um espaço conceitual de atuação de uma rede de sociabilidade geradora de sentimentos de pertencimento”. Ao mobilizar essas duas categorias neste texto, pretendo enfatizar como, no contexto abordado, tais dimensões da vida social foram tratadas como apartadas uma da outra. Se as expressões musicais denominadas tradicionais eram vistas como originárias dos matos e a eles restritas, restava ao palco sua redenção, sua transformação como música fim destinada a uma audiência diferenciada, assim como a transformação de seus executantes em homens novos em uma sociedade nova. Essa estratégia dificilmente encontrou respaldo nas complexas realidades e dinâmicas dos vários grupos sociais da sociedade moçambicana.

A violenta guerra civil que se desenrolou de 1976/1977 a 1992 comprometeu

7 Conforme descritas pela bibliografia especializada, *timbila* são instrumentos musicais do tipo xilofone, tocadas em grandes agrupamentos por populações chopes de Moçambique (Tracey, 1948; Rita-Ferreira, 1975; Dias, 1986; Munguambe, 2000; Jopela, 2006; Webster, 2009; Wane, 2010). Mais amplamente, o termo *timbila* designa, a um só tempo, dança, música, instrumento e poesia. A forma singular de *timbila* é *mbila*. Em geral a utilização da forma escrita *mbila* se refere a um único instrumento, e *timbila* ao agrupamento mais amplo de instrumentos. Atualmente, grupos de *timbila* são entidades autônomas, fundadas e chefiadas por timbileiros que habitam o distrito de Zavala em localidades rurais espalhadas por vários pontos daquele território. Sua configuração tende a ser fluída (principalmente para o caso dos dançarinos), havendo uma substituição constante dos membros de um agrupamento em razão da acentuada movimentação de pessoas onde vivem os timbileiros. Reúnem-se periodicamente para ensaiar seu repertório e para se apresentarem em cerimônias e eventos diversos.

Sara Morais

esse projeto de nação proposto pela Frelimo. Uma guerra de guerrilhas, conduzida contra a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) – que construiu sua base social a partir de grupos rurais em todo o país – colocou a Frelimo numa situação extrema. Segundo Geffray (1991, 15), os dirigentes que conceberam o novo Estado soberano foram “incapazes de pensar a construção da nação sem apagar ao mesmo tempo a diversidade e a heterogeneidade concretas e históricas dos grupos sociais que pretendiam unir e integrar sob o signo de uma identidade única”.

O artigo se divide em duas seções, além das considerações finais. Na primeira, descrevo em detalhes a programação do Festival Nacional da Canção e Música Tradicional (1980-1981), mostrando alguns momentos do evento, tais como apresentados pela mídia escrita e filmográfica da época. Na segunda seção, disponho de um debate promovido pelo Jornal *Notícias* durante e após o festival para compreender o modo como certos agentes do campo musical e cultural se manifestaram frente às apresentações nos palcos da capital do país. Finalmente, nas considerações finais, reforço o argumento do artigo ao discutir o papel ocupado pelos festivais culturais no projeto de construção da nação em Moçambique ainda hoje.

1 O Festival de Canção e Música Tradicional: uma ofensiva cultural

A apresentação dos diversos grupos selecionados para subirem ao palco do grandioso Festival da Canção e Música Tradicional foi utilizada pelo presidente Samora Machel e seus companheiros como metáfora do que deveria ocorrer para a constituição da nação moçambicana. Nas palavras da Ministra da Educação e Cultura, Graça Machel, quando entrevistada para o filme *Música, Moçambique!*, sobre o I FNCMT,

O Festival de Música e Canção Tradicional que nós realizamos enquadra-se no esforço do nosso Partido para a valorização da nossa própria identidade, da nossa personalidade moçambicana, e também para fazer com que as experiências individuais se tornem experiências coletivas, da comunidade; as experiências regionais, as manifestações culturais regionais se tornem manifestações culturais da nação moçambicana e, por isso mesmo, consolidar a unidade nacional.

Também um esforço de levantamento e registro daquilo que é uma grande diversidade e constitui, por isso mesmo, uma grande riqueza da nossa cultura, de modo a que, de uma forma sistematizada e organizada, nós possamos valorizar que existe de mais genuíno em nós.

Nós temos raízes comuns, um passado comum, uma história e uma cultura que nos é comum. [...] De facto, as fronteiras não têm qualquer significado. Os povos estão unidos pelos mesmos valores, os povos estão unidos pelos mesmos objetivos, e como povos somos humanidade, e como humanidade temos deveres, temos valores, temos uma cultura que nos é comum, temos responsabilidades que nos são comuns no nosso século, e andamos de mãos dadas.

Sara Morais

O pronunciamento da Ministra está repleto de elementos que constituíam o discurso clássico da Frelimo. Ele apresenta o grande dilema da construção da nação: consolidar a unidade nacional a partir das diferentes manifestações culturais presentes no território. Essa unidade estava assente num projeto nacionalista de poder que negava as especificidades e as heterogeneidades históricas dos processos de formação dos povos do território. Tal negação se coadunava à invenção de um país imaginário e fictício onde uma aliança de trabalhadores e camponeses teria delegado sua autoridade à Frelimo para que ela a exercesse em seu nome diante dos seus inimigos (Geffray 1988, 69). A organização aventada no discurso da ministra, tratada como essencial para a valorização da cultura, desconsidera que os grupos pertencentes ao território moçambicano já possuíam suas próprias formas de organização; como aponta Geffray, tratava-se da ideologia da “página em branco” (*Idem*, 65).⁸

Antes de partirem rumo a Maputo, os grupos que se apresentariam naquele grandioso evento foram selecionados por pessoas ligadas ao Gabinete Central de Organização do Festival. Os dados a que tive acesso indicam que foram organizados “mini festivais”, nos quais participaram as principais expressões musicais de cada província. Os critérios de participação, avaliação, assim como de definição do que poderia ser classificado como música tradicional não estavam explícitos no material levantado no Arquivo Histórico de Moçambique e no Arpac (Instituto de Investigação Sociocultural), mas algumas informações sobre esses momentos pré-Festival foram encontradas:

Nas fases já realizadas, puderam participar todas as pessoas que mostraram capacidade para cultivar actividades musicais no campo tradicional e que para tal se inscreveram. A única limitação posta, foi a de não se exibirem instrumentos e música que fugissem às características tradicionais (música ligeira, clássica, etc).

A competição teve a presença e o apoio populares, com a classificação a cargo de júris que se basearam em critérios essenciais: a música (ritmo, melodia, harmonia, acompanhamento, significado e alcance social ou cultural do texto – letra); interpretação, afinação de vozes; decoração dos instrumentos; originalidade dos trajes. Houve a preocupação de não impor estes critérios rigorosamente, admitindo-se a flexibilidade necessária para garantir a espontaneidade criadora dos artistas.

[...]

No Niassa, competiram 130 artistas (com uma previsão de 120), distribuídos por 21 conjuntos vocais e instrumentais e 15 solistas, apurando-se um conjunto e um artista individual por distrito, excepto de Lichinga [...];

Na Zambézia, participaram 139 artistas, sendo 8 individuais e 131 em conjuntos, com grande apoio popular e destacando-se alguns artistas de elevado mérito de interpretação;

Em Gaza, de mais de 2100 cantores e instrumentistas da fase distrital, estiveram na fase provincial 185, com 18 instrumentos e mais de 30 canções

8 A noção de organização de pessoas no projeto ideológico de construção nacional nos primeiros anos pós-independência é fundamental para se compreender o modo como a Frelimo se relacionava com seus governados. Para uma discussão sobre o tema concentrada nas aldeias comunais, ver Cahen (1987) e Geffray (1988). Importante também no período imediatamente pós-independência foi o estabelecimento dos Grupos Dinamizadores, comitês de participação em massa mantidos em locais de trabalho e áreas residenciais responsáveis por “organizar” a população em torno das decisões políticas e angariar apoio para elas, assim como controlar movimentos de pessoas em ambientes urbanos. Os GDs começaram a desaparecer ainda em 1978 e foram substituídos por estruturas sindicais, células partidárias e chefes de quarteirão (Darch, 2018). A “organização” de pessoas para se apresentarem em festivais de cultura, observada no contexto descrito neste artigo, tem ressonância ainda hoje nesses eventos, os quais contam com forte presença de autoridades políticas. Desenvolverei esse assunto em trabalhos futuros.

Sara Morais

(*Tempo*, 7 de dezembro de 1980, 59-60).

Uma matéria do Jornal *Notícias* explica que, em alguns casos, bons artistas foram eliminados porque “apresentaram instrumentos não considerados tradicionais, mas que constituem parte dos mais populares, em algumas regiões do nosso País. Tal foi o caso que aconteceu na província da Zambézia em que um tocador de acordeão foi afastado nas competições provinciais” (*Notícias*, 30 de novembro de 1980, 1). Outros membros desse mesmo Gabinete viajaram para todas as províncias do país num momento posterior para atuarem na produção artística (vestimentas, coreografias, posicionamento no palco, tempo de apresentação etc.). Essa segunda etapa ocorreu na primeira quinzena do mês de dezembro de 1980 quando, no dia 8, os representantes do governo viajaram para as capitais de cada província e retornaram com os grupos a Maputo no dia 22 de dezembro. Na capital do país, algumas pessoas ligadas à organização do evento preocupavam-se com os espaços de alojamento e alimentação dos artistas, enquanto outros arrumavam os espaços de apresentação dos grupos (Praça de Toiros, para a abertura, e Pavilhão do Maxaquene, para as atuações gerais e a cerimônia de encerramento).

A fase final, ou seja, o Festival propriamente dito, contou com cinco apresentações no Maxaquene, duas províncias por dia: cada uma delas tinha direito a 45 minutos de exibição, sendo cada grupo composto por cerca de 40 “artistas”. Além do Presidente da República, Samora Machel, muitos dos seus ministros de Estado, membros do partido Frelimo, cooperantes e representantes do corpo diplomático foram convidados oficialmente. Estiveram presentes autoridades políticas dos seguintes países: Zimbábue, Tanzânia, Angola, Lesotho, Suazilândia, Argélia e Zâmbia. A abertura realizou-se na Praça de Toiros, dia 27 de dezembro às 16h, e foi a única programação gratuita do evento, incluindo o transporte “das massas das zonas mais distantes como é o caso dos bairros da Matola, T-3 e Benfica e dos trabalhadores que, organizados e integrados nas estruturas dos Conselhos de Produção, deverão começar a concentrar-se na ‘Monumental’, a partir das 14 horas” (*Notícias*, 27 de dezembro de 1980, 1).

O presidente Samora Machel, que foi recepcionado no local pelo som do hino nacional, interpretado pela Banda das Forças Armadas de Moçambique, abriu o evento saudando os representantes das dez províncias do país, e sublinhando que “através da dança e dos músicos eles mostram o nosso passado, segredo da força que quebrou as algemas, o tribalismo, o regionalismo e o racismo, e mostram o internacionalismo, a solidariedade e, sobretudo, a unidade do Povo moçambicano” (*Notícias*, 28 de dezembro de 1980, 1). Outros hinos foram executados enquanto desfilavam na arena diversas crianças de escolas primárias e secundárias de Maputo, vestidas com roupas vermelhas, amarelas, verdes, azuis, pretas e brancas (alusão à bandeira no país), empunhando e agitando pequenas bandeiras com essas mesmas cores. Em seguida, entraram as dez delegações provinciais, “cada uma das quais empunhava uma tabuleta com nome da província representada e interpretando números culturais da sua zona de origem” (*Notícias*, 28 de dezembro de 1980, 11).

Sara Morais

Graça Machel, ministra da Educação e Cultura e Presidente da Comissão Nacional do Festival, em seu discurso nessa sessão de abertura, sublinhou que a realização do evento integrava as atividades da Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural e afirmou, entre outras coisas, que

Este festival é mais uma manifestação da pujança criadora do povo moçambicano, este povo trabalhador que mostra aqui, à sua frente, senhor presidente, uma parcela da sua cultura, uma ínfima amostra do rico patrimônio de que é detentor. Em nome do governo da República Popular de Moçambique, declaro solenemente aberta a fase final do I Festival Nacional da Canção e Música Tradicional. A luta continua! (Trecho do filme *Música, Moçambique!*).⁹



9 O filme é uma coprodução Moçambique-Portugal para a Direção Nacional da Cultura de Moçambique; subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo Instituto Português de Cinema; produzido por FILM-FORM (Lisboa) e INC/Instituto Nacional do Cinema (Maputo) em 1981. Está disponibilizado na página do Arpac (Instituto de Investigação Sociocultural) no Facebook.

FIGURA 2 (à esquerda): *Notícias*, 28 de dezembro de 1980, p. 4. 217

FIGURA 3 (à direita): *Notícias*, 28 de dezembro de 1980, p. 5.

No primeiro dia das apresentações, 28 de dezembro, subiram ao palco circular do Maxaquene grupos de Maputo e de Nampula. Esta última foi representada pela dança *nsope*. Da província de Maputo, apresentaram-se um tocador de *chizambe*, alguns tocadores de *timbila* e a dança *mutin*. A respeito das *timbila*, matéria do *Notícias* comenta:

As *timbilas*, ainda que tocadas razoavelmente, perderam muito da sua importância, ao notarmos dentro do Festival a presença da Província de Inhambane que traz consigo os melhores tocadores, dentre os melhores que temos em Moçambique. Como sabemos, é na região de Zavala que este género instrumental tem maior fluência e significado (*Notícias*, 31 de dezembro de 1980, 2).

Incômodos como esse – uma província ser representada por uma expressão pertencente “genuinamente” a outra – foram apontados também em outros casos, como as *nyangas*; entretanto, o exemplo das *timbila* parece ser sempre o mais reiterado.¹⁰

10 Esse aspecto do “certificado de origem” das expressões culturais possui, ainda hoje, um forte apelo no contexto de festivais nacionais.

Sara Morais

No dia 29 de dezembro, o segundo do Festival, apresentaram-se os grupos das províncias de Cabo Delgado, com os tambores do *mapico*, tocadores individuais de *bangwè*, *kanyembe* e *dimbila*; e Tete, com as flautas da dança *nyanga* e o *mpalassa* (conjunto de chifres). Os grupos das províncias de Sofala e Gaza tiveram sua vez no palco principal do evento no terceiro dia. Os artistas de Sofala expuseram os sons de 16 diferentes instrumentos, como o do tambor *ntukula*, e o duo de *chibedebede*. A participação dessa província foi elogiada pelo *Notícias*, pois os grupos teriam se organizado bem no palco e estavam muito animados, contagiando os músicos de outras províncias que assistiam, assim como a audiência na arquibancada. A apresentação dos corais dessa província foi também ressaltada.

No primeiro dia do ano de 1981 subiram ao palco representantes das províncias de Niassa e Manica. Fechou a noite o conjunto “Dumbi and the Maraire Marimba Ensemble”, do Zimbabwe, composto por músicos norte-americanos e zimbabweanos. Niassa executou “um raro instrumento de sopro com notada influência árabe que se poderia chamar ocidentalmente de um ‘trompete tradicional’” (*Notícias*, 4 de janeiro de 1981, 2). A atração principal dessa província teria sido um grupo de crianças composto por um banjo de três cordas, dois *mpundus* e uma clave confeccionada com lâminas de enxada. Manica levou um grupo coral de mulheres, *varimba* e um grupo de *nyangas*.

Dois de janeiro de 1981 foi dedicado às províncias da Zambézia e de Inhambane. A primeira apresentou um grupo de nove flautistas da dança *nyanga* e um coral de mulheres acompanhado com claves de madeira na percussão. Os redatores da matéria do *Notícias* lamentaram que a província não pôde levar representantes da dança *cedo*, “que representa neste género algo do mesmo peso e força que a *timbila* de Inhambane” (5 de janeiro de 1981, 3). Inhambane, por seu turno, mostrou: um coro tradicional estilo pergunta-resposta, um solista de *chipendane* e, claro, *timbila*. O espetáculo desse penúltimo dia de Festival teve a apresentação de Miriam Makeba e banda.¹¹

O Festival terminou dia 3 de janeiro, quando ocorreu sua cerimônia de encerramento. Reportagem do *Notícias* explorou a expectativa gerada com a realização do fechamento oficial do evento:

O espectáculo, que vai atrair um numeroso público, representará a súmula de todo um trabalho desenvolvido no sentido de divulgar, valorizar e engrandecer o património cultural tradicional do Povo moçambicano. Ele será um marco histórico a registar nos anais da história do nosso Povo, no conjunto dos esforços desenvolvidos pelo nosso Governo, à luz das directivas do 3º Congresso do Partido FRELIMO sobre a importância da preservação cultural (*Notícias*, 3 de janeiro de 1981, 1).

Exceto pelas críticas a respeito de certos aspectos da sua organização contidas nas “Crônicas do Festival”, como abordarei posteriormente, o evento foi considerado um grande sucesso pela mídia. Diante da presença de Samora Machel, integrantes da Frelimo e convidados oficiais de outros países africanos, os artistas

218

11 No filme *Música, Moçambique!*, a cantora e ativista sul-africana aparece cantando a música “A Luta Continua”.

Sara Morais

adentraram a arena do Maxaquene, bem-organizados, mas exultantes, segurando as placas onde se viam o nome da província correspondente a cada delegação presente, e seguiram em direção ao palco principal do pavilhão. A Banda das Forças Policiais executou o Hino Nacional. Na sequência, os “agrupamentos artísticos internacionais” se apresentaram, sendo “vibrantemente aclamados pela vasta assistência” (*Notícias*, 4 de janeiro de 1981, 1). Passou-se, então, à entrega de prêmios a todos os grupos das dez províncias, que consistiram em estatuetas em marfim.¹² Os artistas internacionais foram agraciados com esculturas esculpidas em pau preto.

2 Crônicas sobre o Festival: música tradicional em debate

Após a realização do Festival, Martinho Lutero¹³ e Abel Esmael¹⁴ produziram uma série de artigos com conteúdo crítico, cujo teor recaía fundamentalmente em aspectos da organização do evento. Esses escritos foram apelidados por seus críticos de “crônicas do festival” e geraram respostas de leitores, promovendo um acalorado debate no Jornal *Notícias*.¹⁵ No primeiro artigo por mim selecionado, os autores comentam sobre a falta de tambores no Festival. Citam a performance do “conguista” nas apresentações de Miriam Makeba, convidada de honra do evento, que entusiasmou o público. Lastimaram a falta de “membranófonos percutidos” dentre os instrumentos levados a Maputo pelos grupos selecionados e deram como exemplo a não inclusão, entre os instrumentos dos grupos da província da Zambézia, da “bateria de tambores da dança Cedo que representa neste gênero algo do mesmo peso e força que a timbila de Inhambane”. Criticaram a organização do Festival por não terem critérios para selecionar as expressões mais representativas e tradicionais de cada província.¹⁶

Em “Vamos reflectir e analisar sobre a nossa realidade cultural”, Lutero e Esmael enfrentam a questão do estatuto dos termos *canção* e *música*. Perguntam a razão de as duas palavras serem enfatizadas no título: “talvez para diferenciar música cantada da tocada. Ora, se a questão era de purismo tal, dever-se-ia dar um adjetivo à música no título. Afinal, canção também é música”. Argumentam que não se trata apenas de uma questão formal, pois a dualidade contida no título representa a falta de rigor na organização e execução de todo o Festival. Aliada ao problema da divisão *música x canção* estaria a separação impossível, aos olhos dos autores, da música em relação à dança, “indivisível no Continente Africano e consequentemente no nosso País. Quem não percebe o absurdo de desligar a dança da música, não perceberá o de desligar a canção da música”. Mostrando alguns exemplos do contexto abordado, Lutero e Esmael concluem que essa dissociação (tanto em relação à dança como em relação à canção) produz um mecanismo de redução da música, o que demonstra um “alheamento da realidade cultural moçambicana” por parte daqueles que conceberam o evento.

Ao dar o exemplo da música *nsope*, esclarecem:

Esta música tradicional tem como base o acompanhamento da dança, não possuindo moto-próprio como ideia, comunicação, mensagem e carácter

12 “Nos actos de entrega participaram todos os dirigentes do Partido e do Estado que na mesa do ‘presidium’ ladeavam o dirigente máximo da Revolução moçambicana” (*Notícias*, 4 de janeiro de 1981, 1).

13 Maestro brasileiro, atuou como cooperante no país a partir de 1978 na área da música. Foi um dos fundadores da Escola de Música de Moçambique, realizou algumas das investigações que auxiliaram a escolha dos grupos que se apresentaram no Festival.

14 Jornalista moçambicano.

15 Aparentemente, o Jornal *Notícias* teria incentivado o debate, mas não tenho informações sobre o possível convite dos editores da seção para que determinados leitores respondessem diretamente aos autores dos artigos.

16 “Qual será desta vez a justificação? A mesma de sempre, de que não há possibilidade de trazer muitos elementos de cada província? Então perguntamos: Por que trazer como representante da Zambézia um grupo de nove flautistas da dança “Nyanga”, se essa dança não é tradicional daquela província? Seria o mesmo que num Festival Internacional de música ligeira levarmos como representante de Moçambique um grupo tocando “Jazz”. Nós sabemos que no nosso País há grupos que fazem este tipo de música, mas não mandaríamos jamais um grupo de “Jazz” representar a música ligeira moçambicana. Enfim, coroou-se com êxito a falta de critério por parte da organização neste Festival” (*Notícias*, 5 de janeiro de 1981, 3).

Sara Morais

de obra musical. Não é por assim dizer, substantiva. Ela existe como se refere, ligada à dança, ou vice-versa, a dança ligada a ela.

A música em Moçambique, em África, tem um carácter utilitário. Como vemos, não é só uma questão de pureza conceitual, que por si só justificaria o protesto. É uma questão de pureza e respeito artístico. (*Notícias*, 11 de janeiro de 1981, 2)

Em “Uma importante contribuição política para consolidar a unidade nacional”, terceiro da série, Lutero e Esmael se afastam do tom adotado em escritos anteriores para se dedicarem a um elogio ao carácter político do Festival. Afirmam, nesse sentido, que a realização do evento, além de ser valorizada em termos artísticos, deveria também, e principalmente, ser enaltecida em termos políticos. A explicação resume-se ao seguinte: ao possibilitar o encontro entre músicos das diversas etnias do país, o evento teria gerado uma conjuntura favorável à tomada de consciência de cada um desses sujeitos na direção de um pertencimento nacional. Ou seja, entendendo-se como parte de um todo, cada músico presente no Festival abdicaria da sua “identidade étnica” para se associar a uma coletividade mais ampla, motivo que os levaria a se sentirem “moçambicanos”:

O músico chope encontrou o músico macua e o músico chissena, tocando, por exemplo, o Chipendane e as suas variações. De repente ele percebe que os três “povos” compartilham do mesmo instrumento de comunicação com a sua aldeia, portanto, têm algo de fundo em comum. Aos poucos dão-se conta enquanto tocam, que ali não está o macua, está o moçambicano. E assim a música tornou-se para eles um elemento de unidade (*Notícias*, 12 de janeiro de 1981, 2).

Essa espécie de “teoria do ponto crítico”, que tenta explicar o nascimento da cultura nacional por meio do Festival, apoia-se, ainda, no argumento que reforça o encontro desses sujeitos de diferentes províncias e identificados por diferentes línguas: a ideia de que, pelo fato de terem todos vivido a opressão do colonizador, “têm uma identificação natural. [...] libertaram-se pelo mesmo processo, pela mesma guerra, e no momento de cantar a liberdade, o motor da criação artística era o mesmo” (*Notícias*, 12 de janeiro de 1981, 2). Assim, a unidade da nação, tão repetidamente evocada pela Frelimo em suas reuniões e em documentos oficiais, passou a ter sua existência chancelada por especialistas e entusiastas das artes musicais em Moçambique, o que certamente colaborou para a perpetuação desse imaginário e na própria concepção dos festivais futuros. Além disso, essa unidade é vivida ritualmente pelos próprios músicos e sua audiência, acrescentando algo de intensidade à experiência.

A primeira resposta às “crônicas” surgiu no dia 13 de janeiro de 1981, assinada por Arnaldo Bimbe.¹⁷ Antes de ponderar as críticas destinadas aos dois cronistas, Bimbe elogia o evento,¹⁸ para assim explicitar os seus desagrados, todos

17 No momento da minha pesquisa, Bimbe era chefe de gabinete do Ministro da Cultura e Turismo.

18 “Julgo que constituiu momentos inesquecíveis para os que puderam ter a oportunidade de se deslocar aos locais onde rufaram os tambores da nossa libertação”.

Sara Morais

centrados nas assertivas sobre a falta de preparo por parte da organização do evento, tal como colocaram os dois autores em seus artigos. Finalizado o elogio, aponta a seguinte frase escrita por Lutero e Esmael como cerne das suas colocações críticas, considerando-a um insulto àqueles que se dedicaram aos preparativos do Festival: “Infelizes seres esses que se julgam com o direito de indicar ao artista popular a forma como deve tocar o seu instrumento...” (*Notícias*, 13 de janeiro de 1981, 2). Bimbe interpreta que, para as apresentações dos grupos em Maputo, houve um trabalho positivo de “preparação técnica dos artistas”, que orientou os participantes sobre como deveriam se localizar no palco, quais seriam os momentos corretos para começar e terminar a tocar, quanto tempo teriam para tocar etc. Ou seja, ele considera que as orientações dadas àqueles que se apresentaram no Festival foi importante, tendo essa disciplinarização surtido efeito na exitosa execução dos músicos e, portanto, do próprio evento.

A réplica de Lutero e Esmael foi publicada um dia depois, por meio da qual seus autores explicaram que em nenhum momento foi intenção desmoralizar “as estruturas que tanto trabalharam para o sucesso do Festival”. Rebate a afirmação tachada de insultuosa, afirmando que a frase não se referia aos aspectos mais gerais de coreografia, tempo determinado para tocar, entre outros, mas às “mutilações” feitas à música *nyanga*. Segundo Lutero e Esmael, o termo “forma” foi mal interpretado pelo leitor; refere-se à “forma de tocar”, à “forma musical”. Nesse sentido, somente o executor da música (“o real produtor da cultura”) seria legitimado a indicar a forma correta.

Em 19 de janeiro de 1981 é publicado o texto de Calisto Mijigo,¹⁹ intitulado “A propósito das crônicas de Martinho Lutero e Abel Esmael”. O autor comenta sobre a importância da realização do Festival, que foi “um sucesso incontestável”. Afirma que todo o “Povo moçambicano” participou porque foi devidamente mobilizado pelo “Estado Socialista e o Governo”, o que demonstra que o evento não foi apenas uma manifestação de natureza cultural, mas eminentemente política. Após expor a ideia de que Moçambique estaria vivenciando um progresso cultural necessário no processo de “evolução socialista”, Mijigo confia que quando estavam planejando a concretização do Festival, surgiram algumas questões relativas à definição do seu título e dos seus objetivos. Segundo ele, algumas pessoas sugeriram o nome “Festival da Canção e Música”, para que pudessem incluir o canto coral moderno e a música ligeira; outros eram contra a própria realização do evento, pois argumentavam que o “povo” ainda não estava “musicalmente educado a ponto de compreender o valor histórico deste acontecimento”. Infelizmente não explica o ponto em que foi tomada a decisão pela inclusão da palavra tradicional nem o que motivou, afinal, a organização do Festival, apesar do problema colocado.

De acordo com Mijigo, Lutero agiu como tal no texto do jornal devido ao sistema político do seu país (no caso, o Brasil), “onde os problemas importantes que exigem uma solução diferente são tratados na imprensa à sorte do leitor” e, apesar de ter feito pesquisa e escrito sobre a música tradicional moçambicana, acabaria por defender a teoria dos musicólogos ocidentais ao afirmar que essa música só existe tendo como base o acompanhamento da dança. Fornece, no seu texto,

221

19 Músico, professor da Escola de Música em Maputo à época.

Sara Morais

exemplos de algumas situações nas quais é possível experimentar a música sem necessariamente dançar. Explica que, ao treinarem os “artistas” como deveriam se portar no palco, não estavam diminuindo a música tradicional, mas propondo uma “qualidade historicamente nova”. Um “alheamento na arte”, segundo Mijigo, seria, por exemplo, incluir na orquestra de timbila mais instrumentos que não fazem parte daquela formação (um acordeão, uma guitarra, uma trombeta), ou ainda incluir no *M’saho* “mais cinco movimentos do Samba”. Após apontar esses assuntos mais relacionadas ao conteúdo das crônicas, Mijigo volta a questionar a idoneidade dos autores, acusando-os de “levantar uma campanha de desnortear a opinião pública nacional e internacional”.

A longa resposta dos dois cronistas apareceu no *Notícias* dia 21 de janeiro do mesmo ano. Em primeiro lugar, defenderam-se afirmando que nunca se colocaram como donos das verdades sobre o tema da cultura em Moçambique, e muito menos como os maiores conhecedores da música tradicional do país. Afirmam que o objetivo da cooperação que realizavam era contribuir para o trabalho de recolha e valorização cultural, o que fizeram durante dois anos e meio (de 1978 a 1980) de pesquisas nas províncias de Maputo, Inhambane, Cabo Delgado, Nampula, Tete e Sofala. Criticaram a “pessoalização das questões” colocadas por Mijigo, “músico da Direcção Nacional de Cultura”, e informaram que, diferentemente da afirmação de que um dos articulistas seria originário de um país onde problemas dessa natureza seriam tratados publicamente no jornal, a pessoa a quem se referia vivia “debaixo de uma ditadura militar que exactamente não permitia que tais problemas fossem abordados pela imprensa, totalmente controlada pela censura fascista” (*Notícias*, 21 de janeiro de 1981, 2).

Lutero e Esmael escreveram alguns parágrafos justificando o que entendiam por música tradicional e esclareceram que, quando afirmavam que a música em Moçambique estava ligada à dança, referiam-se a esse gênero de música. Elucidaram que, quando fizeram a afirmação da música como “moto-próprio sem ideia”, aludiam especificamente ao *nsope*, visto que a melodia e a harmonia dessa música não foram criadas para serem apresentadas isoladamente, necessitando da dança e do poema cantado. Questionados a respeito da colocação sobre a ideia de utilitarismo associada à música tradicional, respondem que essa assertiva não diminui o valor nem a complexidade desta; ao contrário, “se somos músicos honestos, não podemos deixar de reconhecer o alto desenvolvimento técnico de expressões como Nyanga e Timbila”. Após essas e outras respostas dos autores, as “crônicas do festival” não tiveram seguimento, tendo sido concentradas somente durante o evento e em momentos após o seu encerramento. Esse debate tornou-se relevante não somente pela discussão terminológica por parte de especialistas do campo musical e cultural da época, mas também por elucidar tensões internas a certas frentes de um projeto que se anunciava como uno e inquestionável.

Considerações finais: festival, palco e nação

A atenção despendida com a cultura nos primeiros anos pós-independência

Sara Morais

foi a fórmula encontrada pela Frelimo para somar as distintas expressões do povo que resultassem na nação moçambicana. Acessar músicas e danças praticadas por diferentes grupos sociais do território permitia que o governo se comunicasse com pessoas de todo o país. A construção da nação exigia um grande movimento de sensibilização dos habitantes de norte a sul para a causa maior que os deveria unir como um só povo, e o Festival Nacional da Canção e Música Tradicional foi o grande palco para apresentar esse projeto. Os temas relativos à independência e à luta contra o colonialismo, abordados através da linguagem da revolução socialista, eram reiteradamente evocados nos discursos dirigidos ao “povo moçambicano”, totalidade esta bastante indefinida.

A ideia recorrente nessa época era de que a música moçambicana havia sido impedida pela “classe dominante” de ser difundida por outros espaços da sociedade. Pensava-se que, durante séculos, as práticas musicais relacionadas a cerimônias tradicionais (fúnebres, matrimônios, cantos de trabalho etc.) foram obrigadas pelo colonizador a ficarem restritas a esses eventos, sem relação com outras formas de comunicação com um público mais amplo.

Orlando Mendes, em artigo publicado pela Revista *Tempo* em 28 de dezembro de 1980, afirma que o colonizador teria reforçado a “autoridade tribal pela sua integração controlada na máquina administrativa”, impedindo, assim, a “arte musical” de se desenvolver autonomamente, “sujeita ao peso de uma ideologia opressora, obscurantista e segregacionista”. Segundo ele, os artistas teriam ficado por muito tempo fechados em seu mundo “obscurantista”, o que explicaria o ocaso a que foram destinados muitos instrumentos musicais. A independência teria permitido que esses artistas saíssem da escuridão e se mostrassem a todo o país, processo este iniciado nas zonas libertadas. O Festival Nacional de Canção e Música Tradicional pode ser visto, nesse sentido, como um mostruário da “cultura popular”, a ofensiva cultural de maior envergadura dentre todas as outras em que vinham sendo investidas.

A expressão “canção e música tradicionais” somente fazia sentido e foi foco de atenção do governo da Frelimo pelo potencial de arregimentação de pessoas com fins políticos que um evento como o Festival proporcionou. Evidentemente seu título não passa despercebido e reflete escolhas que não foram feitas ao acaso, para não citar a polissemia do termo. O tradicional (entendido como autêntico, como vivido antes da colonização) não era uma ameaça à Frelimo, desde que não se virasse contra a modernização por ela reclamada, pois era entendido como condição historicamente inerente à formação do “povo moçambicano”, o que inclusive possibilitaria sua transformação em direção ao homem novo. Passadas pelo crivo revolucionário, essas práticas estariam salvas; o problema era o tribal.

Não causa espanto que as respostas endereçadas aos dois cronistas, assinadas por pessoas diretamente envolvidas na concepção do Festival, não demonstraram nenhum descompasso entre o que se esperava que os artistas fizessem no palco e aquilo que traziam de seus contextos de origem. Nesse sentido, o elogio ao modo como os grupos atuaram é também um elogio ao exitoso trabalho que a Frelimo teria desenvolvido ao iniciar o processo de modernização das práticas culturais

Sara Morais

moçambicanas. No decorrer dos anos, os festivais passam a se alinhar cada vez mais com a denominação “cultural”, e não mais com “tradicional” ou “popular”, embora existam modalidades de “dança e música tradicionais” e palcos específicos para apresentações de expressões que nelas se encaixem (Morais, 2020).

O processo de modernização apregoado pela Frelimo no campo musical passaria, então, pela evolução de práticas de sociabilidade vividas no mato – seja no cotidiano ou em eventos extraordinários da vida coletiva – para apresentações públicas, as quais, dissociadas do contexto em que foram desenvolvidas (embora mantendo seu conteúdo), pudessem comunicar a plateias mais amplas e diversificadas sua capacidade de produção artística. No palco, os artistas se tornariam homens novos. O fracasso do projeto nacionalista dos primeiros anos evidenciou que essas dimensões da vida social não estão apartadas da dinâmica das práticas musicais e que seus praticantes se adaptam e se recriam nos mais diversos espaços a eles destinados, tanto no palco, quanto no mato.

Os festivais retornam à cena nacional nos anos 2000. O governo moçambicano, na área da cultura, voltou-se para a implementação de atividades que se adequassem às responsabilidades do Estado incluídas na legislação vigente após o fim da guerra civil, com a publicação da Política Cultural de 1997.²⁰ A efervescência gerada por um grande festival nacional, atualmente realizado a cada dois anos,²¹ funciona para renovar periodicamente os sentidos de soberania nacional e serve também como vitrine de propaganda política da Frelimo. Nesse evento, a cultura (compreendida como patrimônio, como música, como arte, entre outros) é a linguagem comum que liga todos os grupos do território moçambicano, sendo um dos projetos mais eficazes de imaginação da cultura nacional. Já não se trata mais de utilizar o palco como fórmula para a correção dos “desvios” do mato, mas de construí-lo como mostra da diversidade cultural moçambicana, com ênfase em suas particularidades regionais.²²

O Festival Nacional da Cultura é um ato político, uma das formas encontradas pelos governos da Frelimo para juntar pessoas em certo tipo especial de coletividade e exercer sua soberania. Nesse sentido, o palco segue desempenhando um papel fundamental no cenário político moçambicano. Se, no passado, como aponta Honwana (2017, 65), os festivais foram “a fórmula encontrada para fazer a afirmação cultural da identidade nacional”, eles continuam tendo um lugar importante na linha de atuação dedicada à política cultural, especialmente no campo do patrimônio cultural, e mais recentemente têm sido concebidos sob a rubrica genérica das indústrias culturais e criativas. Há uma década esse grande evento bianual tem incorporado muitas das diretrizes assinaladas durante as reuniões da Primeira Conferência Nacional da Cultura em 1993, como, por exemplo, a busca pelos símbolos regionais e nacionais. Nos escombros de uma guerra civil que mal havia se encerrado, a realização dessa conferência parecia repactuar a construção da nação, porém em bases renovadas: ao invés do homem novo, o reconhecimento de uma sociedade “multicultural”, “multiétnica” e diversa.

O Festival Nacional da Cultura não é somente um evento de cultura, de demonstração da diversidade cultural do país, de intercâmbio de experiências entre

20 Cf. BRM, *Resolução nº 12/97*, de 10 de junho de 1997. Aprova a Política Cultural e Estratégia de sua Implementação.

21 O último Festival Nacional da Cultura ocorreu em 2018, na província do Niassa, localizada no norte do país. Em 2020, devido à crise sanitária produzida pela pandemia de covid-19, o evento, que iria ocorrer em Maputo, foi cancelado.

22 É provável que a ênfase dada pelo governo da Frelimo no âmbito dos festivais nacionais à ancoragem regional/geográfica das manifestações culturais, no lugar do seu pertencimento étnico, decorra de um possível temor em relação ao retorno insidioso do tribalismo ou de solidariedades étnicas.

Sara Morais

artistas das diversas partes do território nacional. Trata-se, sobretudo, de uma tecnologia de governo criada internamente – embora possa ter tido inspiração de experiências de outras partes do continente, como o I Festival de Artes Negras no Senegal, ou o Festac realizado na Nigéria – que vem sendo aprimorada desde o final da década de 1970. A fase final é apenas a ponta (uma ponta importante, certamente) de uma longa cadeia de eventos que produz efeitos muito particulares, como a relativa proximidade de pessoas moradoras do mundo rural com suas autoridades políticas oficiais e seu paulatino processo de alfabetização política e moral. Embora haja muito a ser explorado nesse debate, espero que o recorte temático aqui sugerido forneça uma via de análise promissora para o melhor entendimento sobre as formas assumidas pelo Estado em relação à população governada, assim como para desvelar possíveis projetos alternativos de construção nacional.

Sara Morais

Referências

- Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- Andrieu, Sarah. 2013. “Une forme globalisée, des enjeux localisés: Les festivals culturels régionaux au Burkina Faso des années 1990 à aujourd’hui”. In *Une histoire des festivals XX-XXI siècle*, org. Anaïs Fléchet et al., 123–38. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Apter, Andrew. 2005. *The Pan-African nation: oil and spectacle of culture in Nigeria*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Apter, Andrew. 2016. “Beyond Negritude: Black Cultural Citizenship and the Arab Question in FESTAC’77”. In *The First World Festival of Negro Arts, Dakar 1966. Contexts and Legacies*, org. David Murphy, 151–65. Liverpool: Liverpool University Press.
- Cabaço, José Luís. 2009. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.
- Cahen, Michel. 1987. *Mozambique: la révolution implosée*. Paris: Éditions L’Harmattan.
- Costa, Alda. 2013. *Arte em Moçambique: entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (1932-2004)*. Lisboa: Babel.
- Darch, Colin. 2018. *Historical dictionary of Mozambique*. Series: Historical dictionaries of Africa. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.
- De Jong, Ferdinand. 2016. “Cultural Festivals in Senegal: Archives of Tradition, Mediations of Modernity”. In *The First World Festival of Negro Arts, Dakar 1966. Contexts and Legacies*, org. David Murphy, 166–79. Liverpool: Liverpool University Press.
- Dias, Margot. 1986. *Instrumentos musicais de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Antropologia Cultural e Social.
- Farré, Albert. 2015. “Assimilados, régulos, Homens Novos, moçambicanos genuínos: a persistência da exclusão em Moçambique”. *Anuário Antropológico* 40(2): 199-229.
- Geffray, Christian. 1988. “Fragments d’un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d’une méconnaissance scientifique”. *Politique Africaine* 29: 71-85.
- Geffray, Christian. 1991. *A Causa das Armas: Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- Honwana, Luís Bernardo. 2017. *A velha casa de madeira e zinco*. Maputo: Alcance Editores.
- Isaacman, Allen and Isaacman, Barbara. 1983. *From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Jopela, Valdemiro. 2006. “Para uma caracterização da poesia oral nas timbila dos Vacopi e alguns aspectos do contributo português 1940-2005”. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa.
- Kopytoff, Igor. 1977. “Matrilineality, residence, and residential zones”. *American Ethnologist* 4: 539-58.
- Kruks, Sonia. 1987. “From Nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977”. In *Studies in Power and Class in Africa*, ed. Irving Leonard Markovitz, 237–56. New York: Oxford University Press.
- Macagno, Lorenzo. 2009. “Fragmentos de uma imaginação nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24(70): 17–35.

Sara Morais

- Morais, Sara S. 2020. "O Palco e o Mato. O lugar das timbila no projeto de construção da nação em Moçambique". Tese de doutorado, Universidade de Brasília.
- Munguambe, Amândio Didi. 2000. *A Música Chope*. Maputo: Promédia.
- Murphy, David. 2016. "Introduction. The Performance of Pan-Africanism: Staging the African Renaissance at the First World Festival of Negro Arts". In *The First World Festival of Negro Arts, Dakar 1966. Contexts and Legacies*, org. David Murphy, 1-42. Liverpool: Liverpool University Press.
- Newitt, Malyn. 1995. *A History of Mozambique*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Rita-Ferreira, António. 1975. *Povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Afrontamento.
- Siliya, Carlos Jorge. 1996. *Ensaio sobre a cultura em Moçambique*. Maputo: Publicita.
- Trajano Filho, Wilson. 1993. Rumores: uma narrativa da nação. *Série Antropologia* 143: 2-35.
- Trajano Filho, Wilson. 2010. "Território e idade: ancoradouros do pertencimento nas manjuandadis da Guiné-Bissau". In *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*, org. Wilson Trajano Filho, 225-55. Brasília: Athalaia.
- Trajano Filho, Wilson. 2016. "O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação". *Estudos Ibero-Americanos* 42(3): 913-43.
- Wane, Marílio. 2010. "A Timbila chopi: construção de identidade étnica e política da diversidade cultural em Moçambique (1934-2005)". Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia.
- Webster, David J. 2009. *A sociedade Chope: indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*. Lisboa: ICS.

Outlining Agents and Policies of Value in the Touristic Economy of the Sacred Valley of Cusco

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9511>

Bruna Pratesi de Oliveira

University of Brasilia – Brazil

Master's degree in Social Anthropology from the University of Brasilia, Brazil. Researcher at MOBILE (Ethnographic Laboratory of Circulations and Migratory Dynamics) at the Department of Social Anthropology, University of Brasilia.

ORCID: 0000-0002-6614-9225

brunapratesi.do@gmail.com

228

In this article, I draw from ethnographic and theoretical notes in turn of describing aspects of the tourist market in the Sacred Valley of Cusco, Peru. Guided by Victoria, I address the region's productive chain composed of multiple actors, power arrangements, and vigorous production of difference embedded in historical circumstances. I highlight the actions of Victoria in the community of Accha Alta, the presence of World Vision, and The *Centro de Textiles Tradicionales del Cusco* as they aggregate value in the processes of coordinating exchanges in the tourism market. In view of this network of touristic production in the Valley's circuit, I raise the questions: are women like Victoria being exploited and victimized by scalability and an oppressive market? Are exogenous projects and cultural transactions under the imperatives of the market the villains of Peruvian and much of Latin American histories? Although there is no easy answer to such massive entanglements, I argue that through in the methodological lens of tourism it is possible to glimpse the extensive and multifaceted commercial chain in the Valley marked by developmental discourses and transnational authorizations.

Development; political economy; Rural and Community Tourism; authenticity

No presente artigo me baseio em notas etnográficas e teóricas para descrever aspectos do mercado turístico no Vale Sagrado de Cusco, Peru. Guiada por Victoria, descrevo a cadeia produtiva da região composta por múltiplos atores, arranjos de poder e uma vigorosa produção da diferença alinhada a circunstâncias históricas. Destaco as ações de Victoria na comunidade de *Accha Alta*, a presença da *World Vision*, e o *Centro de Textiles Tradicionales del Cusco* na medida que estes agregam valores em meio as trocas no mercado turístico. Diante dessa ampla rede de produção turística, proponho as seguintes questões: mulheres como Victoria estão sendo exploradas e são vítimas de um mercado opressor? Os projetos exógenos e as transações culturais sob os imperativos do mercado são os vilões da história peruana e outras latino americanas? Embora não haja uma resposta fácil para tais emaranhados, argumento que a partir da ferramenta metodológica do turismo, é possível vislumbrar a extensa e multifacetada cadeia comercial marcada por discursos desenvolvimentistas e autorizações transnacionais.

Desenvolvimento; economia política; Turismo Rural e Comunitário; autenticidade

Bruna Pratesi

Introduction

During the final months of 2019, I conducted field work in the Sacred Valley of the Incas in Cusco, Peru. I had visited the region a year before and already felt jostled by the rate at which the Valley's worldwide fame as an imagined destination for adventure and mysticism, emerged as a global commodity. Tourism in the Valley made headlines in newspapers, was a theme in government agendas, multinational investments, a means through which people created itineraries, built their communities, and cultivated values for an uncertain future¹.

As the possibility of doing research in the Valley began to take shape, I was motioned to investigate social life and its political-economic entanglements in the region, mainly those shaped by the tourism industry. The increasingly intentional coordination for capital, propelled by the abundant movement of people, ideas, and values shaped my analytical lens as I drew attention to how people collaborated and were drawn into the touristic market². Tourism shaped my methodological approach as well as ethnographic pathways as I searched for fragments of the underlying values that spoke profoundly of the region's worldly entanglements.

In this article, I describe the tourism market in the Sacred Valley by addressing the region's value chain composed of multiple actors, power arrangements, and vigorous production of difference embedded in historical circumstances. With the methodological and theoretical guidance of Victoria, I propose to outline how she incorporates herself and is incorporated into the market, a process sewn into the material and political presence of World Vision and the textile center in the community of Accha Alta. I describe the presence of the CTTC and how their actions shape touristic values and subjectivities and explore the developmental rhetoric in the region and how it converges in the community tourism model. Finally, I argue that couched in the methodological lens of tourism there is the possibility to glimpse the extensive and multifaceted commercial chain in the Valley that connotes and produces developmental discourses and transnational authorizations.

Such arrangements and relationships were further analyzed by means of qualitative methods, including participant observation, semi-structured interviews, and archival texts from local newspapers and public institutions such as PROMPERÚ, The Ministry of Culture and the Ministry of Foreign Trade and Tourism (MINCETUR). I also carried out extensive bibliographical investigations in the *Centro Bartolomé de Las Casas*, a private library in Cusco. The project was outlined with an ethnographic approach and a four-month-long fieldwork immersion in the Valley region. The interviews were conducted with a range of economic actors, including tour guides, beneficiaries in tourism, development programs, employees in local NGOs, tourists, and community members involved in local markets.

My main guide and, what anthropologists often call main informant during the time I spent in the Valley, was Victoria Flores. Victoria, a mother of two young girls, lived in the municipality of Calca, in the Sacred Valley and due to kinship obligations, often went to the highland community of Accha Alta, where her mother and extended family lived. On the day we met, Victoria was off to Urubamba, one

1 According to the local newspaper *El Sol del Cusco*, the region expected to receive 4.79 million tourists in 2019, a 9% growth compared to the previous year. In the same report, the current Minister of Foreign Trade and Tourism (MINCETUR), Edgar Vásquez, stressed that local authorities would seek to stimulate 19 million soles by 2021 through this "exportación invisible" that didn't consist of sending and exporting goods, but in promoting visits.

2 This article is a revised version of the second chapter of my dissertation entitled: "*Y Ahora Todo el Mundo Viene al Valle*": tourism and commodification of difference in the Sacred Valley of Cusco, Peru" (2020). I would like to make a thankful note to those who carefully read and gave insights into this article, particularly participants of the MOBILE group, Laboratory in Ethnography of Mobilities and Migration Dynamics in the Department of Anthropology. Also, a thankful note to my dear supervisor Andrea de Souza Lobo and her methodological considerations and continuing efforts of "ethnographing flows", an intrinsic part of my work.

Bruna Pratesi

of the main towns in the Valley, to meet up with her youngest brother, Adolfo. She told me they had high hopes to promote tourism in their community as they struggled to create means of generating income for their families and community alike.

On this occasion, we sat side-by-side in the *colectivo* (private van), and Victoria sparked up a conversation with the customary, “where are you from?”. I presented myself and told her I was a researcher from Brazil hoping to learn more about people’s lives in the Valley and the effects of tourism. Her eyes lit up as if she’d found the warp and weft of the conversation and started to tell me about her frustrations. She explained her community’s inability to benefit economically from tourism, as outsider guides and agencies were the ones profiting: “In truth, in tourism who is profiting more now are the agencies. They are the ones taking the highest part. But, from others. Like Pisac has their ruins, Ollantaytambo has theirs and who is being benefited? The agencies!”.

As her words searched for ways of tackling this dilemma, she emphatically stressed her ongoing desire to have her own business where she could take visitors on tour and showcase the small textile shop in Accha Alta. To start, she wished to have photos taken of the ruins located in her community as a means of marketing her work to attract potential customers. Victoria’s brother was studying to become a tourist guide and she had entrepreneurial experience from when she owned her own restaurant and from capacity-building activities with NGOs. These details I would learn throughout our extensive conversations³.

Accha Alta was Victoria’s birthplace⁴. It was located 20 kilometers from Calca and at an altitude of 4,015 meters above sea level. According to Victoria, the small *pueblito* had a demography of “150 men, not counting women, children and widows”. The highland town was also the site of the artisanal store and headquarters of The Ancashmarka Association, a women-led group in which Victoria was an active member. The women’s association and artisanal center had been sporadically congregating members every month for the last fifteen years to organize the tasks of the associates – in 2019 there were 23 women. The women gathered in the store and sold their products and textiles made both from animal and synthetic yarn. All were handmade, except for decorated alpaca key chains, magnet sculptures of the famous *torito de Pucara*, *cholita* dolls, and other products they bought in Cusco and other urban centers.

As Victoria emphasized her business plans, she invited me to visit the ruins and I agreed to assist her in her marketing task by providing photographs. We waited for the rainy weather to clear up and the perfect opportunity to go up to Accha Alta. During our first and other recurring visits, she insisted on the potential of her community of setting in motion services and accommodations similar to the crescent rural and community tourism model in Cusco. As she showed me around the facilities she expressed: “What’s the plan? If I bring tourists, I have my store, the bathrooms”. She points to smaller house-like structures: “Those are the hotels. That one is a place to eat and the other, a kitchen”. Her community tourism prospects, further described in this article, appeared to Victoria as a valuable regional model in which guests had the experience of eating, celebrating, dressing

3 From the start of our relationship my place as an anthropologist was constantly being reaffirmed even though suspicion was a component, and a friendship would soon unfold. Although anthropologists are professionals widely known in Cusco, they are often associated with state representatives that work in museums or archeological sites. However, my touristic presence would be hard to separate from the anthropologist as I resembled the many white “outsider” tourists in the region. I would have a notebook at hand to emphasize my professional position, ask for consent in interviews, and she would express if she didn’t want something to be recorded. The discussion on the moral ambiguities of fieldwork deserves careful attention and this article won’t be able to fully display such complexities.

4 Living in the municipality of Calca was strategic in both Victoria’s aspirations of providing quality education for her girls as well as furthering her own entrepreneurial business plans. Although such prospects were a reality now, women like Victoria were often obligated to leave their highland communities at a young age and work as maidservants for local patrons in exchange for shelter and schooling.

Bruna Pratesi

in local garments, and sleeping in Andean communities, much like the “Home Away Tourism” allure. Similarly, it proved to be a profitable and community-led touristic arrangement for Accha Alta.

The store brought in very few visitors and the attraction was essentially due to the proximity to the archaeological site of Ancashmarka. The ruins, as Victoria defined, were a set of pre-Incan constructions which were growingly becoming a spot in the tourist circuit of the Sacred Valley. The breathtaking architectonic display along with the touristic complex welcomed the infimum number of customers with parking spots, hotel accommodations, and functional bathrooms, built in the past by World Vision (WV), a North American evangelical Non-Governmental Organization (NGO). According to Victoria, WV’s actions in Accha Alta had been completed for more than a decade and the community found itself “abandoned by World Vision”. Now, the only more prominent organization working in Accha Alta was the *Centro de Textiles Tradicionales del Cusco* (CTTC).

As Victoria guided me through Accha Alta and later, other parts of the Valley and the city of Cusco, she theorized about the animosities and competitive aspects amongst associations in her community, the challenging aspects of seeking control in a world of powerful travel agencies, the involvement of social incentives, and most importantly, her aspirations of becoming a protagonist of this narrative as she strived to enter the world of negotiations that came with economic activity and income for her and families alike⁵. As Victoria described her plans and the past and present touristic underpinning in Accha Alta, I inevitably came to question: what kind of market is this? Who are these agencies that penetrate the Valley with highly uncertain promises? By following Victoria’s trajectories (Marcus 1995)⁶ and her entangled reality amidst NGOs, public institutions, agencies, and social developmental projects, I drew a sense of intelligibility of the actors that authenticate as well as authorize (Bruner, 2005) the touristic reality in the Valley⁷.

Touristic projections and the *Centro de Textiles Tradicionales del Cusco*

Tourism brought new values and tensions to the community of Accha Alta, both due to the presence of World Vision with its religious permeations and the CTTC’s growing expectation to promote activities and a promising scenario for economic progress for both men and women. Victoria’s brother was studying to be a tour guide, her sister’s husband worked as a porter on the Inca trail in the archaeological park of Machu Picchu, and her mother had already participated, for six years, in textile production activities provided by the Textile Center of Accha Alta.

The Center was a smaller branch of a bigger project led and financed by the Non-Profit Association, *Centro de Textiles Tradicionales del Cusco* (CTTC). The Center coordinated a textile production project since 1998 in Acchapampa, a sector of Accha Alta, and Victoria’s mother had worked in project activities such as weaving and live demonstrations. The production of textile materials was mainly sold in the stores of Cusco and Chinchero, a famous destination in the tourist circuit. Locally, the artisanal community center was built by the association and now

5 I find it important to note that Victoria’s desires for money and things come from a place of providing food, transportation, education and enjoyment for her and her daughters. Her “*ganas*” to have her own money is attached to her ability to cultivate friendships and maintain good relationships with close kin in an economy of care. Although complex, her concerns for others’ well-being come from a place of much suffering and emotional and physical distress. Her obligations with her mother-in-law’s potatoes harvest were arduous manual labor; working in taxi runs in Calca’s bumpy streets also took a toll on her body; leading a restaurant had caused many frictions in her conjugal dynamics. For Victoria, participating in the tourist market meant being able to buy her own textile materials, increase production, and care for others.

6 I highlight what Marcus (1995) defines as “multisided ethnography” to describe the methodological mobilities that shaped my “field” work, situated not only in a wide geographic location, but amidst different social processes and actors. This methodological tool helped me describe the relationships mobilized by Cusco’s touristic engagements.

7 In this article, my purpose will not be to unpack the theoretical roadmap of the anthropology of tourism, rather describe political and economic values embedded in the Sacred Valley. However, the inaugural publication of “Hosts and Guests” (Smith 1989 [1978]) stands as a key reference worth mentioning. The work is important as it presented the discipline of anthropology with a nascent theoretical perspective on tourism that sought to analyze case studies, lists issues and problems associated with inequalities, and foremost, addresses the revitalization and transformative qualities present in the interactions between tourists and destination populations.

Bruna Pratesi

housed a meeting place for weaving activities. The CTTC often demanded production from the participants and then sold the items, functioning as a mediator in sales. This particular sector of Accha Alta, unlike Victoria's, enjoyed workshops, had assistance in administrative tasks, and the privileged support from the Center.

The CTTC's main institutional goal is to rescue Cusco's "vanishing" traditional fabrics as well as encourage Andean communities to give continuity to artisanal weaving practices, the use of traditional clothing, and a sense of pride in textile history. Since its foundation, the work provided by the non-profit, which during the time of my research assisted eight communities in Cusco, included projects in education, finance, and workshops aimed at spreading the art of fabric production and ancestral techniques. In an interview with Yolanda at the CTTC office in Cusco, I questioned if there were ever any guided tours provided by the Center and she said they were rare and when they happened it was only for special groups of people: "We work with an NGO in the United States that has a textile tour in Cusco. When they come to see the production of textiles, we organize the visit with the communities". She expressed that, tourists often preferred to visit Chinchero and that the main exchange in Accha Alta wasn't through guided visits, but in buying their textiles to sell in Cusco and even in international events such as the *International Folk-Art Market* in New Mexico, the United States.

Unlike the marks of abandonment left by World Vision, the CTTC played an important role in Acchapampa. The community was also mentioned as the highest in altitude with which the Center worked, marking a geographical and symbolic distance from urban life, a value portrayed as a continuation of an Inca past idealized in the tourist imagination⁸.

The ancestral character of the art of weaving and the continuities with Incan times were represented in "live" demonstrations in the Center's museums and stores located in different touristic centers in Cusco. The manual technicalities and labor of Andean women and their demonstrations generated an *ethos* of great value in Cusco's cultural tourism⁹. According to anthropologist Pablo Garcia (2018) and his rich ethnography of political and economic changes in Chinchero, the CTTC continues to be a model enterprise that inspires business enthusiasts to replicate it as a profitable economic regime and cooperative prototype. Today, the shops in Cusco invite visitors to browse the fabric gallery and museums as customers enjoy the famous "live" demonstrations, a dynamic that converges in the imagery of the "living cultures" of Cusco. In that respect, Garcia (2018) signals that contained in the expression of "living cultures" is the interpretation that culture is reduced to folklore and the present is measured in terms of an invented past in danger of being congealed in heritage policies.

Pablo Garcia's (2018) ethnographic findings also showed that the birth of the CTTC occurred at the crossroads between interrelated dimensions such as local and foreign concern for the loss of tradition due to new waves of modernization and the increase in international tourist flows to Cusco, that exploded in the 1990s (Garcia 2018: 168). The porosity between the identity of the Center as an institutionalized organization aligned with the capitalist spirit leads me to add a third

232

8 The rooted imagination of Incan historical and material culture is further elaborated by authors Pierre L. van den Berghe and Jorge Flores Ochoa (2000) as they define the concept of *incanismo*.

9 In the book "The Tourism Encounter: refashioning Latin American nations and histories", Florence E. Babb (2011) dedicates a chapter to the discussion of race and gender and the romanticization of rural Andeans in the tourism encounter.

Bruna Pratesi

element: the characteristic of the 1990s and the profile of NGOs in Peru, which, according to the presentation made by Mendoza (2015), required a calculation of market size and economic profitability of prospective projects.

More particularly, the Center originated in 1996 based on the efforts between the Chinchero-born researcher and weaver, Nilda Callañaupa, and foreign anthropologists Cristine and Edward Franquemont, who lived in Chinchero in the 1970s and 1980s. The projects in Accha Alta began in 1998 and until the present, it was common for Victoria to refer to Mrs. Nilda and her influences, especially when she mentioned contact with other countries, the types of special wool that members received, purchased by Nilda, and the publicity of the community promoted by her and the Center.

As Victoria further expressed the makings of her touristic project, Nilda's presence also marked internal disputes and envy in Accha Alta, particularly regarding the use of the complex of Ancashmarka and the discussions around the distribution of sales in the reception of tourists. The different sectors wished to sell their products to customers visiting the complex which, according to Victoria, belonged to her sector. Those linked to the Center demanded the right to occupy the entrance to the site, displaying their products first. Victoria feared that her association's store, a few steps from the entrance, would remain as a second option for tourists. Additionally, given that the members of the Center had access to wool and yarn "sent by Nilda", their products would be sold at a lower price to customers, generating competition:

They will bring their products to sell, and they will create competition. The problem is that the ladies back there, they buy wool at a lower cost. Because Nilda Callañaupa, I don't know from other countries, sends them wool at a lower cost to Acchapampa. So, the associates buy cheaper wool and we buy them at a higher price [...] when a tourist comes, he will see almost the same products, one less and the other more. He will want to buy the one for less because ours is more expensive (Victoria 2019)¹⁰.

As a result, Nilda's presence acquired considerable influence in the configuration of social and political relations within Cusco's communities. Certainly, the community of Accha Alta received an exceptionally small number of tourists and travel agencies had less interest in promoting this space compared to the famous centers in Chinchero. Therefore, Garcia's ethnography (2018) leads us to reflect upon how the advent of tourism required the reconfiguration of space and growing management among the internal arrangements of communities such as Victoria's. In this scenario, segmentations were presented in ways that some members enjoyed unequal opportunities creating discrimination and internal animosities.

Centers like the ones in Chinchero and Accha Alta marked touristic contact spaces where authenticity was negotiated and authorized in the face of the CTTC's presence. The category of authenticity, widely discussed in the anthropological literature on tourism, is understood in this essay in relation to anthropologist Ed-

10 *Van a traer sus prendas e van criar competencia. El problema es que las señoras de allá compran lana con menos costo. Por qué Nilda Callañaupa, no sé de otro país, envía lana con costo menor. A Acchapampa. Entonces los miembros compran lana a menor precio y nosotros compramos a mayor precio. [...] un turista cuando viene, va ver casi igual, el otro menos y el otro más. Vas a querer comprar el uno por menos porque el nuestro es más caro* (Victoria, 2019).

Bruna Pratesi

ward Bruner (2005). The author agrees with Arjun Appadurai (1986), that authenticity is increasingly becoming a connoisseurship policy, the economic policy of taste, status, and discrimination and attests that authenticity is an issue of power and who has the right to authorize it (Bruner, 2005: 163). Bruner (2005) prefers the term authority over essentialist vocabulary because it changes the nature of the discussion and incorporates the agency of the actors: “No longer is authenticity a property inherent in an object, forever fixed in time; instead, it is a social process, a struggle in which competing interests argue for their own interpretations of history.” (Bruner, 2005: 163).

The demand for a traditional identity, rooted in Cusco, permeated the valorization of customs, ethnic qualities, and a rural way of life. The expectations generated by World Vision, further discussed, also contributed to the reproduction of the complexities of rural societies. On the potential outcomes of the profitable textile centers like the ones in Chinchero, Garcia (2018) argues that:

NGOs had given them an internal organization, as well as a timeframe and ideological framework that made these centers appear and function more like a museum or theme park than other things. This process of museification of the textile practice, just like the one that affected the historic center, had converted the centers into spaces that could be easily co-opted, packaged, and sold by the tourist industry. The discourse of living cultures masked a reality significantly at odds with the principles it claimed to serve (Garcia 2018, 223, author’s own translation)¹¹.

In that sense, based on Garcia’s (2018) contributions, the community of Accha Alta, its textile center, and the archaeological complex of Ancashmarka, would be in danger of increasingly leaning towards a theme park model ready to be sold and packaged by tourism. In addition, the center could easily fall into the hands of advertisement largely propelled by not only agencies such as NGOs and organizations like the CTTC, but by local authorities such as the Ministry of Culture, the public agency responsible for overseeing the site. Simultaneously, entrepreneurial subjectivities and local groups flourished under the external impulses of NGOs, conferring ongoing inequalities. Such projections confirmed much of Victoria’s criticism and fears towards the ongoing interest in Accha Alta.

In relation to the museification process described by Garcia (2018), Chinchero’s textile centers suffered excessive exploitation from the tourist dynamics, such as the creation of guided tours, packages, and stores with ethnic requirements and symbols of otherness, desirable assets in the touristic experience. In Chinchero, it was common for a textile center to be intentionally represented as the space of the home and the domain of the intimate and “real life” and the women protagonists in these demonstrations. Women danced, sang, and manipulated materials used in fabric making, such as dyes, pots, wool, and textile tools to fulfill the objectives of sensitizing and convincing tourists to, at the end of the tour, buy their products. After the demonstrations, handling and especially dressing tourists in Andean

11 *Las ONG les habían dado una organización interna, así como un marco temporal e ideológico que hacía que estos centros aparecieran y funcionaran más como museos o parques temáticos que otra cosa. Este proceso de museificación de la práctica textil, al igual que el que afectaba al centro histórico, había convertido a los centros en espacios que podían ser fácilmente cooptados, empaquetados y vendidos por la industria turística. El discurso de la cultura viva enmascaraba una realidad significativamente reñida con los principios que declaraba servir (Garcia 2018, 223).*

Bruna Pratesi

clothes, ponchos and hats market the height of sentimental interaction, providing smiles and many photographs.

In such events and much of the touristic imagination in Cusco, the gendered figure of the Andean woman stood out in “traditional” representations, accompanied by vibrant colored garments, and was always announced in association with distant and “remote” communities. The rural and community tourist destination of the Valley was associated to a place of curiosity, imagination, and exoticism and its forms of life, in which the distant highland and Quechua-speaking communities and the Andean woman, stood out as the main signifiers of “traditional” culture¹².

This digression further complexifies Victoria’s role as an Andean woman, part of the tourism market. When she wasn’t undertaking arduous manual labor demanded by her families’ lands in her community, she spent her days weaving and finding means to make this practice a source of income for her and her daughters. She was constantly seeking to bring new resources to the women’s Association, in which only she spoke Spanish - others only spoke Quechua - and could communicate with customers. Weaving was an essentially feminine activity for Victoria and, according to her, her role as a woman was to weave, dye, sell, and master the process of textile making, including the materials and different types of wool in fabric production.

This leads me to relate Victoria’s touristic prospects and her expressed role as a woman within simultaneous obligations in the production of Andean textiles and her identity. Such underpinnings lead me to rescue what anthropologists John and Jean Comaroff (2009) emphasize about the critical measures and tactical awareness of those who claim their ethnic “nature” through the foundations of “ethno-preneurialism”. Victoria’s emphasis on the production of textiles takes place amidst the culture of the region’s tourist market combined with a desire for agency in the world as to make the abstraction of identity concrete. According to the authors, changes from the production of material to immaterial value, such as the marketing of experiences and means of self-production, signals the presence of domains of existence that once escaped the market. In this perspective, the market exceeds the mere sale of goods and services, and now, more than ever involves the cultivation of emotional, cognitive, and lifestyle attachments made by choice. In this process, textile confectioning in Victoria’s practice can be perceived as a way in which cultural affiliations solidify into a rich and effective ethnic awareness:

It is that commodity exchange and the stuff of difference are inflecting each other, with growing intensity: just as culture is being commodified, so the commodity is being explicitly cultural – and, consequently, is increasingly apprehended as the generic source of sociality (Comaroff and Comaroff 2009, 28).

Based on the reflections above, it is possible to think of Victoria’s textile-making aligned with her pulsating identity as an Andean woman given that her individuality, affections, and self-production are made in the expression of her

12 Florence E. Babb (2010) argues that in Andean Peru “tourism has a gendered and racialized effect, as romanticized or exoticized images are used – by the state and indigenous people – to entice travelers, who expect to find cultural difference prominently on display” (Babb 2010, 154). This idea speaks to the traditional imagination in much of Cusco’s touristic encounters.

Bruna Pratesi

entrepreneurship in the market and in the identity economy, by which human subjects cultural objects, produce, reproduce and modify each other (Comaroff; Comaroff 2009). Hence, Victoria is both a producer and a consumer of her own preferences and subjectivity and it is through the circulation of cultural products and products of experience that the collective dimension of textile confection is reinforced, both in the market and lifeways. Nevertheless, it is important to note that this subjective movement communicates a dynamic under constant pressure (Povinelli 2001) as the subjects are encouraged to maneuver in a field of powerful contrasting logics.

As we focus once again on the ongoing profit-driven encounters in Accha Alta, the dynamics in Chinchero echoed Victoria's concerns as it fell more and more into the hands of travel agencies and outside tour guides. As I tried to comprehend her criticism more thoroughly, I understood that the theme park process, based on the implications described by Chinchero's textile centers, was related not to it becoming more or less real but being organized by new authorizations on what is and isn't authentic as well as recognizable by the tourist gaze¹³. It is important to note that such characteristics did not, to an extent, directly describe the dynamics in Accha Alta, since the community had not consolidated frequent demonstrations nor attracted an effective and highly publicized interest from travel agencies. However, it is important to consider that as the availability for capital grew, political confluences and new ambiguous and asymmetric transactions grew concomitantly.

In this scenario, the production of authority is marketed by collaborations that are linked to a common cause or phenomenon and processual arrangements. In the Valley, NGOs, associations, and communities seek strategies in cooperation while marking cultural practices, traditions, and customs as they are producers of difference. Although, the theme park and commercial activity on the premise of community life is a risk in the advent of Chinchero's history, in Accha Alta, "authentic" values in the tourism market are expressed through economic accomplishments and potentialities embedded in developmental ideals of progress.

Victoria's projects and projections echoed such ideals. Complementary to her daily activities, Victoria's perception of tourism as a commercial activity with a potential for community progress, illustrated strong expectations regarding the prospective benefits of economic activities in Accha Alta. With the advent of tourism in Victoria's community, cultural practices became a powerful means to occupy an active place in the market and in that effect, different actors celebrated rescuing vanishing practices while aligning this discourse with economic development and social transformation. To further discuss the categories tied into the production of difference and developmental ideals, encountered by the community, I analyze the presence of World Vision, another foundational authority in Accha Alta's incipient yet emergent touristic market.

13 Please refer to sociologist John Urry (2002) for a more detailed analysis of the concept.

Between social visions and community development

The space around the ruins of Ancashmarka was composed of material features aligned with the presence of World Vision's (WV) projects that, as expressed by Victoria, had propelled exchanges and interactions with visitors in the past and now stood as a potential source of insertion in tourism. As I looked further into WV's presence in the community, I tried to comprehend the effects of the NGO in the community and further investigate the mediation of these material constructions left abandoned by the effects of time. On such premise, I looked particularly towards their political and economic underpinnings. By questioning the political dimensions in the production of value, I brought attention to their ascension as prominent figures in international exchanges. I commence by focusing on the research of social scientist Julián Gualli (2005) and his writings on WV and its international proposal of action.

Gualli (2005) describes the actions of the NGO in its assistentialist and proselytizing dimensions beginning in the 1980s and 1990s in the Ecuadorian indigenous sector and points to its founder, a North American evangelical preacher. Amidst the cold war, the North American-based ideology of WV is centered on the belief that its country would have God's purpose to guide the rest of the world towards progress and freedom. Such a mission established a slippery notion of racial superiority in relation to its "younger brother" – in the "underdeveloped" world – and propelled a moral order to civilize him (Gualli 2005, 18). Furthermore, this fundamentalist civilizing sense would be reformulated in the 1990s based on a commitment to "social responsibility" aligned with a neo-evangelizing mission. In Ecuador, the target beneficiaries of the organization were indigenous communities, and its latent assistance proposal was based on a "transformative development" and social ascension of poor populations. The operation in Peru took place during the same period, precisely in 1994, and currently, the organization works with more than 500 communities across the country, including the region of Cusco.

According to Gualli (2005), in recent years the multinational NGO had as its main focus the establishment of a model of justice for impoverished populations in marginal conditions and was funded by both the public and private sector. Such funds benefited assistance and welfare projects aimed at children and their families and were based on education, vocational training, agricultural development, health programs, and income-generating incentives. Ultimately, impoverished highland rural communities were the beneficiaries of the organization's transformational missions and much of the Sacred Valley was targeted on such premises (Carreño 2010).

The elimination of poverty was conceived within the vision of justice for *campesino* and indigenous communities¹⁴, especially actions that remedied, according to the NGO, the lack of power and their inability to organize themselves and make political decisions in communities. Anthropologist Guillermo Carreño (2010), when developing an ethnography on communal conflicts and the evangelical presence in Cusco, describes how the evangelizing discourse of redemption of

14 "Campesino" and "Indigenous" will not be analyzed in-depth in this article. However, it is important to note that such categories are dynamic, contextual, and highly politically charged categories in Peru and many Latin American countries.

Bruna Pratesi

the population constituted a source of liberation from stereotypical associations to “Highland Indians”¹⁵. Simultaneously, the author states that “the evangelical discourse does not challenge but reinforce ideologies of social differentiation in which the culturally indigenous *campesino* is essentially associated with ignorance and poverty” (Carreño 2010: 667)¹⁶.

What I came across in Accha Alta made me reflect upon the recurring aspects of the tourism market in Cusco, which included a social-based developmental rhetoric directed at highland impoverished communities. The region’s widely disseminated pro-poor tourism, a transnational initiative, was celebrated as a replicable community-based model at the same time that tourism became a synonym for progress guided by neoliberal forces (Fuller 2008). In the Sacred Valley, community tourism became a tool for the eradication of poverty and unemployment, and for economists and specialists, it represented an engine for the sustainable development of Cusco (Casas *et al.* 2012), generating enormous expectations in rural populations not only in Cusco, but throughout Latin America.

In recent years in Peru, the emergence of network alliances between NGOs and their promotional and facilitating projects has made the country an active proponent in raising funds for international cooperation. As presented by Galán (2012), Rural and Community Tourism (RCT) is a tool for cooperation and a global trend that focuses on sustainable and inclusive tourism as a tool for development. The community-based model is defined as a strategy of communal organization that institutionally considers the role of touristic development through “agricultural, cultural and environmental heritage” (Gascón; Cañada 2005). Such plans were conceived based on the interests of countries part of the Organization for Economic Cooperation and Development, the World Bank, and the United Nations. In fact, a pro-poor methodology and project were implemented in 2003 as an initiative of the World Tourism Organization.

Based on such activities that echo a “pro-poor” rhetoric, the intersection between religious and transnational actors mentioned above highlight the developmental strategies on the part of the international order, which again comes into play in the civilizing project of the State (and the Church) and incorporates the formula for the elimination of poverty. This baseline, however, is aligned with the objectification of the cultural value of difference and is based on a transformative developmental strategy. It is from this touristic engagement that I point to the ideological panorama and practical commitment of actions within community development as one of the main pillars of Rural and Community Tourism.

The problematization of the category of poverty and discourses in recognition of its threatening condition to “modernity” was highlighted by anthropologist Arturo Escobar (1995). According to Escobar (1995), the global emphasis on the phenomenon of poverty, in the modern sense, arose only in view of the spread of the market economy and the consequent tearing of community ties that deprived millions of people of access to land and natural resources. In this scenario, impoverished populations needed to be assisted and the problem of poverty and pauperism attacked, as it was aligned with undesirable attitudes such as: “[...]

15 Such analysis made me reflect upon Victoria’s definition of her community as indigenous and not *campesino*, and highlights important historical outlines of such complex categories. In the midst of the Peruvian state’s land reform project, the Peruvian military government eliminated the terms “indians” and “indigenous” from official documents and replaced them with the term “campesino” in order to eliminate the “problem” of races from politics (Baud *et al.*, 2006). It also hoped to create cooperative and corporate companies to produce workers part of the insurgent national project.

16 “*El discurso evangélico no reta, sino más bien refuerza, ideologías de diferenciación social en las cuales lo campesino culturalmente indígena está asociado esencialmente a la ignorancia y la pobreza*”. Carreño (2012) also highlights the evangelical church’s growing interests in cultivating indigenous religiosity as a means of benefitting from the growing tourism market in the region of Cusco. Practices once condemned are now expected to generate income, new imaginaries for development and progress, and a higher number of evangelical adherents.

Bruna Pratesi

mobility, vagrancy, independence, frugality, promiscuity, ignorance, and refusal to accept social duties, to work, and to submit to the logic of expansion of “needs” (Escobar 1995: 23). State policies sought out to act and propose action plans in the “social” sphere and intervene in education, health, hygiene, and other practices, transforming the poor into objects of knowledge and administration for the world order.

The parameters of measuring poverty at the global level were translated into economic conceptions, in which in a market society, the poor defined themselves as devoid of wealth compared to the rich nation-states, also creating the division between “developed” and “underdeveloped”. Improvement and social reforms needed to be carried out to tackle the “problem of poverty” and thus the salvation of development and its technological, scientific, planning, and international organizational tools emerged as a formula to bring salvation to the poorest countries, including Peru.

It is in this historical process, widely discussed by the author, that I identify the favorable conditions for the presence of messianic organizations such as WV in the highland communities in Peru, which in addition to a missionary-Christian base is sustained in the ideological discourse of salvation in light of reforms and “social transformations”. Such notions are attached to the underpinning of tourism in Accha Alta as they resonate with much of the compelling developmental notions and projects in poor *campesino* and indigenous communities. In addition, the premise of cultural tourism in Accha Alta further complexifies the discussion.

On the particularity of indigenous communities and the growing concern with new markets, John and Jean Comaroff (2009), emphasize that in the midst of the era of empires, there was an increase in the production of sociological knowledge and anthropological “science” that served in the reification and valorization of cultural difference. Furthermore, the affirmation of the resilience of difference served as a justification for colonial domination under the distinction of the “other”¹⁷. According to the authors, as decolonization gained strength, the demands for sovereignty and civil rights were intensified by the old international order that brought the “problem” of difference to the public sphere. Thereby, what stands out in the world momentum are the markers of difference which have become desirable and scarce commodities as a result of the increasing heterogeneity of nation-states that feed on the implosion of identity policies.

As explained by John and Jean Comaroff (2009), much of the modern political imagination aspires to Eurocentric conquests, whereby governability is always a mutual concession in the presence of “others” who threaten civic unity and therefore, need to be confined to the “private”, surrounded in their homes, congregations, associations, and communities (*idem*, 46). Furthermore, the impacts of neoliberalism help to give value to place while placing it in a political field beyond itself, establishing standards of practical needs with ethical principles capable of encompassing religious and cultural diversity amid the civil order of “universal” citizenship (*idem*, 48). The mission of NGOs continues to exercise their role in these historical circumstances, and insofar as ethnicity is chosen as a principle of

239

17 Discussion broadly delineated by the anthropologist Talal Asad (1973).

Bruna Pratesi

recognition in the common language of international transactions, the ontology of identity ensures the common basis of political engagements.

The presence of NGOs such as WV in Accha Alta appeared in the face of this panorama that was based on the simultaneous movement of recognizing indigenous identity under the logic of assistance and solidarity in the face of poverty policies and organizational actions as an efficient agent in consolidating the ideal of social development. At the same time, the logic of funding through international donations, in light of financing developmental projects, inserted its performance in market transactions with a productive and economic focus beyond proselytizing.

Henceforth, community development is born in this paradoxical terrain of economic orientation and articulations of cultural difference in the transnational context that implies making the region of Cusco and its vast rural regions a site of tourism development. The duality is built upon the macro-political agenda of rich countries, organized in favor of economic growth to the same extent that marginalized and impoverished populations are the beneficiaries of such agencies through training projects with specific rules and values. Ultimately, aspirations for Rural and Community Tourism in Accha Alta, a growing value in the region, is born in the vicissitudes of community development, whose operation takes place in an emerging worldly and cultural process linked to local business and enterprise, unequal encounters, and new arrangements of power and culture (Tsing 2005).

240

Final outlines

It is at this moment that we ask: are women, like Victoria, being exploited and victimized by scalability and an oppressive market? Are exogenous projects and cultural transactions under the imperatives of the market the villains of Peruvian and much of Latin American histories? And what are the long-term effects of a future based on ethnic entrepreneurship with the support of agents with their intentions and interests? Such questions do not have an easy answer, nor a certain prospect, nonetheless what became evident was the fact that for Victoria, tourism enterprise in the Valley presented itself as a possibility and a means of living, a job that she mastered its codes and, faced with a feeling of both hope and despair, propelled her plans of working in tourism as a means of prosperity for her and her family.

As Comaroff and Comaroff (2009) conclude, the economy of identity, a fertile space for tourism, feeds on profound ambivalences in modern life: “a feeling of exile from ‘authentic’ being that seeks to requite itself in encounters with ‘authentic’ otherness – albeit in a consumable form” (*idem*, 140). I agree, with the authors, that it is not a matter of praising the unstable and dialectical movement of incorporating identity in the commodification of difference under the logic of the market, but of explaining its silent erosion of the politicization principles that carry a set of costs and contradictions. The question of who benefits and who is

Bruna Pratesi

afflicted in a tourism model that has as its *raison d'être* a colonial and ostensive nostalgic imagery and whose reproduction is made in the aspirations of development, in my reading has a strong potential to co-opt with and accentuate the cleavages (class, race, and gender) and the expressive demand for exoticism.

As the official narrative of reality is in the hands of development and multi-lateral models, its creative potential feeds on the erosion of Victoria's hopes for autonomy and prosperity in her community and association. The present alarmist tone cannot be confused with the lack of capacity of the members of Accha Alta and other centers, to rebuild themselves and carry out actions and aspirations for sovereignty as worldly demands and urgencies. Victoria's criticism is precisely her exclusion from development processes and how a tourist model in her community does not fit in her understanding, without her control, without being managed by the population and, finally, that is benefitting and enriching outsiders such as guides, agencies, and foreign centers. Perhaps greater independence within a diversified economy is a possible future, but as the abandonment of World Vision shows, and the constant obligations to the CTTC show, the negligent and usurpation potential of tourist agents is a persistent factor.

Ultimately, I tend to agree that tourism projects and prospects, immersed in ethnic markets, their fortunes, and those that depend on them, often fall into the geographical dynamics of political instability (Comaroff and Comaroff 2009). What is relative is the prospection of difference, whose measure is in relation to the mainstream and developmental and measured by the colonial desire to transcend difference and perpetuate the nostalgic impossibility of seeing, feeling, and experiencing otherness. Finally, based on Victoria's trajectory in the Valley's economic desires, it is possible to glimpse the extensive and multifaceted commercial chain marked by developmental discourses, persistent production of otherness, and transnational authorizations.

Such findings in Accha Alta can also lead us to further reflect upon utilizing developmental projections, such as the flows of tourism, as methodological tools to better describe capital, scales, place as well as situated and worldly entanglements. How can contextual and political circumstances in various regions of Peru and other Latin American countries help outline shifts in economic actors, values, and trends? That is a question we as anthropologists can continue to pursue and although there is no easy answer to such massive entanglements, looking at how people are incorporated and incorporate themselves into the flows of goods, values and capital can continue to be a possible and effective methodological tool for anthropological research.

Recebido em 01/07/2021

Aprovado para publicação em 16/11/2021 pela editora Kelly Silva

Bruna Pratesi

References

- Appadurai, Arjun. 1986. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Babb, Florence E. 2010. *The tourism encounter: fashioning Latin American nations and histories*. Stanford, CA: Stanford California Press.
- Baud, Michiel et al. 2006. "Introducción: el turismo como una estrategia para el desarrollo sostenible". In *Turismo y desarrollo sostenible en Perú y Bolivia*, org. Annelou Ypeij, e Annelies Zoomers. Quito: Abya Yala.
- Bruner, Edward. 2005. *Culture on Tour: ethnographies of travel*. Chicago: University of Chicago Press.
- Casas, Amalia Cristina, Amparo Soler Domingo, e Vicente Jaime Pastor. 2012. "El turismo comunitario como instrumento de erradicación de la pobreza: potencialidades para su desarrollo en Cuzco (Perú)". In *Cuadernos de Turismo* 30: 91-108.
- Carreño, Guilherme. 2010. "Conversiones religiosas y conflictos comunales. Las iglesias evangélicas y la creciente importancia del turismo em comunidades campesinas del Cusco". In *Perú: El problema agrario en debate*. Seminario Permanente de Investigación Agraria - SEPIA XIII, 644-80, eds. Patricia Ames, y Víctor Caballero. Lima: SEPIA.
- Comaroff, John; Comaroff, Jean. 2009. *Ethnicity, Inc.* Chicago: University of Chicago Press.
- Escobar, Arturo. 1995. *Encountering Development: the making and unmaking of the third world*. New Jersey: Princeton University Press.
- Galán, Beatriz Pérez. 2012. "Retóricas de turismo y desarrollo en Los Andes: la red de turismo rural comunitario Pacha Paqareq, Perú". In *¿El turismo es cosa de pobres? Patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo em América Latina*, eds. Raúl H. Asensio, y Beatriz Pérez Galán, 171-200. Lima: Pasos; Instituto de Estudios Peruanos.
- García, Pablo. 2018. *En el nombre del turista: paisaje, patrimonio y cambio social em Chinchero*. Lima: Institutos de Estudios Peruanos.
- Gascón, Jordi, e Ernest Cañada. 2005. *Viajar a todo tren: turismo, desarrollo y sostenibilidad*. Barcelona: Icaria.
- Gualli, G. Julian. 2005. "Visión Mundial en el ámbito del desarrollo local". In *Experiencias en gestión y desarrollo local*. Quito: Ciudad, Centro de Investigaciones EED/EZE, Universidad Andina Simón Bolívar.
- Fuller, Norma. 2009. *Turismo y cultura: entre el entusiasmo y el recelo*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Marcus, George. 1995. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology* 24: 95-117.
- Mendoza, Ivan. 2015. *Desarrollo rural y ONGs en el Perú (1980-2015): algunos puntos críticos y desafíos*. Palestra para El Seminario Internacional sobre Desarrollo Rural en la Región Andina y Amazónica. Peru: Desco.
- Povinelli, Elizabeth. 2001. Consuming geist: popontology and the spirit of capital in Indigenous Australia. In *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*, ed. John Comaroff, and Jean Comaroff, 241-70. London: Duke University Press.
- Smith, Valene, ed. 1989. *Hosts and guests: the anthropology of tourism second edition*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Talal, Asad. 1973. *Anthropology and the Colonial Encounter*. London: Ithaca Press.
- Tsing, Anna L. 2005. *Friction: an ethnography of global connection*. New Jersey: Prince-

Bruna Pratesi

ton University Press.

Urry, John. 2002. *The tourist gaze*, 2nd. ed. London: Sage.

van den Berghe, Pierre L. and Jorge Flores Ochoa. 2000. Tourism and nativistic ideology in Cuzco, Peru. *Annals of Tourism Research* 27(1): 7-26.



resenha

v. 47 • nº 1 • janeiro-abril • 2022.1

Sembradoras de vida. Diretores: Álvaro e Diego Sarmiento. Produção: Peru, 2019. 74 min. cor.

DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.9539>

Indira Nahomi Viana Caballero

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Museu Nacional – Brasil

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (Goiânia, Brasil).
Doutora e mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ. Desenvolve pesquisa sobre povos andinos.

ORCID: 0000-0003-2552-2115

indirannahomi@ufg.br

Indira Nahomi Viana Caballero

Imagens esplendorosas da serra peruana abrem o belo documentário de longa-metragem *Sembradoras de vida*, dirigido pelos irmãos Álvaro e Diego Sarmiento. Embora tenham pouca idade, eles também assinam outros filmes magníficos e reveladores da diversidade – da costa à selva – de seu país, o Peru. *Hijos de la tierra* (2014) e *Rio Verde: el tiempo de los Yakurunas* (2017), por exemplo, mostram um pouco da relação dos povos indígenas amazônicos do Peru com a terra, a floresta e as águas. Se no primeiro, a perspectiva das crianças é privilegiada, no segundo destaca-se a dos anciãos. Com o curta-metragem *El sueño de Sonia* (2015), os diretores trazem à tona o ponto de vista das mulheres e, de certa forma, aí começa *Sembradoras de Vida*, pois Sonia Mamani, a protagonista que dá nome ao curta – uma agricultora andina de Puno que sonha com abrir seu próprio restaurante –, é também uma das personagens do longa-metragem.

Sembradoras de vida transporta os espectadores diretamente para as altitudes andinas e enfoca a relação estreita entre as mulheres e a terra. Uma aproximação que se dá tanto pela capacidade de gerar vida como pelo fato de as mulheres ocuparem, via de regra, uma posição de destaque durante a semeadura – como depositadoras das sementes no solo – e, mais tarde, como aquelas que dedicarão grande parte de seus esforços para fazer a *chacra* (roça) viver. Entram em cena cinco personagens femininas (além de Sonia Mamani, Eliana Garcia, Braulia Puma, Brizaida Sicus e Justa Quispe) de diferentes partes do Peru andino rural, mas com um mesmo propósito: manter e promover o vínculo com aquela que traz tanta prosperidade às suas vidas. A terra é, assim, por onde quer que miremos, a grande protagonista do filme. Num contexto em que a industrialização da agricultura é cada vez mais intensa e as preocupações em torno das mudanças climáticas ganham força mundo afora, a posição de *sembradoras* (semeadoras) dessas mulheres nos mostra como suas vidas se entrelaçam profundamente com a vitalidade da terra e quanto cuidado e atenção estão envolvidos no longo e trabalhoso processo de cultivá-la. Isso se deve, em grande parte, ao modo como elas desenvolvem sua agricultura. Muito antes de ser uma atividade mercantil ou utilitária, seus saberes e práticas agrícolas constituem forte expressão de um modo de vida cuja origem reside no passado.

O documentário – lançado em 2019, ou seja, antes da pandemia que paralisaria nossas vidas no ano seguinte – teve ampla divulgação e circulação enquanto foi possível. Participou de inúmeros festivais internacionais de cinema e recebeu diversos prêmios – *Mejor Documental* no 25º *Dreamspeakers Festival de Cine Indígena*, no Canadá (2019); *Mejor Película Premio del Público* no 17º *Latinamerika i Fokus Festival de Cine Latinoamericano*, na Suécia (2019); *Mejor Película Documental* no 3º *Sharjah Film Platform*, nos Emirados Árabes (2020); *Sol de Oro* no 10º *Suncine/Festival de Cine de Medio Ambiente*, no México (2020), entre outros –, obtendo notável repercussão fora do Peru. Um dos gatilhos para atrair tantos olhares interessados, a meu ver, é a forma como o tema da agricultura muitas vezes chamada de “tradicional” se articula à questão das mudanças climáticas, somando-se a isso o protagonismo das mulheres enquanto cuidadoras da terra e multiplicadoras das sementes.

Indira Nahomi Viana Caballero

Este é o contorno mais geral da perspectiva oferecida pelos diretores, capaz de fazer a agricultura praticada por Sonia, Eliana, Braulia, Brizaida e Justa – herança de suas/seus ascendentes imemoriais –, ganhar destaque político e “ambiental” ao ser atrelada à designação “orgânica”, emergindo como uma forma de se relacionar com a terra que se contrapõe à agricultura dos monocultivos e pesticidas. Desse modo, o trabalho rotineiro dessas mulheres – personagens que se multiplicam pelos rincões dos Andes peruanos e, não raro, são desvalorizadas – destaca-se como “luta” e sua dieta, baseada na comida “sana” (saudável), aparece alinhada às preocupações em torno da “segurança” e da “soberania alimentar”. Esta conexão fica ainda mais explícita quando os diretores inserem na narrativa do filme o famoso festival gastronômico *Mistura*, o maior da América Latina, realizado anualmente desde 2008 na capital peruana. Vemos, então, a Sonia Mamani participando da feira com sua quinoa orgânica e recebendo o prêmio *Rocoto de Oro* pelo seu trabalho. Importantíssima menção, pois um dos papéis do evento – com forte apelo turístico – é dar visibilidade a essa agricultura e, assim, mostrar como ela é importante para a internacionalização da gastronomia peruana contemporânea e como sua fama também se deve a técnicas agrícolas e culinárias longevas e imemoriais. Para o público mais amplo, os esforços das agricultoras protagonistas destinados à vitalização da terra passam a ser lidos numa outra chave, na qual são realçados como resistência. Ao passo que seus conhecimentos e saberes herdados de suas mães e avós são tratados como armas.

Podemos dizer que a maior diferença entre a agricultura praticada por essas mulheres e a agricultura hegemônica é que a primeira está inteiramente vinculada a seres diversos, dos mais pequeninos aos maiores e mais imponentes. Não por acaso, antes da sementeira, são feitas “oferendas” e “agradecimentos” à *Pachamama* (Mãe Terra) e à *Cochamama* (*cocha*, em quéchua, significa lagoa; nas palavras de Braulia Puma, o “sangue da nossa Mãe Terra”) para que os cultivos cresçam devidamente e para atrair a chuva. A ampla cadeia de viventes da qual depende essa agricultura mobiliza fortemente o debate das mudanças climáticas, sobretudo na medida em que suas praticantes notam que “*Ahora ya no es como antes. El tiempo está diferente*”. As mudanças nesse “tempo” são vistas por elas no calor excessivo, na chuva muito escassa ou, ainda, no seu atraso ou antecipação. As geadas também estão mais frequentes, a ponto de dificultarem o crescimento e o florescimento das batatas. Relatos que levam o espectador a perceber que uma das maiores mudanças em curso parece estar relacionada a uma certa confusão de sinais. Se antes, por exemplo, a observação da lua e a presença/ausência de peixes nas águas podiam sinalizar quando os esforços agrícolas deveriam começar, hoje já não mais é possível considerar essas referências. Antes “era” assim e agora “*ya no coincide*”, diz Sonia, referindo-se às expectativas que se podia ter em relação à estação chuvosa e à seca, ao frio, ao calor, à geada, enfim, a tudo que se podia esperar em uma determinada época e que, recentemente, tornou-se incerto.

Todas essas mudanças e incertezas preocupam as protagonistas que veem o sofrimento de seus cultivos – chamados por elas também de “filhos” – sem água e padecendo pelo excesso de calor. Elas sabem que, no limite, alguns deles po-

Indira Nahomi Viana Caballero

dem até desaparecer. Ao vislumbrar esse tipo de catástrofe, uma resposta dos povos andinos com vistas à preservação da sua biodiversidade – além das trocas de sementes, como vemos no documentário –, são os lugares destinados especialmente ao resguardo das sementes. Um importante centro dedicado a esse tipo de conservação no Peru é o *Parque de la Papa*, localizado em Písaq (departamento de Cusco) e gerido por algumas comunidades indígenas da região, por meio de uma associação. Brizaida Sicus, uma das protagonistas e integrante de uma dessas comunidades, vai até a Noruega levar parte de sua coleção de sementes de batatas para ser abrigada num importante banco de sementes, o *Svalbard Global Seed Vault*, na ilha de Spitsbergen, no arquipélago de Svalbard. Ela confessa sentir-se feliz por saber que suas batatas não desaparecerão, mas, ao mesmo tempo, sente um pesar, pois é como deixar “um familiar querido”. Em sinal de despedida, Brizaida canta para *sus papitas*: “*No estés triste, papita mía; vivirás aquí sola, lejos de casa...*”. Apesar da distância, a partir do momento em que Svalbard acolhe suas batatas, torna-se um lugar importante para a jovem agricultura: “*Ahora estamos conectados con este sitio*”.

Nesse sentido, um dos maiores destaques do documentário são as formas de cuidado e de atenção das mulheres para com a terra e com os seres vegetais. Nas palavras de Brizaida: “*Nosotras las mujeres estamos más atentas a la chacra y tenemos una conexión con ella*”. Observar as plantas, suas raízes, suas folhas, seus frutos, como crescem e se desenvolvem, e o que as faz perecer é parte do amplo repertório que compõe o interesse profundo dessas mulheres por suas *chacras*. Uma relação que parece brotar da lembrança, sempre presente, de que suas vidas e seus corpos estão intimamente entranhados. E das entranhas da quinoa, de *sus adentros* ou de “*su chuyma*”, conforme Silvia Rivera Cusicanqui (2018) – nome aimará para as entranhas superiores (pulmões, coração e fígado, conjunto de órgãos que tem estreita relação com o pensamento) –, é que se origina o alimento, como vemos na canção de Sonia: “*Mi quinua, mi quinua, tu corazón nos da buena comida; Cuando creces, cuando maduras; Tu corazón nos da comida sabrosa*” – canto de Sonia para a quinoa, durante a *Feria Gastronómica Mistura*.

Sembradoras de vida é uma bela contribuição imagética sobre o empenho de um povo para seguir praticando uma agricultura que salienta inúmeras conexões com o mundo ao redor e, principalmente, que se move na contramão dos modos de vida urbanos que tanto seduzem as gerações mais jovens. Por isso mesmo, as protagonistas tentam, de todas as formas, ensinar seus filhos a “*querer la chacra*”, como nos diz Brizaida, ou seja, a amar a roça, talvez o maior aprendizado herdado por elas de suas mães e avós.

Recebido em 12/07/2021

Aprovado para publicação em 13/01/2022 pelo editor Guilherme de Moura Fagundes

Indira Nahomi Viana Caballero

Referência

Rivera Cusicanqui, Silvia. 2018. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón.

O *Anuário Antropológico* é um periódico acadêmico quadrimestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

O *Anuário Antropológico* aceitará para publicação trabalhos inéditos em português, inglês, francês ou espanhol, sob a forma de artigos, conferências, entrevistas, ensaios bibliográficos e visuais, bem como resenhas de livros e filmes recentes. O material deve ser inédito, original e não pode estar simultaneamente em tramitação editorial em outros periódicos. As contribuições serão recebidas em fluxo contínuo e a pertinência para publicação será avaliada pela Equipe Editorial (no que diz respeito à adequação ao perfil e linha editorial do periódico) e por pareceristas *ad hoc* (no que diz respeito ao conteúdo e qualidade das contribuições).

As contribuições serão avaliadas em três etapas: 1. triagem realizada pela Equipe Editorial, inclusive utilizando o software anti-plágio Copyspider; 2. avaliação *ad hoc* por pares, em regime de duplo anonimato ou nos moldes de ciência aberta (em que as pareceristas conhecerão o nome da autora e vice-versa), se o artigo for aprovado na triagem. Em caso de controvérsia e pareceres díspares, o texto será enviado a uma terceira parecerista. 3. revisão da versão final do artigo, se aprovado na revisão por pares, para conferência das mudanças realizadas, tendo em conta as avaliações recebidas. Caberá ao corpo de editoras do *Anuário Antropológico* a responsabilidade pela autorização das publicações. Às editoras é ainda dada licença de sugerir alterações às propostas na etapa da triagem como condição para que os textos sigam à revisão por pares.

Em que pese o desejável impacto de experiências etnográficas diversas na elaboração de narrativas antropológicas particulares, as editoras recomendam fortemente às potenciais autoras a presença dos seguintes elementos de comunicação nas peças submetidas à avaliação no AA: seções de introdução e conclusão. Na introdução, recomenda-se fortemente que se apresente às leitoras o objeto do texto, seu argumento central e as seções que o constituem (mapa do texto), antecipando de modo sintético o que será abordado em cada uma delas. Para a conclusão, recomenda-se a retomada do argumento central e dos passos realizados no texto para sua demonstração.

Quatro (04) são os resultados possíveis da avaliação a que as contribuições ao AA são submetidas: a) Publicar como está; b) Publicar considerando as sugestões indicadas nos pareceres; c) Não publicar como está, mas reformular substancialmente, conforme alterações recomendadas nos pareceres e reapresentar ao *Anuário Antropológico*; e d) Recusar inteiramente.

Nos últimos três anos, o tempo médio entre a recepção e a publicação de um texto tem sido de 5 (cinco) meses. Também no último triênio, a taxa de rechaço dos textos tem sido, em média, de 30%. Para conhecer os critérios considerados na avaliação dos textos, vale consultar o formulário adotado pelo *Anuário Antropológico*, encontrado em anexo.

O material deverá ser enviado direta e exclusivamente para o e-mail do periódico (revista.anuario.antropologico@gmail.com) em formato Word for Windows (*.doc ou .docx), ou qualquer outro processador compatível. O material deve seguir as orientações:

1. O artigo deve ter até 8.000 palavras, incluindo notas, excluindo bibliografia. Deve vir acompanhado de: a) resumo; b) título; e c) até cinco palavras-chave – tudo no idioma original e em inglês.
2. O ensaio bibliográfico deve ter até 5.000 palavras, incluindo notas, excluindo bibliografia. Deve conter a referência completa do livro ou livros comentados. Deve vir acompanhado de: a) resumo; b) título; e c) até cinco palavras-chave – tudo no idioma original e em inglês.
3. O ensaio visual deve compreender de 6 a 18 imagens com texto de apresentação, créditos e legendas. O formato deve combinar textos e imagens relacionadas a processos de pesquisa, ensino ou extensão. As imagens podem ser fotos, desenhos, ilustrações, colagens ou pinturas, por exemplo. É necessária uma autorização de uso das imagens. O ensaio deve conter o texto de apresentação (com até 3.000 cce), as legendas (com no máximo 400 cce/cada) e os créditos das imagens (autoria, local e ano de produção). O texto de apresentação deve situar o contexto e o processo técnico e metodológico de produção do ensaio. As imagens devem ser enviadas em formato .jpg, .gif ou .png, com 1.2M e 300dpi, nomeadas sequencialmente de acordo com a ordem de exposição da seguinte forma: sobrenome_nome da autora_01 etc.

A autora deve também enviar uma proposta de *layout* de apresentação do ensaio.

4. A resenha de livro ou filme recente deve ter até 1.500 palavras, excluindo bibliografia. Deve conter a referência completa do livro ou filme resenhado. O livro e filme deve ser recente, com até três anos de publicação (nacional) e até cinco anos (internacional). A resenha não deve receber título nem conter notas. As referências bibliográficas devem ser reduzidas ao mínimo e virem ao final. Além de apresentar a obra, a resenha deve trazer também um ponto de vista crítico.

5. A entrevista deve ter até 9.000 palavras, excluindo bibliografia. Deve ser inédita, dando destaque a importantes debates da Antropologia contemporânea, e contar com um claro fio condutor, por exemplo, o tema de pesquisa atual da entrevistada, a relação entre biografia e carreira na Antropologia, o lançamento de seu novo livro, inovações no ensino de antropologia, o amadurecimento de um conceito etc.

6. A conferência deve ter até 9.000 palavras, excluindo bibliografia. Pode ter sido proferida na abertura ou encerramento de seminários e/ou congressos no Brasil ou no exterior. Deve lançar ideias novas, apontar para caminhos criativos e insuspeitos, problematizar e desnaturalizar questões, envolver e provocar a audiência. Pode guardar um tom um pouco mais oralizado.

Espera-se que editoras, autoras e pareceristas sigam os mais altos níveis/padrões de ética ao longo da pesquisa, na produção e processamento de dados, e na redação, avaliação e publicação do manuscrito submetido. Como referências de princípios e boas práticas relativas a aspectos de negligência e ética, seguimos as seguintes orientações de organismos internacionais e nacionais, e orientamos todas as pessoas implicadas na produção da revista que adotem:

os “Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas” do Committee on Publication Ethics (COPE; disponível em português em <https://publicationethics.org/resources/guidelines/principios-de-transparancia-e-boas-praticas-em-publicacoes-academicas>);

as “Diretrizes do CSE (*Council of Science Editors* [Comitê

de Política Editorial]) para Promover Integridade em Publicações de Periódicos Científicos”, atualizadas em 2012 (disponível em https://www.abecbrasil.org.br/arquivos/whitepaper_CSE.pdf);

o Guia de Boas Práticas para o Fortalecimento da Ética na Publicação Científica da Scielo, em sua versão de setembro de 2018 (disponível em <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-Boas-Praticas-para-o-Fortalecimento-da-Etica-na-Publicacao-Cientifica.pdf>);

as “Diretrizes” do *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*, instituída pela portaria PO-085/2011 de 5 de maio de 2011 (disponível em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/relatorio-comissao-integridade-do-cnpq.pdf>); e

o “Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga” da *Associação Brasileira de Antropologia*, estabelecido na gestão 1986/1988 e revisto na gestão 2011/2012 (disponível em <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>).

As autoras são especialmente encorajadas a seguir tais boas práticas ao planejar e escrever seus trabalhos. Recomendamos que as autoras procurem diretrizes adequadas ao tipo de estudo que estão apresentando. Tomaremos medidas ativas em relação a quaisquer questões éticas, de negligência ou má conduta durante a avaliação, ou após a publicação. Sempre que necessário, questões e problemas serão investigados de acordo com os fluxogramas sugeridos pelo COPE.

Durante as etapas de triagem e avaliação, editoras, autoras e pareceristas devem reportar-se à Editora-Chefe sempre que observarem potenciais conflitos de interesses que possam influenciar no projeto ou avaliação do manuscrito. Consideramos potenciais conflitos de interesse qualquer circunstância de natureza pessoal, comercial, política ou acadêmica, envolvendo ou não compensação financeira.

Todos os textos e ensaios devem estar formatados no estilo Chicago (<https://www.chicagomanualofstyle.org/home.html>) em fonte Calibri tamanho 12 e espaçamento de entrelinha 1.5. As citações de mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo à esquerda. As notas devem ser de rodapé, em fonte Calibri tamanho 10 e espaçamento de entrelinha 1.0. Os resumos devem ter até 1.430 cce. Os quadros, gráficos, figuras e fotos devem

Instruções para envio de textos, ensaios e dossiês

ser apresentados em folhas separadas, numerados e titulados corretamente, com indicação de seu lugar no texto.

No caso de artigos em coautoria, deve-se registrar, ao final do texto, a contribuição de cada uma das autoras em sua construção, indicando seu tipo de participação dominante na elaboração da peça. Por exemplo, uma das autoras pode ter realizado a maior parte do trabalho de campo enquanto outra se debruçou mais sobre a análise das informações e escrita do texto. Ou, alternativamente, todas as autoras podem ter participado igualmente da construção do texto. De todo modo, solicitamos uma descrição breve (até 4 linhas) de como se deu a divisão do trabalho entre as coautoras.

O conteúdo dos manuscritos publicados pela revista é de inteira responsabilidade da(s) autora(s). Todo material deve ser enviado sem a identificação da autora para o e-mail do AA e as autocitações e autorreferências devem ser substituídas simplesmente pela palavra AUTORA. No corpo do e-mail, a autora deve informar seu nome completo, número de ORCID e e-mail de contato, bem como o nome completo, cidade e país de sua filiação institucional (indicar instituição + faculdade e departamento, cidade, Estado e o país). Deve inserir também sua minibiografia, que deve ser curta e ter, no máximo, 350 caracteres. Os nomes das instituições e programas deverão ser apresentados por extenso e no idioma original da instituição, ou na versão em inglês, quando a escrita não é latina.

No momento do envio, deve também ser anexada a “Declaração de originalidade e exclusividade e cessão de direitos autorais”, documento disponível em anexo.

Uma vez publicado no sítio eletrônico do periódico e em sua versão integral como arquivo PDF, o texto poderá ser autoarquivado (em sítios eletrônicos pessoais, em repositórios institucionais etc.) e reproduzido, desde que explicitada a referência ao *Anuário Antropológico*.

Segue abaixo uma demonstração sintética do padrão de citação Chicago.

Livros:

Peirano, Mariza. 2006. *A Teoria Viva e Outros Ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

(Peirano 2016, 75)

Coletânea:

Lobo, Andréa e Juliana Braz Dias (org.) 2016. *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*. Brasília/Praia: Aba Publicações/EdUniCV.

(Lobo & Dias 2016, 20)

Artigo em coletânea:

Fleischer, Soraya. 2017. “Parteiras, parto domiciliar e reciprocidade numa pequena cidade amazônica”. In: Jurere Brites e Flávia de Mattos Motta. (Org.). *Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens homenagem a Claudia Fonseca*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 272-311.

(Fleischer 2017, 300)

Artigo em periódico:

Moura, Cristina Patriota de. 2017. “Considerações sobre dinâmicas educacionais em tempos de transnacionalização chinesa”. *Horizontes Antropológicos*, 23: 89-121.

(Moura 2017, 90)

Tese acadêmica:

Silva, Rosana Maria Nascimento Castro. 2018. “Precariedades oportunas, terapias insulares: economias políticas da doença e da saúde na experimentação farmacêutica”. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

(Silva 2018, 25)

Todo material deve ser enviado pelo e-mail do *Anuário Antropológico*:

revista.anuario.antropologico@gmail.com

neste número:

DOSSIÊ/SPECIAL ISSUE

Apresentação do Dossiê “Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social na Amazônia contemporânea”

Manuela Cordeiro e Katiane Silva

Revoltas do povo da BR-163 frente às crises da ambientalização do governo

Renata Lacerda

Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas

Katiane Silva

A introdução da explicação científica dos acontecimentos ambientais: focos de disputa entre o Setor Elétrico e os movimentos de Atingidos – Tucuruí, Pará

Rodica Weitzman

Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos

Paula Lacerda e Igor Rolemberg

ENTREVISTA/INTERVIEW

50 anos de experiência na Amazônia: Entrevista com Alfredo Wagner Berno de Almeida

Renata Lacerda e Igor Rolemberg

ARTIGOS/ARTICLES

SOBRE A METONÍMIA DA METONÍMIA: implicações da Antropologia do esporte de Simoni Lahud Guedes para a Antropologia da política

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo e Dirceu Ribeiro Nogueira da Gama

Agroecología o Agricultura más que humana?: La coordinación con las plantas como técnica agrícola

Gabriela Schiavoni

Fé na ciência? Como as famílias de micro viram a ciência do vírus Zika acontecer em suas crianças no Recife/PE

Soraya Fleischer

Faith in science? How families saw the science of the Zika virus happen to their children in Recife/PE

Soraya Fleischer

Do mato ao palco: a construção musical da nação em Moçambique

Sara Morais

Outlining Agents and Policies of Value in the Touristic Economy of the Sacred Valley of Cusco

Bruna Pratesi

RESENHAS/REVIEWS

Sembradoras de vida. 2019. Diretores: Álvaro e Diego Sarmiento. Produção: Peru. 74 min. cor.

Indira Nahomi Viana Caballero

